

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras



JUDEO-CRISTIANISMO (século I) Oriente e Ocidente

Autor: **António Manuel Ribeiro Themudo Barata**

Dissertação elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História, na especialidade de História Antiga, sob orientação do **Prof. Doutor José Augusto Martins Ramos**

Dezembro 2022

Resumo:

Designa-se por Judeo-cristianismo o fenómeno religioso que emergiu no seio do judaísmo palestinese logo após a “vida pública” de Jesus e suportado na crença da sua ressurreição. Começou por ser um movimento local de judeus reformadores, digamos uma seita, para no curto período de algumas décadas, galgadas as fronteiras da Judeia, rapidamente alcançar “os confins do mundo” dando lugar à mais importante religião universal do seu tempo.

Historicamente, corresponde a uma determinada síntese de múltiplos sincretismos que, como veremos, se desenvolveram, maioritariamente, numa geografia oriental, e para ele convergiram desde a Antiguidade. A sua compreensão, nos diversos planos, impõe ao historiador uma identificação das suas antigas raízes, o conhecimento do Jesus Histórico e uma viagem rumo às diferentes paragens onde chegou, sob diferentes cores e tons.

Matéria vasta que pode ser estudada em diferentes amplitudes e observada sob diferentes perspetivas. A opção aqui tomada foi a da construção de uma panorâmica, tanto quanto possível, alargada, no espaço e no tempo, em alternativa a um desenvolvimento mais detalhado de algum, ou alguns, dos seus múltiplos e importantes aspetos parcelares.

Palavras chave:

Antiguidade Oriental; Diáspora; Jesus; Judaísmo; Judeo-cristianismo; Sincretismo.

Abstract:

Judeo-christianity is the religious phenomenon that emerged within Palestinian Judaism shortly after the “public life” of Jesus and supported by the belief in his resurrection. It started as a local movement of jewish reformers, let’s say a sect, to, in a short period of a few decades, climb the borders of Judea and quickly reach “the ends of the world” giving rise to the most important universal religion of its time.

Historically, it corresponds to a certain synthesis of multiple syncretisms that, as we will see, developed, mostly, in an oriental geography, and converged to it since Antiquity. Its understanding on the various planes, imposes on the historian an identification of his ancient roots, knowledge of the Historical Jesus and a journey towards the different places where he arrived, in different colors and tones.

Vast matter that can be studied in different amplitudes and observed in different perspectives. The option taken here was to construct a panorama, as wide as possible, in space and time, as an alternative to a more detailed development of one, or some, of its multiple and important partial aspects.

Key words:

Oriental Antiquity; Diaspora; Jesus; Judaism; Judeochristianity; Syncretism.

Índice

Resumo / Abstract	1
Agradecimentos	4
1. Introdução	6
1.1 Judeo-cristianismo e judeo-cristãos	7
1.2 Uma nova visão do mundo	11
1.3 Uma perspetiva de abordagem	14
2. Problemática das fontes	16
2.1 Fontes escritas de carácter religioso	17
2.1.1 Fontes apócrifas	22
Evangéhos judeo-cristãos	24
Evangéhos gnósticos	26
2.1.2 Fontes religiosas não cristãs	28
2.2 Fontes escritas de carácter profano	29
3. Raízes orientais e pré-clássicas	33
3.1 Antiga Índia	34
3.1.1 O budismo	38
3.2 O Egipto	42
3.3 Mesopotâmia	47
3.3.1 Mitologia e religião da Mesopotâmia	52
3.4 Ásia Menor e Canaã	56
3.4.1 Hititas e Hurritas	56
3.4.2 Fenícios	58
3.5 A Pérsia	60
3.5.1 O zoroastrismo	62
3.6 Notas sobre a História dos hebreus	65
3.6.1 Do javismo ao monoteísmo	72
4. Raízes ocidentais - Antecedentes no mundo clássico	81
4.1 Mitologia e religião gregas	81
4.2 Alexandre e a helenização	84
4.3 Novas escolas filosóficas	87
5. A Judeia na mudança do milénio	91
5.1 Confronto com o helenismo - Os asmoneus	91
5.2 Romanos na Palestina	93
5.3 Caracterização da sociedade ao tempo de Herodes	98

5.3.1 Grupos socio-religiosos	98
Saduceus	100
Fariseus	101
Escribas	102
Zelotas	102
Essénios	104
5.3.2 Instituições e exercício do poder	106
O Templo	107
O Sinédrio	110
O sacerdócio	111
5.3.3 Messianismo e literatura apocalíptica	112
6. O Jesus Histórico	116
6.1 A sua família	117
6.2 Quando e onde nasceu	123
6.3 Os primeiros anos	128
6.4 A vida pública	133
6.5 Condenação à morte	137
7. Eclosão do fenómeno judeo-cristão	144
7.1 A crença na Ressurreição	144
7.2 O Judeo-cristianismo em Jerusalém	147
7.2.1 Judeus helenizados e não helenizados	147
7.2.2 Incidente em Antioquia e Concílio de Jerusalém	151
7.3 Destruição da cidade - Consequências	155
8. A expansão do judeo-cristianismo	160
8.1 A rede da Diáspora	160
8.2 Expansão geográfica e principais protagonistas.....	168
8.2.1 Palestina e Ásia Menor	168
8.2.2 Da Grécia aos confins do Ocidente	174
8.2.3 Na África	178
8.2.4 Na rota do Oriente	181
9. Síntese final	186
FONTES e BIBLIOGRAFIA	189

AGRADECIMENTOS

Estou grato à vida por me ter permitido fazer este curso de Mestrado num período tão especial da minha história pessoal. Nas sessões com os mestres ou nas horas de silencioso estudo, aprendi que nunca é tarde para descobrir, para crescer, para acreditar.

Estou grato aos meus pais pela formação humana e cristã em que fui educado.

Estou muito grato a várias pessoas, mestres, colegas e amigos. Entre todos, terei de destacar o meu orientador, o Professor Doutor Martins Ramos. Atrás do seu imenso saber encontrei o homem de uma disponibilidade que não esquecerei. O seu incentivo à descoberta, a bibliografia que me sugeriu e, até, pessoalmente me facultou, a prontidão com que foi lendo os meus textos provisórios, corrigindo-os, comentando-os, sugerindo pistas, tudo isso me deixa uma recordação de que já sinto saudade e uma profunda gratidão. Tê-lo como orientador foi, sem dúvida, um privilégio e uma responsabilidade.

Devo, ainda, deixar duas palavras de especial agradecimento. À Maria do Rosário, pela leitura crítica do texto e oportunas sugestões que tive em conta. À Paula, pelo apoio, motivação e encorajamento. Foi leitora crítica de alguns textos e dispensou preciosas dicas para a sua correção e melhoria. Bem hajam.

LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS

A.	autor
a.C.	antes de Cristo
A.T.	Antigo Testamento
cap.	capítulo
Cf.	Confrontar
d.C.	depois de Cristo
Ed.	Edição / editor
<i>et al.</i>	e outros
N.A.	nota do autor
N.T.	Novo Testamento
<i>op.cit.</i>	obra citada
p.	página
pp.	páginas
sec.	século
v.	ver

1. Introdução

Seja-me permitida uma pequena nota introdutória de carácter pessoal. Ao escolher o tema do presente trabalho, situei-me, conscientemente, no cruzamento de duas linhas que tenho percorrido ao longo da vida: a da curiosidade académica pela História da Antiguidade e a do pensamento e estudo sobre a realidade do cristianismo.

Sou católico porque fui batizado. Não acredito, hoje, em tudo o que a Igreja me ensinou embora, por convicção, me considere um cristão. Esta confissão tem importância metodológica e permite-me partilhar com os leitores o desafio que me propus: abordar o presente tema com uma lupa de historiador, num esforço de isenção e objetividade científica que não deve incorrer em deslizes confessionais. Espero ter conseguido.

- O que foi o judeo-cristianismo e qual a sua importância histórica?

Responder a esta dupla pergunta constitui um bom ponto de partida. Em função da perspectiva do analista surgem diferentes possibilidades de desenvolver o tema. Teremos, pois, de identificar os ângulos da observação em que aqui nos colocamos e, bem assim, fundamentar as etapas sequenciais desta viagem pela Antiguidade.

Como o próprio nome indica tem a ver com judaísmo e tem a ver com cristianismo. Efetivamente, corresponde ao tempo primeiro da História do cristianismo, depois de partilhar, em tempos anteriores, o mesmo percurso histórico do judaísmo, aliás, de onde emergiu. Como alguém disse¹ “*o judeo-cristianismo foi uma ponte entre a Sinagoga e a Igreja*”.

É certo que os homens da ciência gostam sempre de ir tão longe quanto possível no conhecimento das múltiplas causas que contribuem para explicar um determinado fenómeno. A História do judeo-cristianismo não escapa a essa regra e essa curiosidade pelas raízes distantes foi a estrela que guiou este caminho.

¹ Frase atribuída a Georg Strecker, exegeta e teólogo alemão.

1.1 Judeo-cristianismo e judeo-cristãos

O termo “judeo-cristianismo” é uma criação recente. Surge no século XIX para designar os discípulos de Jesus que, não obstante serem crentes da sua ressurreição, mesmo que retirando diferentes conclusões sobre o que isso pudesse significar, quiseram manter-se na órbita do judaísmo onde haviam nascido. Conciliaram, pois, a ligação entre a sua fé em Jesus (o Messias ungido, ou *Christós*, em grego) e a observância da lei e dos rituais judaicos. Foi o que aconteceu, em Jerusalém, com discípulos e amigos, testemunhas presenciais de Jesus, logo após a sua vida pública, pelo que este grupo de crentes, ali reunidos pelas circunstâncias da vida, foi, em rigor, a primeira comunidade judeo-cristã da História. Esses homens e essas mulheres foram os primeiros “judeo-cristãos”.

Num sentido mais amplo, serão aceitavelmente consideradas como “judeo-cristãs” algumas comunidades judaicas da Diáspora. Enquadram-se no conceito, desde que tenham aderido à nova fé sem que, por isso, tivessem abandonado a observação das tradições e da Lei de Moisés, à semelhança do que acontecera com a comunidade judeo-cristã de Jerusalém. O tempo da transição dos ritos judaicos para os novos, nomeadamente com a desobrigação da circuncisão e a adoção do novo batismo, foi relativamente curto.

A primitiva comunidade judeo-cristã de Jerusalém, até à destruição da cidade bateu-se sempre, em minoria, com a concorrência do judaísmo “convencional”, farisaico e rabínico. No seio da sua própria comunidade, ao receber judeus falantes do grego, a primeira comunidade judeo-cristã abria-se a novos mundos mas conheceu, ao mesmo tempo, as primeiras tensões internas. Este período foi breve. Em meados do século I, o primeiro concílio da História da Igreja reuniu os grandes protagonistas iniciais e extinguiu o fogo; poucas décadas depois as cinzas ardidas já estavam definitivamente frias. Ao tempo de Adriano a velha cidade santa foi destruída e os judeus foram expulsos.

Em termos gerais, poderemos admitir que não sendo o judeo-cristianismo um fenómeno confinável, apenas, ao século I, foi neste que assumiu especial relevo histórico. O seu progressivo declínio foi acompanhado de uma significativa expansão geográfica junto de novos aderentes, principalmente, falantes do grego e herdeiros das tradições gregas, pelo que, a partir do século II, os historiadores abordam cada vez mais o cristianismo primitivo e progressivamente menos o judeo-cristianismo .

Assim, nem todos os primitivos cristãos da primeira metade do século I foram judeo-cristãos. Convém que sejamos cuidadosos na distinção entre os conceitos de judeo-cristão e pagano-cristão. Ambas estas formas, efetivamente, coexistiram nos estádios mais primitivos da História do cristianismo e, assim, na génese das primeiras comunidades de novos crentes. Isto sucedeu antes de, na Antioquia do século I, passarem os membros desta nova seita a serem conhecidos por “cristãos”.

Em síntese, o fenómeno judeo-cristão consistiu, pois, num primeiro momento, na emergência de uma nova crença religiosa, surgida dentro do próprio judaísmo. Essa crença era a de um ressuscitado. Um homem que tendo nascido no seio de uma família tradicional, religiosa e culturalmente judaica, fora alguém que falou, curou, perdoou pecados em nome de Deus. A constatação da sua ressurreição aconteceu umas quarenta horas depois do seu suplício na cruz.

Se é verdade que todos os judeo-cristãos aderiram à nova fé no ressuscitado mantendo a vinculação aos ritos judeus (circuncisão, sábado, jejuns, frequência do templo ou da sinagoga, leitura dos salmos), não se pense, contudo, que todos eles acreditaram nesse Messias exatamente da mesma maneira, ou que nele viram exatamente a mesma realidade. Em diferentes comunidades houve diferentes visões interpretativas. Vejamos Lémonon²:

Sin embargo, la vinculación a los ritos judios no basta para dar cuenta de la diversidad de grupos judeocristianos, pues estas comunidades tienen también una visión diferente sobre la identidad de Jesús. Algunos lo consideran como un maestro; otros reconocen en él al Messias de Israel, sin confesar, por tanto, su divindade, rechazando especialmente la idea de un nacimiento virginal; finalmente, otros tienen una confesión cristológica de la que no renegarían los Padres de la Iglesia.

Desde o início, uma pluralidade de crenças.

Na primeira metade da década de trinta, teria decorrido um ano, ou pouco mais, após a dramática tarde da primeira sexta feira santa, a História do Cristianismo traz-nos a figura incontornável de Paulo, nascido na cidade de Tarso na Cilícia. Personalidade rica e complexa daquele que foi “grego e romano, judeu e cristão” e a quem voltaremos mais adiante neste documento. Seria ele o principal vetor que transportou a nova seita do seu berço palestinese, polvilhado de pequenas localidades rurais, para um novo mundo

² Jean-Pierre Lémonon, *Los judeocristianos: testigos olvidados*, pp.8-9.

geográfica e culturalmente marcado pelas urbes helenizadas. Se é certo que o cristianismo nasceu com Jesus, o mundo cristão, o das suas primeiras comunidades, é decisivamente impulsionado pelo incansável trabalho de Paulo junto aos judeus da Diáspora e, sobretudo, junto dos pagãos. A Paulo se referia Küng³: “Graças a ele, a pequena seita judaica desabrochou finalmente em religião mundial, unindo mais estreitamente o Oriente e o Ocidente do que lograra fazê-lo o próprio Alexandre Magno”. Paulo, figura de incontornável interesse histórico.

Com a expansão da nova fé aos pagãos, na sua maioria homens de formação greco-romana, ou helenizada, as novas comunidades cristãs, não judaicas, passaram, em pouco tempo, a constituir a grande maioria dos novos crentes e a desenvolver uma cristologia helenística mais filosófica, complexa, distante da sua simplicidade original. Em relação aos primeiros judeo-cristãos de Jerusalém as rotas doutrinárias dos diferentes cristãos acentuaram as primeiras divergências. No século II e seguintes, as primitivas comunidades judeo-cristãs passariam a ser olhadas sob a crítica doutrinária dos primeiros intelectuais cristãos e, mesmo, com algum desprezo; sem demora, viriam a cair na desconfiança sob o rótulo da heresia.

Ressalta claro, então, que judeo-cristianismo e cristianismo primitivo são conceitos diferentes. O primeiro é a mais antiga expressão do primitivo cristianismo. Cronologicamente é o “ponto zero”, o ponto de partida. Há autores que sistematizam diferentes tipos de cristianismo primitivo colocando o judeo-cristianismo ao lado de outras formas do cristianismo primitivo, que já foram designadas por cristianismo helenístico, cristianismo apocalíptico, ou catolicismo primitivo. Enquanto que o judeo-cristianismo tem a sua expressão temporal, basicamente, confinada ao longo do primeiro século, se consideramos o denominado cristianismo primitivo repararemos que ele se desenvolve por um período histórico mais longo, convencionalmente, estendido até ao primeiro quartel século IV, altura em que ocorreu o primeiro grande concílio ecuménico, em Niceia.

Clarificado o conceito de judeo-cristianismo, vejamos, então, alguns traços simples que caracterizaram os primitivos judeo-cristãos. Quem foram estes primeiros crentes?

³ Hans Küng, *O Cristianismo, Essência e História*, p.123

O primeiro aspeto a salientar é a origem relativamente humilde destas pessoas e a sua ligação aos meios rurais, mais que aos urbanos. Os primeiros judeo-cristãos inseriam-se em grupos do que poderemos designar uma camada inferior da sociedade. Eram pescadores, agricultores e artífices de ofícios modestos, gente afastada dos centros de poder civil ou religioso, e sem ambições a aceder aos mesmos.

Uma segunda particularidade tem a ver com o género. Na sociedade judaica onde as mulheres gozavam de um estatuto cívico e religioso claramente inferior aos homens, entre os judeo-cristãos não se replicou essa menorização. Jesus rodeou-se, igualmente, de homens e mulheres. Aliás, era-lhe indiferente o celibato daqueles que chamou para seus seguidores. As mulheres foram importantes no apoio logístico à sua vida de pregador errante e, várias vezes, foi com cenas do quotidiano feminino que veiculou a sua mensagem e os seus valores. Com elas conviveu, por elas foi estimado e honrado, partilhou mesa, conversas e afeto. Em linha com o fundador e mestre, a nova seita judeo-cristã acolheu homens e mulheres em pé de igualdade e todos receberiam o mesmo batismo.

Jesus, um autointitulado “Filho do Homem” foi alguém que falou e curou males em nome do Deus, seu Pai. Constatada a sua vitória sobre a morte, eis aí a demonstração que faltava à sua condição messiânica. Doravante, os seus discípulos e crentes consolidaram o reconhecimento e a crença de serem testemunhas da encarnação do Messias - o Ungido, enviado por Deus.

Numa perspetiva religiosa é impossível dissociar a emergência do fenómeno judeo-cristão de todo o contexto histórico-religioso da Palestina, à passagem do milénio. A expectativa da proximidade do fim dos tempos era, nessa altura, o pano de fundo do quotidiano judeu. Fenómeno que foi sentido com particular intensidade após a grande deceção nacional resultante da decadência dos macabeus e a tomada de poder pelos romanos, acontecimentos a que voltaremos. O movimento apocalíptico, entretanto, tinha ganho grande importância entre os judeus do século I. A proximidade do Fim do Mundo era reforçada com a expectativa da vinda de um Messias, enviado por Deus, um salvador. Já que não fosse, biologicamente, um descendente de David, que viesse do Alto, qual personagem transcendente, tão ansiosamente esperada. Esta expectativa antiga e anunciada pelos profetas, era, na viragem do milénio, cada vez mais presente, ardentemente desejada e acreditada.

Do ponto de vista religioso, como se disse, estes judeus que viram em Jesus ressuscitado o Messias, nunca deixaram de ser praticantes do judaísmo. À antiga maneira judaica um rito iniciático e batismal continuou a existir para os crentes de Jesus. Agora, porém, em ritual diferente do que fora praticado por João. Este batizou com água do rio, mas os novos batismos, não dispensando a água, eram operados pelo Espírito de Deus. O discípulo que o administrasse fá-lo-ia em nome de Deus Pai e do seu Filho Jesus.

Se o novo batismo foi o primeiro sinal exterior da identificação e admissão dos novos crentes na comunidade, a regular celebração da ceia, evocação daquela última que Jesus partilhou com os discípulos, constituiu o elemento central das suas reuniões. A prática recorrente da partilha do pão, à maneira de Jesus, com as palavras e a dimensão fraterna que ele instituiu, tornou-se o momento mais distintivo e mais profundo das novas assembleias religiosas. Na sua primeira carta aos Coríntios, redigida pelo ano 56, antes, portanto, da existência dos evangelhos, já Paulo exortava os irmãos a encontrarem-se na ceia, agora já com um sentido litúrgico: *“Portanto sempre que comerdes deste pão e beberdes deste cálice, anunciais a morte do Senhor até que ele venha”*. (1 Cor.11,26)

1.2 Uma nova visão do mundo

A importância histórica do judeo-cristianismo pode ser considerada por uma multiplicidade de aspetos. Vejamos alguns.

Desde logo, porque se traduziu na eclosão de um fenómeno histórico de onde resultou um movimento religioso inédito e com assinalável expressão geográfica, sociológica, e cultural, até aos dias de hoje.

Outro aspeto de inesgotável interesse e que ainda continua a merecer a atenção de tantos estudiosos é o facto espantoso de uma pequena seita, constituída por gente humilde, distante do poder, por vezes contando até com a forte oposição deste, ter conseguido, em menos de trezentos anos, conquistar e “converter” o coração do maior império do seu tempo. Aconteceu também, numa perspectiva inversa, poucos séculos mais tarde, que o

próprio cristianismo também ele se viria a “converter” a Roma. Uma curiosa reciprocidade.

Contudo, um aspeto muito relevante que aqui gostaríamos de sublinhar - e foi aquele que mais nos inspirou à realização do trabalho aqui apresentado - tem a ver com uma simples constatação: o judeo-cristianismo abriu as portas a uma nova visão do mundo. Tendo sido ponto de chegada e ponto de partida de duas culturas e duas cosmovisões, ele situa-se numa encruzilhada de culturas onde gerou, a partir de aí, uma nova realidade que, ainda hoje, constitui a matriz cultural do mundo ocidental.

- Por um lado, como ponto de chegada, observamos que o judeo-cristianismo corresponde a uma síntese histórica, fruto de uma multiplicidade de sincretismos culturais, filosóficos e religiosos de génese oriental e, também, ocidental, que informaram, desenharam, produziram a tradição, a cultura e a civilização judaica, o berço onde nasceu.

- Por outro lado, o judeo-cristianismo é um ponto de partida, uma “estaca zero” na História do Cristianismo. Por cima dele se desenhou esta matriz cristã, referencial fundamental do pensamento, das crenças e dos valores do mundo ocidental, construção fortemente apoiada no seu pilar grego. Todos nós, os europeus, somos herdeiros daquela matriz. Aquilo que valoramos, o modo como pensamos, como legislamos, vivemos e, até, amamos, tem muito a ver com o “mix” de genes que nos foram transmitidos na semente judeo-cristã. Genes portadores da informação destes dois mundos: Oriente e Ocidente.

E não é um lugar comum a afirmação desta importância. No judeo-cristianismo encontramos a convergência da visão judaica do Homem e do Cosmos, de raiz oriental e semita, fundada no Verbo (a Palavra de Deus) e também de uma visão grega, inspirada a Oriente mas desenvolvida junto ao Egeu, fundada na *Phisis* (a Natureza), explicada pelo *Logos*. Duas visões, que aparentemente opostas, e adversárias numa luta milenar em que, alternadamente, ao longo dos tempos, foram dominando as escolas de pensamento, as crenças, as teses filosóficas e científicas, as opções estéticas e artísticas. Nesse despique entre as duas visões foram partilhando, todavia, importantes pontos comuns, produziram sínteses e, podemos dizer, em alguns momentos, deram as mãos. A primeira visão do

mundo que os gregos beberam no Oriente, vem descrita na *Teogonia* de Hesíodo⁴. Segundo Russ⁵:

O pensamento original do Medio Oriente viu no caos o princípio fundador inicial, de onde tudo provém. Do seu seio brota espontaneamente um princípio de ordem - muitas vezes sob a forma de uma divindade -, a partir do qual surgem o mundo, os deuses e o homem, gradualmente criados. Desde logo a natureza indica a única realidade, o homem inscreve-se nela e pertence-lhe. Mundo, deuses e homens participam e obedecem às mesmas regras, as da natureza.

Visão diferente, contudo, tiveram os hebreus. Para eles, desde sempre teria existido um ser transcendente - Deus, criador do Universo e também do Homem. Este fora criado à imagem e semelhança do seu criador e com este deveria cooperar no projeto divino da criação. O homem era assim elevado a uma nova dignidade e era dotado de uma relativa liberdade que deveria usar, com limites e sob sanções, em ordem à construção de um mundo de acordo com os desígnios do Criador. Nesta conceção, a origem de tudo não está na Natureza, mas está na Palavra, no “Verbo”. Qual palavra que assume dimensão divina, é criadora do universo, e é conhecida na lei de Deus, por Revelação. Se a primeira visão do mundo foi adotada e desenvolvida pelo pensamento grego, esta segunda recebeu, por sua vez, o impulso decisivo do pensamento judeu e cristão. Hoje, o milenar combate entre as duas visões do mundo persiste, embora sob forma atenuada. Coexistem todas as correntes de pensamento, todas as expressões culturais e artísticas, todas as opções estéticas e religiosas.

O Império Romano herdou do judaísmo, por via do judeo-cristianismo, parte importante dessa mundivisão oriental. No dizer de Ramos⁶:

Se pelas referências literárias e solidariedades sociais e doutrinárias, o cristianismo é um fenómeno de indiscutível origem judaica, pela estrutura essencial que o dirige como messianismo, ele pode representar o espírito do Oriente antigo, de forma alargada e mais profunda do que o judaísmo o fazia. O cristianismo foi não somente mais universalista

⁴ Hesíodo, autor grego que viveu entre os séculos VIII e VII a.C., é considerado um dos pais da literatura europeia. Autor da obra *Teogonia*, cujo significado literal é “conhecimento dos deuses”, obra que, simultaneamente, foi também uma cosmogonia, ou seja, o conhecimento do “Cosmos”, do mundo na sua totalidade, o Universo.

⁵ Jaquelinne Russ, *A aventura do pensamento Europeu*, p.11-12

⁶ José Martins Ramos, *Sobre o fim do mundo pré-clássico*, p.46.

que o judaísmo; ele foi também mais representativo dos dados culturais comuns ao mundo pré-clássico.

Servem os parágrafos anteriores para mostrar que a busca das antigas raízes do judeo-cristianismo deve levar-nos, pois, a uma viagem pela Antiguidade Clássica e pré-clássica. Extrair breves notas ao relato dessa viagem e sublinhar as que nos parecem mais importantes, eis um desafio que se afigura oportuno e, por isso, nos propomos trazer aqui.

1.3 Uma perspectiva de abordagem

No presente trabalho, abordaremos o tema deste estudo numa perspectiva não confessional. Como foi dito, pretendemos ir ao encontro do judeo-cristianismo na sua natureza de produto sincrético e milenar, um fruto de diversas culturas e crenças religiosas, muito anteriores a Jesus, desenvolvidas numa ampla geografia euro-afro-asiática.

É certo que todo o historiador trabalha com fontes. Sejam elas primárias, o que neste tema é muito difícil, sejam elas secundárias ou meramente historiográficas. Vamos, pois, começar por abordar as fontes, ponto este que precederá os seguintes.

Deter-nos-emos, depois, na procura das antigas raízes culturais e religiosas que conferem ao judaísmo antigo e ao judeo-cristianismo as suas marcas pré-clássicas tanto, ou mais, impressivas que as greco-romanas. Não, não foi o Mediterrâneo o primeiro antepassado da nossa civilização, e está longe de ter o exclusivo da construção cultural judeo-cristã. Foi, isso sim, o seu palco mais visível. Tenhamos presente este efeito de resultante das Antiguidades, Oriental e Ocidental, nas palavras de Ramos⁷ :

Desta maneira, o essencial do mundo pré-classico passou a convergir de modo estrutural com o mundo clássico, especializando-se cada um deles numa modalidade cultural complementar: o mundo clássico legou a filosofia e as mitologias mais divulgadas como discurso literário; o mundo pré-classico deu a religião, ou as raízes para as religiões do Ocidente, onde se pode incluir até o Islamismo, (...) E ambos os polos partilham em grande medida a mitologia fundamental que se encaminhava para uma antropologia

⁷ José Martins Ramos, *Sobre o fim do mundo pré-clássico*, pp.51-52.

ecuménica. Desta maneira se pode definir a dupla culturalidade para um novo mundo a qual é derivada de dois mundos que acabam por ir terminar ambos no interior de uma nova síntese.

No percurso que fizemos ao trabalhar este tema foi inevitável o encontro com o Jesus Histórico, aquele que para os crentes foi o Cristo. Ele próprio, um genuíno galileu, primeiro arauto e impulsionador do movimento judeo-cristão, constitui *per se* um produto e uma síntese notável de múltiplos sincretismos orientais e mediterrânicos que convergiram para a sua personalidade única. O Jesus Histórico, como qualquer outro homem, é um produto dos seus genes e do seu ambiente. Quando referimos o ambiente falamos não apenas nos aspetos físicos de espaço e tempo, mas também em dimensões intangíveis como o contexto familiar, social, político, cultural e religioso. Por esta razão, a observação e a tomada em consideração dessas dimensões adquire uma importância de contextualização que não devemos ignorar.

Não sendo possível um desmedido alargamento do texto, teremos, no entanto, de nos debruçar sobre a dimensão apostólica e religiosa do judeo-cristianismo, no fundo a sua expansão. Serão invocadas as figuras incontornáveis de alguns dos seus principais protagonistas. Esta perspectiva temática é, talvez, a mais frequente e profundamente abordada pela historiografia religiosa ocidental quando aborda este tema. Não será isso o que aqui se pode encontrar.

Se a evolução do novo movimento religioso, ao contornar a bacia Mediterrânica viria a conhecer um inegável sucesso religioso, social, cultural e até político, o mesmo não aconteceu na sua viagem para Leste. Embora a semente fosse a mesma e os diferentes protagonistas tivessem partido do mesmo ponto, os terrenos onde a semente caiu eram histórica, social, e culturalmente diferentes. Em alguns deles a semente nem germinou. O maior ou menor sucesso da colheita, porém, não significa que qualquer um daqueles primeiros semeadores se revestisse de uma qualidade mais, ou menos, “cristã” que qualquer outro. E o mesmo é válido em relação aos sucessivos seguidores. Para todos eles o ressuscitado Messias, Ungido de Deus (o *Χριστός* em grego), fora um vencedor da morte. Era esta a grande novidade a anunciar.

Não se afirme, por isso, que um modelo do cristianismo surgido e desenvolvido numa determinada longitude seja, *ipso facto*, mais genuíno, mais autêntico, mais verdadeiro, que qualquer outro. O que, ao longo dos séculos, os sucessivos discípulos de Jesus

pensaram dele, a imagem que dele construíram, e até impuseram, todas as construções mentais e as roupagens com que o cobriram foram, certamente, um produto posterior. Um produto das circunstâncias, do pensamento e da ação do homem, no espaço e no tempo. É a História.

2. Problemática das fontes

Um conjunto de dificuldades e interrogações suscita-nos aquilo que designamos por problemática das fontes.

Praticamente, não temos conhecimento de testemunhos epigráficos nem arqueológicos que nos tragam informação sobre o judeo-cristianismo. Não há evidência de qualquer objeto que tenha pertencido, ou sido utilizado, por Jesus, ou por qualquer um dos seus discípulos. Só a partir de Constantino (século IV) os arqueólogos encontram material característico do cristianismo, não propriamente do judeo-cristianismo. Estudos recentes permitem um conhecimento razoável da geografia urbana da cidade de Jerusalém pelos primeiros anos do século I. Já se conhece uma planta aproximada da cidade: as ruas, as muralhas, a localização das portas da cidade, a colina do Gólgota fora de portas, a implantação do enorme Templo, os seus anexos, a zona balnear de Betesda e Siloé, a residência do governador romano, o espaço do teatro, da sinagoga, enfim todo um conjunto arquitetónico e espacial que caracterizou a cidade central do judaísmo e contextualizou a sua vida social, pelas primeiras décadas da nossa era.

Segundo Lémonon⁸, os testemunhos arqueológicos mais antigos cujo conhecimento nos chega para aquele período judeo-cristão, são as mencionadas existências de uma sinagoga judeo-cristã no monte Sião, uma sinagoga judeo-cristã em Nazaré datável do século III, e uma casa que terá sido a habitação de Pedro, em Cafarnaum, posteriormente transformada numa sinagoga judaico-cristã, e que terá passado a objeto de culto a partir do século IV. Há também a notícia de necrópoles do século I que autores franciscanos da Custódia da Terra Santa consideram poder estar-se em presença de um possível testemunho da presença judeo-cristã. Não se sabe ao certo.

⁸ Jean-Pierre Lémonon, *op. cit.*, p.12

Na escassez de informação em fontes arqueológicas, ou epigráficas, somos conduzidos ao reconhecimento da importância das fontes escritas.

É muito provável que grande parte dos escritos que poderiam ter constituído importantes fontes históricas ao estudo do judeo-cristianismo tenham sucumbido aos incêndios, ao vandalismo, ao clima, ao tempo. Para tal, terão contribuído a destruição de Jerusalém e do seu Templo, as posteriores destruições das bibliotecas de Alexandria e de Cesareia, as barreiras culturais e até civilizacionais erguidas ao longo do meridiano palestinese ao tempo do Islão, e mais tarde com a cisão ortodoxa. A tudo isto, acrescente-se as reduzidas possibilidades de conservação natural de manuscritos milenares dado que as condições excecionalmente favoráveis ocorridas em Qumran e Nag-Hamadi, não se repetiram por outros locais, nomeadamente entre o Tigre e o Eufrates onde muitas comunidades judeo-cristãs terão existido e a sua eventual pegada escrita não chegou aos nossos dias.

Por isso, as fontes históricas a que podemos recorrer para o estudo do judeo-cristianismo, sejam elas religiosas ou não, além de serem em reduzido número são inespecíficas à realidade judeo-cristã.

No dizer de Kung⁹ “*A história do judeo-cristianismo constitui um dos capítulos mais obscuros da história do cristianismo*”. O autor sustenta esta afirmação em estreita relação com a problemática das fontes. Defendia ele que os teólogos dos primeiros séculos, sábios utilizadores do grego e do latim, teriam visto com pouco interesse os manuscritos redigidos em línguas semíticas. Assim, a patrologia cristã teria olhado para o judeo-cristianismo como realidade próxima da heresia e, com efeito, muitas das primeiras comunidades judaico-cristãs radicadas em zonas limítrofes do império, e em contato próximo com seitas gnósticas judaicas, gravitaram na influência destas.

2.1 Fontes escritas de carácter religioso

Começando pelos escritos de carácter religioso sublinhamos que todos eles foram redigidos com propósitos apologéticos e não necessariamente históricos. Além disso, na sua maior parte, o que se conhece não são documentos originais. São cópias de cópias.

⁹ Hans Küng, *O Cristianismo Essência e História*, p.108

Sabemos que as redações iniciais sofreram posteriores cortes, acrescentos e alterações, tudo isto ao longo de décadas e séculos até chegarem à forma com que, hoje, são conhecidas. Fenómeno que os investigadores designam por “camadas redaccionais”. Tal facto, sem lhes prejudicar a sua própria historicidade, e por vezes até, o carácter factualmente verdadeiro das narrativas, impõe ao historiador a devida cautela na compreensão do *limes* entre História e Teologia, ou seja, entre a Ciência e a Fé. Este alerta é válido tanto para o Antigo como para o Novo Testamento, de igual maneira para textos canónicos como para os apócrifos. É o próprio Barton¹⁰ quem o confirma: *”Como qualquer outra coletânea de livros do mundo antigo, a Bíblia deriva de muitos diferentes períodos e circunstâncias. Onde conta uma narrativa histórica, nem sempre é exata - em parte porque contém lendas e em parte porque o seu relato da história é orientado por um compromisso com vários interesses.”*

Sistematizando, comecemos por referir os escritos religiosos onde se incluem alguns dos mais antigos manuscritos de livros do A.T. : *Os rolos do Qumran*.

Qumran é um sítio arqueológico localizado na Cisjordânia, no deserto da Judeia, a pequena distância da margem noroeste do Mar Morto e distando cerca de vinte quilómetros até Jerusalém. Em 1947, ali foram encontrados os restos da edificação de um mosteiro essénio habitado há dois mil anos. Numa gruta próxima, no interior de milenares potes de barro local, escondeu-se até ao século XX uma importantíssima coleção de rolos com alguns dos mais antigos manuscritos até hoje conhecidos de livros do Antigo Testamento. São conhecidos sob a designação de *Manuscritos (ou Rolos) do Mar Morto*.

O mosteiro terá sido habitado pelos monges essénios a partir do século II a.C., mais concretamente, num curto período de aproximadamente duzentos anos, entre 130 a.C. e 66 d.C.. Pensa-se que a deposição de todos aqueles documentos num esconderijo cavado em rocha tenha ocorrido quando da ocupação e destruição de Jerusalém, pelos romanos, nos anos 66-70. O acondicionamento em potes de barro e o seu esconderijo nas cavernas de rocha terá sido a forma encontrada para melhor os proteger face a más intenções do ocupante. O mosteiro foi destruído e ocupado. No seu lugar nasceria um posto militar romano. A proteção dos papiros foi conseguida.

¹⁰ John Barton, *Uma História da Bíblia*, p.61

Quanto aos documentos propriamente ditos, cujos autores permanecem desconhecidos, a sua antiguidade foi testada pela análise do Carbono 14 e isso permitiu confirmar a datação dos mais antigos para o século II , antes da era cristã.

Do vasto espólio de manuscritos, cuja agrupação convencionada (Q1, Q2,...Q11) foi feita em função da sequencia cronológica da sua descoberta em diferentes grutas (entre os anos 1947 e 1956) verificou-se a existência de manuscritos de diferentes livros. Há manuscritos de Livros Bíblicos canônicos (por exemplo *Isaias* que aparece em dois exemplares diferentes, um deles coincidente com o que se conservou no cânone judeu), Livros Apócrifos (por exemplo o *Testamento dos 12 Patriarcas*), e livros de literatura essénia (como o *Livro da Regra*, ou Manual da disciplina e o *Livro da Guerra dos Filhos da Luz contra os Filhos das Trevas*).

Foram encontrados textos essénios onde são numerosas as referências à expectativa messiânica, tal como, aliás, também encontramos nos evangelhos. Os essénios acreditavam que estaria para muito breve a vinda do Messias. A Regra da Comunidade (1QS 9-11) apontava: “Quando *estas coisas acontecerem em Israel, que se afastem da sociedade os homens iníquos para ir para o deserto, a fim de preparar o caminho para Ele, como está escrito: - no deserto preparai o caminho dele..*” onde nos recorda imediatamente a figura de João Baptista que pregava no deserto para “*preparar o caminho do Senhor*”.

Do ponto de vista histórico, duas conclusões importantes puderam ser retiradas após esta descoberta. Em primeiro lugar constatou-se que estes manuscritos provaram a fidelidade substancial do texto hebraico (ou massorético) estabelecido pelos rabinos judeus em séculos posteriores, já em plena era cristã. Em segundo lugar verificou-se que os monges do Qumran já conheciam a versão grega da *Septuaginta* - Bíblia traduzida em Alexandria, do hebraico para o grego, entre os séculos III e II a.C.; tradução esta, aliás, que viria a constituir a versão oficial do cânone cristão oriental, também designado por Alexandrino.

Uma curiosa referência fique feita aos textos (1 QH 14.3; 1QM 14.7 e 4 Q 5.25) onde os investigadores vieram a encontrar um notável paralelismo entre esses manuscritos e os ensinamentos descritos no capítulo quinto de Mateus, o denominado “Sermão da Montanha”. A ser assim, será de admitir que Jesus pudesse ter conhecido esse texto antes de o pregar aos discípulos, alimentando a ideia que, antes da sua vida pública, ele poderia ter tido alguma espécie de contato, nem que por via indireta, com o mosteiro do Qumran.

No que respeita ao período neotestamentário as cartas de Paulo, escritas em grego *koiné*, terão sido os primeiros documentos a ser redigidos, pela década de cinquenta. Só depois surgem os três evangelhos sinópticos e o livro dos *Atos dos Apóstolos*.

Do século I da nossa era, será o surgimento de uma provável, mas não demonstrada, fonte escrita que terá servido à redação dos textos evangélicos de Mateus e Lucas. Os exegetas estão de acordo sobre a hipótese de ter havido uma tal fonte, sob a forma de frases soltas - *logia*, que tivesse servido àqueles dois autores e, talvez, também a Marcos, fonte essa designada por *Quelle*, ou fonte *Q*. Esta fonte teria tido uma origem judeo-cristã.

Apesar das marcadas diferenças entre os três primeiros evangelhos canónicos constata-se a possibilidade de uma ótica (leitura) paralela sobre o seu conteúdo, facto que justifica a sua designação de evangelhos *sinópticos*, o que reforça a ideia de uma tal fonte comum.

O último dos quatro evangelhos canónicos tem autoria atribuída ao discípulo João, o mais jovem dos doze, embora hoje se duvide da verdade dessa atribuição. Entre os quatro canónicos, o evangelho de João é o de mais denso conteúdo teológico e, não obstante ser atribuído a alguém que conheceu e conviveu diretamente com Jesus, será, todavia, entre os canónicos, o evangelho com menor interesse como fonte histórica.

Na sequência cronológica da sua redação, ao longo da segunda metade do século I, o primeiro evangelho a ter sido escrito foi o de Marcos, depois Mateus e Lucas, o último foi o de João. Assistimos nos pormenores redaccionais a uma evolução cada vez mais dirigida a um conteúdo mais teológico e menos historiográfico dos textos. A própria personagem central dos evangelhos – Jesus – vem sucessivamente tratada com um carácter mais reverencial, majestático, mais condizente com uma condição divina.

Lembremo-nos que os chamados “cabeçalhos” dos evangelhos (“*evangelho segundo São Mateus ou segundo São Marcos...*”) só aparecem no início do século terceiro, o que atesta que não foram os seus autores quem apôs o seu nome nos respetivos livros, mas sim a Igreja. Além do mais, não é conhecido nenhum manuscrito de qualquer um desses autores, apenas sendo conhecidas cópias de cópias. Assim, o critério humano na escolha convencional dos livros canónicos terá mais tido a ver com a apostolicidade dos autores do que com a verdade histórica que pudessem encerrar.

Entre os livros canónicos do N.T. o Livro dos *Atos dos Apóstolos* e algumas cartas de Paulo (nomeadamente a *carta aos Gálatas*) são os textos onde vamos encontrar mais material que serve os propósitos da historiografia do judeo-cristianismo.

É pena que os livros canónicos tenham guardado silêncio sobre o anúncio do Cristo às comunidades judaicas que estavam solidamente implantadas no Norte de África (principalmente no Egito) e na Ásia (na Mesopotâmia e mesmo mais a leste desta).

Teremos, ainda, de referir a literatura cristã dos “Padres da Igreja”, a denominada *Patrologia*¹¹. Entre eles, estão alguns dos mais importantes teólogos cristãos dos primeiros séculos, muitas vezes bispos de dioceses importantes, cujos escritos ora constituíram historiografia, ora foram base doutrinal do cristianismo, num sentido definidor da sua ortodoxia. Neste documento estamos mais focados na sua dimensão historiográfica, conscientes da dificuldade no estabelecimento de uma fronteira nítida.

Alguns desses autores foram homens do século I e outros, embora mais tardios, ainda tiveram contacto direto com algumas comunidades judeo-cristãs. Na sua maioria são posteriores.

Lamelas¹², ao sistematizar os períodos da Patrologia, considerou um Período pré-niceno com vários subperíodos, cujos mais antigos designou, nomeadamente, por “Literatura judeo-cristã” e “Padres apostólicos”. No primeiro subperíodo incluiu os documentos *Didachè* e *Pastor de Hermas*, curiosamente textos judeo-cristãos na sua origem embora já traduzindo uma evolução que ultrapassou o modelo judeo-cristão. No segundo, confere aquela designação aos “*escritores cristãos do século I e do início do século II, que na senda dos Apóstolos, continuaram a testemunhar e a anunciar o «kerigma»*”¹³. *De facto, no seu ensinamento ecoa ainda a pregação dos Apóstolos, ou porque privaram diretamente com eles, ou porque conheceram e escutaram os seus discípulos diretos continuadores das obras dos Apóstolos*”¹⁴. Incluiu, pois, aqui os autores Clemente Romano, Inácio de Antioquia e Policarpo de Esmirna, todos eles bispos do século I, respetivamente, em cada uma daquelas cidades.

¹¹ *Patrologia* e *patrística* são conceitos próximos mas diferentes. A primeira tem uma dimensão mais histórico-literária, enquanto que a segunda centra-se no conteúdo teológico da primeira.

¹² Isidro P. Lamelas, *Os Padres da Igreja, dos Apóstolos a Constantino*, p.34.

¹³ Palavra de origem grega κήρυγμα (*kérygma*), cujo significado é mensagem, anúncio, proclamação.

¹⁴ Isidro P. Lamelas, *op.cit*, p.59.

Talvez estes últimos três sejam os únicos autores de documentos redigidos no século I. Sublinhe-se que não é conhecido nenhum documento original redigido por qualquer um dos Padres. Há manuscritos que são cópias de cópias.

Note-se que nesta literatura, de acordo com Lemonon¹⁵: «*los judeocristianos aparecen esencialmente com três nombres: “ebionitas”, “nazoreos” y “elkasaitas”.*» Conforme nos conta o mesmo autor, terá sido Justino¹⁶ (ou Justino Mártir), o primeiro dos autores patrísticos a referir-se aos judeo-cristãos numa época em que estes ainda não eram conhecidos por nenhuma denominação especial. Depois de Justino, refere o autor, os escritos de Ireneu (130-202), bispo de Lyon nascido na Ásia Menor, o primeiro a mencionar os judeo-cristãos por “ebionitas”, Tertuliano (160-220), nascido em Cartago e primeiro teólogo a escrever em latim, Hipólito de Roma (170-236), Orígenes (184-253), filósofo estoico e neoplatonista, diretor da Escola Catequética de Alexandria, e Epifânio de Salamina (310-403), que na sua obra *Panarion* refere os judeo-cristãos sob menção dos nazoreus.

*Ebionistas, nazoreus e elcasaitas*¹⁷ eram, pois, designações que, não sendo sinónimas, eram associadas ao judeo-cristianismo, pelo menos, nos escritos dos antigos padres.

2.1.1 Fontes apócrifas

Nas fontes escritas com carácter religioso teremos de mencionar os livros apócrifos, sejam eles sob forma de evangelhos ou Atos ou cartas. Apócrifo, etimologicamente, não significa falso. Significa, tão somente, oculto (por fora) da convenção, fora do cânone. Um texto apócrifo poderá, pois, constituir uma fonte histórica tão, ou mais, interessante que um texto canónico. No entanto, ter-se-á em consideração que a grande maioria desses livros, no caso particular dos evangelhos, são posteriores aos quatro livros canónicos e,

¹⁵ Jean-Pierre Lemonon, *op.cit.*, p.9

¹⁶ *Flavius Iustinus* (100-165), natural da Síria, filósofo estoico e neoplatonista, mestre em Éfeso e depois em Roma, autor da obra apologética *Diálogo com Trifão*. O ponto central do seu pensamento estava na tese segundo a qual Jesus Cristo era o *Logos* do qual todos os filósofos anteriores haviam falado.

¹⁷ O elcasaismo foi uma seita judeo-cristã, de tendência gnóstica, fundada por Elkasai, na transjordânia, pelo ano 100 d.C.. Chegou à Pérsia e a Roma. Basicamente acreditava na messianidade de Jesus mas não na sua divindade. Os conceitos de *ebionista* e *nazoreu* serão abordados e esclarecidos mais adiante.

entre aqueles, aparece o vasto conjunto dos denominados textos gnósticos cujo interesse como fonte histórica ainda parece mais prejudicado.

Todavia, nem todos os apócrifos têm origens redacionais posteriores aos canônicos. Entre os apócrifos, um dos livros considerados com maior importância do ponto de vista historiográfico é o *Evangelho de Tomé* (EvT). É constituído por cento e catorze *logia*, ou seja, ditos breves de Jesus ao seu discípulo Tomé “Dídimo”¹⁸ (Jo. 11,16 ; 20,24) aquele que rumou ao Oriente. As palavras deste apócrifo, em grande parte, coincidem com passagens dos evangelhos canônicos. O texto antigo foi descoberto em meados do século passado e integra o vasto conjunto de manuscritos em papiro encontrados em *Oxyrrinco*, no Egito. Esse texto, datável do ano 350, não era o documento original. Esse teria sido escrito em grego, tão antigo como os primeiros canônicos pelo final do século I, ou pouco mais tarde, pelos meados do século II. Não há unanimidade de opiniões relativamente à antiguidade do texto original. Há autores que admitem ser tão antigo que poderá estar na origem da própria fonte *Quelle*. Também há quem defenda que o EvT seja um documento posterior aos sinópticos e com sinais claros de influências gnósticas, mais tardias. A maioria dos autores reconhece no *Evangelho de Tomé* um cristianismo próximo do tipo judeo-cristão, comparável ao texto de Mateus e ao *Evangelho dos hebreus*, a que adiante faremos referência.

Não se confunda este evangelho com outro documento, apócrifo e gnóstico, denominado *Atos de Tomé*, redigido em siríaco no século III, texto que chegou completo aos nossos dias, e cujo valor como fonte histórica é, pois, menor, não obstante ser interessante pelo seu conteúdo ser rico na informação sobre a presença de Tomé na Índia. Narra a sua viagem até ao Oriente e a sua missão na corte do rei Gundapor. Este livro é frequentemente citado por autores contemporâneos, como Fidah Hassnain e Suzanne Olsson, que advogam uma passagem real de Jesus, acompanhado por Tomé, pelas paragens orientais da Índia e de Cachemira.

Outro documento apócrifo com bastante interesse histórico, nomeadamente no que se refere às origens familiares e à infância de Maria é o *Evangelho de Tiago*, ou *Livro de Tiago*. Trata-se de um texto antigo, do final do século I ou primeira metade do século II, cujo autor é desconhecido, não obstante a sua autoria ter sido atribuída ao discípulo Tiago Maior, filho de Zebedeu. Esta atribuição, atualmente, não é confirmada pela maioria dos

¹⁸ Dídimo, em grego, significa gémeo. Não se sabe ao certo de quem seria gémeo, se é que o foi.

investigadores. Este livro, assim como o anterior *Evangelho de Tomé*, aparecem citados em vários documentos dos padres da Igreja, reconhecendo-lhes assim uma existência e uma historicidade demonstráveis.

Fique uma referência aos *papiros Egerton*, descobertos no Egito na década de trinta do século XX, atualmente à guarda do Museu Britânico. Trata-se de documentos desconhecidos, pelo menos nunca referidos, na Antiguidade, razão pela qual são designados por “evangelhos desconhecidos”. A data da redação destes papiros remontará aos anos 150-200 e, segundo autores consultados, neles se relatam alguns episódios da vida de Jesus com alguns ecos em episódios narrados nos quatro evangelhos canônicos.

Passados três séculos após a “vida pública de Jesus”, o cristianismo era uma realidade religiosa e sociológica incomparavelmente desenvolvida face à pequenez do mundo judeo-cristão do segundo quartel do século I. Entre muitas opções houve necessidade de selecionar os livros que seriam oficialmente adotados, em nome de uma desejável unidade doutrinal da religião partilhada por todas as comunidades cristãs. Foi nesse contexto que surgiu o problema de eleger os livros que entrariam no *cânone* da Igreja. Uma convenção que perdurou até aos dias de hoje. Assim, a canonicidade de um livro, não lhe confere, *ipso facto*, uma maior garantia de valor como fonte histórica, quando comparado com um texto apócrifo.

Tanto uns como outros têm a sua historicidade e, provavelmente, conterão alguma verdade histórica. Foram escritos com a mesma intenção boa e apostólica dos seus autores. Subsiste em todos eles uma componente de História e uma componente de Fé.

Evangelhos judeo-cristãos

Entre os inúmeros apócrifos há dois evangelhos, ou talvez três, que têm uma genuína origem judaico-cristã e foram, posteriormente à sua redação, repetidamente referidos pelos padres da Igreja. São eles: o *Evangelho dos hebreus*, o *Evangelho dos nazarenos* e o *Evangelho dos ebionitas*. Vejamos:

Estes evangelhos têm a sua existência demonstrada pelos poucos fragmentos que chegaram ao conhecimento dos padres da Igreja (séculos II ao V) que os citaram com algumas discrepâncias, até imprecisões. Não é certa a sua datação, havendo dúvidas entre a segunda metade do século I, até aos meados do segundo. São, certamente, oriundos em primitivas comunidades judeo-cristãs.

Segundo Hegesipo¹⁹, terá havido dois textos, um escrito em aramaico, outro em hebraico logo traduzido em grego, não necessariamente diferentes no essencial, ambos usados pela primitivas comunidades judeo-cristãs, logo a partir do século I. Seriam esses, respetivamente, os designados *Evangelho dos Nazarenos* e o *Evangelho dos Hebreus*. É possível que se tratasse de um único texto evangélico, de génese judeo-cristã conservado em diferentes traduções, por diferentes comunidades, entre Alexandria e a Síria.

Jerónimo referia-se, apenas, a um único evangelho, o *Evangelho dos Hebreus* que teria sido originalmente redigido em hebraico e posteriormente traduzido em grego. Afirmava ele que teria tido conhecimento de um exemplar deste texto, traduzido em aramaico, outrora existente na biblioteca de Cesareia Marítima. Alguns autores acreditavam que o seu autor teria sido o mesmo do evangelho de Mateus dada a proximidade entre os dois textos. Nas comunidades judeo-cristãs da Síria estes dois evangelhos judeo-cristãos terão sido considerados como os mais autorizados ao fazer citações sobre Jesus.

Dada a antiguidade do texto original, alguns autores chegaram a levantar a hipótese da existência de uma segunda fonte, designada por *fonte M*, que em paralelo com a *fonte Q* tivesse estado na base da redação dos três evangelhos sinópticos; mas isso suscitaria a dúvida sobre qual dos canónicos seria mais antigo. Mateus ou Marcos? Contornemos aqui essa questão. Para muitos continua a ser mais plausível a cronologia que aponta o evangelho de Marcos a preceder o de Mateus, independentemente de ter sido, ou não, o autor de Mateus quem escreveu esse texto apócrifo.

O *Evangelho dos Ebionitas*, conhecido a partir de fragmentos datáveis do século II, é atribuído por estudiosos posteriores a Epifânio de Salamina²⁰, que claramente atestou a

¹⁹ Hegésipo (110-180); um convertido do judaísmo, cronista do cristianismo primitivo que foi citado por Eusébio de Cesareia como alguém que era profundo conhecedor das línguas semíticas e das tradições judaicas. Terá escrito sobre Tiago, primeiro bispo de Jerusalém, e sobre a eleição do seu sucessor – Simeão, segundo bispo entre os anos 62-107. Através de Eusébio a figura de Hegesipo chegou ao conhecimento de Jerónimo (347 – 420) que lhe dedica um capítulo na obra *De viris Illustribus*.

²⁰ Bispo, natural da Palestina, que viveu no século IV, foi metropolitano do Chipre e de Salamina. Erudito conhecedor de várias línguas antigas como hebreu, siríaco, egípcio, grego e latim. Combateu as heresias.

existência deste evangelho, constituído, apenas, por sete breves citações. Na sua obra *Panarion* dedicada ao combate às heresias, Epifânio reconheceu a existência desse texto, uma versão reduzida do evangelho de Mateus, tendo-o designado, incorretamente, como “*Evangelho dos Hebreus*”; na realidade, não se tratava do mesmo texto. Este evangelho teria sido, segundo ele, o único texto que os ebionitas utilizaram. O ebionismo²¹ foi um movimento nascido na Judeia, pelo final do século I e que a partir do século II terá constituído a primeira cisão significativa com o judeo-cristianismo ortodoxo, representado pelos sucessores de Tiago. O fundamental desta heresia residia no adocionismo²² e numa leitura não trinitária de Deus.

O mais importante a reter é a existência de textos muito antigos, inicialmente redigidos em hebraico, dirigidos a judeus, e remontando nas suas origens ao tempo e ao espaço da primitiva judeo-cristandade da Palestina. Textos que terão sido amplamente utilizados pelas primitivas comunidades judaicas, contemporâneas dos discípulos de Jesus, ou pouco posteriores.

Evangelhos gnósticos

Posteriores aos evangelhos judeo-cristãos são aqueles que surgem nos manuscritos descobertos casualmente próximo da localidade egípcia de Nag Hamadi, em meados do século XX. Vastíssima coleção de livros apócrifos redigidos primitivamente em grego, posteriormente em copta, relatando as mais diversas situações relativas à vida e pregação de Jesus, cuja autoria e origens são incertas. Na sua maioria são livros tardios, gnósticos, e como fonte histórica sobre Jesus e sobre o judeo-cristianismo revelam-se, dum modo geral, menos importantes.

No seu total agrupam mais de meia centena de livros reunidos em 13 Códices. O seu conteúdo vem frequentemente apresentado na forma de ditos, ou frases simples (*logia*) e

²¹ Ebionismo resulta da palavra grega Ἐβιωνᾶῖοι (*Ebionaioi*), cujo significado é “pobres” e com a qual os autores patrísticos designaram um conjunto diverso de movimentos cristãos de origem judaica doutrinariamente desalinhados da linha ortodoxa dos seguidores de Tiago.

²² Visão teológica que considera que Jesus, um filho biológico de José, não nasceu com natureza divina tendo-a adquirido, apenas, após o seu batismo.

o seu paralelismo com o conteúdo dos livros sinópticos, nomeadamente os evangelhos de Lucas e Mateus é, por momentos, significativo.

Os livros de Nag Hamadi são o mais importante testemunho da *gnose*. Citando Piñero²³ “Com o vocábulo “gnose” costuma designar-se hoje, no âmbito técnico da história das religiões, um movimento religioso sincrético que tem as suas primeiras manifestações no século I da nossa era e que floresce com esplendor no século II, especialmente naquelas versões que se relacionam com as religiões conhecidas nesses dois séculos: o judaísmo e o cristianismo”.

A *gnose* é, pois, um conceito que aqui justifica uma brevíssima apresentação. Etimologicamente é uma palavra que deriva do substantivo feminino grego *gnosis*, que significa conhecimento. Na sua aceção filosófico-religiosa corresponde a um conhecimento superior, espiritual e iniciático, possível ao homem através da alma, qual centelha de um mundo divino, aprisionada num corpo humano, embora não se confundindo com ele. Para o crente gnóstico, só através daquela centelha poderia o homem chegar a Deus, por via do conhecimento, não tanto pela fé. Trata-se de um fenómeno cultural, claramente sincrético, que eclodiu nos primeiros séculos da nossa era, tendo mergulhado as suas raízes filosóficas no pensamento dos gregos clássicos e as raízes religiosas nos antigos ritos místéricos greco-romanos²⁴. Claramente em linha com o mundo das ideias de Platão, a *gnose* consistia, assim, numa atitude filosófica, mais do que num ato de fé. Do ponto de vista religioso, mostra um berço bem diferente daquele onde nasceu o judeo-cristianismo. Foi, por isso, vista como escolha desviante; uma heresia.

Um candidato à *gnose* teria de passar por um rito iniciático, diferente do batismo, e só depois tentaria desenvolver a sua capacidade, exclusivamente mental, assente em exercícios espirituais fundados em meditação e, por vezes, em transe. A contemplação do gnóstico seria, então, um exercício racional na tentativa de chegar a Deus, conhecê-lo, identificar-se com ele. Não era, efetivamente, o caminho de chegar a Deus, tal como Jesus o propusera.

²³ António Piñero et al. – *O Livro Secreto de João e Outros Textos Gnósticos*, (2005), p.38

²⁴ Referimo-nos, nomeadamente aos Mistérios de Elêusis em honra a *Deméter*, aos mistérios órficos em honra de *Dioniso* e até ao culto à deusa *Isis*, de origem egípcia, posteriormente venerada na Grécia.

Na “Biblioteca de Hamadi”, encontram-se outros livros importantes, possíveis fontes, tais como o *Evangelho dos Egípcios*, o *Evangelho da Verdade*, e o *Livro secreto de João*. Na sua leitura evidenciam-se textos marcados pelo esoterismo, no sentido de serem abordadas realidades ocultáveis aos não iniciados. Foram, pois, escritos para ser dirigidos a uma elite intelectual da época – os crentes gnósticos, aqueles únicos a quem poderia estar reservado o conhecimento de Deus. Na Antiguidade, os partidários deste conhecimento divino num mero plano das ideias, a si próprios se denominaram os “eleitos”, ou “espirituais”. O termo gnóstico foi primeiramente utilizado por Ireneu²⁵, embora o termo “gnosticismo” seja moderno, tendo sido introduzido durante o século XVIII para fazer referência ao conjunto de sistemas gnósticos cristãos, e também judeus, que marcaram, principalmente, os séculos II e III.

2.1.2 Fontes religiosas não cristãs

Ainda nas obras escritas de caráter religioso que podem ser consideradas fontes históricas para o estudo do judeo-cristianismo, será adequado lembrar a existência de alguns escritos da denominada literatura rabínica, cuja redação pelos séculos I e II, também apresentam informações históricas relativas ao tempo e espaço do judeo-cristianismo inicial. É o caso da *Mishná* (palavra hebraica que significa repetição, revisão, estudo) e consiste na primeira grande compilação escrita da antiga tradição oral judaica – a Torá oral.

Igualmente será oportuna uma alusão às fontes islâmicas, que embora bastante mais tardias, não deixam de ser consideradas por alguns autores, não apenas na informação relativa a Jesus que é apresentada nas suratas do Corão como também em documentos posteriores, quase todos com ligações ao mundo oriental em territórios que hoje pertencem ao Irão e ao Afeganistão.

O Corão foi redigido no século VII, algumas décadas depois da morte de Maomé, ocorrida no ano 632. É a única fonte histórica, embora muito tardia, sobre a vida de Jesus e que dependeu, simultaneamente, de fontes cristãs canônicas, apócrifas e judias. Jesus surge

²⁵ Ireneu (130-202 d.C.), nascido romano, na Ásia Menor, mais tarde bispo de Lyon, na Gália. Combateu a heresia e pugnou na unificação doutrinal no mundo cristão. Foi um dos grandes defensores da primazia papal do bispo de Roma. Há muito canonizado como santo nas Igrejas católica e ortodoxa. Em Janeiro de 2022 o Papa Francisco, assinou o decreto que determina a sua inclusão na lista dos “doutores da Igreja”.

no texto corânico como *Issa ibn Maryam* que significa “Jesus o filho de Maria”. A surata (2,253) diz que Deus (Alá) fez de Jesus um profeta santo e que o seu poder e santidade resultam da sua condição de filho de uma virgem. De acordo com a surata 19, esses atributos manifestaram-se desde a sua extraordinária concepção anunciada pelo anjo Gabriel. Visão claramente inspirada nas fontes cristãs.

A grande diferença entre a visão islâmica de Jesus, face à dos cristãos, é que, segundo o Corão, Jesus não foi mais do que um enviado de Deus, um profeta, a quem Alá transmitiu toda a sagrada sabedoria plasmada na Torá (escrituras judaicas) e nos evangelhos (escrituras cristãs). A surata (61,6) coloca Jesus no ponto em que o Islão o vê: um anunciador de “um mensageiro que chegará depois de mim” - Maomé.

Fique uma última referencia às fontes historiográficas islâmicas e tardias, que refletem uma anterior tradição oral na zona da Ásia Central que acolheu o Islão. Fiddah Hassnein²⁶, um autor contemporâneo, cita recorrentemente estas fontes que, no essencial, apontam para a sobrevivência de Jesus à crucificação, a sua convalescença sob secretismo face às autoridades romanas e a sua fuga, partindo para Oriente. Tudo isto porquê? Segundo Hassnain²⁷: “o objetivo desta viagem de Jesus teria sido a busca das tribos perdidas de Israel”. Longe de estar demonstrada, a admissão desta possibilidade reforça, no entanto, a ideia da antiga presença de comunidades judeo-cristãs pelas longínquas paragens da diáspora oriental.

2.2 Fontes escritas de carácter profano

São muito importantes os escritos de Flávio Josefo, nascido judeu, pelo ano 37 ou 38 d.C., sob o nome *Yosef Ben Mattityahu* (José, filho de Mateus). Terá escrito originalmente em língua grega popular (*koiné*) e foi autor de duas extensas obras da maior importância: *A Guerra dos Judeus* (pelo ano 75 d.C.) e *Antiguidades Judaicas* (perto de 90 d.C.). Na primeira obra abordou com pormenor a revolta que culminou com a ação militar de Tito, enquanto que na segunda escreveu uma História do mundo na perspetiva judaica, contada

²⁶ Fiddah Hassnein, um islâmico sufi, autor de *A search for the Historical Jesus*, 2007.

²⁷ Hassnain, *op.cit.* p.179

desde os *Génesis*. Josefo viu e comentou a separação definitiva do movimento cristão a partir do judaísmo. Nunca se converteu ao cristianismo nem defendeu que Jesus tivesse sido o Messias esperado. Ficou cidadão romano sob o nome *Titus Flavius Josephus*, e faleceu por volta do ano 100 tendo sido testemunha presencial dos graves acontecimentos ocorridos em Jerusalém, no ano 70, quando as forças romanas, no âmbito da primeira guerra judaico-romana (66-70), tomaram e destruíram a cidade e o seu Templo.

Só no século IV, pela primeira vez, há notícia dos textos das *Antiguidades Judaicas*. Isso deveu-se a Eusébio (265-339), bispo de Cesareia, cidade cuja *Biblioteca Teológica de Cesareia Marítima* reunia o mais importante acervo de documentos relativos às primeiras gerações de cristãos, tais como Atos de mártires, cartas de autores cristãos, listas cronológicas de bispos. Nos escritos de Eusébio há referências a muitos textos originais que não chegaram aos nossos dias. A ele se deve o primeiro relato cronológico do cristianismo primitivo, entre os séculos I e IV. É, por isso, considerado o pai da História Eclesiástica.

Josefo faz uma referência à existência de Jesus. Tal aparece num excerto das suas *Antiguidades Judaicas* que nos meios académicos é conhecido como *Testimonium Flavianum*. Segundo Sanders, porém, há uma questão importante em torno desse escrito de Josefo que nós conhecemos. Essa questão resulta precisamente da circunstância de não serem conhecidos os manuscritos originais. Efetivamente, o texto que chegou à posteridade foi conservado pelos escribas cristãos e o problema está no facto de terem acontecido, também aqui, as já acima referidas “camadas redacionais” sobre textos mais antigos. Daí pode ter resultado um evidente prejuízo no que toca à verdade histórica expressa no texto. É o que parece suceder neste caso. Ainda segundo Sanders²⁸,

²⁸ E.P. Sanders em *The Historical Figure of Jesus*, pp.76-77 «Vou citar o texto (Josefo, *Antiguidades Judaicas*, livro 18, paragrafo 63 e seguintes) na sua forma atual, colocando entre parenteses as passagens cuja adição por escribas cristãos é mais obvia. Algumas passagens que não se encontram entre parenteses são igualmente duvidosas; não podemos ter a certeza de que os autores se limitaram a introduzir frases. Eles podem ter eliminado uma parte daquilo que Josefo escreveu. “Foi por essa altura que viveu Jesus, um homem sábio (**se é que lhe devemos chamar homem**). Ele fez obras extraordinárias e era o mestre das pessoas que aceitavam os seus ensinamentos como verdadeiros. Conquistou muitos judeus e gregos. (**Era o Messias**) Quando Pilatos o condenou à morte na cruz, depois de ter ouvido as acusações que lhe faziam os mais ilustres entre nós, aqueles que lhe tinham entregue o seu coração não abdicaram da sua afeição por ele. (**Apareceu-lhes ao terceiro dia ressuscitado, pois os profetas de Deus assim o tinham anunciado, bem como outras maravilhas à cerca dele.**) E o grupo dos cristãos, assim designados por causa dele, não desapareceu até aos dias de hoje». (N.A.: caracteres em “bold”, conforme o original de Sanders)

acompanhado, aliás, por muitos outros autores, os escribas cristãos dos primeiros séculos não teriam conseguido resistir à tentação de rever o texto original, e fizeram questão de proclamar que Jesus era o Messias e ressuscitou. Essa suspeita funda-se, essencialmente, em descontinuidades linguísticas que não são coerentes com a restante escrita apresentada no documento original.

Flávio Josefo, dir-se-ia hoje, foi um autor laico. Sendo judeu não manifestou, contudo, particulares convicções religiosas. Nem Jesus, nem os judeo-cristãos constituíram o principal foco do historiador, em linha, aliás, com a atitude de relativa indiferença que quer Jesus quer os seus primeiros crentes suscitaram aos romanos daquela época. Com efeito, nos arquivos romanos os investigadores descobriram bastante material relativo aos antigos judeus, alguma informação sobre as primeiras comunidades judeo-cristãs, mas muito poucas referências à pessoa de Jesus. Caso tivessem existido outros registos mais antigos e originais é provável que estivessem em Jerusalém e teriam sido destruídos após a revolta esmagada por Tito, ficando perdidos para sempre.

Todavia, sabemos que dez anos depois da condenação à cruz, há notícias, em Roma, de um tal “Cristo” que causava desordem e divisão entre os próprios judeus que ali viviam. Encontra-se essa informação em “*Claudio Divinizado*”, o quinto dos doze livros dedicados “à vida dos doze Césares”, cujo autor - Suetónio²⁹, sugere ter havido uma divisão entre os próprios judeus (e judeo-cristãos) de Roma em torno da questão de Jesus, se ele seria, ou não, o Messias esperado. No capítulo dedicado ao imperador Claudio escreveu: “*Expulsou de Roma os judeus, sublevados constantemente por incitamento de Cresto*”.

Vinte anos depois os historiadores romanos já dão pela existência dos primeiros judeo-cristãos (não de Jesus) a ponto de Nero os querer responsabilizar pelo incêndio que assolou Roma. Decidiu persegui-los pela sua “execrável superstição” na devoção a um homem que tinha sido crucificado. Essa informação é encontrada em Tácito³⁰: consta nos seus *Anais* e terá sido redigida por volta do ano 116: “*Nero apresentou como culpados e submeteu-os às mais variadas torturas àqueles vulgarmente chamados de cristãos, odiados pelas suas abomináveis crenças. Aquele de quem tomavam o nome, Cristo, tinha*

²⁹ *Gaius Suetonius Tranquillus* (69-141d.C.); escritor e secretário do imperador Adriano, autor das biografias dos primeiros doze imperadores romanos – obra denominada “*A vida dos doze Césares*”.

³⁰ *Publio Cornelius Tacitus* (56-120d.C.); *Anais* (15,44).

sido executado no reinado de Tibério sob o procurador Pôncio Pilatos. A execrável superstição, momentaneamente reprimida, irrompia de novo não só pela Judeia, origem do mal, como também pela cidade³¹, lugar onde aflui gente de todos os lados e onde ocorrem todo o género de atrocidades e vergonhas.”

Registamos aqui como curiosidade que a autenticidade do manuscrito latino (*Manuscriptos Medicianos*) através do qual nos chegou o texto de Tácito já mereceu as reservas de alguns investigadores quanto à sua autenticidade, ou possível adulteração, justamente no que à ortografia da palavra “*christianus*” diz respeito. A troca do primeiro “i” por um “e” alteraria o sentido da palavra. No entanto, a maioria dos estudiosos inclina-se por acreditar que, neste documento, não será provável ter havido posterior intervenção de escribas cristãos, até porque eles próprios não se reveriam na designação de uma “estranha superstição”.

Entre os notáveis autores do século I e que tenham escrito algo sobre o nosso tema fique uma referência a Fílon, um judeo-cristão helenizado. Intelectual platónico e helenista que nasceu em Alexandria no ano 20 a.C., filho de judeus. Aí viveu até aos setenta anos. Nada escreveu diretamente sobre a pessoa de Jesus, nem sobre os primeiros judeus seus seguidores mais próximos. Produziu, no entanto, vários escritos relativos à história do judaísmo e à sua interpretação helenizada da Torá. Foi testemunha de presença dos primeiros judeo-cristãos em Alexandria. Por ventura, poderá ter sido mais um filósofo do que propriamente um historiador.

Um pouco mais tarde, na transição do primeiro para o segundo século viveu *Caius Plinius Secundus* (61-114d.C.) - simplesmente conhecido por Plínio, o jovem, nomeado governador da Bitínia e do Ponto, ao tempo do imperador Trajano.

Por essa altura, nesta região, já era bem conhecida a existência de comunidades judeo-cristãs. Entre o governador Plínio e o imperador foi mantida uma extensa troca de correspondência que, apesar de ser datada do início do século II aborda o tema dos cristãos em documento que nos confirma ali a sua existência e os problemas que essa presença suscitava no relacionamento com as autoridades civis.

³¹ A cidade de Roma. (N.A.)

3. Raízes orientais e pré-clássicas

A Mesopotâmia, pela sua centralidade geográfica, económica, cultural, por vezes política, ocupa um lugar verdadeiramente destacado no mapa do Antigo Médio Oriente.

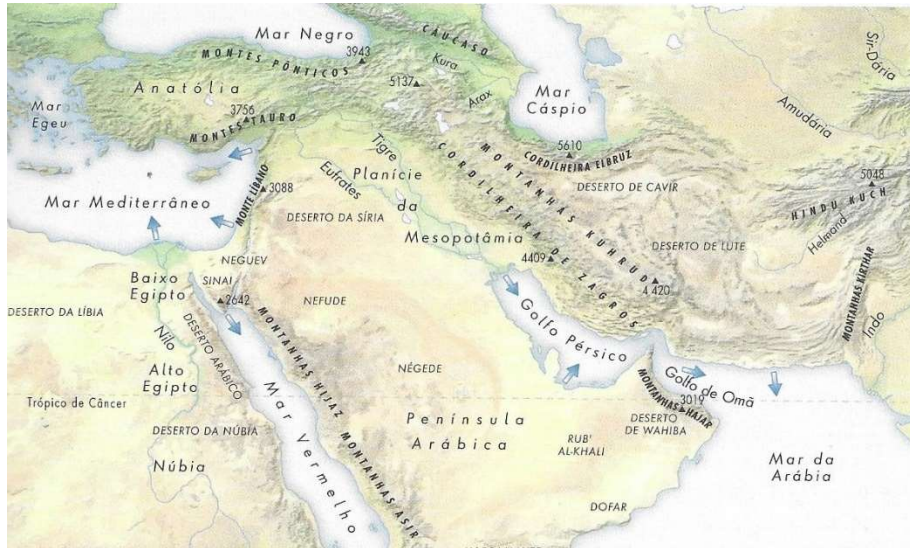


Figura 1. Mesopotâmia no centro do mundo antigo. Fonte: Atlas Histórico do Médio Oriente, 2021.

Neste alargado mapa do mundo bíblico, já lá vão alguns milénios, aqui encontramos elementos unificadores de toda esta região: um recorrente vai e vem das fronteiras políticas, uma sequência de línguas comuns (línguas francas) em vastos territórios, uma comunhão de diferentes tradições, divindades, visões do mundo, a existência de ancestrais troncos populacionais comuns com raízes semitas e indo-europeias, avassaladoras ondas culturais e religiosas que banharam todo este velho território, como o helenismo, o budismo, o mazdeísmo e o judaísmo.

Toda esta região mostra-nos como foram inúmeras as interações culturais e religiosas entre diferentes povos e culturas, resultando na produção de múltiplos sincretismos, dos quais o judeo-cristianismo viria a ser um exemplo importante, que aqui queremos realçar.

Nas próximas páginas, vamos percorrer uma breve viagem pela Antiguidade Oriental e pré-clássica. Estaremos atentos ao encontro com tradições ou outros elementos culturais e religiosos que, de alguma forma, nos sugiram: os tais sincretismos que vieram a exprimir-se, direta ou indiretamente, no judeo-cristianismo.

3.1 Antiga Índia

Os investigadores sabem hoje quão antigas são as relações comerciais³² e culturais entre as antigas civilizações da Mesopotâmia e do Vale do Indo. Foi aqui que surgiram as primeiras especulações sobre a origem mundo, do cosmos, do homem e das divindades. Aí se assistiu à sedentarização de comunidades humanas em diferentes estádios do seu processo evolutivo e onde duas ondas migratórias se encontraram e mesclaram dando origem a um enorme espaço geográfica e culturalmente aproximado pelas línguas, pelos genes, pela busca de explicações.

Recuemos aos meados do terceiro milénio e situemo-nos no território do noroeste indiano. Desde as montanhas do Cuche até à foz do Indo (em territórios que integram hoje a Índia e o Paquistão), floresceu uma antiga civilização agrária e pastoril, pré-ariana, disseminada por uma rede de pequenas cidade-Estado, onde avultaram as cidades de Harapa e Mohenjodaro, cujas crenças religiosas pouco conhecemos. Os arqueólogos falam destas cidades sublinhando o seu notável desenvolvimento urbano e um luxo civilizacional que a Europa só conheceria milénios mais tarde. Vestígios de cidadelas amuralhadas com largos terreiros e ruas empedradas; era notada a ausência de grandes palácios, de templos ou monumentos funerários. Não se adivinhava a existência de uma elite dirigente diferenciada.

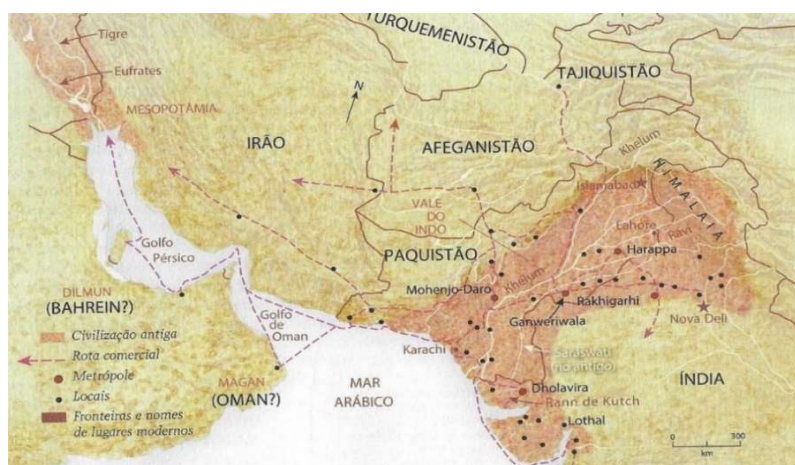


Figura 2. Antigas rotas comerciais entre a Mesopotâmia e o Vale do Indo.

Fonte: Atlas Histórico do Mundo Antigo, National Geographic 2022

³² A civilização do vale do Indo exportava ouro, cobre, madeira, marfim e algodão para a Mesopotâmia. Importava bronze, estanho, prata, lápis-lazuli e talco.

Pelo final do terceiro milénio, ou início do segundo, e por razões ainda não explicadas, ali chegou a vaga migratória dos povos indo-Arianos. No seu avanço para sul e sudeste, atravessaram o Cuche e o Irão e deram numa manta retalhada de pequenos reinos tribais.

Estes Indo-Arianos constituíam um sub-grupo, entre um vasto conjunto de tribos oriundas das estepes da Ásia Central, genericamente designadas por tribos indo-europeias, pois partilharam uma cultura e uma língua que esteve na base de várias línguas asiáticas e europeias. O nome “ariano” vem do termo sânscrito – *arya*, que significa nobre.

Estas tribos já haviam começado uma enorme vaga migratória, de leste para oeste, ainda no decurso do terceiro milénio. Na região Balcânica e no território da futura Grécia pensa-se que a sua chegada terá ocorrido antes, mesmo, da sua entrada na Índia. Ali, terá acontecido entre 2.300 - 2.100, vindo a estar na base da formação de grupos como os Aqueus, os Eólios e os Jónios; em Creta foi mais tardia a entrada dos genes indo-europeus.

Na Mesopotâmia, os novos migrantes viriam a miscigenar as populações locais e tanto nos Sumérios como nos Babilónios (de origem semita) circulou sangue indo-europeu; na Europa ocidental terão sido os principais pioneiros na constituição dos núcleos celtas. Todos esses indo-arianos falaram uma língua relacionada com o sânscrito, não apenas o indo-ariano, como o iraniano, o arménio, o helénico e o italo-celta. Por esta via, pois, gregos, hititas, indianos e outros povos partilharam genes, vocábulos e ideias.

Os indo-europeus terão formado sociedades de carácter fortemente patriarcal e rigidamente estruturadas em classes de sacerdotes, guerreiros e camponeses. Desenvolveram sociedades agrárias e sedentarizadas, onde ganhou importância a generalização do uso do cavalo na tração de veículos rodados. Por essa altura, generalizou-se, na Índia, o uso do ferro.

Com os indo-arianos desenvolveu-se na Índia a denominada “cultura dos Vedas”. As antigas crenças religiosas indianas evoluíram, então, sob três períodos com marcadas diferenças nos seus aspetos políticos e sociais: o período védico, o bramânico e, mais tarde, o hinduísta. Os dois primeiros períodos e o surgimento do budismo, este sob a

circunstância particular de ter chegado a ser “religião de Estado”, são os que mais importam realçar aqui.

O Período designado por Védico encontra o seu nome nos *Vedas*. Trata-se de quatro coletâneas de textos, produzidos em diferentes épocas, das quais a mais antiga é o *Rigveda*. Três divindades assumem particular relevo: *Indra*, *Varuna* e *Dyaus*.

Indra, um deus guerreiro, mas também um deus do trovão, soberano do céu, senhor do sol e da luz, é aqui a principal divindade e o deus mais popular. São-lhe dedicados duzentos e cinquenta dos mil e vinte e oito hinos que este Veda contém. Conta-se o velho mito da luta de *Indra* contra *Vritra*, grande monstro, cruel dragão do mar, representado por uma nuvem escura. Com a vitória de *Indra* as águas foram libertas.

Varuna, cujo nome deriva do radical “*var*” que significa cobrir é, pois, a divindade que cobre o mundo. Trata-se da personificação mitológica do céu noturno que cobre a terra e das águas que a envolvem. Dumézil³³ associa esta divindade a *Urano*, divindade grega que personificava o céu.

Dyaus, personificação do céu luminoso e diurno, com o cognome *pitar*, ou pai, e cujo nome estará na origem do nome *Zeus* que os gregos adotariam para a principal divindade do seu panteão, ou mesmo do *Júpiter* romano cujo nome resultará do sânscrito- *Dyaus pitar*. Entre muitas outras divindades védicas refiram-se *Vixnu*, que nesta fase ainda teria um lugar modesto entre as divindades e também *Mitra*, considerado o deus amigo e defensor dos homens, (cujo nome será retomado pelo zoroastrismo e chegará a Roma).

A religião do período védico era relativamente simples. Estava inteiramente voltada para este mundo, como também veremos na religião mesopotâmica, sem qualquer especulação sobre a vida no Além. O seu elemento central era o sacrifício oferecido às numerosas divindades, sendo que a maior parte destas eram personificações de fenómenos naturais. Não havia templos, nem santuários, nem imagens. Havia sacerdotes que cumpriam ritos.

Na passagem do segundo para o primeiro milénio os arianos alargam a sua presença territorial e, caminhando de Oeste para Leste, chegaram à bacia do Ganges onde fundaram novos Estados de economia predominantemente agrária com recurso à mão de obra local em regime de escravatura. Aí subjugaram as tribos residentes, fenómeno, aliás, em moda

³³ George Dumézil (1898-1986), antropólogo e filólogo francês, professor do Collège de France na área das “Civilizações indo-europeias”. Autor da celebre hipótese da trifuncionalidade social projetada nas tríades divinas. Um dos mais ilustres intelectuais da Academia Francesa, que o admitiu no ano 1978.

nessa época, que conheceu um paralelo idêntico nas terras aluvionares do Nilo onde labutou a mão de obra hebraica em regime de escravatura. É desta altura que surge o sistema de castas na Índia, muito característico do denominado período bramânico, sistema que perdurou até aos nossos dias como um traço característico da vida social indiana.

As antigas castas (denominadas *varnas*) eram quatro: Brâmanes (classe mais alta de sacerdotes hereditários que possuindo conhecimentos sagrados revestiam-se de autoridade social), xátrias (os guerreiros), vaixiás (agricultores, criadores de gado e comerciantes) e sudras (os trabalhadores escravos, descendentes das populações aborígenes dominadas pelos arianos). As três primeiras castas eram consideradas nobres e arianas. O sistema das castas ficou consagrado no *Código de Manu* que previa um rito obrigatório de iniciação a todos os pertencentes às castas nobres, numa cerimónia de iniciação designada *upanayana* que era entendida como um segundo nascimento, vedado aos sudras.

No novo panteão bramânico o deus principal passou a ser *Brahma*, a que se seguiam *Vixnu* e *Xiva*. *Indra*, o principal deus dos tempos védicos, tornou-se deus dos guerreiros xátrias. Para os agricultores vaixás, a antiga divindade *Rudra* passou a ser deus oficial, posteriormente identificado com *Xiva* sublinhando a ancestral importância das divindades agrárias. Os sutras mantinham-se afastados de qualquer culto oficial.

Religiosamente relevantes eram os rituais baseados no poder purificador da água. A imersão nas águas do Ganges a quem se reconhecia o poder sagrado de purificar o homem, constituiu um ritual precursor dos ritos de ablução quer nos Mistérios Eleusinos da Antiga Grécia quer no batismo dos judeus, e mais tarde dos cristãos.

Alguns cultos místicos do tempo bramânico assumiram uma vincada expressão erótica (por exemplo os cultos do elemento feminino designados por *sakti* e os cultos orgíacos em honra de *Xiva*), aliás, em paralelo com o que se verificava, por essa altura, numa latitude ampla desde a Mesopotâmia à Palestina, com cultos sagrados em honra da deusa *Isthar*.

Todavia, talvez o aspeto mais importante que encontramos nesta época terá sido o facto de se ter desenvolvido uma importante teoria religiosa que veio a caracterizar a religião indiana: a *ideia da metamorfose*, conceito, aliás, relacionado com o sistema de castas. Segundo a crença bramânica a alma de um homem não morria com ele, transmigrando, isso sim, para outro corpo material. Perpetuar-se-ia, assim, um circular retorno à vida.

Eis na *metamorfose* a primeira ideia que encontramos sobre a imortalidade da alma. O ser, ou o objeto, onde a alma iria encarnar isso dependeria do comportamento do homem durante a sua vida, e logo em primeiro lugar da observância das regras impostas à sua casta. Aos brâmanes competia estabelecer as diferentes categorias de pecados e os correspondentes castigos. Nesta lógica de punição *versus* recompensa o bramismo admitia que um sudra que, em vida, tivesse servido dócil e humildemente as outras castas poderia reencarnar numa casta superior, como também o inverso poderia acontecer reencarnando num animal ou, até, num objeto inanimado.

Temos, pois, aqui no Oriente, uma primeira aproximação à crença numa justiça *post mortem* que poderia premiar, ou punir, os crentes, em função do seu comportamento.

Note-se, que por essa altura já havia nascido no Antigo Egito a ideia de um julgamento das almas dos mortos, embora aí as almas não fossem vistas como separáveis dos respectivos corpos. O julgador das almas era *Osíris* assessorado por outros deuses. Nesse julgamento eram apreciadas as boas e as más ações de um defunto e em função desse julgamento se determinaria o destino da alma. Assunto que retomaremos adiante.

Em fase posterior, surgiu no zoroastrismo iraniano uma idêntica esperança na vida da alma além-túmulo (aqui já temos alma separada do corpo), em associação a uma ideia moral de recompensa (paraíso) ou castigo (inferno). Servem estas considerações para tomarmos consciência que é muito antiga, e nascida no Oriente, a crença na vida da alma para lá da morte e, bem assim, a noção de um juízo moral *post-mortem* a que se associam consequências futuras.

3.1.1 O Budismo

De origem mais recente, no final do período bramânico (sec. VI – V a.C.) e não sendo propriamente uma religião, a Índia assistiu ao nascimento do Budismo, uma escola de vida espiritual que se desenvolveu por todo o mundo oriental e cruzou todas as geografias onde havia comunidades de judeus.

Gauthama Siddharta (563-486 a.C.), um príncipe que viveu no território do atual Nepal, deverá ter conhecido e praticado a religião indiana até ao dia em que saiu do seu palácio para uma vida de meditação. Concluiu, então, que a existência humana era um “vale de lágrimas” uma vida em contínuo sofrimento. A sua vida passaria a ser dedicada à tentativa de atingir um estágio de “iluminação” – o *Nirvana* – aí, onde todo o sofrimento é eliminado. Buda significa “iluminado”. O caminho budista rumo à iluminação e ao *Nirvana* teria de ser percorrido mediante a neutralização dos desejos, o desapego aos bens e prazeres materiais, uma sábia imperturbabilidade ao sofrimento e à dor. O budismo, tal como o hinduísmo, vê a vida como uma mera passagem, integrada num ciclo de sucessivas fases de vida e morte, acreditando na reencarnação.

O budismo assistiu a partir do século III a.C. à emergência de duas novas linhas na mesma espiritualidade, mas com concepções evolutivas distintas: A linha *Theravada* (mais conservadora) e a *Mahayana* (mais universalista e missionária). A primeira, cujo nome deriva do sânscrito *shatiravada*, significa literalmente “ensino dos sábios” ou “doutrina dos anciãos”, e correspondia à versão mais antiga do budismo inicial, mais voltada ao modo de vida ascético e contemplativo. Por outro lado, a novidade *Mahayana* surge no budismo como um movimento filosófico inclusivo que, simultaneamente, abria a espiritualidade da iluminação a novos *sutras* (ensinamentos religiosos sob a forma de textos, por vezes evocados em cânticos denominados *mantras*) e a novas geografias.

No final do século IV, a leste do Indo o novo Império Mauria mostrou a força suficiente para travar o ímpeto expansionista de Alexandre. O seu fundador Chandragupta Mauria transformaria a Índia num dos maiores impérios que o mundo, até então, já vira. Já depois da morte do grande conquistador macedónico, o rei Seleuco da Mesopotâmia ainda tentou concretizar o sonho de Alexandre, ou seja, entrar na Índia. Foi travado por Chandragupta. Daqui resultou que Seleuco negociou a derrota com o rei Mauria, tendo de lhe ceder os territórios setentrionais – os passos (passagens) de montanha do Indocuche – no cruzamento das rotas da Ásia do Sul, Central e Ocidental. Os primeiros três reis da dinastia Mauria alargaram, então, o seu território que passou a espalhar-se das montanhas Zagros (atual fronteira natural entre Irão e Iraque) ao rio Bramaputra. Construíram novas estradas pela região, dotaram-nas de guardas permanentes e a partir daqui o comércio entre a Ásia do Sul e o Médio Oriente ficou controlado e muito facilitado. Com o sucesso nas rotas comerciais veio a prosperidade económica.

O neto de Chandragupta, terceiro rei da dinastia, foi o célebre rei Asoka (268-232a.C), aquele que governou o seu império em tempo de paz e prosperidade e cedo adotou os princípios do budismo. O império Mauria contaria nesta altura uma população entre cinquenta a sessenta milhões de habitantes. Na sua capital, Pataliputra, habitaria uma corte cujo esplendor só seria rivalizado pelo das antigas cidades persas. Matemática, Astronomia e Arte, faziam parte dos interesses da vida quotidiana na grande corte. Em pouco mais de um século antigas estátuas primitivas em barro são substituídas por monumentais peças em pedra.

Asoka, um monarca budista, constitui-se um grande proclamador da renúncia à violência, tendo governado o seu povo de forma benigna. Holslag³⁴ refere mesmo «*que foram erigidos pilares com os Editos budistas de Asoka, por todo o império Mauria*». Já convertido ao budismo, foi o próprio Asoka quem convocou o terceiro concílio budista realizado em Palatiputra, por volta do ano 250 a.C. O budismo perdurou na zona noroeste da Índia e na zona do Cucho até à época medieval só vindo a perder influência após as invasões dos hunos e a expansão do Islão para Oriente.

Das interações culturais judeo-budistas terão surgido as primeiras crenças no surgimento de um *bodisatva* por terras da Palestina. Há autores que acreditam tenha sido essa crença a luz estelar que moveu os magos na longa viagem que empreenderam para visitar o menino Jesus. Segundo Hassnain³⁵ o budismo não se confinou na Ásia:

Muito antes do nascimento de Jesus, os missionários budistas estiveram no Irão, na Síria e em Roma. Por exemplo, uma missão budista do Oriente foi recebida na corte de Ptolemeu Filadelfo, pelo século III a.C.. É um erro comum a opinião de que os budistas acreditam num só Buda; no panteão budista figuram numerosos budas e bodisatvas. Esta palavra significa budas futuros, ou budas em desenvolvimento, e estes bodisatvas são objeto habitual de busca dos budistas, por toda a parte, porquanto acreditam na reencarnação dos budas, ou iluminados.

Eliade³⁶ refere a “via dos Boddhisattva” como uma crença muito em voga no mundo budista por volta do século I a.C. Tratava-se da crença num personagem laico (portanto possivelmente nem budista, nem indiano), um modelo de virtude e de compaixão que se

³⁴ Jonathan Holslag, *Uma História política do mundo*, p.155.

³⁵ Hassnain, *op.cit.* p.63

³⁶ Mircea Eliade, *Histoire des croyances et des idées religieuses* /II, p.212

entregaria inteiramente ao serviço da “salvação” dos irmãos, sucedendo ao próprio Buda na liderança espiritual da comunidade. O mesmo autor³⁷ refere que “*Toutes les écoles bouddhistes reconnaissaient l'importance des Bodhisattva. Mais les Maháyanistes ont proclame la superiorité du Bodhisattva sur l'Arhat*”³⁸.”

Sabemos, pois, que, nos dois séculos anteriores ao nascimento de Jesus, já um vasto território oriental com núcleo central entre a Bácia e o noroeste da Índia e com demonstradas ramificações para nascente e poente conhecia bem a nova ética budista. Aspeto que também julgamos ser de significativa importância para a compreensão do Jesus histórico, atendendo à probabilidade de que ele tenha tido algum conhecimento da ética e da realidade budistas.

No budismo não há um Deus. Portanto, ao contrário do judaísmo tradicional, os preceitos de Buda não assumem a forma de ditados pouco flexíveis nos quais uma prática ou se enquadra no preceito escrito, ou é um pecado. Como qualquer sistema ético, não fundamentalista, o Budismo oferece princípios orientadores gerais. Não exige os homens de proceder ao julgamento moral das suas condutas mas isso não implica, jamais, a avaliação de uma conduta face a uma lei. O budismo trouxe, pois, importantes inovações:

Numa primeira dimensão trouxe a adoção de uma ética, simultaneamente, responsável e de liberdade. Numa segunda dimensão, o budismo marca claramente, do ponto de vista histórico, a abertura da porta das religiões de carácter nacional, ou étnico (caso típico do judaísmo) para uma universalidade que o judaísmo acompanharia com dificuldade e que o cristianismo, pelos ensinamentos de Jesus, viria a ser expoente máximo. Numa terceira dimensão, o budismo considerando que todos os humanos estão ao mesmo nível de partida rumo à iluminação, situou homens e mulheres no mesmo patamar de importância, conseqüentemente num mesmo estatuto, de relevância familiar e social.

³⁷ Mircea Eliade, *op. cit.*, p.212

³⁸ *Arhat* é uma palavra, em sânscrito, que designa uma figura de elevada estatura espiritual, digna de merecer louvores divinos. Palavra que começou por ser usada no jainismo para designar os seus santos e que depois foi adotada pelos budistas para designar o próprio Buda. A estas figuras, ao contrário, do que acontecia com os *Bodhisattva*, era reconhecida a sabedoria mas não, necessariamente, a compaixão.

3.2 O Egito

Milénios antes da nossa era já as margens do Nilo foram habitadas por diferentes tribos norte africanas que aí experimentaram uma primeira sedentarização consentida pela fertilidade das suas margens aluvionares, periodicamente irrigadas pelas cheias. “O Egito é um dom do Nilo”.

Pelo final do quarto milénio, aconteceu a unificação política de várias comunidades que viviam no Alto e no Baixo Nilo, sob a liderança de um primeiro dirigente político comum - o faraó Narmer. Começou aqui, por volta de 3.100 a.C. a primeira de trinta dinastias que a História do Antigo Egito conheceu, onde períodos de estabilidade política e prosperidade económica alternaram com períodos de relativa instabilidade, ou mesmo crise, habitualmente designados por períodos intermédios.

Talvez o auge da prosperidade económica, cultural e artística, de um Egito governado pelos próprios egípcios tenha acontecido no período denominado “Império Novo” (1550-1069 a.C.), período igualmente importante na História dos hebreus, durante o qual ocorreu a sua passagem pela civilização dos faraós.

Por essa época, um volte face religioso foi experimentado com a reforma de Amenofis (ou Amenotepe) IV, um faraó pacifista que mudou o nome para Aquenáton (que significa esplendor de *Aton*). A sua reforma religiosa foi no sentido de incentivar o culto de um deus sobre todos os demais, quando decretou uma nova divindade suprema - o Sol, ou *Aton* e a mudança da capital para Amarna.

O que parece certo é que o faraó de *Aton*, muito centrado na sua reforma religiosa, terá descurado outras áreas da sua governação, nomeadamente a economia e a defesa. Talvez por isso, tenha o Egito entrado num período de turbulência e instabilidade. Os faraós seguintes apressaram-se em abandonar as políticas de Aquenáton e, bem assim, a sua reforma religiosa. Estava-se nos meados do século XIV a.C.

Pelo tempo do Imperio Novo, fruto de campanhas militares vitoriosas, o território sob o domínio dos faraós atingia a sua máxima dimensão, estendendo-se da Núbia até ao rio Eufrates. Com uma economia próspera, assente na agricultura, na exploração mineira e no comércio externo, atividades geradoras de importantes excedentes de liquidez, isso

permitiu o financiamento da construção de cidades, de obras monumentais, e obras de irrigação.

Após um novo (terceiro) período intermédio, novas dinastias estrangeiras viriam a governar o Egito, naqueles períodos que a História designa por Época Baixa (664-332), sob o domínio assírio, e Época Ptolemaica (332-30 a.C.), sob o domínio dos sucessores de Alexandre. Por fim, ao aproximar-se a transição do milénio chega a época romana (31 a.C.- 639 d.C.). Aconteceu após a vitória de Octaviano, futuro imperador Augusto, sobre a rainha Cleópatra, apoiada por Marco António. Jogo decidido na batalha de Accio, em pleno contexto da guerra civil romana.

A sociedade egípcia apresentava uma estrutura hierarquizada e patriarcal. No topo social estava o rei, designado oficialmente por faraó a partir da XVIII dinastia, encarado como uma personificação do deus *Hórus*. A partir do final do Império Antigo, os reis apresentavam-se como filhos do deus *Rá*, ou *Ré*, o deus sol. O sol criador, o sol que todos os dias se levanta para criar, amadurecer e dar sustento ao pão que o Nilo ajuda a criar. Só depois se esconde.

Era uma sociedade maioritariamente constituída por camponeses (os *felah*) que trabalhavam em terras do Estado ou de alguma família nobre. Estes homens também eram chamados a trabalhar em obras públicas, na limpeza de canais, e tinham de pagar um imposto sobre o seu trabalho. O estrato social inferior era constituído pelos escravos, geralmente cativos ou condenados da justiça, homens que teriam de oferecer a força do seu trabalho em todo o tipo de atividades como as domésticas, agrícolas, ou construção civil.

A circuncisão dos rapazes era prática comum e acontecia antes da puberdade. Homens e mulheres podiam celebrar contratos, comprar e vender bens ou imóveis, casar e divorciar. As mulheres, todavia, tinham um percurso formativo inferior ao dos homens e não desempenhavam funções na administração do Estado. Homens e mulheres da classe alta adornavam-se. As mulheres da corte eram pródigas. Usavam perucas, joias, cosméticos, perfumes e cremes para amaciar a pele. Praticavam a depilação, a massagem e a pintura de um risco nas pálpebras com o qual realçavam o efeito de alongamento dos olhos. Requisites de uma sociedade rica em recursos e em contrastes.

Nas antigas populações africanas do vale do Nilo, anteriores ao quarto milénio, houve um culto generalizado a animais sagrados, cuja reminiscência totémica parece evidente no culto tardio a alguns deles: o gato, o falcão, o crocodilo e particularmente o touro.

Nos primórdios do Egito coube ao boi *Apis*, assumir a função sagrada do touro, divindade associada também ao Sol. Representava-se na imagem de um boi preto com o disco solar entre os chifres; o seu culto centrou-se em Mênfis e durou até fase avançada. É muito curiosa a síntese tardia deste deus *Apis* com o deus *Osíris* (incarnado num toiro branco); na fase ptolemaica, terá sido adotada uma nova divindade sincrética greco-egípcia o deus *Serapis*, cuja representação era antropomórfica como convinha à receção grega.

Os antigos egípcios acreditaram numa continuação da vida no “Além”, corpo e alma. Na época do Imperio Médio nasce a ideia do julgamento das almas dos mortos. O juiz das almas era o próprio *Osíris*, assessorado por muitas outras divindades menores.

Na mitologia e nas crenças egípcias conhecem-se diferentes tradições que ressoaram nas outras mitologias antigas, nomeadamente na Mesopotâmia e, mais tarde, na Grécia. No Egito, todavia, ressaltará sempre uma divindade solar como figura proeminente do panteão.

Segundo a tradição mais antiga, difundida a partir da antiga cidade de Hermópolis, antes de tudo existiu o *Nun* (um oceano primordial e escuro), *Heh* (o espaço infinito), *Kek* (a escuridão) e *Amon* (o oculto). Da união destes quatro elementos primordiais com os seus cônjugues femininos terá nascido a primeira divindade – *Nefertum*, a partir da qual se originou a luz solar e o próprio universo.

Noutra tradição, a de Heliópolis, o deus solar apresentava-se com diferentes nomes, consoante a hora do dia (portanto, a sua posição diária aparente), sendo que ao meio dia se designava *Ré* e ao final da tarde se designava *Atum*. Segundo Sousa³⁹ “o nome de *Atum* deriva do verbo “tem” e tanto significa completar (ou realizado), como não existir. Deste modo, «Aquele que se completou», ou «o que deixou de existir», são traduções igualmente possíveis do seu nome, o que significa que o criador resumia em si mesmo os extremos opostos: o tudo e o nada, o ser e o não ser”. De acordo com o mito heliopolitano *Atum* terá originado *Chu* (divindade associada ao ar e ao “sopro da vida”) e *Tefnut*

³⁹ Rogério Sousa, *Em busca da Imortalidade no Antigo Egito, Viagem às origens da civilização*, pp.20-21.

(divindade associada à humidade e ao orvalho), naquilo onde o citado autor vê o simbolismo de um princípio ativo masculino e outro feminino.

As divindades *Isis* e *Osíris* tinham uma funcionalidade associada à fertilidade e à vida. É curioso o mito egípcio sobre a morte e ressurreição de *Osíris*. Segundo essa crença teria existido um antigo rei, morto traiçoeiramente pelo seu irmão - *Set*, que cortou o seu corpo e o espalhou por toda a parte. A sua irmã e esposa *Isis* recolheu as partes, reconstituiu o falo e conseguiu ter dele um filho – *Hórus*. Este filho vingou a crueldade de deus *Set* e ressuscitou o pai. Todos os anos a população do Egito festejava a morte e a ressurreição de *Osíris*, mito que nos faz lembrar outras variantes mitológicas de um deus da vegetação e da fertilidade onde metaforicamente se celebram as transformações do grão que morre, germina e volta a dar fruto.

À imagem e ao culto de *Osíris* andou sempre ligada a deusa *Isis*, que com o tempo, foi-se assumindo como a mais popular deusa da fertilidade no Antigo Egito. Cumpriu, pois, uma função que a aproximou das divindades férteis e femininas de todo o Mundo Antigo: *Isthar*, *Astarte*, *Afrodite* e *Vénus*.

Numa época tardia do helenismo, o culto de *Isis* teve ampla difusão por todo o Mediterrâneo, havendo evidências desse culto que terá chegado até à Península Ibérica⁴⁰. Os arqueólogos não têm dúvidas que esse culto à deusa da feminilidade fértil e geradora de vida, na linha das antigas deusas-mãe orientais, durante bastante tempo, coexistiu com as primeiras comunidades cristãs em território europeu.

Até que ponto o antigo reconhecimento da divindade de *Ísis*, pelo território europeu, sob os pontos de vista da antropologia e da História das religiões, pode, ou não, ser considerado um antecedente do culto mariano, suscita uma reflexão com interesse académico.

Ao tempo das grandes conquistas territoriais (18^a dinastia), surgiu uma oportunidade do contacto mais estreito do Egito com as divindades dos povos semitas. Os cultos a *Baal* e a *Astarté* foram experimentados pelos egípcios e mais tarde reprimidos ao tempo da 26^a dinastia, designada “saíta”. Simultaneamente o inverso também aconteceu, ou seja,

⁴⁰ A este propósito tem muito interesse a consulta aos trabalhos do arqueólogo e catedrático espanhol Alberto Balil Illana (1928-1989), autor de trabalhos sobre o culto de Isis na Hispânia, onde incluiu referências diversas cidades romanas, hoje portuguesas, nomeadamente em *Bracara Augusta* (Braga) e *Salatia* (Alcácer do Sal).

alguma difusão do culto dos deuses egípcios (*Amon*, *Osíris* e *Isis*) aconteceu na Fenícia, na Síria e até na Grécia, num fenómeno demonstrativo do sincretismo religioso que se fez sentir nas épocas helénica e romana.

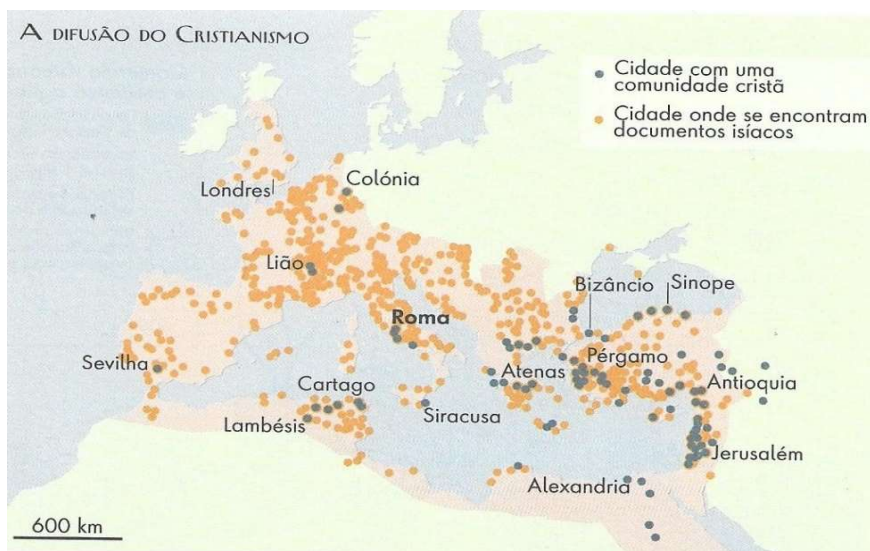


Figura 3. Achados arqueológicos relativos ao culto à deusa Isis, nos primórdios da era cristã.

Fonte: Atlas Histórico do Império Romano, 2021

No Egito houve templos com sacerdotes e sacerdotisas. O sacerdócio, no Império Antigo, era pouco numeroso e dependente. As cerimónias religiosas eram celebradas pelos altos dignatários do Estado, e quando na capital, pelo próprio faraó. No Império Médio a situação mantém-se semelhante à anterior. Os sacerdotes celebravam cerimónias religiosas, conduziam sacrifícios e presidiam a rituais fúnebres. Eram poucos e, principalmente, de origem nobre. A partir dos meados do segundo milénio o sacerdócio reforçou-se e tornou-se independente do poder laico, até que pelo século XIVa.C., a dignidade sacerdotal passou a ser hereditária, constituindo uma elite social, com poder e prestígio. Terá estado aqui uma, senão a maior, motivação da reforma religiosa de Aquenáton, que se nomeou a si próprio o sacerdote supremo do único culto divino (ao deus solar *Aton*) e retirou a Tebas o estatuto de cidade capital concedendo-o à cidade de Amarna. Como já se disse, após a morte deste faraó reformador tudo voltou para trás e a classe sacerdotal recuperou e, até, revigorou o seu poder.

Ao concluir estas notas sobre o Antigo Egito, devemos salientar dois aspetos que são interessantes ao presente estudo. Em primeiro lugar o estatuto divino que, gradualmente, foi reconhecido aos faraós, eles próprios verdadeiramente endeusados e soberanos absolutos. A partir da quinta dinastia o faraó passou a ser visto como filho do *deus Sol – Rá* e mais tarde o próprio faraó, ele próprio, revestia-se de uma aura divina. Esta convicção prevaleceu até ao fim da história política do Egito Antigo. Nesta perspetiva da deificação da função real, aliás, também partilhada com os reis da Mesopotâmia, alguns historiadores vislumbram o embrião da messianidade real.

Em segundo lugar, um outro aspeto de enorme importância tem a ver com a facilidade de estabelecimento de pontes culturais entre o Egito e o mundo grego. De facto, já desde o segundo milénio houve contactos, por mar, entre o Norte de África e as culturas minoica e micénica. Depois disso, uma muito maior intimidade se verificou após a passagem de Alexandre pelo Egito e o estabelecimento da dinastia ptolemaica. Ramos⁴¹ chega a utilizar a expressão “*facilidade de grecização do Egito*”. A esta circunstância não será estranha a grande facilidade com que o cristianismo entrou em Alexandria.

3.3 Mesopotâmia

A Mesopotâmia deve o nome (do grego μέσος, no meio e ποταμός, rio) à sua localização no vale fértil que está ladeado pelos rios Tigre e Eufrates. Planície aluvionar que há dez mil anos esteve submersa em águas salobras e só alguns milhares de anos depois, consentiu ao homem o cultivo e a sua ocupação. É o cenário bíblico mais antigo onde os autores do *livro do Génesis* situam a criação do Homem e o jardim do Éden. Cenário provável da mítica submersão diluviana, da qual só Noé e os restantes habitantes da arca ousaram escapar.

⁴¹ José Martins Ramos, *Sobre o fim do mundo pré-clássico*, p.48

Os primitivos sumérios, teriam chegado à região, pacificamente, antes do ano 3.000 e ocuparam a região meridional, mais a jusante nos cursos de água. Botero⁴², sem certezas, é de opinião que os sumérios poderão ter vindo dos lados do Irão, navegando ao longo do Golfo: *“It is thus easier to imagine them arriving from, or through, the maritime region, perhaps by following the Iranian shores of the Persian Gulf. They would then have settled near the water in Lower Mesopotamia, which would later be called the “Land of Sumer”- thus explaining the name. But where did they come from? This we will never know”*.

Com eles, foram escavadas as primeiras valas de enxugo numa malha geométrica, que desenhou a periferia das primeiras parcelas cultivadas. Valas que funcionaram, simultaneamente, como canais de rega e de drenagem, naquilo que foi a primeira obra de hidráulica agrícola que a História nos ensina. O recurso a esta técnica permitiu que assim tivesse começado o seu uso agrícola mais regular e intensivo.

Com a agricultura a sociedade mesopotâmica sedentarizou, organizou-se, especializou funções. Foi ali, sabemos hoje, que com caracteres gravados (em cunha) na argila, um primeiro homem passou a escrito o seu pensamento. Foi ali que as primeiras cidades-estado conheceram reis, sacerdotes e templos. Ali houve uma primeira escola, um primeiro parlamento, ali fermentaram ideias religiosas e de visão do cosmos, mas também de justiça, de diplomacia e de arte. Pensamentos e valores que moldaram uma das mais antigas civilizações urbanas, culturalmente mais marcantes da maneira de ser homem, e da cultura, no espaço euro-asiático.

Contemporâneos dos sumérios, e localizados um pouco a norte destes, na região de Acad, ali teriam chegado os primeiros migrantes semitas. Acredita-se que estes poderiam ter abandonado os solos arenosos e estéreis da Arábia, na fase final do seu processo de desertificação. Só a partir do ano 3.000, se poderá falar de uma cultura Mesopotâmica, já mesclada com povos de origem e tradições diferentes: a suméria e a semita.

No quarto final do terceiro milénio, terá nascido Sargão de Acad (2300-2150 a.C.), também conhecido por Sargão o Grande. Foi um semita, provavelmente filho de uma sacerdotisa da deusa *Inana* (posteriormente designada *Istar*), a quem os antigos mitos atribuíram um nascimento rejeitado, numa lenda de abandono ao rio que em tudo faz

⁴² Jean Botero, *Religion in Ancient Mesopotamia*, p.9

lembrar as narrativas míticas da origem de Moisés e, mais tarde dos gémeos Rómulo e Remo.

Sargão, que a si mesmo se intitulou “sacerdote ungido de *Anu*”, mostrando nessa formulação o reconhecimento do carácter sagrado da sua função real, terá começado por levar o seu domínio às cidades-estado sumérias, após o que rumou a noroeste. Uma por uma, foi alargando o seu império até chegar ao litoral fenício. Assim, e pela primeira vez, o Mediterrâneo e o Golfo Pérsico ficaram ligados num mesmo espaço político. O império de Sargão, todavia, foi efémero. Não se conhece exatamente qual o contexto que determinou uma duração tão curta, apenas um século e meio.

Por volta do ano 2000, vindos da faixa oriental do Mediterrâneo e da Síria, um novo grupo de semitas – os amoritas ou amorreus, chegaram à Mesopotâmia e estabeleceram-se na Babilónia. Dessa sua língua, de origem cananeia, desenvolveram-se, posteriormente, as línguas mais importantes da História do judaísmo como foram o hebraico e o aramaico. Houve, pois, diversas migrações de semitas, pelo que não se poderá falar de um grupo étnico homogéneo.

De descendência amorreia foi Hamurabi, o grande rei babilónico que unificou politicamente a região no período 1750 a 1600. A ele se deve um dos mais antigos sistemas de leis escritas em toda a antiguidade o célebre *código de Hamurabi*, que, não sendo o primeiro código legal conhecido, abrangeu vários domínios da vida em sociedade, e unificou juridicamente toda a região mesopotâmica. Veio a consagrar uma justiça que visava, conforme escreveu no seu próprio epílogo “*que o forte não prejudique o mais fraco, a fim de proteger as viúvas e os órfãos*” e “*para resolver todas as disputas e sanar quaisquer ofensas*”. Consagrou a norma penal e retaliatória de gravidade proporcional, a conhecida *pena (ou lei) de Talião* com a célebre lógica de “olho por olho”, que vemos referida várias vezes nos livros do Antigo Testamento (Êxodo, Levítico e Deuterónimo) lei que, quase dois mil anos depois, é “revogada” por Jesus. Representou-se aí a expectativa de uma sociedade de perfeição que alguns autores interpretam como utopia fundamentadora do suporte divino ao poder do rei.

Pelo final do segundo milénio o mundo Mediterrânico seria abalado. Uma época de perturbação seria a resultante da ação conjunta de diferentes causas.

Pensa-se que uma alteração de clima e desastres naturais como sismos e incêndios, terá ditado o empobrecimento das antigas economias. A chegada das vagas migratórias

designadas por “povos do mar”⁴³ também terá contribuído para a prologada perturbação que abalou o mundo Antigo do Mediterrâneo Oriental, da Ásia Menor, Egeu e Palestina. Grandes civilizações desapareceriam como a dos Hititas, a de Ugarit, e a Micénica.

Estes visitantes “do mar” era gente com menor nível de desenvolvimento civilizacional do que os povos visitados. Acredita-se seriam oriundos da Ásia Menor e das ilhas mediterrânicas (da Sicília e da Sardenha) e que teriam usado a pirataria marítima como técnica de ataque. Enquanto o Egito, de Ramsés III, lhes conseguiu resistir, outras grandes e antigas civilizações mediterrânicas sucumbiram à sua passagem.

A Mesopotâmia todavia, estaria prestes a emergir, novamente, como grande potência regional. No período entre 1000 e 609, o denominado Império Neo-assírio voltou a expandir o seu domínio territorial alargando-se, sucessivamente à Palestina e ao Egito, voltando a contribuir para a promoção de um grande espaço unificado. A Babilónia, no século VIII, seria conquistada e a capital mudaria da cidade de Assur para Nínive.



Figura 4. Mapa Político do Mediterrâneo e fluxos de “povos do mar”.

Fonte: Atlas Histórico do Mundo Antigo, National Geographic 2022

⁴³ Designação que foi atribuída pela primeira vez pelo egiptólogo francês Emanuel de Rougé, em meados do século XIX.

Entretanto, em Canaã, o povo hebraico conhecera a sedentarização e tinha passado de uma governação de juizes para a ditosa monarquia (1067-977 a.C.) dos primeiros reis. Em 853, toda a região temeu uma iminente invasão dos assírios. Uma vasta coligação envolveu tropas de Israel, Aram, Babilónia, Egito e Pérsia. Um conflito guerreiro com proporções nunca antes vistas terminou com a vitória dos Assírios que submeteram a maior parte dos derrotados a uma condição de vassalagem. O povo judeu manteria, transitoriamente, a sua integridade territorial e a sua autonomia. Pouco mais de cem anos. Nos séculos seguintes, todavia, a História dos povos mesopotâmicos e a dos hebreus cruzar-se-iam com consequências determinantes em relação ao tema que aqui nos traz.

Foi no reinado de Sargão II que se deu a expansão neo-assíria rumo à Palestina, em cujo contexto foi ocupado e extinto o pequeno reino de Israel com a primeira deportação de quase trinta mil hebreus para a Babilónia. O mundo assistiu ao sucesso de uma dinastia com projeto declaradamente expansionista, somando territórios por todo o mundo nomeadamente Ásia Menor, Lídia, Frígia, Fenícia, Síria, Israel, Egito, Pérsia, Elam e até ao Cuque. A Sargão II que reinou por dezassete anos, sucederam Senaqueribe (705-681), Assaradão (681-669) e Assurbanipal (669-627).

Eis que, mais uma vez, se afirmava, a partir da Mesopotâmia, um grande império multiétnico e multinacional. Voltava a pairar a unidade política sob um vasto espaço geográfico, já antes unificado, e que, embora diverso em tradições e culturas, comungava experiências, crenças e valores.

Em 626, os babilónicos, nunca conformados com a submissão aos assírios, aliaram-se à tribo dos Medos e conseguiram derrotar e expulsar o poder daqueles na sua cidade. Estabeleceram um novo reino independente que em menos de vinte anos destruiria o império Neo-assírio e daria lugar ao designado império Neo-babilónico.

Os babilónios conquistaram a Assíria e pouco depois invadiriam a Judeia. A partir de 609, uma nova dinastia denominada caldaica (de caldeus) tem como figura de maior relevo o seu fundador Nabucodonosor II, o Grande. Foi este o responsável, no ano 597, pelo saque de Jerusalém e destruição do templo, com a massiva deportação dos habitantes do reino do sul. Levaram, também, o rei Joaquim para o exílio; era o segundo exílio babilónico. Onze anos mais tarde, o rei que havia sido entronizado no lugar de Joaquim (Sedecias) manifestou aberta revolta aos babilónios. Jerusalém foi arrasada, o templo destruído, Judá deixou de existir como Estado.

Estava lançada uma grande dispersão de hebreus por todo o mundo, sobretudo oriental.

O Império de Nabucodonosor II viria a desagregar-se gradualmente ao longo do século VI. Permitiu, assim, que a pequena tribo dos Medos tomasse o controlo efetivo de um território a leste da Mesopotâmia e que na sua máxima expansão tivesse ocupado o planalto iraniano e parte da Ásia Menor (atual Turquia). Foi efêmero este império Medo, em menos de um século se finou. Em 553 a tribo vizinha dos persas comandados por Ciro II, revoltou-se abertamente contra os medos e esta vitória voltaria a abalar fortemente uma vasta geografia da Grécia ao Golfo Pérsico.

3.3.1 Mitologia e religião da Mesopotâmia

Remontam ao quarto milénio, na Suméria pré-semítica, os mais antigos testemunhos de pequenas tribos não unificadas, praticando a cerealicultura e a produção pecuária, atividades intimamente ligadas aos cultos dirigidos a divindades femininas da terra e da fertilidade. Uma grande deusa-mãe dos antigos sumérios - *Ninhursag*, vem descrita nas tabuinhas dum “poema da criação” existente no University Museum (e com cópia no Louvre) onde no paraíso (*Dilmun*) imaginado pelo autor a deusa dava a vida e fazia brotar plantas e frutos.

Pelos finais do quarto, ou no início do terceiro milénio, e já sob a presença dos primeiros semitas, ocorreu uma primeira unificação política das cidades-estado do centro e do sul. Com a nova população e sob o novo perfil social e político assistiu-se a uma nova configuração do panteão mesopotâmico. Às antigas divindades sumérias sucediam agora novas personagens divinas onde avultou uma primeira tríade constituída pelos deuses: *Anu*, *Enlil* e *Enki* (ou *Ea*, designação mais tardia, usada pelos semitas).

Anu, o deus soberano, pai e fundador de uma dinastia divina, a personificação do céu, cujo nome deriva da palavra *an*, que em sumério significava céu. *Enlil*, deus do ar e do vento, cujo nome provém das palavras sumérias *en* e *lil* cujo significado, respetivamente, é senhor e vento (ou sopro, mas também sombra e espírito); *Enlil* um regulador de outros deuses e da vida dos homens. *Enki*, deus da água doce, a partir do final do segundo milénio é o reconhecido pai de *Marduk*, a divindade suprema do panteão mesopotâmico do primeiro milénio, dir-se-ia o correspondente de *Zeus* neste panteão oriental.

Com *Anu*, *Enlil* e *Enki*, estamos em presença, aqui também, de uma tríade divina que no conceito dumeziliano é comum à tripla funcionalidade que as sociedades indo-europeias tenderam a projetar nas suas divindades: a função religiosa, ligada à sacralidade, uma função militar ligada à força e uma função produtiva ligada à fertilidade, respetivamente, ali representadas pelo céu, o vento e a água. *Marduk* era fruto de uma relação incestuosa, seria o filho de *Ninhursag*⁴⁴ e *Enki*.

Eram também muito importantes as divindades que personalizavam as realidades astrais. *Shamash*, o sol, deus da justiça, *Sin*, (ou *Nanna*, em Sumério) personificação da lua, e a deusa *Innanna*, personificação de Vénus, assim designada durante o segundo milénio, passando no milénio seguinte a ser designada por *Isthar*. Esta deusa, por todo o mundo oriental e mediterrânico (com os nomes de *Asthar*, na Assíria, *Astarté* na Palestina, *Afrodite* para os gregos, ou *Vénus* em Roma), foi a grande deusa do amor, do sexo e da fertilidade. Na Suméria também foi divindade guerreira. Na mitologia mesopotâmica conheceu uma experiência de descida e retorno ao sub-mundo das trevas e da morte, qual persursora da aventura grega da deusa *Perséfone* no reino do *Hades*.

No segundo milénio antes da era cristã, já *Marduk* era considerado o deus criador e supremo da Babilónia que morrera uma vez e fora devolvido à vida pela deusa, sua mulher, *Sarpanite*. Foi pai do deus *Dumuzi* (o deus bíblico *Tamuz*). O profeta Ezequiel viu, em Jerusalém, mulheres, provavelmente babilónias, chorarem a morte de *Tamuz*. A *Tamuz*, os semitas também chamaram *Adónis*, cuja etimologia remete para o significado de *homem criado do barro* (tal como no *Adão* do livro do *Génese*) e cujo culto foi difundido por toda a Ásia ocidental. Este *Adónis* é a figura mística e bela do jovem por quem, na mitologia grega, *Afrodite* se perdeu de amores.

A valoração do amor e da beleza remontam, como vemos, às antigas origens semíticas. Tal era a sua importância na vida humana que veio a determinar que esses valores fossem projetados aos patamares místicos das suas divindades. Mais tarde, as raízes culturais do ocidente foram beber aqui a água que as criou.

Nos templos babilónicos havia sacerdotes e sacerdotisas. Eram ao mesmo tempo mediadores sagrados e cientistas com conhecimento em matérias de agricultura, irrigação

⁴⁴ Divindade feminina cujo nome significa “montanha sagrada” e corresponde tipicamente a uma antiga deusa-mãe, deusa da fertilidade e criadora. Com o tempo o seu prestígio foi tomado pela deusa *Isthar*.

e também no conhecimento dos astros. A influência que estes exerciam sobre o clima e a agricultura foi conduzindo a um processo de astralização das divindades. O costume de dar aos astros e planetas nomes dos deuses passou também dos babilônios para os gregos e destes para os romanos. *Nabu* passou a ser designado por *Mercúrio*, *Marduk* por *Marte*, *Istar* por *Vênus*, e assim por diante. A orientação astral da religião babilônica influenciou na criação do calendário e até os nomes dos meses foram consagrados aos deuses.

Na antiga civilização semítica, vemos, pois, como o amor, a fertilidade e o conhecimento dos astros residiam todos no domínio alto das divindades e era aos sacerdotes a quem competia estabelecer as pontes entre homens e deuses. Em épocas mais tardias, já ao tempo do Império Assírio e da convivência forçada com os judeus deportados, o sistema religioso da Mesopotâmia pouco teria mudado, pelo que terá sido essa a realidade religiosa com que os judeus se depararam.

No primeiro milênio, a par de *Marduk* e *Istar*, foi igualmente relevante o deus *Ashur*, a principal divindade de estado na Assíria, guardião da cidade de Assur (cujo nome deriva de um filho de *Sem*), deus nacional, considerado deus do sol e da guerra, habitualmente representado no interior de um círculo alado. Os grandes deuses do primeiro milênio foram os já referidos *Ashur*, *Sin*, *Istar* e, sobretudo, *Marduk*. O primeiro como deus nacional dos assírios, o segundo pensa-se que trazido da Arábia como divindade da luz noturna que guia os caminhantes do deserto, o terceiro a grande deusa da fertilidade e do amor, o quarto o deus supremo do panteão Babilônico. Divindades que o domínio Assírio dos séculos VIII e VII a.C., não destronou, até porque os sacerdotes da Babilônia sempre tiveram mais poder e estatuto que os sacerdotes assírios.

A mais importante visão cosmogônica da Mesopotâmia, trazida à letra pelo texto *Enuma Elish* (cujo significado literal é “em cima”, lá no alto), datado no final do segundo milênio, deve, no entanto, reportar a tradições certamente mais antigas. Fala-nos do começo do mundo, dos deuses, e da sua luta pela organização da criação. Conta como *Marduk* se tornou no deus supremo do panteão babilônico. Tudo teria surgido a partir de um caos líquido primordial. É da confluência, do contraste e do combate entre o deus *Apsu*, senhor das águas subterrâneas e doces que correm para o mar e de *Tiamat*, a deusa serpente senhora das águas salgadas, personificação do caos e da desordem. O conceito de caos que vemos aqui é pouco coincidente com o grego, mas, não restem dúvidas que no modelo

da *Teogonia* grega há ressonâncias do *Enuma Elish*. Zeus e Marduk, os dois deuses supremos, conquistaram a pulso a sua superioridade, tendo de vencer os rivais em duros combates, no caso grego, foram “titânicos”.

Na religião da Mesopotâmia tudo era terreno. Não havia mística nem, propriamente, uma relação emocionada ou afetiva com as divindades. A aproximação entre os homens, terrenos, e os deuses, habitantes “do Alto” era tentada no sentido literal mediante a construção de templos que subissem na expectativa de uma aproximação ao céu. Foi esta a lógica que presidiu à construção dos zigurates cuja bíblica “Torre de Babel” seria um exemplo.

O zigurate era a forma comum de templo, construído em patamares sobrepostos, encimado por uma pequena torre - o local mais sagrado. Era comum a sumérios, babilônicos e assírios assentando no pressuposto que a morada dos deuses era no Alto e, assim, os homens se aproximariam das divindades. A sua estrutura larga na base e mais estreita no topo, servindo os elementares princípios da estabilidade construtiva não deixavam de fazer lembrar as estruturas piramidais, aproximadamente coevas, visíveis no Egito. Estas, tal como aquelas, embora com objetivos religiosos marcadamente diferentes, não deixavam de ser uma tentativa de aproximar os homens ao mundo dos deuses.

Não só em matéria de religião como também na literatura, podemos encontrar pontos comuns entre as tradições babilônicas e as do mundo mais a ocidente. No romance épico e lendário de *Gilgamesh* (nome de um grande rei da Suméria, que terá vivido cerca de 2800 a.C.) já se fazia menção a um dilúvio horrível, ordenado pelos deuses, a inundar toda a terra e a promover a “purificação” da população sobrevivente.

Folheando a História da Antiga Mesopotâmia vamos sempre encontrar pontos que nos reforçam a ideia do sincretismo cultural e religioso do judeo-cristianismo como realidade indubitavelmente herdeira das tradições e experiências mesopotâmicas e babilônicas.

No entanto, voltemos a sublinhar, a religião dos povos da Mesopotâmia, esteve sempre orientada para a vida terrena e nunca prometeu aos homens qualquer recompensa além-túmulo.

3.4 Ásia Menor e Canaã

Numa zona geográfica de transição entre Oriente e Ocidente vamos encontrar tradições culturais, mitológicas e religiosas que, também elas, exprimem uma transição entre as antigas realidades de origem oriental e algumas que tiveram curso posterior no mundo grego, corroborando a ideia dos múltiplos sincretismos ocorridos na Antiguidade.

3.4.1 Hititas e Hurritas

Pensa-se que ambos os povos serão originários da região do Cáucaso. Provinham de tribos que originaram dois povos irmãos e rivais: Hititas e Hurritas.

Algumas traduções da Bíblia aplicam aos hititas a denominação heteus, e consideram-nos cananeus; seriam populações resultantes da destruição do antigo império hitita. Este povo surge em diversas passagens do A.T. Logo no *Génesis*⁴⁵, fala-se de um povo que vivia próximo de Canaã e era designado como o povo de Heth, descendente de Noé pelo seu filho Cam.

Quanto aos hurritas, a Bíblia cita-os, por mais que uma vez, nos livros do Pentateuco⁴⁶, sob a designação de “horreus”. São também oriundos da Ásia Central embora não haja referências a uma origem semítica, acreditando-se que a sua origem seja próxima dos indo-arianos. Pelo início do segundo milénio, algumas daquelas tribos já estariam instaladas na Ásia Menor. Ambos os povos eram marcadamente guerreiros e trouxeram consigo uma assinalável inovação militar: a utilização do cavalo.

O Império que os hititas formaram a partir do século XIX a.C., com capital na cidade alta e fortificada de Hatusha, bateu-se pelo domínio de posições importantes em rotas comerciais. Combateu contra o Egito, a Babilónia da dinastia cassita e contra a Grécia micénica. Ficou célebre a sangrenta batalha de Kadesh, travada nas margens do rio Orontes, no litoral mediterrânico, um pouco a sul de Ugarit. Opôs o rei hitita Muatal e os egípcios de Ramsés II. Corria o ano 1274 a.C.. Ambos os lados sofreram pesadíssimas

⁴⁵ Cf. Descrição das nações existentes. Gen.10,15 : “Canaã gerou Sídón, o seu primogénito e Heth”

⁴⁶ Gen.14,6; Gen.36,20-21; Deut.2,12

baixas e o faraó teve de recuar sem controlar a região Palestina. Pensam alguns autores que o domínio territorial dos hititas chegou até ao litoral do Egeu onde a célebre cidade troiana (Ílion) pagaria tributo a Hatusha.

Por sua vez, os hurritas teriam migrado para o ocidente juntamente com os cassitas e desse tempo viria o seu estabelecimento na região de Mitani. Na sua viagem migratória, talvez pelo século XVIII a.C., acredita-se que terá havido alguma miscigenação com um povo falante de uma língua da região ocidental do planalto iraniano, próximo dos seus parentes indo-arianos do norte da Índia. Este facto parece de significativa importância quando se atender aos aspetos da religião de Mitani onde a influência indiana ressalta mais evidente.

Na religião dos hititas, como na dos hurritas, numa fase mais antiga, predominaram cultos aos deuses locais nomeadamente o culto a *Teshub*, o deus das tempestades e dos trovões, representado por um machado duplo (imagem posteriormente levada para o mundo grego e atribuída a *Zeus*) e à sua esposa *Hebat*, representada por uma águia bicéfala cujo ícone daqui terá partido para Roma e para a Rússia, com categoria de brasão de Estado.

No caso dos hititas, numa fase posterior, os investigadores dão conta de um novo culto a dois tipos de divindades, numa fórmula comum a toda a região do Próximo Oriente. Seriam elas o próprio rei, considerado sagrado e sumo sacerdote, no fundo, um culto de Estado, e um culto paralelo que se prestava a um conjunto de três divindades. Trio constituído por uma deusa designada por *Ma* (que o citado autor associa a *Reia* e corresponderá a uma evolução da primitiva deusa-mãe dos hititas), *Atis* o seu esposo, um deus masculino, jovem e belo (que nos lembra o *Adónis* grego e o *Tamuz* babilónico) e cujo culto compreenderia ritos de natureza sexual. A terceira divindade deste trio era *Telepinus*, uma divindade mitológica da vegetação e da fertilidade, que nos sugere a *Perséfone* grega.

No que respeita aos hurritas, a bibliografia especializada cita outras deusas comuns a toda a religiosidade oriental: *Shaushka* e *Cucheuh*, respetivamente, os equivalentes hurritas das divindades babilónicas *Istar* e *Sin*.

Com a chegada dos indo-arianos a Mitani, os sacerdotes e as divindades semíticas, então comuns a todo o espaço sírio-cananeu, foram substituídas pelas imagens de divindades orientais que já vimos acima. A imagem de *Mitra*, o vencedor da luz contra as trevas, de *Indra*, deusa que dominava tempestades e de *Varuna*, o condutor do curso eternamente regular do universo. Aos seus deuses, os hurritas entoavam um canto denominado *mantra*.

Desempenharam, como se vê, um papel de difusores de ritos e crenças indo-arianas pelo Próximo Oriente Mediterrânico, povoado de semitas. Vários dos nomes que aqui referimos (*Mitra, Varuna, Indra, mantra*) confirmam aquela influência indiana e sublinham a constatação da tal unidade, geográfica e culturalmente alargada, ao longo de todo o espaço euroasiático, desde o Mediterrâneo até ao Indo.

Ser sacerdote de um templo era sinal de alto estatuto social e prestígio. Necessariamente um parente do rei, ou um seu favorito, soberano aquele cuja dignidade era sagrada.

No século XIII os hurritas foram vencidos e absorvidos pelos hititas e pelos assírios. A sua língua ter-se-á extinguido, sob a pressão de outras línguas e povos.

Depois do desgastante confronto com os egípcios em Kadesh, na disputa pelas rotas comerciais que ligavam os mares, a civilização hitita terá passado por uma guerra civil e viria a sucumbir quando da invasão dos “povos do mar”. A capital de Hatusha foi incendiada e do seu povo não mais se conheceu o rasto. Uma parte, ter-se-á espalhado pelo mundo sírio-mesopotâmico contribuindo assim para a miscigenação de sangue e de cultura que tão fortemente caracterizou todo o Antigo Médio Oriente. Foram estes os heteus reconhecidos pelos autores do A.T.

3.4.2 Fenícios

A população semita da Síria e da Fenícia estava ligada pela língua e pela origem, aos semitas da Mesopotâmia. Nesta faixa litoral do Mediterrâneo oriental não houve grandes reinos, mas sim médias cidades-estado independentes, sobranceiras ao mar, dedicadas à atividade comercial. Entre elas Ugarit, Biblos, Sídon e Tiro. Secularmente situadas entre polos poderosos e opostos, a Norte a Mesopotâmia e a Ásia Menor, a Sul o Egito e as cidades-estado de Canaã. Esta circunstância geográfica acabou por se refletir no perfil da sua identidade cultural e religiosa.

Foi aqui que nasceu a escrita alfabética, num processo que se terá desenhado a partir da primeira metade do segundo milénio. A destruição destas cidades e o seu desaparecimento após as invasões dos “povos do mar” não conseguiu apagar esta grande “revolução” cultural. Ugarit, sabe-se hoje, conheceu um alfabeto com trinta caracteres e deixou à

posteridade os únicos textos conhecidos da antiga Canaã, exceção feita aos textos bíblicos, únicos que nos mostram o pensamento e a cultura dos homens desta região.

Ramos⁴⁷ conta-nos como a rica mitografia ugarítica se situava tematicamente entre as grandes causas cosmogónicas e teogónicas das antigas mitologias semíticas e, bem assim, as novas preocupações concretas e pragmáticas relacionadas com a sobrevivência humana e animal, a produtividade, o exercício de poder, assuntos que mais tarde viriam a interessar aos pensadores gregos. Aspeto curioso que, segundo o mesmo autor, tem a ver com o facto da mitologia ugarítica se encontrar escrita em verso e apresentada sob a forma de texto teatral, sugerindo-nos um voo milenar até às tragédias gregas e acautelando, naturalmente, as devidas distâncias “*com outro espírito e diferentes objetivos*”.

As cidades de Canaã representaram pois, tanto geográfica como culturalmente, uma ponte na transição do Oriente para o Ocidente. No inspirado remate do mesmo autor⁴⁸: “*Por tudo isto, Ugarit mostra-se como ponta avançada da Síria mesopotâmica, representando, numa metáfora consentânea com a sua mitologia, a proa do navio da História que, zarpando do mar originário da Suméria e recebendo, entretanto, carga em vários pontos de percurso, foi rumando, como o Sol, para ocidente*”.

A intensidade das relações pessoais que eram proporcionadas pela intensa atividade comercial com os países vizinhos levou à adoção de cultos a deuses comuns aos babilónicos, nomeadamente a deusa *Astarté* (correspondente da babilónica *Isthar*) ou o *Adónis*, segundo alguns autores, aqui venerado sob o nome sírio de *Hadad*. É curioso notar que apesar dos fenícios serem um povo de marinheiros, com grande ligação ao mar, na sua religião não encontremos deuses do mar ou relacionados com a navegação mercantil.

As principais divindades da Canaã fenícia foram o grande deus *Baal*, cujo nome, segundo a antiga língua semítica, significa Senhor, ou Soberano, ou proprietário. A sua ação estava associada às tempestades e à fertilidade. A ele se ergueram templos e altares com estátuas com a designação *Baalim*. Outros dois deuses importantes ocupavam lugar no panteão fenício: A esposa de *Baal* - *Baalat* (ou soberana) e um deus medonho *Melec*, ou *Moloc*, divindade que pedia oferendas cruéis, ou com teor sexual, e que muito mais tarde viria a inspirar uma figuração cristã do próprio demónio.

⁴⁷ José Martins Ramos, *Ugarit: Mitologia para uma cidade*.

⁴⁸ José Martins Ramos, *op.cit.*, p.37

O deus *Baal* é citado em inúmeros textos bíblicos do A.T, nomeadamente em diversos livros quer históricos (Juízes e Reis) quer nos proféticos (Oseias, Jeremias). Menos citado também aparece o deus *Moloc*. Este cruzamento religioso entre judeus e outros povos cananeus só demonstra a grande comunidade cultural que foi partilhada por todos os diferentes grupos populacionais da Palestina e do Médio Oriente. Por exemplo, o prefixo “*Bel*” que, por vezes, se encontra na designação de outros deuses semitas, mais não significa do que a atribuição de um estatuto de deus-Senhor, igual ao de *Baal*, tal como aconteceu com o deus *Marduk*, muitas vezes nomeado por *Bel-Marduk*.

Os atos de culto sacrificial nas cidades da Fenícia eram pomposos e aconteciam sob a direção de uma poderosa elite sacerdotal. Aspetos estes que, com algumas diferenças, podemos observar na tradição hebraica. Sacrifícios cruéis e sangrentos de seres humanos eram comuns nos santuários fenícios. Se repararmos bem, essa tradição não era estranha aos hebreus. Tokarev⁴⁹ confirma esta realidade:

Os sacerdotes exigiam sacrifícios sangrentos. Exigiam dos adoradores do deus o que lhes era mais caro: tiravam aos pais os recém-nascidos, sobretudo os primogénitos, e matavam-nos diante das imagens dos deuses. Esta tradição sanguinária não é testemunhada, apenas, pelos escritores de então; confirmam-na também as descobertas arqueológicas: grandes aglomerações de ossos de crianças perto das ruínas dos altares dos templos. O nome do deus fenício Moloc tornou-se sinónimo de deus feroz, devorador de vidas humanas (...) Em nenhum outro país o culto dos deuses foi tão cruel como nas cidades fenícias.

Ao concluir este breve apontamento sobre a religião e as divindades da antiga Canaã sublinhemos que a sua influência cultural nas tradições mais ancestrais do judaísmo foi muito significativa e, mesmo que não suficientemente plasmada nas fontes escritas religiosas, acreditam alguns autores, há várias crenças e ritos cananeus que poderão ter chegado, embora enfraquecidos, ao judaísmo do pós-exílio.

3.5 A Pérsia

As antigas populações da região do Irão eram da mesma origem étnica daquelas que, uns três mil anos antes da era cristã, vindas da Ásia Central, se espalharam por toda a vasta

⁴⁹ Tokarev, *op.cit.*, pp.240-241

região euroasiática, desde os territórios da Europa central até à Índia. As antigas tribos iranianas ter-se-ão separado cultural e linguisticamente das tribos indianas, provavelmente no decorrer do segundo milénio. Por essa época, por todo o planalto iraniano (entre a Bactria e a Média), afirmou-se uma nova identidade social e cultural gradualmente afastada da realidade do vale do Indo.

O Império Assírio depois das invasões e deportações de judeus, ao tempo de Sargão II (721a.C.), e de Nabucodonosor II (607 e 598 a.C.) desagregou-se gradualmente ao longo do século VI. Permitiu, assim, que a pequena tribo dos Medos tomasse o controlo efetivo de um território a leste da Mesopotâmia e que na sua máxima expansão ocupou o planalto iraniano e parte da Ásia Menor (atual Turquia). Foi efêmero este império Medo, em menos de um século se esfumou.

Em 550 a.C. a tribo vizinha dos persas, comandados por Ciro II, revoltou-se abertamente contra os medos e esta vitória abalaria fortemente todo o Médio Oriente. Nessa altura alguns grupos de medos foram assimilados no novo império persa enquanto que outros grupos se deslocaram para ocidente até cidades gregas da Ásia Menor, na costa do Egeu. Uma década corrida e Ciro estaria aí. À época em que Jesus nasceu estavam decorridos cinco séculos que o Império Persa se tornara na grande potência numa vasta região, da Grécia até à Índia, e do Cáucaso até ao deserto da Núbia (no território do atual Sudão entre o Alto Nilo e o mar Vermelho).

O grande rei Ciro II não só permitiu o regresso dos exilados judeus, como incentivou a reconstrução do Templo de Jerusalém. Foi sucedido por Cambises (530-522), o conquistador do Egito. O terceiro rei Aqueménida Dario I (522-486) terá tido um papel importante pelo impulso que terá dado à motivação judaica para a redação da Torá⁵⁰.

O império Aqueménida terá ultrapassado o esplendor dos assírios não apenas por um domínio mais sólido do Egito, importante centro produtor de alimentos, mas pela maneira mais inteligente como governou os povos (através de uma rede de governadores regionais – os *sátrapas*) integrando todos os territórios numa ampla rede comercial. Os persas cunharam moeda e, ao seu tempo, foram a maior potência económica e militar.

⁵⁰ Vários livros do A.T. foram escritos, pelo menos na sua versão final, durante o período do domínio persa sobre Israel. Será o caso dos cinco livros do Pentateuco (mesmo que os acontecimentos relatados se reportem a períodos muito anteriores), o livro das Crónicas, o livro de Job e alguns livros proféticos.

Sob o domínio dos persas, ao tempo do exílio, o hebraico, como língua falada, cedeu lugar ao aramaico, a língua franca falada pelos persas e que viria a ser a língua falada na Palestina, ainda ao tempo de Jesus.

3.5.1 O zoroastrismo

Os antigos iranianos partilharam rituais sagrados comuns aos indianos. Também veneraram animais como a vaca, o cão, ou o galo, prestaram o culto ao fogo, ingeriam uma bebida sagrada- a *haoma*.

É do primeiro milénio o aparecimento do zoroastrismo⁵¹, a religião oficial da antiga Pérsia, designada também por mazdeísmo, ou parsismo. Dividem-se as opiniões sobre o seu berço geográfico; se mais a nordeste (região da Bácia) ou mais a noroeste (região da Média). Certo é que se constituiu em religião de Estado quando se afirmou a monarquia Aqueménida operando-se, por essa altura, uma fusão de diferentes crenças de medos e persas, numa só religião.

Na Média, em tempo anterior à sua conquista pelo rei persa Ciro II, já a tribo dos magos fornecera sacerdotes aos medos, como depois o fez aos persas; há autores que comparam aquela tribo à tribo israelita dos levitas. Os magos compunham uma casta sacerdotal e atuavam como conselheiros, videntes, intérpretes de sonhos, de eclipses, da linguagem dos astros. À semelhança do que acontecia com os sacerdotes egípcios, ou os brâmanes, ou até os descendentes sadocitas, os magos mantinham funções hereditárias. O zoroastrismo teve neles a sua elite sacerdotal.

Do ponto de vista doutrinal esta religião persa assentou num dualismo que se expressava na crença em duas divindades, respetivamente, os princípios do bem e do mal, divindades que se combatiam: *Aura Mazda*, deus do bem, e *Arimã*, deus do mal, da doença, da morte, dos desastres. O dualismo do bem e do mal, ideia central do zoroastrismo, era um fenómeno novo e estranho nas religiões anteriores a esta. Pensam alguns autores que esse dualismo religioso possa refletir uma de duas realidades dicotómicas muito características do espaço iraniano: Os contrastes de uma natureza ora fértil e criadora nos oásis, ora

⁵¹ Palavra que provem do nome grego Zoroastro, que em avéstico (uma das mais antigas línguas indo-arianas) se designava Zarathustra.

agreste, tempestuosa e estéril no deserto. Segundo outros, poderia refletir o contraste antagónico entre dois modelos de ocupação humana, ora por tribos de agricultores sedentários, ora tribos de pastores nómadas que ocuparam e coexistiram, secularmente, naquela região.

Seja como for, os fundamentos religiosos do dualismo zoroástrico estão fixados no seu livro sagrado - o *Avestá*. No fundo, o essencial deste livro consiste num apelo aos crentes para que se ponham do lado dos génios bons, tornando-se devotos fiéis de *Aura Mazda*, e lutem contra os *devas* (os génios maus) dominados pelo deus do mal. O *Avestá*, tal como a Bíblia, compõe-se de vários livros com antiguidade diferente, e admite-se que alguns tenham sido definitivamente perdidos, desde os tempos da campanha de Alexandre. Os textos mais antigos, anteriores à dinastia dos Aqueménidas, foram escritos em persa antigo, uma língua próxima da velha língua dos Vedas. Um desses livros é o denominado *Vendidade*, livro que suscita a curiosidade de conter textos relativos à medicina e a rituais de pureza, no que alguns autores sugerem uma comparação literária com o livro bíblico do *Levítico*.

Não há certezas sobre a biografia de Zoroastro. Pela língua avéstica em que foi escrito o *Avestá*, pensam alguns, terá nascido ainda no decorrer do segundo milénio, anterior à nossa era. Segundo outros, acredita-se num nascimento bem mais tardio, já no curso do primeiro milénio antes de Cristo, por volta do ano 600. Conta a tradição, que pelos trinta anos de idade, durante um ritual de purificação, Zoroastro, um jovem sacerdote, casado e com filhos, terá tido uma visão de *Aura-Mazda*, ocasião em que lhe terá revelado a sua mensagem. Começou, então uma vida de pregador, tendo sido perseguido por autoridades civis e religiosas. Teria deixado, por isso, a região do Irão dirigindo-se à Bactria, em cujo reino a sua religião dualista teria sido assumida como religião oficial. Tudo isso teria ocorrido em tempo anterior à dinastia Aqueménida.

Refere Fernandes⁵² que o historiador e geógrafo grego Heródoto (484-425 a.C) “*não mencionou Zoroastro nas suas Histórias, apesar de ter investigado com empenho as crenças e praticas religiosas dos povos iranianos*”. No entanto, observa o mesmo autor, muitos dos ritos que por ele são descritos parecem zoroastrianos. Diz-nos, ainda, que Platão (427-347 a.C.), em *Alcibiades I*⁵³, já se tinha referido a Zoroastro e em termos de

⁵² Edrisi Fernandes, «Zoroastro o Grego: Zaratustra na percepção grega e helenística »,p.112.

⁵³ *Alcibiades I*, ou primeiro Alcibiades, é um texto de diálogo entre Sócrates e Alcibiades, cuja autoria é atribuída a Platão.

grande admiração. Terá, mesmo, proclamado “*a sabedoria dos magos de Zoroastro é de facto o serviço dos deuses*” e que “*Zoroastro instruiu os persas quanto ao modo de governar segundo os preceitos da sabedoria, justiça, temperança e bravura*”. O olhar dos ocidentais sempre se fascinou com o que via a Oriente.

Os zoroastrianos acreditaram que Zoroastro era um profeta, alguém que falou em nome de deus, não sendo ele próprio objeto de veneração. No mundo da diáspora judaica os zoroastrianos deverão ter sido, muito provavelmente, os religiosos não judaicos com quem estes mantiveram contactos mais estreitos.

É interessante atender na forte similitude de crenças entre o zoroastrismo e o judaísmo. Reparemos nas crenças sobre a imortalidade da alma, no Paraíso, no Juízo Final, na Ressurreição e até na vinda de um messias. A ambas as religiões foi comum uma ideia moral de recompensa, ou seja, que cada pessoa teria, depois da morte, um castigo ou uma recompensa pelo comportamento que tivesse praticado durante a vida. No zoroastrismo já se sentia a existência de uma doutrina escatológica do fim do mundo e do juízo final.

Diferentemente do que acontecia no Egito, onde alma e corpo eram inseparáveis, aos crentes mazdeístas o corpo do morto não interessava. Um corpo morto, onde a alma já não habitava, era uma impureza. Como tal não deveria ser enterrado pois conspurcaria a terra, matéria esta que juntamente com a água e o fogo, mantinha uma pureza sagrada. Por esta razão, na cultura zoroastriana, os cadáveres eram colocados em torres à mercê das aves de rapina, para que deles se apropriassem e lhes servissem de alimento.

O mazdeísmo constitui, pois, uma religião essencialmente diferente de todas as outras religiões antigas e representou um grau mais elevado no desenvolvimento religioso. As crenças mazdeístas chegaram aos judeus ainda durante a época Aqueménida. Poder-se-á especular se terá sido uma influência recíproca entre comunidades contemporâneas e fisicamente próximas ou, em alternativa, um percurso individual de diferentes comunidades que em dado momento do seu processo histórico-religioso comungaram de conceitos e crenças muito aproximados.

Pelo final do século IV ocorreu a integração da Bactria no império selêucida, de matriz cultural helénica. A partir daqui até à época romana expandiu-se o mazdeísmo pelo Mediterrâneo, sobretudo através do culto de *Mitra*, divindade com o nome do seu

homónimo indiano, um deus filho de *Aura Mazda*, personificação do sol e cuja festa anual do seu nascimento era o *Dies Natalis Invicti*. Este acontecimento era celebrado quando ocorria o equinócio de inverno, em Dezembro.

Ao iniciar-se o primeiro milénio da nossa era, o zoroastrismo era uma religião com número significativo de seguidores na cidade de Roma. A expansão generalizada do mazdeísmo no vasto mundo euroasiático pode contribuir para a compreensão da passagem dos magos por Jerusalém, ao tempo em que Jesus foi menino.

Em síntese, numa perspetiva da História das religiões, Zoroastro fica associado à fundação de uma nova religião onde se vê uma ponte interessante entre as antigas tradições orientais dos indo-arianos e as dos semitas, filhos de Israel. Nele ressalta a proposta aos crentes sobre uma mudança significativa nos panteões dominantes no mundo oriental no sentido de um marcado dualismo, em clara trajetória rumo ao monoteísmo.

3.6 Notas sobre a História dos hebreus

O autor do livro do *Génesis* escreveu que Abraão, descendente de Noé pelo seu filho Sem, saiu da cidade de Ur rumo a Canaã⁵⁴ cumprindo o que Javé ordenou ao decano dos profetas: ” *Deixa a tua terra, a tua família e a casa do teu pai, e vai para a terra que Eu te indicar.*” (Gen.12,1). Aí está a Mesopotâmia como bíblico ponto de partida.

Devemos situar o dirigente e profeta que o livro bíblico denominou Abraão, na cidade-estado de Ur, num tempo posterior ao início do segundo milénio, posterior à chegada dos primeiros semitas. Note-se que se trata de um personagem cujos vestígios arqueológicos, até hoje, não são conhecidos,

A referência bíblica a Deus como "o deus de Abraão, Isaac e Jacob" parece refletir a antiga ideia sumério-acádia do "deus pessoal", deus do indivíduo. As expressões que o *Génesis* utiliza para designar o deus de Abraão com *El Elyon*, *El Shaddai*, *El Berith*

⁵⁴ Gen. 11,31

refletem uma fase primitiva da religião israelita ou, mais exatamente, pré-israelita, claramente situável no segundo milénio.

Chegados a Canaã, as dificuldades e a fome, levaram os descendentes de Abraão a procurar trabalho e pão no Egito, onde pouco tempo volvido, estariam remetidos à condição de trabalhadores escravos nos labores da agricultura e da construção civil.

A introdução da família de Jacob⁵⁵ no Egito não está demonstrada por fontes históricas. Sabemos, contudo, que houve grupos de beduínos que ingressaram no Egito em várias ocasiões e receberam autorização para aí se estabelecer. A existência de escravos, aos quais se dava o nome de *aperu* (possivelmente traduzível por “hebreu”) está testemunhada, essa sim, em fontes egípcias. O livro do *Êxodo*, 1, 11 diz que os israelitas trabalharam na construção das cidades de Pithom e Ramsés, situando-os, claramente, como trabalhadores ativos à época de Ramsés II (1290-1223 a. C.)

Note-se que os trabalhos mais recentes da arqueologia contemporânea, ao estudar os antigos povoamentos de Canaã, apontam para a forte probabilidade de algumas das antigas (doze) tribos de Israel já serem residentes nesta região sem que tivessem experimentado o percurso que levou outras tribos até à experiência egípcia.

Segundo a Bíblia, foi então que *Javé* incumbiu Moisés da libertação do seu povo. E quem foi Moisés? O Moisés bíblico grande condutor e profeta cuja história do nascimento e abandono às águas do Nilo tanto nos lembra as lendas de Sargão, de Rómulo e Remo, é uma figura com alguma base de realidade histórica e muita carga de ficção. O nome é claramente de origem egípcia e tudo indica deve referir-se a um judeu que terá nascido no seio da alta camada social. Deverá ter vivido pelo início do século XIII, pouco depois do faraó Aquenáton, aquele que, como acima se referiu, introduziu no Egito a monolatria em torno de uma divindade solar.

Viriam, então, os fantásticos quarenta anos da saída (ou êxodo) do Egito a caminho da Terra Prometida. Viagem onde a proteção divina permitiu aos hebreus a celeberrima travessia do mar onde os perseguidores pereceram. Moisés e o seu povo continuaram até ao monte Sinai, e ali firmaram um pacto com *Javé* - a primeira Aliança. A localização

⁵⁵ Jacob, filho de Isaac, neto de Abraão, mais tarde denominado Israel. Considerado o terceiro patriarca. Personagem situável pelo século XIX a.C. e cuja existência real ainda não está arqueologicamente demonstrada. Com as suas doze esposas e concubinas, segundo o relato bíblico, terá tido doze filhos que se tornaram a origem das doze tribos de Israel.

exata do êxodo e dos acontecimentos do Sinai está rodeada de alguma controvérsia, mas, provavelmente, existe alguma verdade histórica nos relatos da Bíblia.

É, no entanto, muito curiosa a observação de Barton⁵⁶ a propósito do conteúdo das disposições da lei⁵⁷ e a sua não correspondência ao modelo de desenvolvimento social da população a quem foram dirigidas as mesmas. Segundo o autor são leis que se dirigem a uma sociedade sedentária, de agricultores, e não a uma população nómada como a que vem descrita no livro bíblico, ao momento da sua receção no monte Horeb.

As duas listagens em Êxodo 20 e Deuterónimo 5, pouco diferem em conteúdo. Incluem princípios morais comuns a quase todas as sociedades humanas (proibição do roubo, do adultério e do homicídio) que poderiam vir de qualquer período da história de Israel. No entanto, contêm também legislação que implica, mais uma vez, uma comunidade agrícola sedentária. A pessoa a quem se destina a lei do Sabat tem escravos e animais domésticos para o ajudarem na sua quinta; o seu vizinho tem uma casa que alguém pode cobiçar. Claramente, não tem um estilo de vida nómada, nem vive num deserto, mas numa terra fértil. A única teoria que poderá preservar uma origem mosaica para estas leis é a implicação bíblica de que Moisés deu estas leis como uma questão de previsão profética: sabia que, quando a tribo chegasse à Terra, precisaria delas. Porém, segundo qualquer avaliação normal das origens de legislação como esta, julgaríamos que viria de uma cultura sedentária, a cultura que prevalecia nos tempos dos reis hebreus, ou precisamente antes, como descrito no livro dos Juízes.

Esta perspetiva corrobora o facto de as narrativas bíblicas do Pentateuco, e também de outros livros, terem sido escritas muitos séculos depois de ocorridos os acontecimentos que são descritos, pelo que estavam, pois, dirigidas a uma população diferente.

A Moisés sucedeu Josué na condução dos “*Benê-Israel*” (filhos de Israel) rumo à “Terra Prometida”. Tudo indica que o percurso da passagem dos hebreus, de sul para norte, tenha ocorrido junto ao Mar Morto (pelo reino de Moab) onde as tribos teriam acampado em território transjordano, fronteiro a Jericó.

É com Josué que se realiza a assembleia de Siquém, por volta do ano 1200 a.C. Nesta antiga cidade da Samaria (situada entre os montes Ebal e Garizim) viveu-se um momento fundacional daquilo que se poderia designar uma confederação de tribos de Israel. Seriam

⁵⁶ John Barton, *Uma História da Bíblia*, p. 104.

⁵⁷ Trata-se dos Dez Mandamentos que Javé transmitiu a Moisés, tal como são apresentados nos Livros do Êxodo (Cap. 20) e Deuterónimo (Cap.5), cujo conteúdo é praticamente o mesmo.

tribos com diferentes proveniências, algumas delas descendentes de Abraão, outras não. Algumas delas não seriam retornadas do Egito, mas ali, naquele momento, ter-se-ão reunido para reconhecer *Javé* como a única divindade a quem todos deveriam prestar um culto oficial. Seria esse um culto “limpo” de representações materiais, ou ícones, facto designado por aniconismo⁵⁸.

Sabemos que por volta do ano mil e cem, quando os Filisteus desembarcaram nas praias do Mediterrâneo Oriental, à sua caminhada para o interior encontraram a oposição das tribos de Israel que, por essa altura já ali habitavam, sedentarizadas, sob a governação dos Juízes. É relativo a essa época que a Bíblia exalta a bravura bem-sucedida de Sansão na luta contra os Filisteus. Desse período ocupa-se o *Livro dos Juízes*, onde são descritas as guerras de Israel com as diferentes tribos vizinhas. Cada vez que os israelitas atraíam Javé, eram castigados com ataques dos inimigos.

Sob a pressão das contínuas lutas com os Filisteus e com outros inimigos, os israelitas decidiram eleger um rei. A escolha recaiu sobre Saul, o seu primeiro rei. Aproximava-se a época mais gloriosa da História da Antiguidade israelita. Com a passagem de uma coletividade de tribos, governada por juízes, a uma monarquia organizada, as doze tribos de Israel conheceram os três primeiros reis da sua história: Saul (1043-1012), David (1010-1002) e Salomão (970-931). Este período coincide com o final da Idade do Bronze e a introdução do ferro.

David reinou sobre Judá a partir da sua residência em Hebron, enquanto que o Norte de Israel reconheceu, primeiramente, o filho de Saúl - Ishbaal, como sucessor do pai. Não obstante, após o assassinato de Ishbaal, David foi reconhecido como rei das tribos do Norte. Quando David conseguiu uma vitória decisiva sobre os filisteus estendeu o seu reino e dominou os arameus de Damasco, Ammon, Moab e Edom. O unificado reino de Israel, com nova capital em Jerusalém, tinha-se convertido numa potência regional. O reinado de David constitui, pois, um marco decisivo na História dos filhos de Israel.

⁵⁸ O Livro bíblico de Josué, cujo autor não é conhecido, mas sabe-se ter sido redigido em diferentes épocas, a última das quais pelo sec.VI, relata assim: «Josué disse-lhes: «Sois testemunhas contra vós mesmos de que escolhestes o Senhor para O servir». Eles responderam: «Somos testemunhas». «Tirai, pois, os deuses estrangeiros que estão no meio de vós e inclinai os vossos corações para o Senhor, Deus de Israel». O povo respondeu a Josué: «Nós serviremos o Senhor, nosso Deus, e obedeceremos à sua voz». Naquele dia, Josué fez uma aliança com o povo e deu-lhe, em Siquém, leis e prescrições». (Jos. 24,22-25)

Tinha-se instaurado, finalmente, um sistema monárquico e uma ideologia real, segundo o modelo de outros reinos do Próximo Oriente e o rei dos hebreus era "ungido", um filho de Javé, e governaria em seu nome.

David elegeu uma capital em terreno neutro, e levou para lá a arca, salvaguarda nacional de Israel, convertendo Jerusalém no centro religioso da nação. A importância desta arca não resultava, apenas, de ser uma caixa de madeira preciosa. Ela simbolizava a presença de *Javé* e acompanhava os exércitos israelitas nas suas expedições, como tentativa de assegurar a ajuda divina. De acordo com tradições posteriores, também as tábuas que continham os Dez Mandamentos se guardavam na arca.

Salomão sucedeu a David. Casou com uma princesa egípcia e concluiu um tratado com Hiram de Tiro. Também, estabeleceu relações comerciais com outros reinos e, ao que parece, trouxe tempos de uma certa riqueza para o país. Todavia, este reinado não foi muito brilhante do ponto de vista político, no sentido que se perderam territórios a Sul e a Norte, respetivamente Edom e Damasco. Noutros campos, porém, Salomão conseguiu ser um rei bem-sucedido. Manteve boas relações com os seus vizinhos e terá conseguido alargar, para lá do Jordão, o território do reino. Conseguiu controlar as duas importantes vias de comunicação terrestre: *A via do Mar* e *a Estrada dos Reis*. A primeira percorria o litoral egípcio, de Gaza e da Fenícia, ligando Mênfis a Damasco; a segunda cruzava o interior do Sinai e subia para norte pela Transjordânia, passava por Damasco e seguia para a Mesopotâmia.

Por essa altura, quase mil anos antes de Cristo, o controlo de vias de comunicação já significava poder e riqueza. Já era intenso o comércio entre o Médio Oriente, o Mediterrâneo, o Mar Vermelho e até ao Oceano Índico. O segundo livro das *Crónicas* (ou *Paralipómenos*), um dos livros Bíblicos considerados "históricos" com redação por autor incerto em pleno século V a.C., relata os tempos áureos do reino unificado, o bem-estar do seu povo, a magnificência real, a revelação de uma vida cortesã similar à dos outros reinos da Ásia ocidental. «*Desta forma, pela sua riqueza e sabedoria, o rei Salomão avantajava-se a todos os reis da terra.*» (2º Cr. 9,22)

Quando morreu Salomão, em 922 a. C., cresceu a tensão entre as tribos do Norte e do Sul, em grande parte motivada pelo descontentamento produzido por elevados impostos que os nortistas viam ser aplicados na nova capital do reino. Desenvolveu-se um conflito aberto, que teve como consequência a criação de dois reinos separados: Judá no Sul, cujo

rei foi Reboão, filho de Salomão, e Israel no Norte, cujo monarca foi Jeroboão, um dos antigos funcionários de Salomão. Assim, Judá permaneceu como um reino hereditário durante a dinastia de David, enquanto que no Norte o rei era eleito, ainda que tivessem havido algumas dinastias de curta duração.

Em 849 Israel e Judá, lado a lado, combateram os arameus de Damasco. Pouco mais de trinta anos depois, pelo ano 815 já os Arameus se preparavam para conquistar e dominar os reinos de Israel e Judá. Para sorte dos judeus, ocorreu, entretanto, uma ofensiva assíria sobre Damasco o que distraiu os Arameus daquela intenção. Estes tentaram, então, uma aliança com a Babilônia e com os elamitas para resistir aos assírios. Judá que, entretanto, ainda brigava pontualmente com filisteus e com Edom, viu reacender-se o seu conflito com os arameus.

O inimigo assírio, a potência expansionista e regional que tinha fama de ser brutal e usar de crueldade com os vencidos estava atenta ao desenrolar político-militar dos acontecimentos. Foi neste pano de fundo de permanente insegurança, ora em guerra ora em alianças com reinos vizinhos, que os filhos de Israel viveram os primeiros séculos das suas duas monarquias.

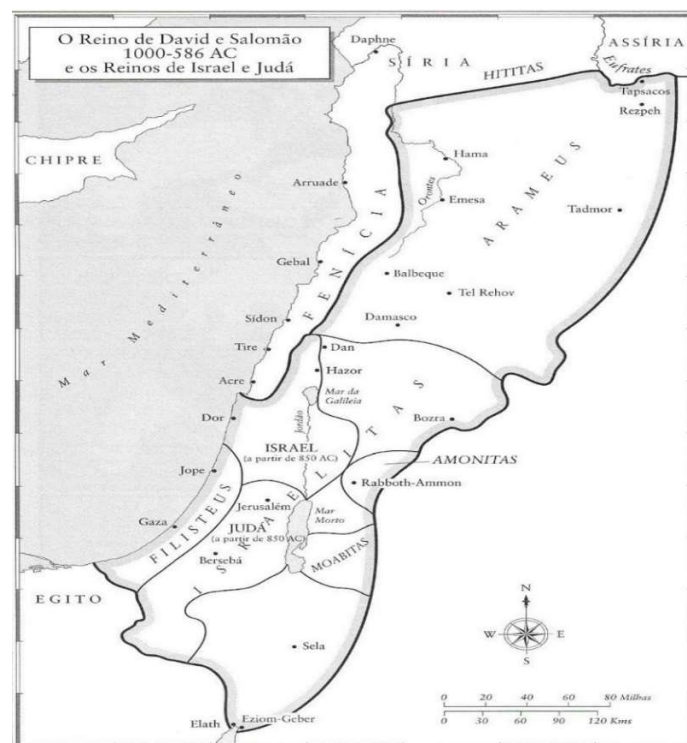


Figura 5. Mapa Político da Palestina ao tempo de David e Salomão.

Fonte: Montefiore, *Jerusalém, a biografia*, 2021.

O reinado de Oseias (783-742 a. C.), contemporâneo de Jeroboão II, foi um período brilhante para Judá. O Norte de Israel, todavia, viveria um período de instabilidade política interna, a que se juntou uma crescente pressão da Assíria; o rei Menahem (745-738 a. C.) teve que pagar um forte tributo a Tiglat-Pileser III (744-727 a. C.) e o seu sucessor Pecá (737-732 a. C.) tratou de conseguir um apoio dos arameus para se rebelar contra o império opressor. Quando, no âmbito da denominada guerra sirio-efraimita⁵⁹, o rei Acáz de Judá (735-713 a. C.) negou a sua entrada nessa aliança com os irmãos do norte, a guerra foi declarada pelos assírios. O reino de Israel foi ocupado e extinto.

A primeira ocupação assíria em território de Israel ocorreu ao tempo em que Sargão II, tomou a Samaria; ia o ano 722. Foram deportados para a Assíria, sob condição de escravatura quase trinta mil judeus do reino do Norte. Foi deportada e exilada grande parte duma população que correspondia a dez das antigas doze tribos. Deste acontecimento, há várias fontes que servem de apoio aos historiadores: Fontes bíblicas (Livros dos Reis I e II, Livro das Crônicas I e II, Livros de Amós, Oseias e Isaías), fontes não bíblicas (inscrições e anais de Tiglat-Pileser III e de Sargão II, fragmentos com inscrições denominados “ostracos” encontrados na Samaria e em Lâquish) e ainda outros testemunhos arqueológicos. No ano 701, Senaqueribe, sucessor de Sargão II, tentou tomar o reino de Judá. O rei Ezequias conseguiu resistir. A Judeia e a cidade de Jerusalém seriam, assim, poupadas à subjugação e deportação por pouco mais de um século.

Pelo final do século VII a Assíria caiu sob o domínio do império neobabilónio (612 a. C.). Judá ainda se tentou defender do apetite da nova potência convertendo-se num estado vassalo do Egito; mas a Babilónia não tardaria em fazer sentir a sua força na Palestina. Em 586 a. C. Nabucodonosor II, ou o grande, foi o responsável pelo saque de Jerusalém, a destruição do templo de Salomão, e a massiva deportação, agora também, dos habitantes do reino do Sul, o de Judá. Este tornou-se num estado tributário da Babilónia. O exílio forçado só terminaria com a emergência do império persa.

⁵⁹ “Sirio-efraimita” é a designação atribuída ao conflito que opôs o reino do Norte (ao tempo do rei Pecá), aliado ao reino arameu de Damasco, contra o reino do Sul (ao tempo de Acáz). A coligação nortista tinha como principal objectivo oferecer resistência eficaz ao intento expansionista dos assírios.

Estamos chegados a um ponto importante desta contextualização histórica. Veremos no ponto seguinte, a importância do longo cativeiro na afirmação do caráter nacional da religião judaica, em paralelo com a passagem da monolatria ao monoteísmo.

3.6.1 Do javismo ao monoteísmo

Anteriores ao javismo, as mais antigas referências escritas aos deuses do Levante cananaico serão as que foram encontradas, em língua acádica, nas tabuinhas descobertas na antiga cidade de Amarna, no Medio Egito – as *Cartas de Amarna*, documentos do tempo dos faraós Amenófis III e Amenófis IV (ou, Aquenáton), escritas, portanto, uns catorze séculos antes da nossa era. Eram documentos que configuravam uma correspondência normalmente estabelecida entre os governantes do Egito e os reis vassallos, neste caso os que governavam Canaã. Por esta altura, Jerusalém não existia como cidade. O conteúdo das *Cartas de Amarna* dá pouca informação explícita aos investigadores. Indiretamente foram encontradas referências a divindades cananaicas (ou “oeste-semíticas”⁶⁰), como sejam *Astarte*, *Baal*, *Dagon*, *Ilu/El*, assim como divindades egípcias tais como *Amon*, *Hator*, *Seth/Baal*, *Ré*, o deus *Teshub* dos hititas ou *Marduk* a grande divindade mesopotâmica. Naquelas cartas não há, contudo, descrições que remetam para uma “mitologia” de Canaã ou que desenvolva o tema do relacionamento entre divindades ou destas com os humanos. Ressalta, isso sim, a existência de uma religião cananaica claramente politeísta cujo panteão veria no touro “*El*” um «pai da humanidade», «criador das criaturas» e na deusa *Athirat* (Achera, na Bíblia), a «geradora dos deuses». O principal dos deuses seria *Baal* (o mestre, o senhor) ao lado de *Mot* (a morte) e *Jam* (o mar), a grande deusa *Astar*⁶¹ ou a deusa virgem *Anat*.

Segundo Lemaire, as *Cartas de Amarna* atestariam, ainda, a presença de um grupo social, com presença sentida nas imediações das colinas da Cisjordânia Central – os *Habiru*. Seriam gente de uma tribo ainda não sedentarizada vivendo da pastorícia e outros serviços ainda que prestados na qualidade de mercenários. Não existe qualquer informação que nos permita conhecer qual seria a religião própria destes *Habiru*, cujo nome estará na

⁶⁰ A.Lemaire, *Naissance du Monotheisme, Point de vue d'un historien*, p.20.

⁶¹ Deusa muito presente nos panteões de todo o mundo semita. *Isthar*, na Mesopotâmia, *Ashtar*, em Moabe, *Athetar*, no sul da Arábia, *Astar* na Abissínia, *Attar*, em Ugarite.

origem da palavra *Ibri* (hebreu) tal como é utilizada nos primeiros textos bíblicos que se lhe referem. Note-se, porém, que naquelas cartas, nem uma vez aparece a referência ao nome de *Javé*. No essencial, é isto o que se pode retirar de tais cartas.

Javé configurava o perfil de uma divindade de clã, com caráter local, tal como outras divindades era tipicamente cultuado como “deus dos pais”⁶² homenageado e venerado em pequenos santuários, a céu aberto. Segundo Lemaire⁶³, a designação mais comum dessas divindades era quase sempre precedida pela expressão *El*. Se é que interessa uma definição, chamemos, então, Javismo à antiga religião do povo hebreu em torno do seu deus - *Javé*, culto já anterior ao tempo da sua sedentarização em Canaã.

Não há uma certeza sobre o tempo e o espaço geográfico original do javismo. O aparecimento de *Javé*, pensa-se que terá ocorrido na terra da tribo de Madian (região situada na orla do deserto arábico próxima do golfo de Acaba, a oeste do mar Vermelho) onde Moisés terá casado com Séfora; as fontes egípcias mencionam o nome *yhw* em relação com determinadas tribos beduínas.

Sabemos, isso sim, que foi Moisés o dirigente dos Filhos de Israel (*Benê Israel*) quem primeiro indicou ao seu povo o culto a “YHWH”. Há textos bíblicos que suportam a ideia da origem em Madian, fruto do casamento de Moisés⁶⁴. Outros autores defendem uma origem, também meridional mas na região do Sinai (monte *Horeb*, ou monte de Deus, em hebraico, designado em grego por monte *Sinai*, e em árabe por *Jebel Muça*, ou monte de Moisés).

Lemaire é de opinião que o berço histórico-geográfico do javismo esteve na península arábica pela primeira metade do século XIV, pelo menos, um século antes do êxodo que levou os hebreus à Terra Prometida. Na opinião daquele autor *Javé* teria sido uma divindade principal, embora não única, daquele povo, circunstância que indica trata-se de uma monolatria. O seu culto estaria intimamente ligado à montanha.

Au total, notre recherche nous a conduit à des résultats approximatifs mais globalement assez fermes en ce qui concerne l'origine géographique et historique du yahvisme. YHWH était probablement une divinité adorée par un groupe madianite, c'est à dire nord-arab, et son sanctuaire le plus anciennement connu était situé au sud du Néguev judéen,

⁶² Pais num sentido de antepassados.(N.A.)

⁶³ Lemaire, *Op. cit.*(p.24)

⁶⁴ «Moisés estava a apascentar o rebanho de Jetro, seu sogro, sacerdote de Madian. Conduziu o rebanho para além do deserto, e chegou à montanha de Deus: o Horeb» (Ex. 3,1).

dans les montagens du Néguev central ou dans la partie nord-est du Sinai. Son culte est au moins contemporain de Moïse, c'est à dire probablement du règne de Ramsés II, mais il pourrait remonter un peu plus haut, au moins à l'époque de Aménophis III (c.1387-1348). L'adoption de cette même divinité par Moïse, est la conséquence de son mariage avec la fille d'un prêtre madianite et a bientôt entraîné l'adoption de cette même divinité par le clan de Moïse, celui-ci ayant réussi à la faire sortir d'Egypte pour qu'il le rejoigne dans le désert.⁶⁵

A partir daqui, não obstante cada uma das tribos, ainda continuar a frequentar santuários locais da sua tradição (Guilgal, Siquém, Betel, Dan) será no novo santuário de Silo, na montanha de Efraim (tribo à qual pertencia Josué), que se vai centrar a verdadeira expressão do javismo israelita. Os textos bíblicos referem a existência de uma peregrinação anual ao templo de Efraim que se afirmava como verdadeiro centro de atração religiosa de todo o povo israelita, na região central da Cisjordânia. (Jz. 21,19) (1ºSam. 3,21). Pensa-se que o santuário de Silo terá sido destruído pelos filisteus, à época das invasões dos “povos do mar”, em meados do último século do segundo milénio.

Quando os filhos de Israel penetraram em Canaã e ocorreu a sua sedentarização em comunidades agrárias, isso proporcionou, naturalmente, um contato, e até uma adoção, com as práticas religiosas dos cananeus. Por essa altura, era *Baal* a grande divindade cananea, o Senhor da fertilidade, grande divindade da principal atividade económica - a agricultura. Tal é o que se pode constatar pela narrativa do livro dos Juízes, em que Javé ordena a Gedeão⁶⁶ que destrua o altar a *Baal*: “*Naquela mesma noite o Senhor disse a Gedeão: «Toma um touro gordo e um segundo touro de sete anos; derruba o altar de Baal que é de teu pai e corta a árvore sagrada que está junto dele. Construirás depois um altar bem preparado em honra do Senhor, teu Deus, no cimo desta rocha firme.»* (Jz. 6,25-26).

Ao tempo dos primeiros reis, são abundantes os relatos que nos dão conta da importância dos deuses dos cananeus junto da comunidade israelita. Tal é o caso dos relatos dos cultos a *Baal*, praticados pelos próprios reis, exemplos citados no *Livro dos Juízes*, e no *Livro dos Reis* (1Rs.16,32) , (2 Rs 10) ou até o culto a *Astarte* praticado pelo próprio rei Salomão (1 Rs 11,4-8).

⁶⁵ Lemaire, *op. cit.*,p.40

⁶⁶ Gedeão foi um juiz (governante) israelita que libertou o seu povo dos repetidos assaltos às colheitas de trigo, praticados pelo vizinho povo de Madian.

Relativamente a *Javé*⁶⁷, podemos dizer que se tratava de uma divindade plurifacetada onde sobressaía o seu carácter guerreiro: «*O Senhor é um guerreiro: Javé é o seu nome! Os carros de guerra do faraó e o seu exército Ele atirou ao mar.*» (Ex.15,3-4). «*Com os chefes de Israel à frente, o povo ofereceu-se para o combate. Bendizei, por isso ao Senhor!*» (...) «*Assim pereçam, ó Senhor, os inimigos!*» (Jz.5,2; 5,31).

Sob outra perspectiva *Javé* era o Senhor do Cosmos e da Natureza, sublinhada a sua associação com o raio e as tempestades, qual expressão da sua zanga e da sua aterradora capacidade de incendiar e exterminar. Este traço identificativo, aliás, foi partilhado com outros deuses das tempestades na Ásia ocidental e, até na Grécia, com o próprio *Zeus*. Outros livros, destacaram em *Javé* o seu carácter de fonte da vida, da morte, por isso mesmo fonte da Lei e do próprio poder temporal: *Javé* era a origem: «*O Senhor é que dá a morte e a vida. Leva à habitação dos mortos e tira de lá.*» (1Samuel, 2,6). «*Ele dará o império ao seu Rei, e exaltará o poder do seu ungido*» (1Samuel, 2,10).

O jovem David, um fervoroso crente de *Javé* assumiu o poder real após derrotar os filisteus, tendo alargado o território do reino para sul fazendo em Jerusalém a capital. A partir do seu reinado, parece ter-se desenvolvido um certo sincretismo entre *Javé* e a antiga divindade cananea de Jerusalém, *El Elyon*, traduzível como *Altíssimo*. As fontes bíblicas dão a impressão de que, enquanto *Baal* foi gradualmente descartado, *El Elyon* foi-se confundido de tal forma com *Javé* que se converteu num dos epítetos do próprio *Javé*. Desconhecemos os detalhes deste sincretismo, mas pode ter sido de uma importância significativa para o desenvolvimento posterior da religião de Israel.

A unificação territorial acontecida no plano político teve reflexo no plano religioso. O talento de David soube promover a integração e assimilação das antigas crenças e tradições religiosas do tempo dos antigos patriarcas, dentro do javismo. Afinal de contas, nos diferentes santuários do novo reino unificado era sempre a mesma divindade suprema, o mesmo grande deus El, o grande Senhor do Alto, criador dos Céus e da Terra, aquele que era visado nos apelos do povo. *Javé*, era o nome do deus em que, agora, todos os filhos de Israel se reveriam.

Acreditando que os salmos bíblicos constituem cânticos religiosos e patrióticos que remontam a épocas diferentes (parte deles do tempo de David) acontece que foram

⁶⁷ "YHWH" é o tetragrama hebraico que, na Bíblia, indica o nome de Deus.

mantidos por tradição oral e redigidos na época de cativo. São, efetivamente, comuns as expressões do salmista relativamente à grandeza do Senhor:

“*Cantarei o nome do Deus Altíssimo*” (Sl. 7,18); “*Adorarei a tua majestade mais alta que os céus.*” (Sl. 8,2); “*Cantarei salmos ao teu nome, ó Altíssimo*” (Sl. 9,3); “*Digo ao Senhor: «Tu és o meu Deus, és o meu bem, e nada existe acima de ti»*” (Sl. 16,2). E muitos outros exemplos como estes se poderiam citar.

A assimilação das divindades ancestrais em Javé foi, pois, facto de grande relevo histórico-religioso e terá ocorrido ao tempo da monarquia de Israel.

Salomão sucedeu a David. Embora tenha sido um rei sábio e prestigiado em todo o Médio Oriente, e a quem se deveu a construção do Templo, protagonizou, todavia, alguma tibieza na afirmação do javismo em Israel. A historiografia bíblica suscita interrogações quanto à sua fidelidade à monolatria javista, e refere, mesmo, o seu incumprimento aos preceitos da lei. Pelo menos, no que tocava à sua relação com mulheres estrangeiras. A influência cananea, e indiretamente babilónica, ressalta evidente.

“Sendo já velho, elas seduziram o seu coração para seguir a outros deuses, de sorte que o seu coração já não pertencia sem reservas ao Senhor, seu Deus, como o de David seu pai. Salomão prestou culto a Astarte, deusa dos sidónios e a Melcom, ídolo dos amonitas. Fez o mal aos olhos do Senhor e não Lhe foi inteiramente fiel como seu pai David. Por esse tempo edificou Salomão sobre o monte, que está em frente a Jerusalém, um templo a Camós, deus de Moab, e a Moloc⁶⁸, abominação dos amonitas. E o mesmo fez para agradar a todas as suas mulheres estrangeiras, que queimavam incenso e sacrificavam aos seus deuses.” (1ºRs. 11,4-8)

Após a morte de Salomão os reis dos dois novos reinos continuaram a não ter em Javé um único Deus. Disso vemos testemunho na pregação de Elias⁶⁹ ao rei Acabe, sétimo rei de Israel (873-852), conforme nos relata o primeiro livro dos reis (1.Rs 18). Tudo leva a crer, pois, que o javismo da época dos primeiros reis de Israel tenha sido, tecnicamente, o que se pode designar por uma monolatria e não um monoteísmo. E o mesmo se pode

⁶⁸ Moloc era uma antiga divindade amorrita cujo culto era praticado por vastas áreas de Canaã, mormente na margem esquerda do Jordão. Entre os seus rituais de culto eram praticados atos sexuais e o sacrifício de crianças. O seu culto fora proibido desde o tempo de Moisés. “O Senhor falou a Moisés nestes termos: «Dirás aos filhos de Israel: Todo o israelita ou estrangeiro que sacrificar um filho a Moloc, será punido com a morte. Será apedrejado pelo povo do país»”. (Lev. 20, 1-2)

⁶⁹ Elias foi um profeta do século IX que, de acordo com narrativa do Livro dos Reis, foi um incansável crítico dos cultos ao deus *Baal*, junto do próprio rei Acabe, o sétimo rei de Israel (873-852).

dizer no período que vai até à destruição do Templo de Jerusalém, no reino do Sul. A monolatria continuou a ser a concepção religiosa dominante, com avanços e recuos, como aconteceu ao tempo de Manassés. Durante o reinado deste, entre 697-642 a.C., a forte ligação de Judá com a Síria terá tido influência nas práticas religiosas que viram um recrudescimento do culto a *Baal* e um afrouxamento da monolatria javista. Posteriormente, Josias (640-609 a. C.) levou a cabo uma reforma religiosa, suprimindo todos os lugares de culto e práticas sincretistas influenciadas por antigos cultos de caráter local, e promoveu a centralização de um único lugar culto, no templo de Jerusalém.

É importante salientar os nomes dos reis de Judá, Ezequias (750-697) e Josias (648-609) como importantes reformadores religiosos. O primeiro, pela proibição do culto a deuses pagãos e o segundo por ter ordenado a compilação de muitas das escrituras hebraicas do A.T. onde se reforçava a ideia da exaltação do povo de Israel como nação unificada pela sua religião, centrada na crença no mesmo deus.

Em 586, com a destruição do templo e a deportação de grande parte dos judeus para a Babilónia a Judeia tornou-se uma simples província do Império neobabilónico. *Javé*, afinal, parecia ser menos eficaz como divindade protetora, afinal, menos poderoso que os deuses estrangeiros.

A circunstância da deportação forçada confrontou os vencidos com os deuses dos vencedores. Seriam os deuses destes mais poderosos do que *Javé*? Os templos babilónicos resplandeciam de beleza, imagens físicas das divindades, irradiavam prosperidade. Em Jerusalém, porém, do velho templo de Salomão, não restava pedra sobre pedra. O tempo do exílio, necessariamente, viria a promover uma profunda reflexão coletiva sobre a religião dos exilados.

Neste contexto, as figuras dos profetas Jeremias (650-587) e Ezequiel (622-570) assumiram uma importância relevante na “reabilitação” de *Javé*, ou melhor na fé dos judeus na sua divindade antiga. Jeremias foi o profeta que mais criticou os costumes idólatras e desviantes dos judeus. Ao prever, e antecipar a possibilidade da tomada de Jerusalém por Nabucodonosor ele viria a ser um bom precursor de Ezequiel.

Ezequiel era um sacerdote na casa dos trinta anos quando, em 597, se vê deportado na Babilónia; ali, terá sido um dos chefes da comunidade deportada. Viveu uma deportação longa de vinte e dois anos. Contornou o problema do dramático cativo do povo judeu não o atribuindo à eventual “fraqueza” de *Javé* mas, antes, como um castigo divino que

fora imposto ao povo de Israel pelas repetidas infidelidades em que tinha incorrido. Ezequiel⁷⁰ reforçou, assim, a velha ideia do deus que castiga, e contribuiu para introduzir na religião judaica uma ética da responsabilização pessoal de cada um no destino coletivo da comunidade. Sem dúvida, foi um dos notáveis profetas do AT..

O profetismo judaico assumiu com Ezequiel, uma indiscutível importância social e religiosa. Note-se, todavia, que nem o profetismo judaico nem a ideia de uma divindade julgadora foram casos únicos na Antiguidade pré-clássica. Lemaire⁷¹ cita vários exemplos de profetismo, os mais antigos remontando a Mari, na Mesopotâmia (sec.XVIII) e quanto à expectativa de um juízo final, embora sob diferentes modelos, ela existiu desde o Antigo Egito até à Pérsia Aqueménida.

É interessante o contraste entre as crenças religiosas de judeus e babilónios no que tinha a ver com a importância da estatuária religiosa nos templos destes. A *Javé*, segundo a Lei e os profetas, nomeadamente Isaías⁷², era interdito fazer toda e qualquer representação materializada da divindade - aniconismo. O desrespeito por esta regra seria cair na idolatria. Os judeus, tal como os budistas, herdaram com os babilónios esta ancestral tradição de representação estatuária.

Na segunda metade do século VI, ao tempo de Nabónido, o último rei neo-babilónico, e imediatamente antes do novo domínio dos aqueménidas, os deportados judeus terão assistido a uma curiosa rivalidade entre os “partidários” de duas das mais importantes divindades mesopotâmicas – *Marduk* e *Sin* – sobre qual destas deveria assumir o primeiro lugar no panteão. Adivinhava-se, aqui também, uma tentativa de hierarquização de divindades. Seria um primeiro passo em direção à monolatria?

O facto, é que após a dura experiência babilónica, tudo o indica, acabou por sair reforçada a crença javista, agora sim, num deus único e não apenas de Israel. Afinal de contas, os deuses babilónicos eram simples representações de metal fundido, mera criação de artífices, que os profetas, tão eficazmente, desvalorizaram. Nada garantia, afinal, que

⁷⁰ Ezequiel 18,25-30: “Porém, vós dizeis: «O modo de proceder do Senhor não é justo! Escutai, pois, casa de Israel: Então é o seu modo de agir que não é justo? Ou é o vosso que o não é? (...) Mas a casa de Israel diz que a maneira de proceder do Senhor não é reta! Não são antes os vossos caminhos que não são retos? (...) Converti-vos e afastai-vos dos vossos pecados!”

⁷¹ Lemaire, *op.cit.*, p.92

⁷² Is. 40,19; Is. 44,9-10; Is. 46,1-2

fossem os deuses babilônicos aqueles que estivessem sempre do lado dos que eram bem-sucedidos militar e economicamente.

A Pérsia acabara de conquistar a Babilônia. Também Israel fora grande e próspera no tempo dos primeiros reis. Agora com Ciro, novo senhor da Babilônia, os judeus voltariam à sua terra de Canaã, retomariam a edificação de um templo digno para honrar *Javé*, este, sim, o único e grande deus de todas as nações, não apenas de Israel.

Os textos do Deutero-Isaías⁷³, redigidos por autor desconhecido entre 555-540, anteciparam, embora sob a reserva de muitos historiadores, a vitória dos persas sobre os caldeus e o regresso dos judeus a Jerusalém. Ao dar conta desta nova realidade de liberdade o leitor é conduzido a uma afirmação progressivamente mais clara sobre o caráter divino de *Javé* e do seu poder universal, obviamente, com palavras simpáticas ao rei Ciro.

As profecias de Deutero-Isaías cumpriram-se: Ciro conquistou a Babilônia em 539 a. C. e no ano seguinte permitiu aos israelitas o regresso à sua terra. No princípio, só um grupo de exilados pareceu disposto a fazê-lo. O segundo templo seria reconstruído e a simpatia dos judeus pelos reis persas consolidou-se. A expansão da cultura tolerante e da religião dualista dos persas ocorreu em paralelo com a grande afirmação militar, política e diplomática do vastíssimo Império aquemênida. Um enorme território entre o Egeu e o rio Indo.

A emergência de um novo e forte poder político multinacional, desta vez não hostil aos israelitas, poderia ter uma leitura no plano religioso. A derrota dos babilônios face aos persas, a tolerância destes com a religião dos israelitas, o convívio e conhecimento que os exilados judeus adquiriram sobre a religião dualista dos magos, a par com a antiga tradição javista fortemente monólatra há muito enraizada nos filhos de Israel, aliada à circunstância da reconstrução do novo templo de Jerusalém, tudo isso se conjugou na produção de uma nova etapa histórica da religião de Israel, agora afirmada internacionalmente como uma religião claramente monoteísta, centrada num deus único – o Deus de Israel.

Tardaria pouco tempo para se consolidar a ideia da existência de uma nova vida noutra mundo, não terreno. Essa ideia religiosa, partilhada com o zoroastrismo, desenvolver-se-

⁷³ Deutero-Isaías, ou Segundo Isaías, é a designação que corresponde à segunda parte (Cap. 40 a 55) do Livro de Isaías no A.T., cuja redação é cerca de duzentos anos posterior à da primeira parte do mesmo.

ia também nos últimos três séculos antes de Cristo, *pari passu*, com a conceptualização filosófica grega de um mundo onde a perfeição era possível – o mundo das ideias. Mas enquanto a teoria platónica era de difícil compreensão, a visão judaica apelava a um sentido de justiça natural, um futuro acerto de contas, com sortes diferentes, de castigo ou recompensa. Este novo elemento de uma justiça definitiva tornou a religião judaica mais inteligível, apelativa e universalmente aceitável.

A abertura universalista do javismo foi acompanhada por uma certa aproximação e abertura à sociedade persa e à sua religião – o mazdeísmo. Essa aproximação também se traduziu numa certa aproximação dos conceitos e das designações sobre as divindades de ambas religiões. Por isso, a partir dessa altura, cada vez menos, se vai encontrando a designação de YHWH (Javé) para nomear o deus particular de Israel e, cada vez mais, são evocadas expressões gerais, ou “títulos divinos” (tais como o “grande Deus”, ou “Deus do céu e da terra”), que tanto poderiam ser aplicados ao Deus dos judeus, como ao Deus dos persas.

A este propósito é interessante atender ao livro de Esdras e às observações de investigadores e linguistas. No livro que tomou o seu nome, descreveu-se, em língua aramaica, o regresso dos expatriados judeus a Jerusalém, bem como a reconstrução do templo e a restauração do culto. Em Esdras, o deus de Israel já nunca o vemos nomeado por *Javé* sendo designado por expressões comuns à que o próprio rei Ciro utilizava para designar a grande divindade *Aura Mazda*, usando nomeadamente as expressões “grande Deus”, “Deus dos céus”, ou, simplesmente, *Kyrios*⁷⁴.

⁷⁴ A palavra grega κύριος (Kyrios) significa “Senhor”. Foi a palavra utilizada para designar *Javé* na tradução grega do A.T. denominada *Septuaginta*. Palavra que, mais tarde, foi também utilizada pelos cristãos para designar o seu Deus e que, ainda hoje, se utiliza em algumas celebrações litúrgicas realizadas pelo rito antigo.

4. Raízes ocidentais - Antecedentes no mundo clássico

Os primitivos grupos humanos que habitaram o espaço europeu até ao terceiro milénio anterior à nossa era remontam, nas suas origens, ao mesmo tronco populacional indo-europeu que originou as primeiras populações do sub-continente indiano, do planalto iraniano, da Mesopotâmia e da Ásia Menor.

Anteriores ao mundo creto-micénico são escassíssimos os conhecimentos que temos relativos à História e à cultura do mundo ocidental. De uma língua indo-europeia, partilhada com o Oriente, poderemos encontrar, mais tarde, nomes comuns de algumas divindades como *Zeus*, ou *Urano*, respetivamente (*Dyaus* e *Varuna*, em sânscrito).

Após o período mais arcaico da religiosidade europeia, marcado pelo culto de animais (nomeadamente o touro e a serpente), pedras e árvores sagradas, o antigo mundo creto-micénico terá venerado divindades antropomórficas, principalmente femininas. Há também indícios do culto astral ao Sol e à Lua. Dessa época não há indícios de santuários e presume-se que os ritos seriam celebrados ao ar livre sob a condução de sacerdotes e sacerdotisas.

Aqueus, jónios e dórios são os grupos populacionais em que se desenvolveu a civilização grega. Os dois primeiros (aqueus na Ática, e jónios mais a leste nas ilhas mediterrânicas e no litoral leste da Ásia Menor), eram mais antigos na região e partilhavam uma origem comum indo-europeia. Ao contrário, os dórios eram nómadas, grupo social menos desenvolvido que os visitados, terão vindo de norte, contribuindo (por volta do início do século XIII a.C.) para o estertor da avançada civilização de Micenas.

4.1 Mitologia e religião gregas

Não se confundem a mitologia com a religião dos gregos, não obstante a sua estreita ligação e a circunstância comum de ambas representarem manifestações do seu pensamento e da sua visão do mundo.

A mitologia dos gregos foi riquíssima, com inusitada criatividade, definidora dos conceitos basilares da sua cultura. Encontrámos em Hesíodo a formulação teogónica e cosmogónica dos gregos num modelo conceptual com ressonâncias orientais, porém, aqui os deuses não eram os criadores da Natureza, antes um seu produto. Inúmeras e densas são as criações mitológicas que nos falam da beleza, do amor, da justiça, da fertilidade, da imortalidade. No entanto, diferentemente das mitologias orientais, na Grécia os mitos, mesmo envolvendo divindades, tanto alimentaram crenças e praticas religiosas como serviram para fundamentar a mais pura da especulação filosófica. Por exemplo, narrativas míticas tão diferentes como as de “*Deméter e Perséfone*” ou de “*Eros e Psiqué*” tiveram um impacto extraordinário na religião, na cultura, nas tradições sociais dos antigos gregos e, até, com uma repercussão milenar na História da cultura ocidental. A liberdade, a criatividade, o amor genuíno, e o Belo foram valores recorrentemente exaltados não apenas como opção estética, ou moral, mas como elementos definidores daquilo que era o Bem.

As personagens mitológicas, tal como as divindades do panteão, eram antropomórficas e caracterizavam-se por uma profunda humanidade. Nada do que era comum aos homens era estranho aos deuses. Comer, dormir, amar, invejar, agredir, matar. À semelhança de *Marduk*, um deus babilónico de segunda geração que conforme conta o *Enuma Elish* conquistou a liderança entre as divindades, também a *Teogonia* hesiodiana nos fala dos combates de *Zeus* contra outras divindades antes de ascender à liderança do panteão olímpico.

A mitologia grega deu a base de sustentação à sua religião. Deuses e heróis povoaram o mundo das entidades sobrenaturais; embora não experimentando a morte, conheceram o nascimento, pelo que não eram eternos. Os heróis, uma espécie de semideuses, como o famoso *Hércules*, seres sobredotados de alguma característica extraordinária, filhos de uma divindade e de um humano.

Na religião politeísta dos gregos sobressai o panteão dos doze deuses que receberam culto no famoso altar que lhes era consagrado na ágora de Atenas. Cada um com a sua função num domínio muito próprio. As grandes celebrações religiosas eram acontecimentos sociais de enorme relevo popular, assumindo a dimensão de festividades nacionais como também acontecia com acontecimentos não estritamente religiosos, como os jogos Olímpicos em honra de *Zeus*, ou os jogos Píticos, celebrados em Delfos, em honra de *Apolo*. As práticas religiosas, por exemplo nos “*Mistérios de Elêusis*”, ou nos cultos em

honra de *Dioniso* cumpriam rituais rigorosamente programados envolvendo, por vezes, vários dias, com procissões, sacrifício de animais, abluções, libações e ritos iniciáticos. Muitos destes elementos têm um claríssimo sabor oriental onde a curiosidade grega não cansou de se inspirar. Os sacerdotes, porém, não constituíam aqui uma corporação especial, nem tão pouco uma casta.

Os deuses dos gregos estavam longe da transcendência do Deus dos judeus. Em matéria da religiosidade e da fé gregas, temos de sublinhar o facto de não tendo havido aqui o carácter mais místico das religiões orientais, também os gregos admitiram, de alguma forma, que acreditavam numa vida para lá da morte, associando a essa circunstância um carácter de salvação. Tal crença numa vida da alma depois da morte física foi, aliás, partilhada com outras religiões, mais a Oriente, na segunda metade do primeiro milénio. Essa vitória da vida era celebrada anualmente, por exemplo, nos ritos eleusinos, com a celebração do renovado regresso de *Perséfone*. Libertada das profundezas ctónicas do *Hades*, trazia consigo a época das flores, da fertilidade e da vida. A fechar o ciclo lá viria nova queda das folhas, a morte das sementes, a dormência da natureza. A vida a sobrepor-se à morte.

Com a época do helenismo, vários cultos orientais, alguns deles já havia muito tempo conhecidos na Europa, radicaram-se na Grécia. Aconteceu com *Isis*, *Amon*, *Átis* ou *Adónis*. No entanto, na interação recíproca entre as culturas da Grécia e do Oriente, o elemento grego foi sempre mais dominante nos domínios da arte e da ciência, enquanto que na religião foram mais importantes os elementos com origem oriental.

Não terminemos este ponto sem uma brevíssima nota à adoção pelos romanos de grande parte da mitologia e religiosidade gregas. É certo que as religiões grega e romana foram coisas diferentes, com berços, pessoas, tempos e tradições bem próprias de cada uma. Não resta qualquer dúvida que à viragem do milénio, quando da eclosão do judeo-cristianismo, sentiam-se fortíssimos sincretismos greco-romanos com a transposição de divindades, mitos e ritos, da religião grega para novas crenças e praticas rituais, pela península itálica e nas suas ilhas mediterrânicas. Falar, por isso, à passagem do milénio, numa “paisagem religiosa” clássica, ou greco-romana, constitui uma simplificação retórica que, no entanto, para a finalidade do presente estudo, consideramos aceitável.

4.2. Alexandre e a helenização

Alexandre, o Grande, príncipe da Macedónia, foi o filho do rei Filipe a quem sucedeu na juventude dos seus vinte anos. Nasceu em Pelas, no ano 356 a.C. Foi instruído à luz do pensamento filosófico, sob a mestria de Aristóteles e, certamente, partilhou o encanto e o fascínio oriental, à época, tão em voga nas elites gregas. A grandeza e a tolerância do modelo imperial persa tê-lo-ão impressionado. Se há homens que com a sua personalidade e génio alteram definitivamente o curso da História, Alexandre foi um deles. É muito curioso notar que a vida e a campanha vitoriosa de Alexandre não são objeto de comentário em nenhum dos livros da Bíblia.

Nas batalhas de Isso (333) e Gaugamela (331), Alexandre derrotou o rei persa Dario III e passou a integrar a Palestina e o Egito sob o seu domínio. Seguiu imparável até à Índia. Fundou inúmeras cidades com o seu próprio nome, sendo que a mais notável foi a cidade de Alexandria, no Egito, onde mais tarde foi construída sua célebre biblioteca, inspirada na famosa antecessora que já existira na cidade mesopotâmica de Nínive.



Figura 6. O Império de Alexandre. Fonte: Atlas Histórico do Médio Oriente, 2021

Com a expansão do domínio militar e político, a língua grega chegou às elites culturais do Oriente. A fixação de emigrantes e colonos gregos ao longo do novo império permitiu a aproximação, até a fusão, da cultura do Ocidente com a do Oriente. Foi o que, mais tarde, se designou por helenismo e galgaria definitivamente as fronteiras do Mediterrâneo rumo a nascente. A cultura do “*logos*” dilatar-se-ia pelo mundo euroasiático com definitivas consequências históricas. Com a língua, viajaram o pensamento, a arte e a visão do mundo dos gregos.

A extraordinária importância do helenismo para o assunto que aqui tratamos é comparável à importância decisiva da “Revolução Neolítica”. Quem o afirma é Eliade⁷⁵:

«Dans la perspective de l’histoire des religions, l’unification du monde historique amorcée par Alexandre et achevée par l’Empire romain est comparable à l’unité du monde néolithique effectuée par la diffusion de l’agriculture. (...) Comparées à cette uniformité fondamentale, évidente chez les populations agricoles de l’Europe et de l’Asie, les sociétés urbaines du premier millénaire av.J.C présentaient une diversité religieuse considérable. Mais pendant l’époque hellénistique, la religiosité de “l’oikumené” finira par emprunter un langage commun.»

Quando Alexandre morreu, na Babilónia, apenas com trinta e dois anos, ao que constou vítima de veneno, já era senhor de um território que se estendia das águas do Adriático até às do Indo. Este enorme império, todavia, estava administrativa e politicamente pouco consolidado. O seu único filho era ainda uma criança e, aliás, viria a morrer pouco depois do pai. Vieram tempos de indefinição sobre a sucessão do grande imperador e a solução encontrada foi uma repartição territorial pelos seus generais. Assim, coube ao general Antígono e aos seus descendentes governarem a Macedónia, os herdeiros do general Lisímaco, da Trácia, cuja dinastia era denominada atálida, assumiram o governo da Ásia Menor, enquanto que aos generais Ptolemeu e Seleuco lhes coube o governo das partes maiores e mais importantes do império alexandrino: Ptolemeu assumiu o reino no Egito incluindo os territórios da Síria e da Palestina; Seleuco reinou na Mesopotâmia e nos territórios da Ásia Central. Em 247 a.C., Arsaces I, um líder tribal na região oriental do Irão conquistou a Partia e os seus sucessores viriam a conquistar a Média e a Mesopotâmia dando origem ao Império Parta (ou Arsácida).

⁷⁵ Mircea Eliade, *Histoire des croyances et des idées religieuses/ II* , pp.202-203.

Durante os séculos III e II, após um prolongado conflito entre ptolemaicos e selêucidas (as denominadas guerras sírias), o Egito perderia o controlo sobre o reino da Síria a favor do rei adversário Antíoco III.

O alargamento da fronteira militar e política do império alexandrino foi acompanhado pela expansão de pequenas colónias gregas, que transportaram a sua língua e a sua cultura. É esta exportação cultural que, como se disse, constituiu a helenização. O fenómeno foi potenciado pela adoção do dialeto grego comum, ou grego koiné (*Κοινή*), como língua franca no alargado espaço que ligou os dois mundos: Oriente e Ocidente.

A inserção dos elementos da cultura grega sobre as realidades culturais das antigas sociedades orientais, desde o Egito até à Índia, promoveu miscigenação de culturas e conseguiu influenciar um processo de transformação de antigas tradições orientais e da sua visão do mundo. E o recíproco também se verificou. Os orientais e os ocidentais, mesmo que involuntariamente, ficaram mais unidos que antes na partilha de um mundo cultural polvilhado por diferentes tradições filosóficas, culturais, religiosas, artísticas.

Processo este que, ora foi fluido e pacífico como aconteceu na Índia com a emergência do novo sincretismo greco-budista, ou na Pérsia mazdeísta que conviveu tranquilamente com tradições de todas as geografias, ora foi desconfiado e gerador de tensões, como aconteceu na Judeia. Embora aqui fosse diferente do que aconteceu com os judeus da Diáspora.

A helenização também produziu curiosas experiências políticas. Um reino greco-bactriano surgiu após os meados do século III a.C., na Ásia Central, nas regiões da Bactria (região que corresponderia atualmente a uma zona do Afeganistão, Paquistão e Tajiquistão) e de Sogdiana (região setentrional do Irão correspondente ao atual Uzbequistão). Foi governado por Menandro I, primeiro rei ocidental a converter-se ao budismo, demonstrando assim a abertura da racionalidade grega aos encantos da espiritualidade mística do Oriente.

As tradições budistas também sofreram a influência da Grécia Antiga. Por exemplo, o conceito de *Bodisatva*, a que já atrás nos referimos⁷⁶, parece ser uma imagem decalcada dos antigos heróis gregos. Uma quase divindades. Certa foi a influência da arte grega nas representações escultóricas do próprio Sidartha Gautama. Só após esta experiência da

⁷⁶ V.p.40

helenização começaram a ser feitas as primeiras estátuas do Buda, quais representações de um novo *Apolo*. Alguns autores chegam a referir este fenómeno como expressão de uma nova arte designada por greco-budista.

A rota da seda não só permitiu a intensificação do comércio entre os dois lados do Mediterrâneo, como serviu à viagem dos missionários budistas Mahayana. Entre a Índia e o Mediterrâneo, e principalmente, da Índia para o Extremo Oriente e sudeste asiático, o budismo alastrou a todo o mundo. A utilização de incenso nos cultos sagrados e a decoração floral dos altares são testemunhos deste cruzamento de tradições religiosas que uniu o Oriente ao Ocidente.

4.3 Novas escolas filosóficas

No mundo grego a especulação filosófica progrediu muito mais aceleradamente do que a conceção dos modelos religiosos, estes sim, mais caros aos semitas. A filosofia, tal como a entendemos, é uma criação do génio helénico. Nas suas origens ancestrais foi despertada pelo tratamento dos grandes temas da criação, da vida e da morte, da fertilidade e do amor, no conhecimento das antigas literaturas sapienciais, mitologias e cosmogonias trazidas do Próximo Oriente. O talento grego, todavia, marcou uma assinalável rutura com todo o pensamento humano anterior. A busca pelo sentido do mundo e pela sua explicação era aqui um campo aberto ao conhecimento racional sem que isso envolvesse uma atitude religiosa. Divindades era um tema de religião. E os gregos eram religiosos. Conhecimento pertencia à filosofia. Por isso os filósofos gregos se ocuparam não apenas da ontologia, e da metafísica, mas também da ética, da política, da astronomia, da matemática, da biologia, da retórica e da estética.

Ao terminar esta viagem pelos antecedentes históricos do judeo-cristianismo tínhamos de passar por aqui, ou seja, atender à importância decisiva da filosofia e da cultura greco-romana, na génese do pensamento cultural e religioso dos primeiros judeo-cristãos e na influência que, com grande probabilidade, exerceu na formação da pessoa que foi o seu primeiro impulsionador - Jesus da Galileia.

Em brevíssimo “flash” recordemos Platão, o mestre dos filósofos clássicos, aquele que passou a escrito os pensamentos de Sócrates e que discorreu sobre a existência de dois mundos: um mundo terreno, visível, imperfeito, e um mundo perfeito, mas intangível - o mundo das ideias. Ele para quem o Sumo Bem, criador de toda a alma, qual centelha de perfeição que era emprestada a um corpo humano, constituía a fonte da vida e do conhecimento numa síntese, ainda por compatibilizar, com a realidade das divindades do panteão. No *Fédon*, o diálogo que escreveu sobre a imortalidade, narrou o último dia da vida de Sócrates, antes da aplicação da pena de morte. Aqui deixou claro o seu ponto de vista: Os homens vivem por vontade dos deuses; o homem sábio, o filósofo, deverá aspirar a deixar a vida enfrentando corajosamente a morte; a morte é, apenas, a separação da alma e do corpo.

O corpo humano, assim, surgia em Platão como um obstáculo ao conhecimento e à sabedoria plena à qual só a alma aspira e, só ela, poderá atingir. Corpo, prisão perecível, parte de um mundo efêmero e imperfeito, *versus* alma, realidade imortal, aspirante à sabedoria, participante do mundo das ideias e da perfeição. Dualismo filosófico que abria as portas, no campo religioso, ao dualismo persa que o judaísmo respirou.

Recordemos também o seu discípulo - Aristóteles, macedónico, natural de Estagira, verdadeiro pai do cientismo e do naturalismo experimental, num casamento virtuoso entre racionalismo e empirismo, e cuja instrução filosófica conquistaria o espírito do jovem príncipe da Macedónia.

Após Aristóteles, a filosofia grega dedicou-se à compreensão racional da conciliação das duas realidades fundamentais: A vida e o bem. Surgiram, neste contexto, as escolas de pensamento que tinham como objetivo central conhecer o que seria uma “vida boa”, no fundo, a vida que poderia proporcionar ao homem a suprema felicidade. Fazendo o que estivesse certo o homem viveria uma vida boa e, nessa perspetiva, atingiria o seu objetivo último, a felicidade.

O discernimento sobre fazer o que está certo ou fazer o que está errado, abriu o campo das denominadas filosofias morais, aquelas cujo primado assenta na ética. O pressuposto básico onde assentaram estas novas correntes filosóficas, denominadas éticas ou morais,

era este: O homem sábio encontra em si mesmo todas as condições necessárias à felicidade, o que conseguirá atingir por meio da sua vontade, orientada pela inteligência. Ressonância clara de uma sabedoria oriental onde sentimos o budismo muito perto.

É aqui que se situam, historicamente, as correntes filosóficas do epicurismo, do cinismo e do estoicismo. Fiquem, então, brevíssimas referências às escolas de pensamento dos filósofos cínicos, epicuristas e estoicos. Nas palavras e nos comportamentos de Jesus, há ecos que ressoam notas da sabedoria cínica e estoica.

O cinismo é escola fundada na Grécia, por um discípulo de Sócrates – Antístenes (445-365). Em linhas gerais, o cinismo considerava a *virtude*, como sendo o objetivo último de uma vida serena e racional. O homem sábio deveria saber viver, apenas, com o indispensável, desprezando o supérfluo, qual fonte de escravidão moral. Os cínicos submetiam-se a uma vida pobre e ascética como imperativo da busca da virtude, abdicavam assim das vulgares convenções sociais, faziam-se notar pela sua sinceridade e desfaçatez na formulação de juízos e respostas. O sarcasmo e a ironia faziam parte das suas técnicas retóricas. Antístenes era um politeísta, no entanto, reconhecia que um desses deuses seria o "único deus natural".

Epicuro (341-270) fundou uma escola filosófica assente no objetivo de uma vida com "ausência de perturbação", ou ataraxia, no fundo uma ausência de dor. Não estaria na *virtude* mas no *prazer* o objetivo último de uma vida sábia. Seria esta a vida de comportamento certo, a vida feliz. Neste sentido o epicurismo define-se como uma *filosofia do prazer*, no sentido em que este corresponda à ausência de dor. Não incorreu Epicuro, todavia, numa busca irrestrita do prazer designável por hedonismo. Haveria a dose moderada, equilibrada, digamos racional, de uma imperturbabilidade que seria prejudicada logo que um excesso de prazer a corrompesse. Para Epicuro, os deuses, se existissem, não se preocupavam com os mortais. Neste sentido o epicurismo é uma corrente de pensamento que poderá ser considerada materialista, pois dispensa as divindades no plano da realização da felicidade dos humanos.

De um ponto de vista histórico, o epicurismo e o cinismo constituem-se antecessores do estoicismo, surgido e desenvolvido mais tarde.

O estoicismo, escola de pensamento também fundada na Grécia, por Zenão de Cítio⁷⁷ (333-263), foi depois continuada por Sêneca, um natural de Córdova, contemporâneo de Jesus. O estoicismo retoma a virtude, em detrimento do prazer, como bem supremo, aproximando-se aí da filosofia cínica. Zenão negou a concepção platónica da existência de um mundo separado - o “mundo das ideias”, mas admitia a existência de uma realidade universal que transcendia a Natureza conhecida. Para os estoicos, no mundo natural, apenas existiam realidades físicas capazes de impressionar os sentidos humanos. Não havendo a intervenção de realidades sobrenaturais o destino humano é comandado pela Natureza e o que se impõe ao homem é admiti-lo com elegância e com dignidade. Estoicamente.

A imperturbabilidade estoica sugere-nos qualquer coisa que já vimos no epicurismo e até no budismo. O conhecimento dos estoicos era atingível mediante o uso da razão. Simultaneamente eram partidários de uma ética naturalista (que visa buscar na Natureza os fundamentos de uma vida moral) e de um permanente apelo pessoal ao autocontrolo das emoções negativas em ordem a atingir esse estado de acordo com a Natureza. Transpondo este princípio para o plano das relações interpessoais os homens deveriam libertar-se da raiva e da inveja e, considerando que todos os homens são um produto da mesma Natureza, todos eles se deveriam considerar iguais. Senhores e escravos.

No estoicismo o carácter materialista, que resulta da negação de todas as realidades sobrenaturais, surge mais esbatido que no epicurismo. Quando o estoicismo remete o Homem para uma fusão com a “alma do Universo” estabelece o reconhecimento implícito de uma realidade que transcende a realidade física da Natureza e para onde o (espírito) sábio tenderá a fluir.

⁷⁷ Zenão, nasceu em Cítio, ilha de Chipre e leccionou em Atenas por volta do ano 300. Fora discípulo do célebre filósofo Crates, o mais célebre mestre ateniense da filosofia cínica.

5. A Judeia na mudança do milénio

5.1 Confronto com o helenismo - Os asmoneus

«L'événement le plus importante, et qui aura des conséquences considérables dans l'histoire du judaïsme, a été la confrontation avec l'hellénisme.»⁷⁸

As tentativas de helenização progressiva da Judeia geraram uma crescente onda de resistência que viria a culminar no reinado de Antíoco IV. Este, um rei que a si próprio se intitulou de *Epifânio* (manifestação de Deus na Terra), uma mistificação, quase deificação, que os judeus não poderiam aceitar. Na verdade, Antíoco IV, monarca selêucida da Síria entre 175 e 164, via com bons olhos, nada mais nada menos, que a substituição das línguas hebraica e aramaica (esta ainda em processo de implantação no quotidiano) pela grega, o fim da prática da circuncisão e, imagine-se, a própria colocação de uma imagem de *Zeus* no templo de Jerusalém. Na perspectiva de Antíoco seriam medidas com um alcance compreensível. Na perspectiva judaica, um insulto e uma aberração.

Neste contexto fermentou o clima da revolta judaica que veio a ser liderada pela família descendente de um tal sacerdote Matatias e por um dos seus filhos – Judas, de alcunha “o Macabeu”. Em 164 o rei selêucida foi derrotado e iniciou-se, pela segunda vez na História, uma dinastia de reis judeus, os asmoneus, que governaram o povo judaico no seu território. Foi a designada dinastia dos Macabeus, que inicialmente sob o agrado de Roma, governou Jerusalém por um período de aproximadamente cem anos.

A revolta dos macabeus deu lugar ao regozijo nacional num festival– o *hanuká*, ou festa das luzes, ainda hoje anualmente comemorado. Os dois livros bíblicos dos Macabeus, escritos uns cinquenta anos depois da revolta, constituem a crónica dos acontecimentos ocorridos, naturalmente segundo a perspectiva dos seus autores e constituíram uma chama da Lei e da liberdade do povo de Israel no curto período que restou até à ocupação militar romana.

⁷⁸ Mircea Eliade, *op. cit.*, p.248

A resistência macabeia aos intentos de Antíoco IV e a falência da dinastia asmoneia, numa fase em que os judeus da Diáspora, inevitavelmente se helenizavam, acentuou o caráter simultaneamente único e dramático do seu purismo religioso. Único porque cada vez mais se afirmava como caso singular de uma religião de comunidades que culturalmente se encerravam sobre si próprias, dramático porque os acontecimentos históricos voltavam a evidenciar que nem sempre a sorte bafejava os mais virtuosos.

Neste “renascimento” do poder judaico, protagonizado pelos asmoneus, avulta o nome de João Hircano (175-104), o filho mais novo de Simão Macabeu, o fundador da dinastia e neto do sacerdote Matatias, aquele que iniciou a revolta. João Hircano, em 137 liderou o combate que opôs, com sucesso, às pretensões de Antíoco VII para dominar a Judeia. Pouco depois, em 135, assumiu o papel de sumo sacerdote e rei dos judeus. Hircano quis expandir o judaísmo na sua vizinhança. A ele se deve a conquista de Siquém, capital da Samaria, com a destruição do templo do monte Garizim e uma invasão da Idumeia com a imposição do judaísmo aos seus habitantes. Foi o primeiro rei asmoneu a cunhar moedas com o seu nome, onde se proclamava “João, sumo sacerdote e chefe dos judeus”. Quando morreu, no ano 104, foi sucedido pelo seu filho Aristóbulo I que viria a morrer logo no ano seguinte.

A Aristóbulo I sucedeu o seu irmão Alexandre Janeu. Casou com Alexandra Salomé⁷⁹, sua cunhada viúva, e governou a Judeia entre 103 e 76 a.C. À morte deste, Salomé sucedeu-lhe no trono. E Josefo confirma-o⁸⁰.

Durante o seu reinado, Alexandra Salomé nomeou Hircano como sumo sacerdote; sendo este o mais velho dos dois irmãos teria o direito a suceder à mãe como futuro rei. Era, aliás, uma solução bem ao gosto do partido dos fariseus, grupo este que sempre foi apoiado por Salomé e cuja influência junto da rainha cresceu fortemente ao longo do seu reinado. Continua a ser o próprio Josefo quem descreve esta crescente influência dos fariseus durante o reinado de Salomé⁸¹. Tal circunstância contribuiu para o avolumar de

⁷⁹ O casamento com a cunhada viúva, denominado casamento levirato, correspondia ao cumprimento de uma antiga obrigação da Lei (Dt. 25,5-6) por forma a que não se perdesse a linha genealógica do falecido e não se extinguisse o nome do defunto na comunidade de Israel.

⁸⁰ Flávio Josefo, *A Guerra dos judeus*, Livro I, Cap.5,1

⁸¹ Flávio Josefo, *Guerra dos Judeus*, Livro I, Cap. 5,2: “Sendo a própria rainha intensamente religiosa, ouviamos com demasiada deferência. Eles, aproveitando-se gradualmente de uma mulher ingénua, acabaram por se tornar os administradores do Estado, gozando da liberdade de banirem, convocarem, libertarem ou comprometerem quem nem entendessem. (...). Mas se ela governava a nação, os Fariseus governavam-na a ela.”

tensões entre os dois grupos importantes da sociedade judaica: fariseus e saduceus. Aristóbulo não conformado com a perspectiva da concentração de todos os poderes no seu irmão, recolheu o apoio do partido dos saduceus (qual antiga “nobreza judaica”) e procurou reunir mais apoios à sua causa. Conseguiu significativo apoio popular por toda a Judeia e, para derrubar o irmão, foi solicitar o apoio militar externo nos vizinhos do Líbano. Iniciou-se, assim, o período sangrento da guerra civil judaica que viria a terminar com a intervenção militar romana. Roma teve de o fazer. Foi Pompeu o general romano que tomou conta de Jerusalém, corria o ano 64. Hircano viu, então, confirmada a sua nomeação como sumo sacerdote, mas ficou impedido de usar a coroa real. A nova sede do poder político, transitou para a península itálica. Aristóbulo conheceu o seu destino: Deportado para Roma.

Com a anexação romana da Judeia terminava o período da dinastia asmoneia.

5.2 Romanos na Palestina

Quando Pompeu entrou em Jerusalém a sua prioridade era o apaziguamento social que permitisse o estabelecimento da ordem no território. Este localizava-se em área sensível para o sucesso das rotas comerciais com o Oriente e, supostamente, seria apetecível ao vizinho rival - o Império Parta.

Tratou Pompeu de reduzir a extensão territorial da Judeia retirando do controlo judaico uma série de pequenas cidades costeiras e conferindo o estatuto de cidade-livre a uma lista de cidades interiores, a leste do Jordão, cidades que ficaram diretamente sob a hierarquia do governador romano da Síria. O território remanescente foi confiado à administração de Hircano, no entanto, como se disse, ficando este sem o título de rei.

Pompeu não interferiu nas principais instituições internas do judaísmo – o Templo e o Sinédrio, mostrando assim o respeito pela sua identidade específica e a intenção romana de não querer imiscuir-se nos assuntos que só dissessem respeito aos judeus. Promoveu, isso sim, a decapitação dos responsáveis pela rebelião civil e deportou para Roma, como escravos, juntamente com o próprio Aristóbulo, uma grande quantidade de apoiantes seus.

Provavelmente estaria neste grupo de deportados a base mais significativa dos judeus da diáspora romana, núcleo em torno do qual se desenvolveria a primeira comunidade judeo-cristã de Roma. Eram os antepassados daqueles que Paulo viria a encontrar menos de cem anos depois.

Por esse tempo, fora nomeado um novo procônsul para a província da Síria – Marco Licínio Crasso (114-53 a.C.). Militar ambicioso que se tinha distinguido ao lado de Sula durante a guerra civil romana. Os cronistas posteriores (como Plutarco⁸²) acusavam Crasso de uma desmedida ambição de enriquecimento pessoal. Foi ele o comandante militar que ficou deveras surpreendido pela capacidade do adversário na célebre *batalha de Carras*⁸³, combatida na Alta Mesopotâmia, e onde Roma foi pesada e inesperadamente derrotada pelo Império Parto. Aconteceu o célebre “*erro Crasso*” que surpreende aqueles que não avaliam corretamente a força dos oponentes. Corria o ano 53 a.C..

Antes disso a política de Crasso na Palestina traduzira-se num agravamento da opressão fiscal sobre a Judeia chegando a promover a pilhagem dos tesouros do Templo. Ato insólito que nem o próprio Pompeu havia ousado pensar.

As tentativas judaicas de rebelião armada contra Roma não cessariam. Há notícia que Antígono, um filho de Aristóbulo, teria escapado à deportação, e conseguira juntar um exército com dez mil homens de infantaria e mil e quinhentos cavaleiros para enfrentar as forças romanas. Antígono, então, com apoio militar dos partas entrou em Jerusalém no ano 40, e embora por curto período, houve tempo para que Hircano II e Fasael (um irmão de Herodes que era governador militar da Judeia) tivessem sido executados. Neste clima de ódio e sangue, Herodes, o futuro rei, fugia para Roma onde se encontraria com Marco Antônio e Octaviano. Reuniu na sua pessoa a confiança do senado e destes dois cônsules, numa altura em que já fora consumado o assassinato de César (44 a.C.).

Morto o ditador no ano 44, Marco Antônio (83-30), foi o cônsul que presidiu à condução da política romana no Oriente, logo a partir do ano 42, e até aos últimos dias da Roma republicana. A sua ação foi sempre marcada por uma grande admiração à cultura helénica, uma profunda ligação ao Egito, e, até, com algumas tentativas de conquistas territoriais aos vizinhos partos, sempre malsucedidas. A sua excessiva aproximação a Cleópatra e

⁸² Lúcio Mécio Plutarco (46 -120) ; historiador e biógrafo romano, natural da Beócia, na Grécia, tendo sido sacerdote de Apolo, em Delfos. Viajou pela Ásia, pelo Egito e por Roma onde recebeu cidadania.

⁸³ Carras é a denominação greco-romana da antiga cidade síria de Haran.

aos interesses egípcios tornava-o mal visto em Itália e constituiu um importante factor de motivação à guerra civil romana. Foi derrotado por Octaviano (futuro imperador Augusto) na batalha de *Accium*. Pôs termo à vida na cidade de Alexandria.

A política de Marco António face aos judeus, no início da segunda metade do século I, resumir-se-ia em duas linhas de orientação. Conter o excessivo protagonismo judaico nos órgãos de poder e montar um esquema eficaz de cobrança dos impostos de modo a que financiassem, quanto possível, os custos da ocupação militar e da governação romanas. Neste contexto, foi abolida o governo dos sumos sacerdotes e ia sendo preparada a nomeação de um novo rei.

No rescaldo da revolta de Antígono, ano 39, a cidade de Jerusalém foi novamente reconquistada pelas tropas romanas. Doravante, Roma redobrará cuidados em relação ao comportamento dos judeus descontentes. O revoltoso foi executado e Herodes, o Grande, receberia o título de rei, por ordem de Roma, ainda republicana.

Logo à partida, pela sua origem familiar, Herodes era visto pelos judeus sem qualquer simpatia. Era ele um filho de Antipater, um idumeu e velha figura da confiança romana, alguém que já antes tinha sido nomeado governador militar da Judeia.

A política de Herodes viria a ser, como era de esperar, uma total sintonia com os interesses romanos, nomeadamente na cobrança dos impostos, drenados para Roma. Estava instituída uma permanente submissão que em Jerusalém era vista com o maior descontentamento e revolta. Na Judeia, os novos tempos romanos, protagonizados pela monarquia herodiana chegaram, pois, com as marcas doridas da pobreza, da desconfiança e da revolta.

Grande adepto de Roma e da cultura greco-romana, Herodes iniciou um período de governação agradável ao Capitólio. Levou à prática um ambicioso plano de construções que exaltariam o esplendor romano. Disso são exemplo as cidades de Cesareia Marítima com o nome de César, reconstruiu a Samaria com o nome de Sebastia (que significa Augusto), a torre Antónia em Jerusalém para agradar a Marco António. Agradou também aos judeus iniciando grandes obras de ampliação e embelezamento do grande Templo, aquele que terá sido um dos mais magníficos edifícios da sua época e do qual, hoje, só resta o muro das lamentações.

Já perto do final da sua vida, o rei Herodes teria entrado em estado de verdadeira insanidade mental sofrendo de mania de perseguição, desconfiando sobre toda e qualquer pessoa que, tendo ambições de poder, lhe pudesse desejar a morte. As experiências da vida tê-lo-ão moldado assim. Acontecia que Herodes tinha tido várias mulheres e vários filhos dessas diferentes uniões. Tendo, a dado momento, desejado que o seu sucessor fosse Antipater, filho do seu casamento com Miriamme, sua segunda mulher, mandou executar por enforcamento os dois filhos que tinha da sua primeira relação - Alexandre e Aristobulo – meios irmãos de Antipater, eliminando a possibilidade de concorrência, ou deslealdades. Desapareceram, assim, os dois principais sucessores na sua linha dinástica. À beira da morte, porém, mudou de ideias e desistiu de Antipater como futuro rei. Mandou, então, prender e matar mais este filho deixando testamento sucessório a favor de outros três filhos -Arquelau, Herodes Antipas e Filipe; os dois primeiros resultantes da ligação que teve com a samaritana Malthace a sua quarta mulher, e o terceiro que era filho de Cleópatra, sua quinta esposa, uma mulher de Jerusalém.

Podemos adivinhar o clima de terror e instabilidade que estava criado à volta desta dramática questão sucessória. Pouco depois destes horrendos acontecimentos, pelo ano 4 a.C., Herodes I, o Grande, morria de velhice. Quando suspirou já Jesus teria nascido.

É, assim, no pano de fundo desta brutal crueldade herodiana que se julga terá sido inspirada a história da “matança dos inocentes” que vem referida em Mateus 2,16-18 e que, como facto histórico, segundo todos os autores, está longe de ser demonstrável.

Antipas e Arquelau, filhos sobreviventes do defunto Herodes, não se entendiam sobre a divisão de poderes que lhes caberia com a morte do pai. Vão a Roma para esclarecer o assunto junto de Octaviano (agora já imperador Cesar Augusto) e a decisão imperial repartiu títulos e poder pelos três filhos sobreviventes de Herodes: Arquelau, (Herodes)Antipas, e Filipe. Determinou que: Arquelau ficaria etnarca⁸⁴ da Judeia, Samaria e Idumeia, Antipas ficava com o título de tetrarca⁸⁵ sendo senhor da Galileia e da Pereia, e Filipe ficaria tetrarca de uma região um pouco mais a nordeste com Traconitide, Bataneia e Paneias. A região da Decápole, a leste do Jordão constituía o

⁸⁴ Etnarca era um título atribuído ao líder de uma etnia, alguém a quem Roma dava especiais poderes para governar e chefiar forças de segurança.

⁸⁵ Tetrarca era o título de um governador de províncias menores, inicialmente seria consequência de uma divisão em quatro partes.

limite oriental do Imperio Romano onde se encontravam dez cidades-estado fundadas por antigos comerciantes gregos que ali se haviam instalado. Eram verdadeiros centros de helenismo que embora não constituíssem qualquer unidade política estavam agrupadas numa unidade territorial diferente, tendo em conta critérios de coesão que resultam da sua localização geográfica, a comunhão da sua cultura helénica e a própria língua grega.

Acontecia que enquanto Herodes Antipas, senhor da Galileia, se veio a revelar um dirigente sensato e estimado tal não aconteceu com Arquelau, seu irmão e seu par na Judeia, acusado que era de praticar uma governação despótica e brutal que motivava descontentamento e acesos protestos populares.

Nas autoridades de Roma já havia longas décadas de cansaço e pouca tolerância para as manifestações de judeus sistematicamente descontentes, rebeldes e insubmissos. A importância da Palestina para os romanos tinha a ver, não tanto com essa região e pelas riquezas que proporcionasse, mas essencialmente pela sua situação geográfica. Estava na continuidade de dois territórios, esses sim, muito importantes do ponto de vista do comércio e da produção agrícola: o litoral mediterrânico sírio-fenício, onde todas as mercadorias se negociavam, ali mesmo onde se iniciava a rota da seda (a mais importante via comercial para o Oriente) e a ligação ao milenar Egito do fértil vale do Nilo, “celeiro do Império”. Era importante implementar uma solução que serenasse definitivamente o clima social e político na Judeia.

A solução a implementar começaria por cima. Augusto decidiu, então, depor Arquelau e ordenou o seu exílio para bem longe, deportado na Gália. Decretou, então, que os territórios até então governados por este (Judeia, Idumeia e Samaria) passariam ao estatuto de Província Romana, sob a jurisdição parcial do governador da Síria e cuja representação local seria, doravante, assumida por representantes romanos designados por Prefeitos. Estávamos no ano 6 do século I.

Por esta altura foi o governo da Síria entregue a Públio Quirino⁸⁶ e é natural que tivesse sido, então, a oportunidade mais adequada para fazer o célebre recenseamento a propósito do qual se refere Lucas 2;1-2 “*ser recenseada toda a terra*”. Agora que, com efeito, as populações da Judeia (e também da Samaria e da Idumeia) integravam a nova província

⁸⁶ Publius Sulpicius Quirinius (51-21 d.C.); senador romano, eleito cônsul no ano 12 a.C.; pouco depois da criação da província da Judeia foi nomeado “legado imperial” (título atribuído ao governador de algumas províncias) altura em que ordenou o censo de toda a população.

de Roma seria, pois, uma altura adequada para recensear toda a população e avaliar a sua real capacidade como tributária de Roma. A realização do censo agravou a hipersensibilidade judaica face aos romanos. Tal despoletou a revolta de um tal Judas da Galileia, considerado o fundador do movimento (ou partido) dos zelotas, a que nos referiremos num ponto seguinte.

Por esta altura, na primeira década da nova era, já Jesus teria nascido e deveria andar por uma idade pré-adolescente. Não restem dúvidas que há um conjunto de acontecimentos, como o censo de Quirino ou a matança dos filhos de Herodes, que são aproximadamente contemporâneos do tempo em que Jesus seria uma criança. Ainda faltariam, porém, mais de vinte anos até ao célebre encontro com o prefeito da Judeia, Pôncio Pilatos.

Já depois da mudança de milénio, a hostilidade judaica face aos ocupantes romanos foi subindo constantemente de tom. Nos círculos farisaicos surgiu, cerca do ano 60 a.C., um documento apócrifo – *Salmos de Salomão*⁸⁷ – que é um primeiro escrito a manifestar o veemente protesto àqueles que entregaram o reino de Israel ao domínio romano.

Este pano de fundo da presença romana na Palestina constituía um cenário de sombrio descontentamento que redobrou nos judeus a convicção que a justiça divina, não sendo feita neste mundo, teria de acontecer num outro.

5.3 Caracterização da sociedade ao tempo de Herodes

5.3.1 Grupos socio-religiosos

A economia da Judeia era principalmente agro-pastoril. Mesmo sem falar nos cerca de mil e quinhentos quilómetros quadrados da extensão desértica da Judeia, na vizinhança do Mar Morto pelo seu lado poente, grande parte das terras nem mostravam grande

⁸⁷ Trata-se de um grupo de dezoito salmos de conteúdo messiânico, rejeitados por todas as Igrejas cristãs, cuja cópia grega (não o original) foi descoberta no século XVII.

aptidão agrícola, nem abundância de água, esse precioso recurso em que o clima mediterrânico costuma ser tão avaro.

No campo trabalhariam pequenos agricultores por conta própria e haveria também grandes casas agrícolas, com servos e senhores. Mas não havia só agricultores. Nas margens do mar da Galileia (ou Lago de Tiberíades, conforme nome atribuído em honra ao imperador Tibério) viviam e labutavam na faina famílias inteiras de pescadores. Pelas aldeias seria fácil encontrar vários artesãos e manufactureiros tais como ferreiros, oleiros, carpinteiros, ferradores e outros. Nas vilas com maior dimensão já encontraríamos os publicanos, os rabis, os militares, pequenos mercadores e toda a diversidade de funções sociais, típica das sociedades sedentarizadas de então.

Um dos aspetos sociológicos mais marcantes na antiga sociedade judaica, tinha a ver com o baixo estatuto social da mulher. Toda a mulher era potencialmente adúltera, portadora de impureza. Por isso, preceituava-se que na rua, deveria circular afastada dos homens, em casa deveria resguardar as janelas para não ser vista, deveria ser definitivamente fiel ao seu marido e, tão pouco, deveria deixar-se contemplar por outro homem. Ao contrário deles, nunca poderia desligar-se do seu casamento. Até no plano religioso a sua importância era menor, estando-lhes destinados, no Templo, lugares separados dos que eram atribuídos aos homens. Num tribunal a sua palavra não teria valor e à mesa de refeições deveriam comer afastadas dos homens.

Sob o ponto de vista da organização do poder, a antiga sociedade judaica foi exemplo clássico de uma teocracia sacerdotal. Por isso fique uma brevíssima alusão aos diferentes grupos sociais (ou partidos, embora sem o significado político que esta designação tem hoje) que, ao tempo de Jesus, seriam bem identificáveis e, claramente, “forças vivas” da sociedade. Basicamente, a sua caracterização e diferenciação em relação aos restantes grupos resultava das suas diferentes origens, tradições, responsabilidades, desempenhos ou aspirações no plano religioso e político.

Voltemo-nos para Josefo⁸⁸ como fonte importante que aborda esta matéria. Não obstante utilizar alguma terminologia que nos parece desajustada, talvez em resultado de querer impressionar um auditório grego a quem dirigiu os seus textos, algo surpreendente que

⁸⁸ Josefo aborda este tema por duas vezes: *Antiguidades* livro XVIII e *Guerra dos Judeus* livro II.

nos mostra é a existência de diferentes crenças sobre a imortalidade da alma dentro da própria comunidade judaica, conforme as diferentes “filosofias”.

Os judeus contavam desde a mais remota antiguidade com três escolas filosóficas: a dos essênios, a dos saduceus e a dos chamados fariseus. (...) Os fariseus creem que as almas possuem o dom da imortalidade e que quando elas baixam ao outro mundo são condenadas ou premiadas segundo a vida que tenham levado, perversa ou virtuosamente, de forma que as primeiras recebem como recompensa a prisão eterna e as segundas a faculdade de voltar a viver. (...) No que respeita aos saduceus, a sua doutrina ensina que as almas se desintegram ao mesmo tempo que os corpos. (...) No que aos essênios diz respeito, a sua doutrina gosta de deixar tudo nas mãos de Deus e, por isso mesmo, defendem a imortalidade das almas pelo que consideram a busca da virtude um objetivo pelo qual vale a pena lutar. (Antiguidades, XVIII,11-18)

Saduceus

Podemos considerá-los como os mais “nobres” dos cidadãos. Entre eles era nomeado um sumo sacerdote, homem de poder. Este estado de coisas alterou-se na época do exílio. Muitos sacerdotes foram deportados e não voltaram. Permaneceram na Judeia alguns descendentes da tribo de Levi - os levitas, homens que, então, asseguraram a continuação dos atos religiosos.

Mais tarde, na sequência da vitória asmoneia sobre os selêucidas foi investido Jónatas Macabeu no cargo de sumo sacerdote, alguém que não era de linha sadocita rompendo-se, assim, a anterior tradição desta classe sacerdotal. Este facto criou forte contestação junto dos sectores judeus mais tradicionais e, neste contexto, foi formado o partido dos saduceus. Estávamos a um século e meio do nascimento de Jesus.

O partido dos saduceus, ao tempo de Jesus, reunia todos aqueles que entre a nobreza laica ou a classe sacerdotal se faziam representar no supremo tribunal - o *Sinédrrio* e por isso mesmo eram os decisores sociais mais importantes, no plano político e no plano religioso. Esta linha de sumos sacerdotes não sadocitas, que vigorou não só no tempo dos macabeus, prolongou-se ao tempo da ocupação romana, pelo reinado de Herodes.

Foram, pois, os saduceus do *Sinédrrio* (“*príncipes dos sacerdotes*”) (Jo.19,15) quem entregou Jesus a Pôncio Pilatos, remetendo-o à pena capital por motivações,

essencialmente políticas, que poderiam ser as mais eficazes junto de Pôncio Pilatos. Nessa ocasião o sumo sacerdote chamava-se José Caifás.

A classe sacerdotal, ou melhor, o conjunto de pessoas que asseguravam o serviço religioso ao povo, pelo conjunto de funções, religiosas e civis, que desempenhava na sociedade e pelo poder que representava, constituía, em si própria, uma das mais representativas instituições da sociedade judaica - o sacerdócio.

Fariseus

Este nome derivava do termo hebraico *parash* que significa “separar”. Este grupo surge no século II a.C. no contexto de uma reação à helenização dos costumes sociais. São claramente um grupo tradicionalista, ou mesmo fundamentalista, zelosamente conservador dos antigos preceitos da Lei judaica. Os Fariseus, ao contrário dos saduceus eram gente recrutada de todos os grupos sociais (artesãos, escribas, comerciantes) viam-se como os “separados” da generalidade dos comuns judeus. Constituíam um grupo à parte dos demais cidadãos pelo rigor da sua disciplina moral muito centrada na valorização do que era puro ou impuro. Dir-se-ia uma espécie de seita radical, muito observante dos preceitos, dos ritos, fortes críticos sociais de outros grupos com quem não se misturavam, nomeadamente os saduceus, acusados estes de se misturarem com impuros e pagãos. Josefo via com simpatia este grupo social e distinguia-o dos saduceus com clara penalização para estes: “*Os fariseus são afetuosos entre si e cultivam relações harmoniosas com a comunidade. Os saduceus, pelo contrário, têm um comportamento grosseiro - até entre si próprios – pois no relacionamento com os seus pares são tão grosseiros como com os estranhos*”⁸⁹.

Ganharam importância social e influência política, como já se disse, ao tempo do reinado do penúltimo monarca asmoneu – a rainha Alexandra Salomé. Nesse contexto geraram-se tensões conflituantes com o partido dos saduceus, circunstância que contribuiu para o agudizar de tensões internas que desembocariam na guerra civil judaica.

Para se distinguirem dos demais comuns mortais, o fariseu gostava de exhibir as suas boas obras, fosse quando dava esmola, quando jejuava ou quando rezava. Procurava estudar as sagradas escrituras, citar passagens de cor, e ali encontrar a expressão de uma vontade de

⁸⁹ Flávio Josefo, *A Guerra dos Judeus*, livro II, Cap. VIII.

Deus que seria aplicável a todos os pormenores da sua vida. Em várias passagens de Mateus podemos ver como Jesus não se cansou de criticar esta maneira de proceder.

Após a ocupação romana e já no tempo de Herodes o grupo dos fariseus foi perseguido pelo poder político pois sempre se negou a prestar fidelidade ao imperador Augusto. Aos olhos do povo simples, porém, os fariseus eram gente respeitada e admirada pelo seu conhecimento da Lei e pela rigorosa observância dos preceitos que ensinavam e praticavam.

Escribas

Eram leigos que, ao lado dos sacerdotes, liam, escreviam e interpretavam as escrituras. O seu objetivo era sério: conhecer bem a lei, guardá-la e ensiná-la. Qualquer judeu podia ser um escriba não sendo necessária uma linha hereditária própria, como no caso dos sacerdotes. Qualquer jovem que quisesse ser escriba o que teria a fazer era procurar um mestre (um rabi) e propor-lhe ser seu discípulo durante alguns anos. Uma vez concluídos os estudos, teria o direito a interpretar as escrituras, ser membro de um tribunal, ser também um mestre.

Eram uma espécie de altos conselheiros, homens que conheciam as tradições e atuavam socialmente como agentes da cultura, da justiça e da religião. Um escriba era, portanto, alguém a quem eram prestadas honras e, diríamos hoje, seriam homens com um elevado reconhecimento social. Na época do Novo Testamento, os escribas aparecem frequentemente associados aos fariseus, embora poucos fariseus fossem, também, escribas. Daí as palavras críticas de Jesus, dirigidas, conjuntamente, aos escribas e fariseus: *«Gostam de ocupar o primeiro lugar nos banquetes e os primeiros assentos nas sinagogas. Gostam de saudações nas praças públicas e de serem chamados “Mestre” pelos homens»*. Mt, 23 6-7

Zelotas

De todos os grupos sociais este é aquele sobre quem dispomos de menos informação histórica. Surgem referências a este grupo em contextos tardios e de hostilidade acentuada

face à ocupação romana. Flávio Josefo na *Guerra dos Judeus*⁹⁰ apresenta-os como um grupo de revolucionários, por vezes associados ao banditismo armado, e aos crimes de sangue. Foram também designados “sicários”⁹¹.

O movimento de rebelião com recurso a atos violentos já vinha do final do primeiro século anterior à era cristã. Na viragem do milénio temos notícia da revolta de um tal Judas de Gamala, ou Galileu, filho de um antigo saduceu Ezequias, cujo aparecimento na liderança revoltosa é contado por Josefo⁹²:

O território de Arquelau foi reduzido a uma província e Copónio, um romano da ordem equestre, foi para lá enviado como procurador, dotado por Augusto de plenos poderes – incluindo a aplicação da pena capital. Durante a sua administração, um galileu chamado Judas incitou os seus compatriotas à revolta, acusando-os de cobardia por consentirem pagar tributo aos romanos e tolerarem amos mortais depois de terem tido Deus como seu senhor.

Os revoltosos opunham-se à governação herodiana e à obrigatoriedade do censo decretado por Quirino. Era o tempo da infância de Jesus. A repressão de Herodes Arquelau (filho e sucessor de Herodes, o Grande, no governo da Judeia), não titubeou e todos os revoltosos foram considerados bandidos, ou sicários, com associação direta ao grupo dos zelotas, mesmo que o não fossem.

Na segunda metade do século I, ao tempo dos procuradores⁹³ Félix e Festus, são descritas por Josefo⁹⁴ formas de brutal resistência nos ambientes citadinos, nomeadamente em Jerusalém. Não restam dúvidas que as ações violentas se tornaram mais frequentes e mais violentas à medida que se entrou na segunda metade do século I e estão claramente relacionadas com a tensão que desembocou na primeira revolta contra Roma, em 66 d.C.

Lucas 6,15 refere a existência de um zelota entre os doze discípulos de Jesus, um tal Simão, “o zeloso”. É curiosa esta designação, quase um elogio, que o evangelista atribui ao zelota. Lourenço⁹⁵ tem uma explicação para o facto: «*Embora se destaque a componente bélica e terrorista do grupo dos zelotas, a verdade é que isso resultava como consequência direta das opções religiosas do próprio movimento, inflamado por um*

⁹⁰ Flávio Josefo, *A Guerra dos Judeus* (IV 3,9)

⁹¹ Porque usavam um pequeno punhal designado *sicca*.

⁹² Flávio Josefo, *A Guerra dos Judeus* (II, cap.8)

⁹³ Marco António Felix e Pórcio Festo, procuradores romanos na Judeia nos períodos 52-60 e 60-62 .

⁹⁴ Flávio Josefo, *A Guerra dos Judeus* (II, 254-257)

⁹⁵ João Lourenço, *O tempo de Jesus*, p.185

ardente fervor nacionalista e messiânico, em que os seus membros deveriam atuar violentamente para assim apressarem a vinda do “reino de Deus”. O termo teria assim um sentido teológico - ser zeloso – pelo cumprimento da lei e pela pureza do culto.»

Recentemente surgiram autores que tentaram desenvolver a tese de alguma associação de Jesus com este movimento. Talvez o mais notável entre eles seja José Monserrat Torrents (2007) que no seu livro “*Jesus, El Galileo Armado: História laica de Jesus*” desenvolve essa hipótese com profundo suporte historiográfico sem, no entanto, abdicar da humildade sábia em quem reconhece não ter provas demonstrativas⁹⁶:

Uma das teses fundamentais deste livro é que Jesus se envolveu plenamente na luta armada contra Roma, ao passo que Tiago e o resto da família recusaram esta opção. Esta recusa não é indicativa de indiferença relativamente ao destino de Israel nem de insensibilidade perante os excessos dos governadores romanos. A imensa maioria dos israelitas repudiava o domínio romano e vivia na expectativa apocalíptica e messiânica. O facto de não favorecerem a solução armada não implica que desprezassem os que a adotavam ou a tinham adotado. O fracasso de Jesus não impediu que fosse integrado na lista dos heróis do povo e a sua morte elevou-o à categoria de mártir. O grupo dos seus seguidores foi respeitado em Jerusalém e há indícios de que o seu número aumentava progressivamente, incorporando inclusive indivíduos da classe sacerdotal.

Uma corrente de modernos intérpretes sustenta que os seguidores de Jesus, liderados por Tiago, mantiveram o ideal da revolta armada. O problema desta hipótese é a ausência de provas, inclusive indiciárias. Creio que os escassos dados que as fontes transmitem acerca da comunidade de Jerusalém se enquadram muito melhor num contexto de expectativa apocalíptica do que num projeto de luta política.

Essénios

Os essénios têm fama de cultivar uma santidade muito peculiar. De raça judaica, revelam-se mais unidos do que as outras seitas. Abominam os prazeres como sendo vícios e veem a temperança e o controlo das paixões como uma virtude especial. (...) De facto, por princípio não condenam o casamento nem a propagação da raça, mas pretendem proteger-se contra os caprichos das mulheres pois acreditam que nenhuma mantém a sua fidelidade para com um único homem. Desprezam as riquezas, e a sua comunhão de bens é verdadeiramente admirável: entre eles não se encontra ninguém que se distinga dos outros

⁹⁶ José Torrents, *Jesus o Galileu Armado*, pp. 184-185

por maior opulência. (...) Não vivem em nenhuma cidade específica, estabelecendo-se em grande número em todas. (...) De facto, acreditam piamente que o corpo é corruptível e que a sua matéria constituinte é perecível, mas que a alma é imortal e imperecível⁹⁷.

Se o movimento dos zelotas correspondeu a uma reação musculada, mesmo violenta, como resposta à humilhação romana o movimento essénio correspondeu, em pólo oposto, a uma reação mística e espiritual à “degradação” religiosa operada com a entrada do mundo grego na Terra Prometida.

A História dos Essénios e das suas comunidades monásticas, nomeadamente a que viveu no mosteiro de Qumran, aponta a sua origem para o século II a.C. quando surgiram os primeiros grandes sacerdotes não descendentes de Sadoc. Nos escritos essénios tratava-se dum “sacerdócio sacrílego” que se outorgara a si próprio o poder de rei e sumo sacerdote. Não sabemos exatamente a qual dos grandes sacerdotes macabeus se estariam, exatamente, a referir. No entanto, para estes radicais só houve uma atitude a tomar: abandonar Jerusalém, encontrar refúgio no deserto e esperar que Deus castigasse os sacrílegos de Jerusalém, enviando o ansiado Messias e repondo a ordem sadocita.

Ainda não se conhece exatamente como se constituiu este grupo de radicais e místicos do judaísmo, geralmente celibatários, muito orientados para a purificação pessoal, seguidores do purismo religioso e partilhando uma interpretação muito rígida sobre a guarda do sábado.

Viveram em comunidades monásticas, quase sempre celibatários, cultivando a máxima simplicidade, pobreza pessoal e frugalidade; hábitos de vida comunitária e austera. A sua alimentação baseava-se em vegetais e eram profundos conhecedores da botânica aromática e medicinal. Eram facilmente reconhecíveis pelas túnicas integralmente brancas que vestiam.

A investigação histórica contemporânea, a partir da segunda metade do século XX, tende a associar a figura de João Baptista à comunidade essénia. O perfil de João inscreve-se tipicamente no essenismo e a sua condição de Baptista é absolutamente coerente com as expectativas messiânicas e puristas dos essénios. Os batistas eram homens que integravam um vasto movimento ritual e espiritual que se estendeu por todo o Próximo Oriente a partir do século I a.C.

⁹⁷ Flávio Josefo, *A Guerra dos Judeus*, Livro II, cap.8.

Já atrás se referiu como noutras religiões, sobretudo as que estavam estabelecidas próximo de grandes rios (Ganges, Eufrates, Nilo) as imersões na água representavam um procedimento purificador (tecnicamente denominado *ablução*), com valor religioso e civil. No caso judaico, tal ritual já vinha descrito nos livros do *Êxodo*, dos *Números* e do *Levítico*. A comunidade do Qumran (como os investigadores puderam verificar pela análise do denominado *Documento de Damasco* que contem uma secção sobre as purificações) praticou as lavagens rituais atribuindo-lhe um profundo sentido religioso como preparação para a vinda breve do Messias. João Baptista cabe aqui na perfeição.

A historicidade de João Baptista é indiscutível e a sua importância vem confirmada nas Antiguidades de Josefo. Foi morto às ordens de Herodes Antipas não apenas pelas críticas morais que dirigiu ao comportamento do rei mas, principalmente, pelo perigo que poderia constituir dada a sua condição de reconhecido pregador com muita popularidade e pelo conteúdo, potencialmente político, do seu discurso.

5.3.2 Instituições e exercício do poder

Em Jerusalém, cidade do grande Templo, residia o poder, não apenas o político-militar exercido por Roma, mas também o poder judicial. Apesar das graves dissensões anteriores quanto à nomeação (política) dos sumos sacerdotes, a cidade continuava governada pelo Sumo Sacerdote a quem competia não só coordenar e superintender nos atos religiosos realizados no Templo como presidir ao conselho que o apoiava em matéria de justiça – o Sinédrio. Competia-lhe, pois, controlar a ordem religiosa e a civil. Através dos guardas do Templo mantinha a segurança e a ordem pública, governava, assegurava o sistema judicial. Retrato de uma teocracia.

Do ponto de vista político, já acima foi referido que os territórios da Judeia e da Galileia, ambas judaicas, constituíam monarquias distintas, ambas “vassalas” de Roma, cada qual com a sua forma de governo desde o tempo em que Augusto repartiu poderes por Arquelau e Antipas, filhos de Herodes. Em ambos os territórios, competia às correspondentes administrações judaicas a cobrança dos impostos e, embora com autonomia limitada, cabia-lhes também a administração da justiça e o zelo pela segurança

interna. No caso de Jerusalém, o grande Templo continuava a representar para todos os judeus, dentro e fora da Palestina, o grande espaço das suas manifestações religiosas.

No tempo de Jesus, portanto, mesmo estando a Judeia formalmente sob o domínio imperial romano, a governação quotidiana e o controlo social eram, efetivamente, administrados pelos líderes judaicos. Escolas, tribunais, espaços religiosos, tudo isso não dependia de Roma. Templo, sacerdócio e Sinédrio impunham-se, assim, como as grandes instituições da sociedade judaica e evidentes sedes de poder.

O Templo

No Antigo Médio Oriente, a escolha do local dos antigos santuários tinha a ver com uma suposta expressão da vontade dos deuses. Porquê em Jerusalém? Segundo uma velha tradição bíblica, teria sido aqui o local onde Abraão foi recebido por essa lendária figura de Melquisedech, um sacerdote e rei de Salém (nome que significa “paz”) cuja realidade histórica não é conhecida. Segundo Lourenço⁹⁸, esta localidade era uma pequena cidade cananea denominada *Jebus*, que só mais tarde, quando conquistada pelo rei David, se passou a designar Jerusalém. Aqui se ergueu o primeiro templo da cidade santa.

Outra tradição, de origem rabínica, aponta para esta localização como o berço da criação do primeiro homem, razão porque nas proximidades do monte do Calvário ainda hoje existe uma pequena gruta, onde, segundo a lenda, Adão ali fora criado. Para os judeo-cristãos, a singularidade da aproximação dos locais do martírio de Jesus e da criação do primeiro homem mais não faria do que reforçar a ideia da sacralidade do lugar.

A História do judaísmo está marcada pela presença física do Templo. O primeiro que vem de Salomão até à destruição babilónica em 586, e o segundo após a reconstrução, ao tempo do império persa, até à definitiva destruição, pelos romanos, no ano 70 d.C.. Ao longo de mil anos o Templo foi *o lugar* do judaísmo. Tudo o que havia de mais importante ali se celebrava: festas, sacrifício, votos. Festas como a da Páscoa, a da Primícias, a do Pentecostes, a dos Tabernáculos, o *Yom Kippur*, todos esses momentos traziam muita gente da diáspora até ao Templo, cruzando aí velhas tradições agrárias com a religião. O Templo estava, verdadeiramente, no centro da vida judaica.

⁹⁸ João Lourenço, *O tempo de Jesus*, p.110

As antigas tribos de hebreus, como outras tribos de Canaã, desde tempos antigos edificaram diversos santuários em honra a deuses locais. O percurso histórico muito particular destes hebreus, através dos desertos do Egito e do Sinai marcou-lhes uma idiossincrasia hebraica que se estenderia à distinta maneira de prestar culto à divindade e ao próprio local onde tal aconteceria. É o que vemos no Deuteronómio: *”Pelo contrário, procedereis assim com eles: destruireis os seus altares, quebrareis os seus monumentos, cortareis os seus postes sagrados e queimareis no fogo os seus ídolos”*. (Dt.7,5).

Já chegados à Terra Prometida, mostra-nos o Livro dos Juízes, que as tribos (Efraim, Manassés e Benjamim) tinham santuários próprios. Saul, primeiro rei, pertenceu à tribo de Benjamim. Só depois, com o rei David, surgiu a importância da tribo de Judá. Conquistou a cidade e, como já foi referido, ali estabeleceu a nova capital e centro religioso do seu reino. A partir desta altura o Templo de Jerusalém, edificado por Salomão, passou a desempenhar um papel agregador e identificador de todos os filhos de Israel, consolidando progressivamente essa sua centralidade não apenas no plano geográfico, mas também nos planos religioso, social e político.

No século VII a.C., com a reforma de Josias foi ordenada a desativação de todos os santuários locais, sob a suspeição que pudessem ser locais de idolatria. Tal determinação teve como consequência a implementação da unicidade cultual em um só templo, o de Jerusalém, onde, de modo exclusivo, se concentrou o culto a Javé.

Assim se compreende como os períodos da antiga história dos hebreus, com ausência de Templo, vieram a ser autênticos e traumáticos vazios, qual corpo sem coração, sem símbolo identitário, um quase abandono de Deus. Com Ciro foi autorizada a construção do segundo templo, aquele que perdurou até aos alvares da era cristã, até que Roma o arrasou.

Ao chegar o século I, o Templo de Jerusalém vivia das dádivas sacrificiais e das ofertas recorrentes feitas pelos judeus espalhados pelos vários destinos. Este não seria um templo rico em bens, ou propriedades, como terão sido outros do seu tempo, nomeadamente o de Apolo, na Grécia, ou o da Babilónia. A sua atividade permitia-lhe, no entanto, obter o nível de receitas adequado ao sustento de uma grande quantidade de sacerdotes e levitas, pessoal religioso ao serviço do culto. Seriam, segundo Josefo, umas sete mil pessoas.

Do ponto de vista arquitetónico, não obstante a dificuldade em conhecer com rigor a sua planta geral, sabe-se que, à semelhança de outros templos orientais, seria constituído por

três partes essenciais: Espaços para os fiéis, espaço para os sacerdotes e espaço para a divindade: Ou seja, um átrio central (*Ulam*) subdividido em vários menores, um espaço Santo (*Hekal*) zona onde estava o altar e ocorriam os sacrifícios, e um “Santo dos Santos” (*Debir*), habitação da divindade, onde só entrava o sumo sacerdote, local onde, ao tempo pré-exílio, se guardava a Arca da Aliança. Depois da destruição do templo, ao tempo de Nabucodonosor, este local (o Santo dos Santos) passou a ser simbolicamente considerado como o lugar da habitação de Deus.

Sabe-se que Herodes promoveu trabalhos de embelezamento e ampliação do templo que terão decorrido a partir do ano 20 a.C. e só foram concluídos perto do ano 60 d.C.. Jesus

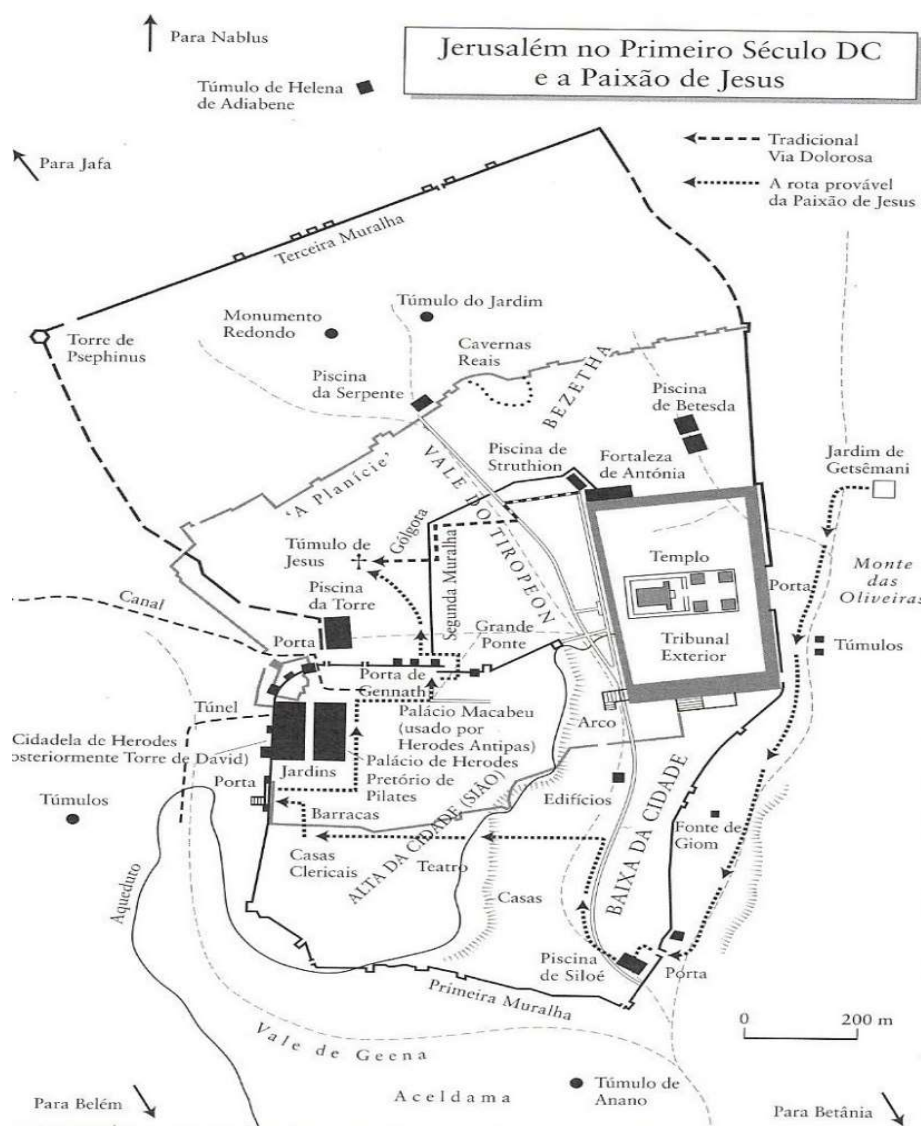


Figura 7. Planta da cidade de Jerusalém, século I d.C. Fonte: S.Montefiori, *Jerusalém, a Biografia*, 2021

conheceu o Templo de Jerusalém no seu esplendor, quase pronto das grandes obras herodianas. Esplendor que, como veremos, era mais um retrato da obra de engenharia, ou

mesmo de uma realidade sociocultural do que propriamente um retrato da pujança religiosa de um judaísmo ferido em divisões internas, aquele que se viveu nessa época e, aliás, já se vivia desde o tempo dos macabeus com a junção de reis e sumos sacerdotes na mesma pessoa, gerando revoltas e movimentos cessionários no judaísmo.

O Sinédrio

Numa das salas interiores do Templo reunia um grupo de conselheiros do Sumo Sacerdote – o Sinédrio, cuja etimologia significa assembleia. Sendo a Lei (Torá) aquilo que de mais precioso o judaísmo pretendia salvaguardar competia ao Sinédrio a elevada função de julgar, do ponto de vista religioso e do ponto de vista civil, a correta transposição da Lei judaica para todos os campos da vida em sociedade. Era, pois, um tribunal superior, um órgão de poder que desde os reis selêucidas, passando pelos asmoneus, pelos romanos e por Herodes, todos os políticos ambicionaram controlar.

Esta instituição ocupava-se da vida judaica como um todo e decidia sobre todas as questões que se apresentassem, incluindo questões de natureza social e política.

Não se sabe exatamente qual a origem deste tribunal. Os rabinos do século I defendiam que esta instituição remontaria ao tempo de Moisés⁹⁹. Hipótese que os historiadores contemporâneos consideram pouco provável, mas que serviria para conferir ao órgão uma verdadeira autoridade institucional. Sabemos, contudo, que no tempo pós-exílio tanto Esdras, como Neemias¹⁰⁰ falam numa “grande assembleia” de judeus representantes de diversos grupos, constituída por uma centena de dignitários. É mais provável que residisse aqui a origem da assembleia sinédrica que à viragem do milénio agrupava setenta personalidades (35 fariseus e 35 saduceus) sob a presidência do sumo sacerdote do Templo.

O N.T. refere várias vezes o Sinédrio, sobretudo, pelo seu envolvimento nos processos judiciais movidos quer a Jesus quer aos seus seguidores. Também Paulo compareceu perante o Sinédrio¹⁰¹ e, segundo o relato bíblico, gerou a confusão e divisão entre os

⁹⁹ Cf. Num.11,16, esta hipótese funda-se no conselho de setenta anciãos que Moisés reuniu sob a sua presidência.

¹⁰⁰ Esdras e Neemias são considerados os fundadores do judaísmo pós-exílio.

¹⁰¹ Act.23,1-10

conselheiros. Fariseus e saduceus desentenderam-se. Numa primeira sessão nada foi provado que resultasse em condenação.

O sacerdócio

Na religião dos hebreus, como em outras, o sacerdote é um ministro dos assuntos sagrados. Alguém que faz a mediação entre os homens e as divindades. Aarão, irmão de Moisés, foi o primeiro sumo sacerdote dos hebreus.

Os antigos sacerdotes hebraicos faziam gala em remontar a sua árvore genealógica até Aarão. Com Salomão deu-se, porém, uma rutura na linha sacerdotal dos descendentes de Aarão, tendo essa distinção passado a pertencer a Sadoc e aos seus descendentes cuja linha (sadoquita) deu origem, muito mais tarde, ao partido dos saduceus. Foi Sadoc, o sacerdote a quem incumbiu a unção real do rei Salomão¹⁰². Durante séculos, os descendentes daquele constituíram-se na alta classe sacerdotal, uma quase nobreza do povo judeu.

A denominada reforma *Deuteronomista*, de Josias¹⁰³, acarretou o encerramento de muitos lugares de culto espalhados pelo território de Israel e o correspondente envio de uma significativa quantidade de sacerdotes saídos desses locais para o templo de Jerusalém. Aqui foram colocados sob uma hierarquia estruturada, tendo-se registado uma significativa concentração sacerdotal na capital do reino.

Com o exílio babilónico muitos sacerdotes foram deportados e, por toda a Judeia, ficou desorganizado o culto. Essa função foi, transitoriamente, assegurada por descendentes da tribo de Levi.

No regresso do exílio, e no contexto da reconstrução do segundo templo, houve a necessidade de proceder à reorganização da sociedade; muitas das tarefas cultuais ficaram atribuídas aos levitas que durante o exílio já tinham assegurado a realização dos atos de culto. No entanto, havia a superioridade social dos sacerdotes sobre os levitas. Resultava, em primeiro lugar, da sua ascendência genealógica e, logo depois, pelo rigor com que aqueles respeitavam a lei no que tocava ao preceito de não casar com mulheres estrangeiras. Levitas e sadoquitas constituíram uma verdadeira classe sacerdotal a quem

¹⁰² 1 Rs 1, 32-36

¹⁰³ Josias, 16º rei de Judá; viveu entre 648 e 609 a.C.

incumbiu a organização religiosa da sociedade e o funcionamento de todos os rituais e sacrifícios. A importância desta realidade na sociedade era retratada pela expressão “povo sacerdotal”, conceito que, mais tarde, é retomado no Novo Testamento, embora numa perspectiva menos histórica e mais teológica.

No período da helenização, a partir dos finais do século IV, o sacerdócio entrou num período de progressiva perda de importância social quando surgem os sumos sacerdotes portadores de um estilo de vida grego. Nessa altura perderam o prestígio aos olhos do povo e deram origem a fenómenos de revolta como aquele que sucedeu com os macabeus. Ao tempo dos asmoneus os sacerdotes não eram descendentes de Sadoc mas, nem por isso, deixaram de reclamar o direito a serem sumos sacerdotes, com expressão e funções nos dois planos do poder: o religioso e o civil.

Herodes, durante a sua governação, nomeou e destituiu vários sumos sacerdotes, alguns deles, até foram mandados executar. Os governadores romanos posteriores também recorreram com alguma frequência a nomeações que correspondessem a uma sujeição cómoda aos interesses de Roma.

Com a definitiva destruição do Templo e a extinção do Sinédrio, e uma vez desaparecidas as instituições que a reclamavam, desapareceria também a classe sacerdotal. Ficava, assim, aberto o caminho para a emergência de um novo paradigma “rabínico”. O Rabinismo consistiu num modelo religioso que não se centrava no espaço do templo nem no labor dos sacerdotes. Centrava-se, isso sim, na Lei, pregada no pequeno espaço das sinagogas, e sob o desempenho de novos protagonistas - os rabinos.

5.3.3 Messianismo e literatura apocalíptica

Na sua aceção mais simples, messianismo significa a esperança e a crença na vinda de um libertador, um salvador. A História mostra diversas expectativas messiânicas que foram experimentadas por diferentes povos e nações, em diversos tempos e lugares. Messianismos que o foram no plano religioso, no plano político, ou em ambos, como no caso de Israel.

Depois de uma primeira aliança com o seu povo, firmada com Moisés no Monte Sinai, houve uma segunda firmada com David. No contexto atribulado do percurso do povo

hebreu até à sua sedentarização em Canaã com o estabelecimento de um sistema de governação monárquica, nada melhor poderia acontecer aos filhos de Israel do que uma promessa divina que fosse portadora de uma garantia de estabilidade e longevidade à nova situação tão duramente alcançada. Deus estabeleceria uma nova aliança com o seu povo. O messianismo de Israel funda-se aqui.

É nesta segunda aliança que mergulham as suas mais antigas raízes, expressas no “oraculo de Natan”¹⁰⁴. Deus prometeu a David e à sua descendência que lhes seria enviado um Messias (um enviado) que estabeleceria em Judá, na linhagem dos descendentes de David, um reino que duraria para sempre: «*A tua casa e o teu reino permanecerão para sempre diante de mim, e o teu trono estará firme para sempre*» (2 Sam 7,16). Promessa que levou David a dirigir-se ao Senhor nestes termos: «*O teu nome será exaltado para sempre e dir-se-á: O Senhor do Universo é o Deus de Israel. E permanecerá estável diante de ti a casa do teu servo David.*» (2 Sam 7,26).

É esta aliança que estabelece, cronologicamente, o primeiro plano do messianismo de Israel; diríamos o plano genealógico-político, messianismo inscrito no horizonte da história de um povo, sempre idealizado numa perspetiva de uma realeza concretizável a curto prazo, mas nunca verificada. Se “*o judaísmo apresenta-se diante de nós como uma história exuberante no que toca à produção de utopias*” o messianismo é, entre elas, “*a utopia mais previsível, em matéria de cultura e história judaicas.*”¹⁰⁵

Nesse período mais recuado do messianismo davídico foi Isaías (765-681) o profeta que mais vezes recordou aos hebreus a promessa da segunda aliança, na pessoa do seu próprio jovem rei Acáz (763-727), um adepto da idolatria. E a quem o profeta terá dito: «*Ouvi, casa de David! Acaso não vos basta ser molestos aos homens, senão que também ousais sê-lo ao meu Deus? Por isso, o mesmo Senhor vos dará um sinal: Eis que a Virgem concebeu e deu à luz um filho, e o chama Emanuel.*» (Is.7,13-14)

Outros profetas também assumiram importantes posições no que toca ao aprofundamento da tradição messiânica como aconteceu com Miqueias (contemporâneo de Isaías), Jeremias, profeta posterior que viveu a invasão de Nabucodonosor, Zacarias e o próprio Ezequiel, assistindo-se, progressivamente, à ideia de um Messias triunfador, isso sim, mas um portador da paz e da prosperidade, que não um guerreiro.

¹⁰⁴ 2 Sam.7,4-16

¹⁰⁵ José Martins Ramos *A rota das utopias no judaísmo*, pp. 85-88.

O novo “perfil” do messias de Israel, num tempo pós-exílio, foi, pois, não só o de um líder político na tradição davídica mas também, eminentemente, um líder religioso - um sumo sacerdote, de acordo com a tradição sacerdotal. Seria um verdadeiro líder da comunidade, em todas as vertentes da vida do povo, uma esperança que seria, doravante, acalentada pelos sacerdotes em todas as festas e celebrações religiosas. Nesta perspetiva, os novos tempos sublinhavam cada vez mais um Messias compatível com uma nova imagem: *”vulto do rei pacífico que entra em Jerusalém montado num jumento”*¹⁰⁶.

Com a helenização forçada e sobretudo, mais tarde, ao tempo do domínio romano avolumou-se o descontentamento judaico, sob o sentimento da opressão religiosa, social e política. Com a profunda insatisfação popular surgiam novas ideias de messianismo associadas a revoltas cívicas, possivelmente armadas, no sentido de se encontrar uma urgente libertação da Pátria. Ao tempo em que Jesus nasceu a expectativa messiânica estava em alta. O povo e as elites acreditavam que a vinda do Messias estava para breve.

É importante constatar que o caráter messiânico de Jesus foi um herdeiro direto do messianismo judaico. Assumiu metaforicamente o conceito da realeza investida em divindades, conforme fora herdado das antigas civilizações pré-clássicas, nomeadamente no Egito e na Mesopotâmia. Segundo Ramos¹⁰⁷ :

Um motivo imediato para se fazer uma aproximação entre a figura conceptual do rei, como principal detentor do poder no mundo político pré-clássico, e a imagem do Messias, principal símbolo utópico para a mesma ideia de poder e de governo à escala global, pode ser o facto de o título de rei fazer parte da ampla variedade de titulaturas que caracterizam a figura de Jesus, enquanto Messias, e particularmente pela grande intencionalidade com que esse significado ocorre na literatura do Novo Testamento. Na verdade, aquela primeira literatura cristã insistiu em tratar Jesus segundo uma perspetiva cristológica, isto é, nuclearmente messiânica. É por isso que o integra com toda a solenidade na linhagem da realeza histórica de Israel e o apresenta como descendente do próprio David, o qual acabou por se transformar na imagem padrão para a monarquia legítima dos hebreus, como se se transformasse num modelo histórico de Messias. E é desta

¹⁰⁶ «Eis que o teu rei vem a ti; Ele é justo e vitorioso; vem humilde, montado num jumento; sobre um jumentinho, filho de uma jumenta» Zacarias. 9,9

¹⁰⁷ José Martins Ramos, «Rei e Messias: Imagens contrapostas; imagens sobrepostas» , p.11.

maneira que o jovem cristianismo entende que se deve fundamentar a qualidade de Messias aplicada a Jesus.

As expectativas suscitadas pelo messianismo são situáveis no âmbito da história bíblica. Mas, quer na própria Bíblia quer em escritos apócrifos, há uma literatura messiânica meta-histórica, ou seja, relativa ao tempo que fica para lá da História. É esse o domínio da escatologia e do messianismo apocalíptico, cuja literatura, na perspectiva dos seus autores, diz respeito a uma reflexão sobre o sentido “justo” da História. Aqui a expectativa da salvação é a da aplicação da justiça, que não podendo ser feita neste mundo e neste tempo, acontecerá para lá do fim dos tempos e traduzir-se-á no definitivo triunfo do bem sobre o mal. Justiça que será feita no plano de cada indivíduo e de cada nação. Não se trata, simplesmente, de uma correção de erros e injustiças do tempo presente, será o mundo de uma realidade completamente nova.

A literatura apocalíptica enquadra-se aqui. É uma literatura carregada de simbolismos e quase sempre na forma de sonhos que transmitem revelações divinas. É típica dos períodos de crise e não foi um exclusivo do judaísmo nem, tão pouco, do cristianismo. No caso do povo de Israel ela floresceu entre o século II a.C. e o século II d.C..

Na Bíblia enquadram-se neste género os *livros de Daniel* e o *Apocalipse* (de João). O primeiro destes traz-nos a imagem ficcionada de um profeta judeu com esse nome, vindo de uma família nobre de Judá, deportado na Babilónia onde terá vivido junto à corte de Nabucodonosor. No livro destacam-se as suas visões proféticas, a perspectiva do Juízo Final¹⁰⁸ e a esperança numa ressurreição universal. Não estranhemos este livro falar de acontecimentos históricos muito posteriores ao seu tempo. Efetivamente, trata-se de um dos últimos livros bíblicos do A.T., redigido por autor desconhecido, em época muito posterior à existência do próprio profeta. Literatura muito próxima do tempo de Jesus e que este, provavelmente, conheceria bem.

¹⁰⁸ O autor do livro, situado num quadro de opressão, dor e injustiça, via nesse Juízo o julgamento final da História onde se restaurariam a ordem e a liberdade do seu povo. Nesse sentido, Daniel é expressão de um anseio da justiça divina.

6. O Jesus histórico

O mapa do mundo, à data em que Jesus nasceu, reunia na grande plataforma continental euroasiática, de Leste para Oeste, quatro grandes impérios: Han, Cuchano, Parta e Romano. À mudança do milénio, Roma era a grande potência económica do ocidente e o grande veículo da expansão do helenismo, por esta altura, diríamos, uma cultura greco-romana.

Ao longo da rota da seda, e também por mar, quantos séculos já haviam testemunhado o trânsito de todo o tipo de homens, a troca de mercadorias, ideias e crenças? E sabemos como isso aconteceu sob as mais diversas circunstâncias, políticas, militares, culturais e religiosas. À fina seda, tão ambicionada pelas mulheres da alta sociedade romana, as caravanas juntavam as arcas com pedras preciosas, ouro, madeiras e essências aromáticas¹⁰⁹. Tudo isso, raridades de um mundo, de cá para lá, visto como exótico e requintado.

Serve esta breve introdução para relembrar o contexto geográfico e histórico em que Jesus nasceu. Na velha Palestina, à beira de dois mundos que se tocam e interpenetram, nos diversos planos da economia, da cultura e da religião. Esta é, efetivamente, uma ideia central que deve enquadrar o conteúdo das próximas páginas: o Jesus histórico, é o produto de múltiplos e seculares sincretismos que nele se cruzaram, com sabores e tradições do Oriente e do Ocidente, manifestamente presentes e vivos no cantinho do mapa onde Jesus nasceu e se fez um homem.

O seu nome “Jesus” (*Yeshua*, em aramaico) era vulgar na época. Flávio Josefo fala de, pelo menos, uma dezena de diferentes judeus, seus contemporâneos, com esse nome. Um nome que recolhia as simpatias do judaísmo tardio pois o seu significado estava associado à expectativa messiânica com uma possível tradução próxima de “Deus salvará”, o que, aliás, é visível na passagem de Mateus quando descreve a cena da anunciação a José:

«Ela dará à luz um filho ao qual darás o nome de Jesus, porque Ele salvará o povo dos seus pecados» Mt. 1,21

¹⁰⁹ Espécies vegetais dos géneros: incenso (*Boswellia* sp.), mirra (*Commiphora* sp.) e pimenta (*Piper nigrum*).

6.1 A sua família

Segundo os textos evangélicos canônicos o que podemos saber relativamente à genealogia de Jesus assenta em Mateus e Lucas, nomeadamente nas narrativas seguintes:

Em Mateus, a genealogia paterna de Jesus vem descrita desde Abraão: «*Abraão gerou Isaac; Isaac gerou Jacob, Jacob gerou Judá, (...) gerou José, esposo de Maria, da qual nasceu Jesus, que se chama Cristo.*» Mt 1, 2-16

O mesmo evangelho continua a explicar a ligação de José com Maria: «*Ora, o nascimento de Jesus Cristo foi assim. Maria, sua mãe, estava desposada com José, antes de coabitarem, notou-se que tinha concebido, pelo poder do Espírito Santo. José, seu esposo, que era um homem justo e não queria difamá-la, resolveu deixá-la secretamente. Andando ele a pensar nisto, eis que um anjo do Senhor lhe apareceu em sonhos, e lhe disse: "José, filho de David, não temas receber Maria, tua esposa, pois o que ela concebeu é obra do Espírito Santo. Ela dará à luz um filho ao qual darás o nome de Jesus; porque Ele salvará o povo dos seus pecados"*». Mt 1, 18-21

Lucas não coincide com Mateus, mas mantém a tese da virgindade materna «*O anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galileia chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um homem chamado José, da casa de David, e o nome da Virgem era Maria.*» Lc (1,26). E acrescenta: «*Não tenhas receio, Maria, pois achaste graça diante de Deus. Hás de conceber no teu seio e dar à luz um filho, ao qual porás o nome de Jesus*» Lc (1,30-31). O diálogo de Maria com o anjo vai mais longe: «*Maria disse ao anjo: "Como será isso, se eu não conheço homem?" O anjo respondeu-lhe: "O Espírito Santo virá sobre ti e a força do Altíssimo estenderá sobre ti a sua sombra. Por isso mesmo aquele que vai nascer é Santo e será chamado Filho de Deus"*».Lc 1,34-35.

Os Evangelhos de Marcos e de João são totalmente omissos nesta matéria.

Não espanta a existência de pequenas divergências nos dois sinópticos (Mateus e Lucas) cuja fonte *Q* poderá ter sido a mesma, e cuja finalidade catequética, comum aos dois textos, pretendia demonstrar que a criança gerada teria, desde a sua conceção, uma origem sobrenatural, compatível com a sua grandiosa natureza messiânica.

Reparemos ainda nas atitudes dos dois protagonistas perante a gravidez. José, um homem justo, que saberia não ser o pai não terá logo assumido a paternidade, e, assim, mostrou medo de expor Maria a uma acusação de adultério, severamente punível segundo a Lei de Moisés. José não seria, pois, o pai biológico; facto, aliás, que Maria teria corroborado quando disse ao anjo: “*Não conheço homem*”. Resta saber qual o âmbito que o autor quis dar a esta afirmação.

Não temos dúvidas quanto à progenitora feminina, embora, não tenhamos qualquer certeza para identificar quem teria sido o pai biológico.

Várias razões históricas e culturais poderão contribuir para esta dúvida de uma paternidade que o evangelista atribuiu à “ação do Espírito Santo”. Em abono da verdade, diga-se que a questão da virgindade de Maria pouco interessou aos primeiros cristãos e a explicação para que esta fantástica descrição de anjos e sonhos tenha ocorrido nos textos evangélicos é hoje bastante compreensível à luz dos conhecimentos que temos. Os anjos e os sonhos, no estilo literário dos evangelhos, mais não representavam que a confirmação da vontade divina na realização desses acontecimentos. Grandes personagens históricas do mundo Oriental teriam de ser apresentadas como alguém cuja grandeza “exigiria” uma concepção prodigiosa marcada por uma aura de sobrenaturalidade, incompatível com a banal filiação por uma mãe e um pai, comuns mortais. Frequentemente atribuía-se a gestação a uma sombria nuvem que envolvia a mulher e a deixava de esperanças. Na Antiguidade, era quase um lugar comum explicar um nascimento assim, especial e sobre-humano, a grandes figuras tais como um Faraó, Zoroastro, Buda, Platão, Alexandre. Com Jesus terá acontecido o mesmo.

Maria foi, muito provavelmente, uma “virgem do Templo” especialmente guardada e destinada para uma maternidade escolhida. A questão que se põe ao historiador é: Será plausível que o Jesus Histórico não tenha um pai e uma mãe biológicos? Seria plausível que, pelo século I, ainda pudesse ter sido praticado algum ritual sexual com carácter sagrado, envolvendo a jovem Maria? Se é fácil responder à primeira pergunta, já não temos resposta para a segunda. A especulação sobre tais hipóteses, hoje dificilmente demonstráveis, suscitaria, certamente, a incomodidade, ou mesmo a indignação, de muitos crentes da Fé cristã. Neste trabalho, por falta de base histórica, e porque não se pretende entrar por especulações gratuitas ficaremos por aqui no que toca a este intrigante ponto da genealogia de Jesus.

Tomamos, pois, José como sendo o assumido pai adotivo de Jesus. Foi ele o pai que viu o bebé *Yeshua* nascer. Foi seu cuidador, protetor, educador e com ele conviveu durante os primeiros anos da sua infância e adolescência. Não sabemos quando, nem onde, morreu.

-E que mais sabemos sobre as pessoas de Maria e José?

A fonte evangélica que nos traz mais informação sobre a origem e infância de Maria é, como já acima se disse, o denominado *protoevangelho de Tiago*. «*Eu, Tiago, aquele que escreveu esta história em Jerusalém, escondi-me no deserto por causa do distúrbio quando Herodes morreu, até que parasse o distúrbio em Jerusalém, glorificando o Amo, Deus, que me deu a sabedoria para escrever esta história.*» (25,1).

Este texto apócrifo atribui a paternidade de Maria a Ana e a Joaquim. Mas conta mais. Diz que Joaquim, um homem rico, casado havia muitos anos com Ana, vivia infeliz porque a sua mulher não conseguia engravidar, facto que pela cultura judaica era percebido como um castigo divino. Joaquim decidiu fazer um jejum no deserto, por quarenta dias e quarenta noites, para com isso agradar a Deus. «*Ana, sua mulher, chorava e lamentava em dor “ficarei chorando a minha viuvez e a minha esterilidade”*»(2,1). E continua:

«Eis que um anjo do Senhor se colocou diante dela e disse-lhe: «Ana, Ana! O Senhor ouviu a tua súplica. E conceberás e darás à luz. E a tua descendência será falada no mundo inteiro». E Ana disse: «Vive o Senhor, meu Deus! Se eu der à luz macho ou fêmea, levá-lo-ei como dom para o Senhor meu Deus; e ficará a servi-l’O todos os dias da sua vida»”. E eis que chegaram dois anjos dizendo-lhe: «Eis que Joaquim, o teu marido, vem a caminho com os rebanhos dele» Pois um anjo do Senhor descera para junto de Joaquim dizendo: «Joaquim, Joaquim! O Senhor ouviu a tua súplica. Eis que a tua mulher Ana, no ventre conceberá.»”. (4,1-2)

A esta menina foi dado o nome de *Myryam* e já lhe estaria destinado, desde pequenina, um importante futuro religioso que seria de grande importância para toda a comunidade judaica. Retomando o apócrifo de Tiago encontramos ainda:

«E aconteceu o primeiro aniversário da menina; e Joaquim fez uma grande recepção e convidou os sacerdotes e os escribas e o conselho e todo o povo de Israel. E Joaquim levou a menina aos sacerdotes; e eles abençoaram-na dizendo: «Ó Deus dos nossos antepassados, abençoai esta menina e dá-lhe um nome renomado, eterno, entre todas as

gerações.» E todo o povo disse: «Que assim seja, que assim seja, amém.» E levaram-na aos sumos sacerdotes; e eles abençoaram-na dizendo: «Ó Deus das alturas, olha para esta menina e abençoa-a com uma bênção extrema, a qual não tem sucessão.» (6,2).

E quando Maria completou os três anos de idade, os seus pais levaram-na para a escola do Templo de Jerusalém. Seria uma “virgem do Templo” até que o deixou, depois de menstruada, e já gestante. As curiosas e pormenorizadas descrições podemos encontrá-las no mesmo *Evangelho de Tiago* (VIII, 2-3).

As fontes mostram, pois, que Jesus, pelo lado materno, nasce no seio de uma família com uma fortíssima tradição religiosa. A sua mãe, logo de pequenina estaria destinada a gerar um filho extraordinário e chegada à puberdade, conforme as expectativas, engravidaria para assumir uma promissora maternidade que já suscitava profundas expectativas em alguns meios religiosos. Pelos seus catorze, ou quinze anos, Maria terá dado à luz.

Sobre a pertença social da família de Maria a algum dos grupos de cariz religioso judaico, nada está demonstrado. Mas tudo leva a crer que haveria fortes ligações com os meios mais místicos do judaísmo tradicional. Alguns dos seus familiares mais próximos, muito provavelmente, seriam essénios, tal como João Baptista, filho de Isabel, sua prima direita.

- E o que poderemos saber sobre José?

Mateus descreve a genealogia de Jesus, filho de José (Mt.1,1-17) subindo a sua ascendência nos reis de Judá até David, pelo que José integraria a nobre linhagem dos “filhos de David”, ou pelo menos seria a maneira como Mateus pretendia enquadrar Jesus na tradição messiânica. «*Jacob gerou a José, esposo de Maria, da qual nasceu Jesus que se chama Cristo*». (Mt 1,16). Lucas diverge. Atribui a paternidade de Jesus a José, mas a genealogia da ascendência é diferentemente descrita. (Lc 3,23) «*Ao iniciar o seu ministério Jesus tinha cerca de trinta anos. Supunha-se que era filho de José; e este de Eli, e assim sucessivamente de Mataat...*». Como já se viu, o rigor histórico não era o objetivo essencial dos autores evangélicos.

Pela tradição apócrifa, contudo, José seria um viúvo, homem com idade muito mais avançada que Maria e é possível, até, que tivesse pertencido à classe sacerdotal. O *protoevangelho de Tiago* colocava-o no Templo, nessas circunstâncias, quando o sacerdote lhe disse: «*” A ti caberá receber sob teu teto a Virgem do Senhor”*».

A sua profissão de “*tekton*” cuja tradução do grego é carpinteiro, permite-nos associar à mesma, nesse tempo e lugar, um estatuto socioprofissional algo elevado, alguém que seria um construtor diríamos, talvez hoje, um engenheiro.

José saberia quem ele próprio era, de onde vinha e o que poderiam os poderosos da Judeia pensar a seu respeito. Viúvo que se viu a braços com um recém-nascido e a sua jovem mãe, ambos nascidos em contextos religiosos tão especiais e geradores de tão grandes expectativas religiosas, ele sabia, certamente, que sob os seus ombros pesava uma grande responsabilidade. As expectativas de muitos judeus e, até não judeus, dentro e fora da Palestina, estariam postas em Maria e naquele menino.

As autoridades políticas de Jerusalém teriam razões para olhar atentamente para o que o nascimento daquela criança poderia representar. A José, pois, por todas as razões, cumpria ser um homem reto, prudente, discreto, cumpridor da lei. No cumprimento de um dever cívico de recenseamento¹¹⁰, José e Maria, apesar da adiantada gravidez, fizeram-se à estrada. Durante essa viagem Maria terá sentido as dores do parto e sob condições extramente simples terá, pela primeira vez, beijado o seu Jesus. Se isto aconteceu exatamente no percurso que ligava a Galileia a Jerusalém não o sabemos. Vamos aceitar que sim pois, não obstante poderem levantar-se algumas dúvidas não partem daqui conclusões determinantes para o resultado histórico que procuramos.

Se José teve, ou não, filhos de um casamento anterior é muito provável que sim e ter-se-ia chamado Tiago o seu primogénito, segundo conta o apócrifo *Pseudo-Mateus*¹¹¹. O casamento com Maria, pensa-se, terá durado uns vinte anos, até à sua morte. Quanto a possíveis irmãos de Jesus, filhos de José e Maria, é provável que os tenha havido. Mateus chega a pôr-lhes os nomes «*Não se chama sua mãe Maria e seus irmãos Tiago, José, Simão e Judas?*» (Mt 13,55). Sobre este assunto, verificamos que diferentes autores têm diferentes opiniões. A acreditar na tese de Puig¹¹², os quatro nomes referidos seriam de meios irmãos de Jesus, filhos de José por casamento anterior. Torrents¹¹³, porém, defende que aqueles quatro nomes seriam mesmo de (meios) irmãos biológicos de Jesus, a quem se poderiam, talvez, juntar mais outras duas meias irmãs. Em Lucas, encontramos uma passagem compatível com a tese de Torrents, ou seja, a existência de outros irmãos, filhos

¹¹⁰ Provavelmente, não se trataria do censo decretado por Quirino, ao invés do que referia o *Evangelho de Lucas*.

¹¹¹ Evangelho apócrifo muito tardio (sec.VII), cujo conteúdo se debruça no período da infância de Jesus.

¹¹² Armand Puig, *Jésus une biographie historique*, pp.232-233

¹¹³ José Torrents, *Jesus o galileu armado*, p.79

de Maria, quando refere «*completaram-se os dias de ela dar à luz e teve o seu filho primogénito*» (Lc., 2 6-7). Se foi o primogénito podemos subentender que lhe terão seguido outros...

As próprias escrituras canónicas o parecem confirmar. Por exemplo, nos *Atos dos Apóstolos*, encontramos: “*Quando chegaram à cidade, subiram para a sala de cima, no lugar onde se encontravam habitualmente. Estavam lá: Pedro, João, Tiago, André, Filipe Tomé, Bartolomeu, Mateus, Tiago filho de Alfeu, Simão o zeloso, e Judas, filho de Tiago. E todos unidos pelo mesmo sentimento, entregavam-se assiduamente à oração, com algumas mulheres, entre as quais Maria, mãe de Jesus e com os irmãos de Jesus*». (Act 1, 13-14)

Também Paulo nas suas cartas apostólicas escreve «*A seguir, passados três anos, subi a Jerusalém, para conhecer a Cefas, e fiquei com ele durante quinze dias. Mas não vi nenhum outro Apóstolo, a não ser Tiago, o irmão do Senhor*» (Gal 1, 18-19).

Seja como for, há um certo consenso entre os diversos autores no que respeita ao agregado familiar. O casal José e Maria partilhavam, em comum, a vida doméstica de uma comunidade familiar, onde Maria seria a jovem mãe e esposa que trataria todos igualmente, fossem seus filhos, só de José, ou de ambos.

Se Jesus teve, ou não, mais irmãos biológicos, é muito provável que sim, embora não o possamos dar como certo. Aliás, nem isso assume especial importância para o objetivo deste documento.

Não seria surpreendente a possibilidade de Jesus ter tido mais irmãos por via materna. Note-se que no primeiro e segundos séculos, época em que todos os livros do N.T. foram escritos, era absolutamente natural aceitar que Maria tivesse tido mais filhos, como também teria sido aceitável, do ponto de vista social e religioso, que Jesus tivesse tido alguma mulher. Se relativamente a Maria parece muito plausível a hipótese de que tenha tido mais filhos, quanto a Jesus parece mais provável que tenha sido um celibatário, pelo menos, até fase adiantada da sua vida. Mas não há certezas. Sabemos, isso sim, que Pedro, quando foi desafiado por Jesus era casado e pai de filhos.

A virgindade de Maria, embora já fosse uma crença partilhada por alguns cristãos desde o século II, só foi doutrinalmente consolidada no final do século IV. Para tal, muito contribuiu Jerónimo, o autor da *Vulgata*, ficando a sua virgindade definitivamente

consagrada na doutrina cristã após o concílio convocado por Teodósio II, reunido em Éfeso¹¹⁴, já no século V.

6.2 Quando e onde nasceu

A acreditar no Evangelho de Lucas, «*por aqueles dias, saiu um édito da parte de César Augusto para ser recenseada toda a terra. Este recenseamento foi o primeiro que se fez sendo Quirino o governador da Síria. Todos iam recensear-se cada qual à sua própria cidade. Também José deixando a cidade de Nazaré, na Galileia, subiu até à Judeia, à cidade de David chamada Belém, por ser da casa e linhagem de David a fim de recensear-se com Maria, sua esposa, que se encontrava grávida*» (Lc 2;1-5). Várias das afirmações aqui apresentadas por Lucas são suscetíveis de interrogações quanto à sua verdade histórica.

O consenso científico atual acredita que Jesus terá nascido durante o reinado de Herodes o Grande, aquele que, efetivamente, ordenou um recenseamento geral de toda a população da Judeia pouco tempo antes do final do seu reinado. E Belém era uma cidade da Judeia.

Herodes o Grande estava vivo quando recebeu os magos do Oriente. Sabemos também que terá morrido no ano 4 a.C. (ano 27 do principado de César Augusto). É, então, razoável acreditar que Jesus terá nascido, pelo menos, alguns meses antes da sua morte, ou seja por volta de 5, ou 6 a.C..

O nascimento de Jesus por esta altura e dando como provável que tenha começado a sua “vida pública” de aproximadamente três anos (facto que não é absolutamente seguro), quando a sua idade andaria pelos trinta, ou pouco mais, torna a sua biografia perfeitamente compatível com a condenação à morte sob Pôncio Pilatos - prefeito romano da Judeia entre os anos 26 e 36 da era cristã.

¹¹⁴ O Concílio de Éfeso, reunido em 431, foi convocado pelo imperador Teodósio II. Ali se discutiu e combateu a tese do patriarca de Constantinopla (Nestório) que considerava separadas em Cristo as duas naturezas: A humana e a divina. Defendia que Maria era, apenas, a mãe do Cristo-Homem, e não a mãe de Deus (a denominada questão do Θεοτόκος, Theotókos). Nestório foi derrotado em Éfeso, onde vingou a tese de Cirilo, patriarca de Alexandria. Foi considerado herege e destituído da sua sé episcopal. Retirou-se para um mosteiro. Desde então o nestorianismo tornou-se a posição oficial da Igreja Ortodoxa Assíria, uma igreja oriental, que reivindica a continuidade da sé fundada na Babilónia por Tomé, o discípulo de Jesus que pregou no Oriente e, segundo a tradição, chegou à Índia.

Por outro lado, sabemos com segurança que Públio Quirino foi o governador romano da Síria entre os anos 6 e 12 d.C. A ser assim não será credível o texto de Lucas quando situa o nascimento de Jesus no tempo deste governador. Quando Quirino governou a Síria já Herodes tinha morrido uns dez anos antes e, portanto, já Jesus seria um pré-adolescente.

A possível inexatidão de Lucas é explicada por Sanders¹¹⁵ nos seguintes termos:

O recenseamento de Lucas levanta muitas dificuldades. Uma das dificuldades consiste no facto de Lucas datar o recenseamento no tempo próximo da morte de Herodes (4 a.C.), bem como dez anos mais tarde, quando Quirino era legado da Síria (6 d.C.). Sabemos através de Josefo, sendo a informação confirmada por inscrição antiga, que no ano 6 d.C. quando Quirino era legado, Roma realizou de facto um recenseamento das pessoas que viviam na Judeia, na Samaria e na Idumeia - mas não na Galileia e não lhes pedindo que viajassem. Maria e José que de acordo com Lucas viviam na Galileia, não teriam sido afetados pelo recenseamento de Quirino, que só abrangeu a população que vivia em ambas as províncias romanas da Judeia e da Síria. Galileia era independente e não uma província romana.

Vamos, pois, acreditar que Jesus terá nascido entre os anos 5 e 6, anteriores à nossa era.

A data de 25 de Dezembro é celebrada como o dia do seu nascimento e foi fixada bem mais tarde, por mera arbitrariedade da hierarquia romana, já no século III. A festa do solstício de Inverno era celebrada na Roma pagã por ser o dia do ano em que o período da luz iniciava a sua conquista sobre a escuridão. O zoroastrismo, que já antes se disse, era à época uma religião seguida por parte significativa da população romana, celebrava o nascimento do deus *Mitra* (o filho do grande deus *Aura-Mazda*) naquele mesmo dia solsticial. Ora, Jesus, para os cristãos, era verdadeiramente o sol vitorioso a cuja celebração do seu nascimento assentaria bem a data do solstício de Inverno. Eis o critério da escolha.

É, pois, muito grande a probabilidade desse dia do calendário não corresponder à data em que, realmente, terá ocorrido o nascimento de Jesus. Uma análise atenta do cenário descrito no evangelho de Lucas parece apontar para uma data mais primaveril compatível com a descrição de Lc.2:8 “*Na mesma região encontravam-se uns pastores que*

¹¹⁵ E.P.Sanders, *op.cit.*, p.119

pernoitavam nos campos, guardando os seus rebanhos durante a noite”. Por todo o mediterrâneo, já nessa época, a pernoita de pastores com os rebanhos, ao relento, era uma prática pouco usual em tempo de inverno e por razões que tinham a ver com o próprio maneio tradicional.

Voltando à pergunta inicial: quando nasceu? A resposta possível será, pois, entre os anos 4 e 6 antes da era cristã, num dia do ano que desconhecemos em absoluto, provavelmente por alturas da Primavera.

Relativamente ao local onde terá nascido, mais uma vez, não há plena concordância nos textos evangélicos, nem tão pouco entre os sinópticos. Para Mateus e Lucas Jesus terá nascido em Belém.

«Tendo Jesus nascido em Belém da Judeia, no tempo do rei Herodes,...» (Mt 2,1)

«Também José, deixando a cidade de Nazaré, na Galileia, subiu até à Judeia, à cidade de David, chamada Belém, por ser da casa e linhagem de David a fim de recensear-se com Maria e sua mulher que se encontrava grávida. E quando eles ali se encontravam, completaram-se os dias de ela dar à luz e teve o seu filho...» (Lc 2, 4-7)

Marcos foi o primeiro dos Evangelhos a ser redigido, portanto aquele que estava cronologicamente mais próximo dos acontecimentos e aquele que, supostamente, trará um retrato mais puro, menos retocado ou mesmo mistificado, da pessoa de Jesus.

O evangelho de João terá sido escrito por alguém que privou com Jesus, com a sua mãe e seus familiares. Foi, todavia, o último dos evangelhos canónicos a ser redigido na sua forma final e no seu conteúdo os exegetas descobrem uma maior preocupação teológica do que, propriamente, historiográfica. Nem Marcos nem João apontam para Belém como lugar do nascimento embora nos seus textos o associem a uma pequenina povoação denominada Nazaré, cuja existência àquela época, aliás, ainda não está demonstrada.

A colocação do nascimento em Belém tem tudo a ver com a velha crença que o tão desejado Messias lá viria a nascer. Numa perspetiva puramente catequética dos evangelistas se Cristo era o Messias o seu nascimento ter-se-ia dado em Belém. A descrição dos evangelhos sinópticos de Mateus e Lucas colocam o parto em Belém porque recorre a essa lógica da afirmação de que Jesus é o Messias.

“Entre a multidão de pessoas que escutaram estas palavras, dizia-se: ”Ele é realmente o Profeta! Outros, porém, replicavam. «Mas pode lá ser que o Messias venha da Galileia? ”Não diz a Escritura que o Messias vem da descendência de David e da cidade de Belém, donde era David ? “Deste modo estabeleceu-se um desacordo entre a multidão por sua causa.” (Jo 7, 40-43)

A antiga escritura de Miqueias, um contemporâneo de Isaías: *“Mas tu, Belém-Efratá, tão pequena entre as famílias de Judá é de ti que me há-de sair Aquele que governará em Israel” (Miq. 5,1)*

Na opinião de António Piñero¹¹⁶ *“é mais verosímil pensar que a verdade histórica se encontra na tradição representada por João e Marcos: Jesus nasceu, muito seguramente em Nazaré, e só depois, se compôs a história do seu nascimento em Belém, para fazê-lo coincidir com as profecias...e assim, se cumpriram as Escrituras “. É, pois, discutível se terá nascido em Belém.*

Mas a hipótese do seu nascimento ter ocorrido em Nazaré também não está assente em pilares seguros. A pequena povoação de Nazaré, se é que existia à época da infância de Jesus, seria uma localidade muito pequena da qual não há outros relatos que não sejam os respeitantes a Jesus e à sua família, nem existem quaisquer evidências arqueológicas de um tão antigo povoado, mesmo que pequeno, nesse local. As investigações arqueológicas mais recentes defendem só haver vestígios de ocupação humana naquele local a partir do século II.

- Então, porque teria Jesus nascido, ou mesmo vivido, na localidade chamada Nazaré se nenhum historiador judeu remete claramente para essa hipótese e uma localidade com esse nome, não aparece escrita uma única vez no Antigo Testamento, tanto em livros Canónicos como até em Apócrifos?

A importância de Nazaré como local onde Jesus teria nascido, ou vivido em criança, pode provir de duas referências diferentes associadas à palavra Nazaré. Atendamos à discutível profecia de Isaías¹¹⁷ que terá utilizado a palavra “*netser*” de onde resultou a tradução «Ele será chamado Nazareno», profecia que foi invocada por Mateus¹¹⁸. Ali, a palavra hebraica “*netser*” significaria rebento, ou ramo, o que, segundo os filólogos, se aplicaria “*ao ramo*

¹¹⁶ António Piñero - *Jesus e a Vida Oculta*, p.19

¹¹⁷ Is. 11,1

¹¹⁸ Mt.2,23

do tronco de Jessé”, ou seja, a uma determinada origem genealógica, do esperado Messias.

Mas a expressão *Nazareno* pode também ter outra leitura, agora associada a uma referência, num plano de religiosidade. Resultaria de Jesus, ao seu tempo, ter sido considerado um “*nazir*”. Esta palavra designaria, simplesmente, um consagrado pertencente à ordem dos *nazireus*. Foram estes, os membros de um grupo socio-religioso, ao estilo das futuras ordens monásticas, tal que um indivíduo que lá pertencesse por sua iniciativa pessoal, ou levado pelos seus pais quando ainda criança, se dedicaria especialmente ao serviço de Deus, para parte, ou a totalidade, da sua vida.

A ordem dos Nazarenos era já muito antiga e segundo a escritura o mais famoso de entre eles teria sido Sansão o velho herói que combateu os Filisteus. No A.T.¹¹⁹ a referência a Sansão é feita com recurso à sua condição de nazareno “*A navalha não tocará a sua cabeça, porque esse menino será nazareno de Deus, desde o seio de sua mãe e livrará Israel da mão dos filisteus*”. Mais tarde a sua amante Dalila cortou-lhe o cabelo enquanto dormia e Sansão terá perdido a força indomável que esmagou leões e com a qual afastou os filisteus. Foi esta a lenda que fixou a tradição dos futuros nazireus, segundo a qual uma vez iniciados na ordem não cortariam os seus cabelos, nem as suas barbas.

A ordem dos nazireus e os preceitos de vida a que os seus membros deveriam obedecer após “*um voto de nazirato para se consagrar ao Senhor*” (Nm.6,2) vem descrita na Bíblia no *Livro dos Números*¹²⁰. Aí, confirma-se que os nazireus eram vistos como o bom exemplo de religiosos radicais consagrados a uma vida muito austera durante uma parte da sua vida. Sabemos que no século I ainda estava em uso o “voto de nazirato”.

Na língua aramaica, com utilização generalizada ao tempo de Jesus, todavia, já haveria duas palavras ligeiramente diferentes: uma – *nazireu* - para designar um membro do grupo dos Nazireus, e a palavra que designaria um originário da localidade da Nazaré - um *nazéri*. Esta similitude ortográfica poderá ter originado posteriores traduções para grego e para latim com alguma confusão dos conceitos a exprimir. É admissível que possa ter sido, artificialmente, imposta a Jesus uma vivência infantil na localidade de Nazaré, sem que tal, na realidade, tenha acontecido.

¹¹⁹ Jz. 13,5

¹²⁰ Num. 6,1-21

Não há dúvida que Jesus, sendo o Messias, à luz das antigas escrituras bíblicas, seria, por excelência, um consagrado – um *nazireu*, possivelmente traduzido depois por *nazareno*. Até pela possível maneira como Jesus se apresentaria (longos cabelos e barbas) poderia, assim, contribuir para que alguém o associasse à ordem dos nazireus. A possível confusão na atribuição da origem de Jesus à localidade da Nazaré, quando se quereria dizer apenas que Jesus seria um consagrado, poderia, quem sabe, encontrar aqui a sua explicação. Não há certezas.

Em síntese, subsiste, pois, uma interrogação sobre qual a exata localidade onde Jesus nasceu e a cuja comunidade social terá pertencido nos seus tempos de infância.

6.3 Os primeiros anos

Os magos deslocaram-se a Jerusalém para saber onde poderiam encontrar o menino. “*Onde está o rei dos Judeus que acaba de nascer?*”¹²¹. Herodes, um velho desconfiado, teria ficado preocupado com essa tão estranha como perigosa circunstância. Por isso, segundo a escritura, teria determinado a matança de todas as crianças de Belém e do seu território – a matança dos inocentes - cuja realidade histórica é desmentida por todos os investigadores e poderá ser explicada pela provável associação aos cruéis acontecimentos já atrás referidos, e relacionados com a sucessão de Herodes.

Seja qual for a razão, tanto Mateus, como Lucas, bem como alguns evangelhos apócrifos, colocaram a família de Jesus a caminho do Egito de onde só terá voltado depois da morte do velho rei. Na mística narrativa de Mateus¹²² este funda-se em: “...*um anjo do Senhor apareceu em sonhos a José, e disse-lhe: « Levanta-te, toma o Menino e Sua Mãe, fuge para o Egito e fica lá até que eu te avise, pois Herodes procurará o Menino para o matar»*”.

Independentemente das causas, a viagem da família até ao Egito levando com eles o menino, deverá mesmo ter acontecido. E procuremos a sua compreensão não no contexto de fuga a uma “matança de inocentes”, mas no quadro das elevadas expectativas que o nascimento desta criança já geraria numa vasta comunidade religiosa que muito

¹²¹ Mt. 2,2

¹²² Mt. 2, 13-16

ultrapassaria a fronteira da sua família natal. O mundo socio-religioso do Egito e das terras de Canaã, desde há muito partilhava contactos, tradições, relações pessoais e culturais entre as comunidades judaicas residentes de ambos os lados da península do Sinai.

Alexandria era a cidade mais importante do Egito e albergava uma importantíssima comunidade da diáspora muito ligada a atividades comerciais com todo o mundo conhecido. Sob a *Pax Romana*, na grande metrópole do Nilo respirava-se o ar culto do helenismo casado aqui com a modernidade romana e as antigas tradições da civilização dos faraós. José, um homem bom e simples, era também alguém que detinha estatuto social. Seria, muito provavelmente, pessoa conhecida, respeitada, com bons contactos, o que lhe permitiria proporcionar nas margens do Nilo um bom acolhimento à sua jovem família, rodeando-a nos meios sociais mais cultos e elevados onde as comunidades judaicas estavam inseridas.

Para além das comunidades judaicas urbanas presentes na grande Alexandria, acredita-se também que o Egito, nas suas grandes extensões desérticas, albergaria uma rede de comunidades monásticas essénias. Estas sim, com prováveis ligações ao meio social e religioso da família de Maria, mesmo que Joaquim e Ana não pertencessem a esse grupo. Para José e para Maria a viagem até ao Egito não seria um salto para o desconhecido, antes a viagem para um destino onde poderiam esperar ser bem acolhidos e a integração social não constituiria um problema de vulto. Hassnaim¹²³, por seu lado, citando fontes apócrifas, nomeia várias comunidades monásticas essénias no Egito onde o casal e o menino, segundo ele, foram recebidos. É plausível. O próprio Fílon reconheceu a existência de inúmeros mosteiros essénios espalhados por todo o Egito, comunidades cuja origem, pensamento religioso e modo de vida seriam semelhantes à da célebre comunidade do Qumran.

Jesus viveu com seus pais no Egito durante poucos anos, talvez três; não sabemos onde, nem com quem viveu. Consideramos que esta sua passagem pelo Egito merece ser interpretada não apenas como uma primeira viagem e um primeiro espaço social na vida de uma pequena criança, mas um passo com significado na vida de um, provável, líder

¹²³ Cf. Fidah Hassnaim, *op. cit.*, p.66. Ali são referidos nomes de mosteiros como Uadi-el-Natrum, Mataria e AlMoharraq.

religioso, cuja dimensão não se confinaria aos territórios da Judeia e da Galileia. É admissível, até, que lá tenha voltado mais tarde antes de iniciar a sua vida pública.

Todavia, as janelas que este jovem abriu sobre o mundo não se voltavam, apenas, para o lado Ocidental. Desde o seu nascimento, havia sinais claros sobre as expectativas que esse acontecimento havia gerado em gente notável do mundo do Oriente. Recordemos os magos. Se um deles poderá ter vindo da Arábia, relativamente próxima, os outros dois terão vindo de territórios tão longínquos como os que correspondem ao atual Irão, Afeganistão ou mesmo Paquistão. E ao que consta, quer em textos canónicos quer em apócrifos, foram até Jerusalém com o único propósito de conhecer e honrar aquela criança.

- O que levaria os magos que não professariam o judaísmo, provavelmente seguidores do zoroastrismo, ou do budismo, a empreender tal viagem?

- Que significado, para todas essas pessoas, poderia ter tido o nascimento daquela criança?

- A que projeto, pensariam eles, estaria aquele menino destinado?

As respostas não são óbvias. Mas uma conclusão parece poder tirar-se: mais uma vez, por todo o vasto espaço euro-asiático, haveria uma rede de ligações culturais, e religiosas, suficientemente robusta, para poder sustentar uma expectativa importante e explicar, assim, que tão importante embaixada se devotasse a uma longa viagem ao encontro de um recém-nascido.

Não havendo certezas sobre o local onde Jesus tenha nascido é quase seguro, isso sim, que Jesus foi um galileu. Ali terá vivido com a sua família em tempos de juventude e, mais tarde, fez o mesmo já em idade adulta. Teve lá familiares e amigos, eram de lá os primeiros discípulos que recrutou e todos os evangelhos nos trazem passagens da sua vida pelas terras da Galileia.

A grande maioria dos autores partilha a opinião de Barton¹²⁴: «Segundo todos os relatos do Evangelho, Jesus era um homem instruído, que podia ler a Bíblia hebraica e era claramente visto como um professor sério, consciente das correntes do judaísmo do seu tempo que estavam marcadas pelo helenismo, quer ele detetasse essa influência, ou não».

¹²⁴ John Barton, *op. cit.*, p.182

Essa constatação pressupõe que o jovem Jesus tenha experimentado a instrução e um processo formativo que seria adequado a um futuro mestre, ou líder religioso, não comum a uma simples criança nascida e criada num pequeno mundo, rural e piscatório, confinado à Galileia. Mesmo tendo sido um jovem francamente inteligente, comparativamente com outras crianças, deveria ter experimentado um percurso formativo diferente do habitual. E os evangelhos canónicos não nos ajudam. Nada falam sobre isto. Exceto na narração de um acontecimento ocorrido no Templo de Jerusalém, que, a ter acontecido, só confirma a precocidade intelectual daquela criança «...encontraram-no no Templo, sentado entre os doutores, a ouvi-los e a fazer-lhes perguntas. Todos quantos o ouviam estavam estupefactos com a sua inteligência e as suas respostas.» (Lc.2, 46-47). De concreto, os textos canónicos pouco mais nos acrescentam relativamente a este período da sua vida.

Aliás, poderemos admitir que, além dos seus próprios pais, outras pessoas estivessem atentas à sua formação. Muito provavelmente outros adultos que alimentaram expectativas sobre o que aquela criança poderia vir a ser, também se poderiam ter interessado e envolvido no processo formativo e evolutivo do jovem.

Os documentos apócrifos são mais ricos que os canónicos contando pormenores sobre os anos de infância e juventude. Impõe-se, no entanto, que tenhamos prudência e atendamos à própria opinião do exegeta Piñero que recomenda: *Para a segunda parte, o que é já propriamente a vida de Jesus nesses anos ocultos, contamos com outro tipo de fontes: os evangelhos apócrifos. Estes são obras muito posteriores no tempo aos evangelhos sinópticos, ou seja, estão muito mais afastados cronologicamente dos factos que narram (a maioria procede dos séculos III ao VII), pelo que os seus autores se deixam levar frequentemente pela sua fantasia e pela sua imaginação.*

Um biógrafo de Jesus gostaria de formular-lhe algumas perguntas: Mas, afinal, onde passou todos os seus anos de infância e juventude? Com quem partilhou esses anos? Fazendo o quê? Quem foram os seus mestres e como se preparou para a vida profética a que se sentia destinado?

Na opinião do biblista Carreira das Neves ¹²⁵ «*Temos que partir do princípio de que Jesus foi Alguém que pensou demorada e atentamente a sua “vocação” religiosa, sempre a partir do factor histórico e político-religioso do seu tempo*». O percurso do

¹²⁵ Joaquim C. Neves, *op.cit.*, p.142

amadurecimento vocacional do jovem Jesus terá, muito provavelmente, ocorrido a par com uma vida de estudo junto dos sábios e eruditos do seu tempo. Flusser ¹²⁶ afirma-se convicto dessa vida de estudante, e até a situa junto de uma comunidade bem específica: *“Jésus grandit dans un foyer probablement nourri par l’amour de l’étude et il à sûrement étudié auprès de personnes proches du monde des Sages. Il a fréquenté les Esséniens à travers Jean le Baptiste, mais il les a connus sous le nom des «Fils de la lumière» et c’est ainsi qu’il les désigne”*.

Aceitando este ponto de partida somos levados a admitir que houve um processo de amadurecimento pessoal e uma tomada de decisões no seu plano vocacional, processo comum a outros homens, noutros tempos e lugares. Jesus terá sido, assim, um jovem cuja posterior vida de adulto resultou das opções que pensou e livremente tomou.

Alguns autores, admitem ter existido um convívio estreito com comunidades essénias. Será, provavelmente, uma hipótese especulativa. Mas nada indica que tal tivesse sido impossível. Ali, em geografias próximas da Galileia, poderia ter experimentado a ascese e a simplicidade austera dos radicais puristas. Ter-lhe-ia sido possível explorar mais profundamente o seu mundo interior e também desenvolver um convívio e conhecimento muito próximo com seu primo João, o Baptista. Homens que teriam idades aproximadas, vocações semelhantes e que reciprocamente se estimavam e respeitavam.

O Egito, por exemplo, seria outra possibilidade que estaria relativamente acessível e onde Jesus já tinha estado em criança. Aí o jovem Jesus poderia beber novas componentes formativas que lhe abririam janelas no seu processo de crescimento e amadurecimento vocacional. O ambiente cosmopolita e culto de Alexandria, quem sabe, poderia proporcionar ao jovem uma oportunidade de conhecer o pensamento dos filósofos clássicos, dos estóicos, dos cínicos, a história cultural e política da Grécia, o panteão, a mitologia, as antigas fábulas, o teatro, a arte, tudo isso a par com a grandeza militar e económica de Roma.

- E porque não admitir que alguma vez tivesse percorrido a velha rota da seda, começando pelo litoral mediterrânico, caminhando para Oriente? Nesse caso, Jesus poderia ter-se cruzado e conversado com mercadores vindos de longínquas paragens, poderia, quem sabe, ter visitado a Pérsia, chegando, quem sabe, até à Índia. O zoroastrismo e o budismo seriam inalados no ar que respirava. Há autores idóneos que defendem a sua passagem,

¹²⁶ David Flusser; *Les sources juives du Christianisme*, pp.57-58

em jovem, por paragens que correspondem aos pontos de partida dos magos que o visitaram nos primeiros dias de vida. Hipóteses verosímeis? Talvez. Invocam esses autores que o nascimento de Jesus poderia representar para eles um novo *bodisatva*, razão pela qual o teriam ido visitar com prendas tão carregadas de simbolismo.

Não é este o lugar para divagações especulativas sobre as inúmeras possibilidades. Tão somente, pretende-se afirmar que, na ausência de informação sobre um período tão longo e importante da sua vida, muitas hipóteses, plausíveis, serão admissíveis. Uma, ou mais, destas hipóteses, cremos, sinceramente, representam um grau de probabilidade mais elevado de ter ocorrido do que a de uma vida infantil e juvenil passada, em permanência, num pacato retiro à beira do lago galileu.

6.4 A vida pública

É normalmente aceite que Jesus tenha começado a sua vida pública, por volta do ano 27 ou 28. Se durante esse tempo viveu três Festas de Páscoa, o que não é certo, este período da sua vida terá terminado pelo Páscoa do ano 30, ou 31.

Independentemente de ter sido, ou não, nascido e criado na Galileia não resta qualquer dúvida que foi aqui o chão onde brincou, cresceu, terá aprendido o ofício de José, seu pai adotivo. Mais tarde foi ali que recrutou os seus primeiros discípulos e fez pregação. Segundo a tradição canónica este período habitualmente designado por “vida pública” de Jesus começa com o seu Batismo, nas águas do Jordão. Sinal interessante este porque vinca bem a sua origem judaica, não obstante, nesse mesmo ato, ele lhe ter introduzido uma nova visão e um novo significado.

O Jesus público que nos é apresentado pelos evangelhos é uma pessoa completamente inserida na sociedade e na cultura local. Em pequenino fora circuncidado, em menino foi iniciado na Torá, cresceu em ambiente familiar, ajudou o pai nos trabalhos e já em adulto percebemos que sentia gosto no convívio, na partilha de refeições, passar bons momentos com familiares e amigos. Homem culto, frequentador da liturgia nas sinagogas, respeitador do sábado, celebrava as festas religiosas. Um judeu como outros.

Porém, como pregador e mestre não foi um judeu comum. Começou por ser um celibatário (que não era nada habitual num varão judaico primogénito) e abandonou a sua família para formar uma nova com os discípulos que reuniu. Entre estes, alguns seriam parentes, outros perfeitos desconhecidos; ao contrário da tradição rabínica em que os discípulos escolhiam o mestre, aqui deu-se um fenómeno em sentido inverso. E o mais curioso é que em vez dos discípulos seguirem o mestre durante alguns anos da sua formação, no caso de Jesus, acontece que ele recrutou discípulos que o seguiriam para o resto das suas vidas.

A sua relação com as mulheres era pouco convencional. Acompanhavam-no, seguiam-no e ele integrava-as no seu grupo mais próximo. Não fazia distinção de origens. Junto ao poço de Jacob, pediu água a uma Samaritana, mulher pouco recomendável que já iria no quinto marido. Enquanto ela saciava a sede do fatigado forasteiro, este ensinou-lhe que havia uma outra “água viva” e quem dela bebesse nunca mais teria sede¹²⁷ tal como nos conta João numa das mais belas passagens do seu evangelho. Há autores que citam a possibilidade de uma relação amorosa com Maria Madalena, outros com Maria de Betânia. Nenhuma destas hipóteses, por mais palpitante e romanesca, parece suficientemente consistente. Muito provavelmente foi mesmo um celibatário.

Jesus nem sempre aceitava os procedimentos tidos como corretos na perspetiva dos puros, nomeadamente, os fariseus. Por vezes era mesmo intolerante; foi até de alguma agressividade com os comerciantes que ganhavam a vida fazendo o seu negócio nas imediações do Templo. Personalidade desconcertante. Afinal, numa perspetiva social e religiosa foi quase um anti-judeu. Seguramente um reformista, mas não um caudilho.

Vestia-se com trajas simples, apreciava a frugalidade, não manifestou aspirações no plano político. Alguns poderosos talvez tivessem temido o seu potencial de sedução junto das camadas mais simples da população. Incansável pregador dos valores da humildade, da simplicidade, da fraternidade, do perdão; mais do que uma vez exaltou o valor da simplicidade infantil. «*Deixai vir a mim as criancinhas pois delas é o Reino dos céus*». Apelou sempre a uma vida materialmente desprendida da qual ele próprio deu testemunho. «*As raposas têm tocas e as aves dos céus têm ninhos; mas o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça*» (Mt.8,20). «*É mais fácil um camelo passar pelo bico de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Ceus*». (Mt.19,24)

¹²⁷ «Senhor, suplicou a mulher, dá-me dessa água para que eu não ter mais sede» (Jo.4,15)

Naturalmente habituado aos caminhos rurais não estranhou outros ambientes como pequenas sinagogas ou o próprio Templo. Personificou o estilo do pregador simples, sábio e itinerante usando frequentemente histórias fictícias e carregadas de conteúdo moral - as parábolas. Nunca consagrou o primado do económico sobre a moral e, reiteradamente, pregou a universalidade do amor ao próximo, promovido a novo mandamento: «*Digo-vos, porém, a vós que Me escutais: Amai os vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam, abençoai os que vos amaldiçoam, rezai pelos que vos caluniam. (...) Vós, porém amai os vossos inimigos, fazei o bem e emprestai, sem nada esperar em troca. A vossa recompensa, então, será grande e sereis filhos do Altíssimo, porque Ele é bom até para os ingratos e os maus*» (Lc.6, 27-35).

Os valores morais que pregou com base nos quais inspirou as diretrizes de comportamento que os seus discípulos deveriam adotar estão lapidarmente sumarizadas no Sermão da Montanha, qual código da nova ética (cristã), conforme nos é apresentado em Mateus (Mt.5,1-12) e em Lucas (Lc.6,20-26).

Reclamou, claramente, para si o estatuto de alguém que estava no mundo, mas falava em nome de Deus, seu Pai. Não sabemos, exatamente, desde quando ele se terá reconhecido a si próprio como o Messias, nem sabemos, tão pouco, se alguma vez assim se considerou. Na perspectiva do que Jesus possa ter representado, segundo a visão que ele mesmo possa ter tido de si próprio, há uma importante passagem do livro de Daniel que gostaríamos de sublinhar. Tem a ver com a sua visão do reino eterno e um tal “Filho do Homem”. Diz o autor: «*Contemplando sempre a visão noturna, vi aproximar-se, sobre as nuvens do céu, um ser semelhante a um filho do homem; avançou até ao Ancião, diante do qual o conduziram. Foram-lhe dadas as soberanias, a glória e a realeza: Todos os povos, todas as nações e as gentes de todas as línguas o serviram. O seu império é um império eterno que não passará jamais, e o Seu reino não será destruído*».(Dan7,13-14)

Sabemos, isso sim, que ele se autointitulava de *Filho do Homem*. Numa primeira interpretação, essa expressão significa aquilo que literariamente encerra conforme explica Puig¹²⁸ «*“Filho do Homem” que no seu primeiro sentido é simplesmente o homem, ou seja, a pessoa humana vista sob o ângulo terrestre da sua fragilidade e precaridade*”. Numa interpretação mais erudita o significado de “Filho do Homem” tinha a ver com a figura ficcional já atrás referida no Livro de Daniel. A expressão *Filho do Homem*, ao

¹²⁸ Armand Puig, *Jésus une biographie historique*, p.588; (tradução do A.)

tempo de Jesus, correspondia, pois, a uma figura literária recente, que Jesus conheceria bem, e inseria-se perfeitamente na acesa expectativa messiânica que caracterizou aquela época. Naquela descrição representava-se, pois, a figura de um enviado de Deus, vindo do Seu Reino até este mundo. Importa notar que o conceito de *Filho do Homem* não significava Deus.

Durante a sua “vida pública”, percebe-se que Jesus circulou bastante por toda a região da Palestina. Jerusalém terá sido a cidade importante onde mais vezes se deslocou e onde, inclusive, pregou no Templo «*Durante o dia, Jesus estava no Templo a ensinar; mas saía para passar a noite no Monte das Oliveiras. E todo o povo, de madrugada, ia ter com Ele ao Templo para o escutar*» (Lc.21,37). No entanto, a região onde a sua presença é referida com maior frequência foi a Galileia e nomeadamente na cidade de Cafarnaum junto ao pequeno mar interior. Foi por aí que conheceu e convidou quatro dos seus discípulos: Dois pares de irmãos, todos eles pescadores¹²⁹. Pedro e André, Tiago e João. É provável que lá tenha morado. Segundo Marcos, Jesus terá mesmo vivido em Cafarnaum e depois das suas saídas em pregação ali voltaria a casa para descansar¹³⁰. Este evangelista também o refere a passar na Decápole (na Transjordânia) e nas cidades litorais de Tiro e Sídon¹³¹, no litoral do atual Líbano.

A multidão de seguidores que o escutava era quase tudo gente simples e humilde. E Jesus fazia por ser um deles.

Se num brevíssimo resumo tivéssemos de caracterizar os aspetos fundamentais do seu discurso, numa perspectiva histórico-religiosa, escolheríamos duas ideias fundamentais que bem sublinhou:

- A total separação de águas entre dois mundos: o religioso e o civil.

«*Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus*» (Mt.22,21); (Mc.12, 17); (Lc,20,25) ou dito de outra forma: «*A minha realeza não é deste mundo*» (Jo,18,36) e

- A importância do novo, e o mais importante, de todos os mandamentos: O Amor. O “novo mandamento”, verdadeira base fundacional da ética cristã.

¹²⁹ Mc.1,16-20

¹³⁰ Mc,2-1 ; Mt.9,1

¹³¹ Mc, 7-24

«Jesus respondeu: O primeiro é amarás o Senhor teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todo o teu entendimento, e com todas as tuas forças. O segundo é este: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Não há outro mandamento maior do que estes.» (Mc. 12, 29-31). Formulação que ressalta mais concreta no texto joanino: *«Dou-vos um novo mandamento: Que vos ameis uns aos outros; assim como eu vos amei, vós também vos deveis amar uns aos outros. Por isto é que todos conhecerão que sois meus discípulos: Se vos amardes uns aos outros.»* (Jo 13,34-35).

6.5 Condenação à morte

Os quatro evangelhos canônicos são concordantes na descrição de uma entrada triunfal de Jesus em Jerusalém¹³², montado num jumento e aclamado pelo povo simples dos seus seguidores sob a agitação de ramos de palmeira com aclamação ao filho de David que aí vinha em nome do Senhor. Seria a sua última entrada na cidade para, talvez aparentemente, ali permanecer até aos festejos da próxima Páscoa. Segundo a tradição cristã, tal entrada em Jerusalém teria ocorrido pela Primavera, pouco antes da celebração da festa da Páscoa, razão pela qual Jesus teria viajado à cidade do Templo. Estamos em crer que esta entrada na cidade terá ocorrido em época do ano diferente, provavelmente por ocasião da Festa dos Tabernáculos¹³³, ou seja, por alturas do final do Verão, ou início do Outono. O próprio ritual festivo com os ramos de palmeira¹³⁴ aponta muito mais para a época outonal do que para as vésperas da Páscoa, em plena Primavera.

Posteriormente àquela entrada na cidade terá ocorrido a célebre cena da musculada expulsão dos vendilhões do Templo. Curiosamente, os quatro evangelhos canônicos referem o mesmo acontecimento¹³⁵ embora João o coloque em momento sequencial anterior à entrada triunfal em Jerusalém. Portanto é forte a probabilidade de tal ter acontecido e, quem sabe, terá mesmo sido por ocasião da grande afluência de povo por

¹³² Mt.21,1-11 ; Mc.11,1-11 ; Lc. 19,29-39 ; Jo. 12,12-15

¹³³ A Festa dos Tabernáculos era uma festa celebrada durante sete dias, a partir do decimo quinto dia do sétimo mês (Lev.23.34), uma época do ano que corresponderia ao início do Outono, após as colheitas, no final do ano agrícola.

¹³⁴ Ritual cuja origem se funda na descrição que encontramos em (Lev.23,40).

¹³⁵ Mt.21,12-17 ; Mc.11,15-19 ; Lc.19,45-48 ; Jo.2,13-16

ocasião das celebrações da Festa dos Tabernáculos. E Lucas vai mais longe afirmando, até, que Jesus não só não se escondia como, frequentemente, ia pregar ao Templo sob a desconfiança dos principais sacerdotes e dos escribas enquanto o povo ficava suspenso a ouvi-lo.

É, pois, bem provável que a sua posição de líder religioso junto de importantes camadas populares fosse desagradável aos poderes constituídos, principalmente judeus, mas também aos romanos cuja tolerância às revoltas populares ia sendo cada vez menor. A sua hipotética ação como dirigente de um movimento político-social de sedição é a tese perfilhada por alguns autores como Torrents, embora tal circunstância esteja longe de ser demonstrada.

Jesus, isso é certo, não poupou palavras para criticar a arrogância e a mesquinhez dos bem instalados e poderosos. Afrontou-os duramente. Por isso recolhia as suas antipatias e punha-se a jeito de uma primeira oportunidade onde colheria a dura resposta dos poderosos. São inúmeras as passagens que nos mostram este clima de tensão.

Sabemos que na antevéspera da Páscoa foi detido. O processo da sua detenção e condução ao tribunal judaico foi sumário. Disseram todos: «*Tu és então o Filho de Deus? Ele respondeu-lhes: “Vós o dizeis. Eu sou”. Então exclamaram: “Que necessidade temos já de testemunhas? Nós próprios o ouvimos da sua boca.”*» (Lc.22, 70-71).

Foi presente a Pilatos e começaram a acusação dizendo «*Encontrámos este homem a sublevar o povo, a impedir que se pagasse tributo a Cesar e a dizer-se Ele próprio o Messias-Rei*» (Lc 23,2). Que se saiba, nunca Jesus terá pregado em matéria de pagamento de impostos, não obstante ser este um tema muito quente na sociedade judaica do seu tempo. Até pelo contrário, sempre remetera para César o que era de César. Mas não deixa de ser curioso que na mesma descrição de Lucas, mais adiante, venha referido um pormenor curioso: «*Nesse dia, Herodes e Pilatos ficaram amigos, pois eram inimigos um do outro*». (Lc 23,12).

Porquê essa anterior inimizade e o que é isso poderia ter a ver com Jesus? Não sabemos, mas tentemos explorar um pouco esse assunto.

Entre os anos 28 a 30, tinham ocorrido graves acontecimentos, relatados por Josefo (*Guerra dos Judeus*, II e *Antiguidades*, XVIII), demonstrativos da acesa resistência e descontentamento popular dos judeus face a comportamentos desagradáveis, e até brutais,

do prefeito Pôncio Pilatos. O primeiro teve a ver com a introdução em Jerusalém, pela calada da noite, das efígies imperiais a colocar nos porta estandartes militares utilizados em dias de festa. Pilatos sabia que os judeus não o poderiam aceitar, por ser a cidade do Templo. A sublevação popular foi grande e, desta vez, o governador cedeu, ordenando que as efígies fossem retiradas e deslocadas para Cesareia.

O segundo acontecimento foi mais grave e teve consequências dramáticas. Pilatos tinha decidido trazer água para a cidade através de um novo aqueduto cuja construção seria financiada com receitas do Templo. Os judeus voltaram a manifestar-se abertamente contra a nova ideia de Pilatos. As multidões saíram ruidosamente à rua exigindo que esse projeto deveria ser abandonado; o dinheiro do Templo não serviria para as obras promovidas por Roma. A tensão social agravava-se e Pilatos, menos paciente que antes, ordenou aos militares que carregassem fortemente sobre os tumultuosos e desarmados judeus. Estava-se em plena Festa da *Hanukáh*¹³⁶, a festa de oito dias em que os judeus comemoravam a reedificação do segundo templo. Entre cidadãos da Judeia e da Galileia foi grande o massacre, ao qual se refere Josefo¹³⁷: *“Porém (os judeus) nem assim adotavam um comportamento educado, em consequência do qual, ao serem colhidos desarmados por homens bem apetrechados que carregavam sobre eles, muitos dos manifestantes morreram nestas circunstâncias enquanto que outros também se retiraram gravemente feridos”*. Estes acontecimentos terão ocorrido talvez, apenas, um ano antes da condenação de Jesus. O tema do dinheiro dos judeus e os gastos decididos pela administração romana com o dinheiro do povo, era, pois, um tema sensível, muito atual, um fogo perigoso sempre suscetível de reacendimentos.

Se em relação aos feridos e mortos da Judeia a autoridade política assentava sobre os ombros de Pilatos, em relação às vítimas da Galileia o mesmo não se poderia dizer. Havia um detentor de poder na Galileia e esse não era Pilatos. Era Herodes Antipas. Poderá, por isso, ter-se gerado aqui um incómodo resultante dessa ultrapassagem dos limites do poder, até uma relativa inimizade, entre estes dois homens. Será a isto que Lucas se referia?

¹³⁶ Festa da Dedicção, das luzes, ou *Hanuká*. Festa de oito dias onde se comemorava a vitória dos macabeus sobre os selêucidas, com a qual ocorreu a nova “dedicção” religiosa do templo de Jerusalém.

¹³⁷ Flávio Josefo, *Antiguidades judaicas*, XVIII, 60

Fosse assim, ou não, era malévolo o argumento do tribunal que enviou Jesus ao arbítrio de Pilatos acusando-o de “*sublevar o povo e impedir que se pagasse tributo a Cesar*”. Argumento falso mas eficaz.

Na Judeia de Pilatos os movimentos messiânicos eram temidos pelas autoridades pelo seu eventual conteúdo político. Pilatos poderia saber que Jesus teria um perfil adequado para poder ser um perigoso líder de multidões. Inteligente, um suposto descendente de David¹³⁸ pela linha paterna, mestre seguido por multidões que o escutavam e seguiam. Terá isto pesado na apreciação feita sobre o destino a dar àquele detido?

Mesmo sem julgamento, tudo se encaminhava para a condenação de Jesus à “pena de morte em forma agravada”, segundo o direito romano, pelo delito *lesa maiestas*. Carreira das Neves¹³⁹ sublinha o afã das autoridades judaicas nesse processo viciado:

Embora os sinópticos nos descrevam um julgamento formal de Jesus diante do Sinédrio, condenando-o à morte por blasfêmia, o que aconteceu realmente, não foi um julgamento formal, mas apenas uma reunião informal do Sinédrio para decidirem a maneira de entregar Jesus a Pilatos. Basta reparar que a reunião do Sinédrio se deu em casa do Sumo Sacerdote, o que está contra a lei, uma vez que o Sinédrio, para estes casos, tinha uma sala própria nas dependências do Templo. (...) A solução estava em passarem a responsabilidade para Pilatos, tanto mais que a pregação de Jesus sobre o “Reino de Deus” e sobre a “messianidade” do mesmo Jesus facilmente se transformava em argumento político.

Nenhum autor duvida do encontro entre os dois protagonistas. Pilatos e Jesus estiveram frente a frente por alguns minutos. Teve tempo o prefeito para tentar esclarecer a acusação pendente e, assim, formar uma opinião.

«” - *Que é a verdade?*” Dito isto tornou a ir ter com os judeus e disse-lhes: “*Não vejo n’Ele nenhum crime. Mas é costume que eu libertar-vos um preso na Páscoa. Quereis que eu vos solte o Rei dos judeus?*” Então eles gritaram de novo: “*Esse não mas Barrabás*”. Ora Barrabás era um salteador». (Jo 18, 38-40).

¹³⁸ Em diferentes passagens do N.T., por exemplo nos relatos da entrada messiânica em Jerusalém (Mt,21 ou Mc 11) Jesus é referido como descendente (filho) de David; trata-se naturalmente duma perspectiva de fé dos seus seguidores, aqueles que lhe reconheciam uma autoridade real, o que não significa, naturalmente, uma ancestralidade genealógica relativamente ao segundo rei de Israel.

¹³⁹ Joaquim Carreira das Neves, *op.cit.*, pp.234-235.

Pilatos cedeu e consentiu que levassem Jesus para ser açoitado e coroado com espinhos. Neste dramático preparo, Jesus, voltava a ser trazido ao hesitante prefeito. Pilatos continua indeciso. «*” Vou trazê-lo cá fora, para saberdes que eu não vejo nele nenhuma causa de condenação ”*». Saiu, pois, Jesus fora, levando a coroa de espinhos e o manto de púrpura. Pilatos disse: “*Eis o Homem*”» (Jo. 19, 4-5)

“*Eis o Homem*”. Frase tão curta quanto densa.

Em seguida, «*Pilatos, vendo que nada conseguia e que o tumulto aumentava cada vez mais, mandou vir água e lavou as mãos em presença da multidão dizendo: “Estou inocente deste sangue. Isso é convosco”*» (Mt. 27,24).

Estes acontecimentos ocorreram, em Jerusalém, no dia da semana que antecedeu o sábado da festa da Páscoa. Muitos autores sugerem que deveria ser a sexta feira, dia 7 de Abril do ano 30.

Se a condenação à morte na cruz era um procedimento que ocorria com alguma regularidade já não seria tão comum que um processo destes passasse por uma tão demorada fase de interrogatórios e tomada de decisão. A hora ia avançada e aproximava-se um dia muito especial, o dia da preparação para a Festa da Páscoa que coincidia num sábado. Ao terminar o dia muitos procedimentos comuns, e especialmente os penais e de remoção do corpo, tudo teria de estar concluído. Antes, mesmo, do ocaso solar.

A secular pena de morte por crucificação, já usada na antiga Pérsia, era propositadamente lenta. Os romanos sabiam e consentiam que assim fosse justamente para que o prolongado sofrimento do condenado funcionasse eficazmente como mecanismo dissuasor da prática dos crimes graves. Morria-se por exaustão. Era comum os condenados penarem dois, ou mais, dias de sofrimento.

As horas do dia contavam-se desde o momento do nascimento do Sol. Seguindo as cronologias referidas nos evangelhos podemos saber que:

- Segundo Mateus, a reunião dos escribas e sacerdotes aconteceu logo pela manhã de sexta feira. Entre a hora sexta (pelo meio dia) e a hora nona (pelas três da tarde) as trevas envolveram toda a terra e ouviram Jesus exclamar “*Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?*” (Mt 27,46). Portanto, num intervalo máximo de nove horas tudo se terá passado até ao pesado desabafo de Jesus.

- Segundo Marcos, «*chegada a hora sexta houve trevas por toda a terra até à hora nona. E à hora nona Jesus exclamou em alta voz “Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?”*» (Mc.15,33-34).

Esta passagem parece concordar com a descrição de Mateus e ainda adianta que, «*ao cair da tarde, visto ser a Preparação, isto é a véspera do sábado, José de Arimateia, respeitável membro do Conselho, que também esperava o Reino de Deus, foi corajosamente procurar Pilatos e pediu-lhe o corpo de Jesus. Pilatos espantou-se por Ele já estar morto e, mandando chamar o centurião, perguntou-lhe se já tinha morrido há muito. Informado pelo centurião ordenou que o corpo fosse entregue a José.*» (Mc 15, 42-45). Sublinhemos aqui dois pormenores interessantes. Pilatos admirou-se com a rapidez da agonia e o centurião tê-lo-á informado da concretização da morte. Provavelmente, escapou ao centurião um detalhe importante. O soldado a quem incumbiria desferir o golpe final da execução, separando as duas pernas do restante corpo, não o fez com o tal condenado rei dos judeus.

- Lucas também situa a consumação de todos os acontecimentos no mesmo intervalo de tempo, ou seja, entre o início da manhã e o final da tarde. «*Quando se fez dia reuniu o conselho dos anciãos do povo, príncipes dos sacerdotes e escribas, os quais O levaram ao seu tribunal*». Lc.(22,66)

- João é menos detalhado que os outros evangelistas canónicos no horário matinal embora situe Pilatos com Jesus, por altura do “*Eis o Homem*”, pela hora sexta desse dia. «*Era a preparação da Páscoa, por volta do meio dia*» (Jo, 19 14)

Todas as descrições evangélicas convergem para um processo de execução que foi relativamente breve e onde avulta uma situação muito relevante. João conta que os soldados quebraram as pernas de outros dois crucificados que agonizavam ao lado de Jesus, mas com este crucificado não fizeram o mesmo, tendo optado por perfurar-lhe o lado (presumivelmente o direito) com uma lança. Jesus ao fim de três horas pregado à cruz, sangrou. O autor evangélico reclama-se na qualidade de testemunha presencial e conta assim:

Então os judeus visto ser o dia da Preparação, para os corpos não ficarem na cruz ao sábado – pois era um grande dia aquele sábado – pediram a Pilatos que se lhes quebrassem as pernas e fossem retirados. Vieram então os soldados e quebraram as pernas ao primeiro, depois ao segundo dos que tinham sido crucificados com Ele. Ao chegarem a

Jesus, vendo-O já morto, não lhe quebraram as pernas, mas um dos soldados perfurou-lhe o lado com uma lança e logo saiu sangue e água. Aquele que o viu é que o atesta e o seu testemunho é verdadeiro; e sabe que diz a verdade para que também vós acrediteis. Jo.20, 31-35

Um cadáver não sangra. O corpo foi recolhido por José de Arimateia, um judeu de posses que, segundo alguns autores, teria ligações ao grupo dos essênios. Também Nicodemos se ocupou na tarefa de recolha do corpo ajudando José e as mulheres. As escrituras contam-nos que estas pessoas ungeram o corpo antes de ser sepultado. Curiosa descrição já que a tradição judaica não era essa. Na antiga tradição judaica, os corpos dos mortos eram lavados com água pura e límpida, pois tal como os recém-nascidos tratava-se duma purificação que antecedia uma nova vida. A sepultura teria de ser feita nas primeiras vinte e quatro horas. Com bálsamos e óleos tratava-se as chagas dos vivos e ao que parece ser sugerido poderá ter sido o que aconteceu naquele entardecer do Gólgota. José e Nicodemos vieram buscar o corpo de Jesus trazendo com eles *«uma composição de quase cem libras de mirra e aloés. Tomaram o corpo de Jesus e envolveram-no em panos de linho com os perfumes, segundo a maneira de sepultar usada entre os judeus»* (Jo 19,39-40).

Esta passagem parece encerrar uma contradição. Repare-se que a dose de bálsamos e untos equivaleriam a uma grande quantidade de produtos mais compatível ao tratamento de um corpo ferido e menos adequado à lavagem de um corpo de cadáver. Suspeitariam que Jesus ainda poderia estar vivo? Estariam na expectativa de o tratar?

A sexta feira mais dramática da vida de Jesus, dos seus familiares, dos seus discípulos chegara ao fim. Do dia seguinte, um sábado muito especial de recolhimento geral, não temos qualquer informação sobre o que se terá passado. Nada se sabe sobre o que os diversos agentes da véspera fizeram nesse sábado. Onde terão estado? Com quem? Fazendo o quê?

- Poderia Jesus ter sobrevivido? Se tal tivesse acontecido estaria gravemente debilitado, um ferido a necessitar de tratamento, repouso, afeto e esconderijo. As autoridades não poderiam suspeitar e, por isso, mesmo no seu mais restrito círculo de familiares, seguidores e amigos, essas horas deveriam ser passadas com a maior discrição.

Às primeiras horas do Domingo, quando as primeiras pessoas já circulavam no espaço público, eis que viram removida a pedra tumular. O túmulo estava vazio.

7. Eclosão do fenómeno Judeo-cristão

7.1 A crença na ressurreição

Sob um ponto de vista científico, e histórico, a ressurreição de Jesus, interpretada como a reanimação do seu cadáver, é hipótese não plausível, portanto, um não acontecimento. Sendo assim, toda a narração de acontecimentos cuja ocorrência tivesse pressuposto essa ressurreição, entraria também no domínio do implausível e da ficção. Historicamente, também seriam não acontecimentos.

Todavia, há um importantíssimo facto histórico a registar: Houve pessoas, eram judeus, que acreditaram na ressurreição de Jesus. Eis aqui o facto histórico. É o verdadeiro ponto de partida do tema que aqui tratamos: o judeo-cristianismo.

Conforme os livros bíblicos canónicos, e também segundo os apócrifos, muitas pessoas o viram, estiveram com ele, escutaram, falaram, tocaram; e nos mais diferentes contextos.

Algumas destas descrições, é certo, com um claríssimo sabor de fantasia mística, literária e catequética, como as cenas descritas com Maria Madalena¹⁴⁰, e com as santas mulheres¹⁴¹, no próprio Domingo de Páscoa, poucas horas depois do baixar da cruz. Mas o Novo Testamento conta-nos várias outras aparições, algumas das quais poderão ser bem mais plausíveis. Neste caso, por exemplo, a aparição aos onze, em Jerusalém, primeiro sem Tomé, oito dias depois já com este, cena descrita em João (Jo. 20,19-29), e também em Lucas (Lc. 24,36-48). Aqui a narrativa não vai só aos detalhes da incredulidade do apóstolo que teve de ver para crer («*porque Me viste acreditaste*» Jo. 20,29) mas conta-se, até, que Jesus chegou a comer à mesa com eles uma posta de peixe assado. A mesma aparição que o próprio Paulo refere na sua primeira carta aos coríntios¹⁴².

O livro dos *Atos dos Apóstolos*, cujo autor se acredita seja o mesmo do evangelho lucano, também refere as aparições de Jesus. Logo ao início se diz: «*A eles também apareceu*

¹⁴⁰ Jo. 20,11-18

¹⁴¹ Mt. 28, 9-11

¹⁴² 1 Cor. 15,5

vivo, depois da sua paixão, e deu-lhes disso numerosas provas com as suas aparições, durante quarenta dias, e falando-lhes também a respeito do Reino de Deus» (Act.1,3)

A mais surpreendente das aparições, talvez uns dois anos, depois da crucificação, é a que vem descrita no encontro pessoal com Paulo, algures na estrada de Damasco: *”Estava a caminho e já próximo de Damasco, quando se viu subitamente envolvido por uma intensa luz, vinda do Céu. Caindo por terra, ouviu uma voz que lhe disse: « Saulo, Saulo, porque me persegues? » Ele perguntou: “Quem és tu, Senhor? ». Ele respondeu: «Eu sou Jesus, a quem tu persegues”* (Act. 9, 3-5). Adiante retomaremos este ponto.

O assunto “ressurreição” é, evidentemente, um ponto de incontornável importância. Ou Jesus estava morto quando José de Arimateia o desprendeu da cruz e, então, o seu cadáver teria ficado sujeito às leis naturais da decomposição, ou, nessa hora, Jesus estaria vivo.

Se morreu, todas as descrições das relatadas aparições são cientificamente inexplicáveis e, nesse plano, terão de ser tidas como ficcionais. E, possivelmente, sê-lo-ão. Todavia, se não morreu na cruz, poderá haver algum fundo de verdade histórica em, pelo menos, parte das muitas aparições descritas. Note-se que entre textos canónicos e apócrifos, fala-se de muitas mais aparições do que estas poucas que aqui citámos.

Pelos relatos evangélicos da paixão e pela avaliação possível do *modus faciendi* do processo executório a hipótese de Jesus ter sobrevivido à cruz não é impossível. A ser assim, já poderiam ser historicamente plausíveis alguns aparecimentos, descritos na Bíblia, em que Jesus, com aspeto físico algo diferente, mais magro, sem barbas, cabelo curto, poderia ter aparecido, a diferentes pessoas.

A crença na ressurreição não era nova e ao chegar o século primeiro tinha ganho um novo fôlego por toda a comunidade judaica. Já em Isaías se fazia uma alusão à ressurreição¹⁴³, passagem bíblica que não sabemos datar com precisão. Posterior a esta redação é, seguramente, a do livro de Daniel que aponta para uma ressurreição no fim dos tempos¹⁴⁴, ideia que Eliade tenta associar a uma origem: *“Il s’agit très probablement d’une influence iranienne; mais il faut également tenir compte des conceptions paléo-orientales des dieux de la végétation”*¹⁴⁵.

¹⁴³ Is.26,19: *«Os vossos mortos reviverão, os seus cadáveres ressuscitarão!»*

¹⁴⁴ Dn.12,13: *«Tu, vai até ao fim e repousarás; levantar-te-ás para receber a tua parte da herança, no fim dos tempos.»*

¹⁴⁵ Mircea Eliade, *op.cit.*, p.258

Passando ao N.T. vemos um João Baptista, tido como santo por todo o povo judeu, e executado sob ordem de Herodes Antipas. Também aqui, consta que houve judeus a acreditar na sua ressurreição. Mateus, em duas passagens, dá-nos conta desta crença popular: “*Por aquele tempo, a fama de Jesus chegou aos ouvidos de Herodes, o tetrarca, e ele disse aos seus cortesãos: «Esse homem é João Baptista! Ressuscitou dos mortos, e por isso, se manifestam nele tais poderes miraculosos»*” (Mt. 14,1-2) e noutra passagem mais adiante quando Jesus conversava com os discípulos:” *Quem dizem os homens que é o Filho do Homem? Eles responderam: «Uns, que é João Baptista, outros, que é Elias, e outros, que é Jeremias ou algum dos profetas*” (Mt.16, 13-14). Existia a crença na ressurreição, tal como o reconhece Flusser¹⁴⁶: “*En effet, le peuple croyait qu’il était le prophète Élie monté au ciel dans une tempête. Même après son exécution, l’ont cru que Jean le Baptiste n’était pas mort, mais qu’il avait ressuscité. Comme le prophète Élie, Jean le Baptiste devint une figure immortelle. Aussitôt qu’il fut mis à mort par Antipas, est née la croyance de sa résurrection*”.

Os textos canónicos colocam o ponto final à presença física de Jesus na Terra utilizando o antigo modelo ascensional que já antes fora reservado a grandes figuras proféticas como Elias¹⁴⁷ e Enoc¹⁴⁸. Para estes, a morte, qual fim de um ciclo, seria o momento da passagem a um espaço mais elevado onde não há lugar às leis da Física nem às contingências do sofrimento e da mortalidade. Tal é o significado, meramente literário, da ascensão de Jesus aos céus, conforme a vemos, não coincidentemente descrita, em Mc.16,19 , Lc.24,51 e Act.1, 9-11.

Repita-se a importante conclusão já acima enunciada. Os discípulos de Jesus acreditaram que ressuscitou. Esta crença foi a base onde assentou o nascimento e a expansão do primitivo movimento judeo-cristão. O definitivo ponto de partida que levou alguns judeus a acreditarem que ele era o Messias, o “Ungido”, o Χριστός.

Ao chegar aqui recordamos o pensamento de March Bloch¹⁴⁹:

O conhecimento dos primórdios dos fenómenos religiosos atuais é indispensável, escusado é dizê-lo, à sua justa compreensão, mas não basta para os explicar. Para simplificação do problema, renunciemos mesmo à questão de saber até que ponto, sob

¹⁴⁶ David Flusser, *Les sources juives du Christianisme*, p.69-70

¹⁴⁷ 2 Rs. 2,11

¹⁴⁸ Gn. 5,24

¹⁴⁹ Marc Bloch, *Introdução à História*, pp. 92-93

um mesmo nome, a fé, na sua substância, permaneceu de facto absolutamente imutável. Por muito intacta que se suponha uma tradição, há sempre que encontrar as razões por que se manteve. Razões humanas, entenda-se; a hipótese de uma ação providencial escaparia à ciência. A questão, numa palavra, já não é a de saber se Jesus foi crucificado e depois ressuscitou. O que se pretende compreender, daqui em diante, é como há tantos homens que creem na crucificação e na ressurreição.

Pretendendo “*compreender daqui em diante*” teremos, pois, de avançar até dois períodos históricos subsequentes:

- O tempo imediatamente seguinte, ou seja, o da eclosão e expansão do primitivo movimento judeo-cristão.
- Um segundo período, muito mais longo, aquele da grande expansão do cristianismo.

7.2 O judeo-cristianismo em Jerusalém

Se tivéssemos de caracterizar numa única palavra o ambiente que se vivia em Jerusalém no segundo e terceiro quartéis do século I, a palavra escolhida seria “tensão”. O período de quarenta anos que sucedeu à “vida pública” de Jesus e que constitui o tempo mais rico de acontecimentos na História do judeo-cristianismo é uma época em que o avolumar de tensões internas e externas envolveu toda a sociedade judaica da Palestina e, portanto, o próprio movimento judeo-cristão e os seus primeiros protagonistas.

7.2.1 Judeus helenizados e não helenizados

A sociedade judaica “tradicional” debatia-se com tensões internas: no plano religioso, face aos novos judeo-cristãos e no plano sociocultural face aos judeus helenizados; a tensão externa, aquela que causaria piores danos, essa tinha a ver com Roma.

Começemos por atender a quem eram as pessoas desta primeira comunidade. Em primeiro lugar destacava-se ali a presença dos familiares, dos amigos e dos discípulos mais

próximos de Jesus. É, praticamente, uma certeza. Tiago, meio irmão, Maria sua mãe e Simão (Pedro), entre outros, foram, desde a primeira hora, membros importantes. Não sabemos ao certo quando é que estes terão mudado a sua residência da Galileia para Jerusalém, onde terão passado a viver; mas tê-lo-ão feito, certamente, em fase muito precoce da vida desta nova comunidade.

Outro aspeto curioso a realçar é a existência, em Jerusalém, dos tais judeus helenizados, por vezes designados helenistas. Trata-se de uma consequência da secular diáspora dos judeus para territórios, mais ou menos distantes, onde a língua falada era a grega. Estas pessoas ali viveram, trabalharam e constituíram família. Toda esta gente e, sobretudo, os seus descendentes falaram grego, e viram o mundo à maneira grega, não obstante manterem as tradições judaicas da família. Na opinião de François Vouga¹⁵⁰, estes judeus eram alguns dos muitos “estrangeiros” que visitavam Jerusalém, sobretudo pela Páscoa, e, alguns deles, teriam decidido aí permanecer por mais tempo. Seriam estes desenraizados, os tais judeus helenizados que viviam na cidade santa, pelos anos trinta do século primeiro. Estes helenizados, por razões culturais e sociológicas, teriam tido muito mais facilidade em aderir à nova fé do que os outros judeus. Tal facto ajuda a explicar que sendo eles minoritários na população da cidade pudessem ter representado um peso bastante significativo dentro da nova comunidade judeo-cristã.

Sublinhemos, ainda, outra nota muito impressiva respeitante a uma dupla inovação num plano social, para lá do plano religioso e da fé. A acreditar na imagem que Lucas transmite no livro dos Atos, constata-se uma dimensão verdadeiramente assistencial que era desenvolvida entre os irmãos da nova fé. Os tempos, na cidade, eram de pobreza e dificuldade. O grupo tratava de cuidar que todos tivessem um mínimo de alimentos para a sua subsistência.

É neste contexto que interpretamos a tensão gerada dentro da própria comunidade, entre “gregos” e hebreus, com aqueles sentindo-se preteridos no bom tratamento em relação a estes, como encontramos em Act.6,1-3 :”*Por esses dias, como o número de discípulos ia aumentando, houve queixas dos helenistas contra os hebreus, porque as suas viúvas, eram esquecidas no serviço diário. Os doze convocaram, então, a assembleia dos*

¹⁵⁰ François Vouga, *Les premiers pas du christianisme*, p.46: «Les “helenistes”, qu’ils soient restés juifs ou qu’ils se soient convertis au christianisme, étaient tout d’abord des juifs de la Diáspora qui avaient fait le voyage de Jérusalem comme pèlerins à l’occasion de la fête de la Pâque ou qui avaient décidé de passer le reste et la fin de leur vie à Jérusalem afin d’y être enterrés».

discípulos e disseram: «Não convém deixarmos a palavra de Deus para servirmos à mesa. É melhor procurardes entre vós, irmãos, sete homens de boa reputação, cheios do Espírito Santos e de sabedoria, e confiar-lhes-emos essa tarefa». E logo a seguir surgem os nomes destes novos servidores da comunidade (ou diáconos); pelos nomes apresentados, percebemos que todos eles eram gregos: *“A proposta agradou a toda a assembleia e escolheram Estevão, homem cheio de fé e do Espírito Santo, Filipe, Prócoro, Nicamor, Timão, Parmenas e Nicolau, prosélito de Antioquia. Foram apresentados aos Apóstolos que, depois de orarem, lhes impuseram as mãos.”*(Act.6,4-6).

Portanto, além de uma nova crença, esta primeira comunidade judeo-cristã representava uma rutura sociológica e cultural na sociedade de Jerusalém. Aos olhos conservadores, dos detentores de poder, havia boas razões para olhar com reservas para esta nova seita, uma potencial ameaça ao modelo judaico tradicionalista e respeitador da lei. Percebe-se, por isto, que os judeo-cristãos eram vistos sob a desconfiança. Não sendo passível mover-lhes perseguição por razões da sua inovação no plano sociológico, seria, certamente, possível fazê-lo por razões de natureza religiosa e, até, talvez política.

Assim se compreende a antipatia e o envolvimento dos fariseus na perseguição aos novos judeo-cristãos e a sua posterior apresentação às autoridades judiciais. Foi o que aconteceu com Estevão. O seu próprio nome grego - Στέφανος (*Stéphanos*), não deixa margem de dúvida quanto à sua condição de judeu helenizado.

Talvez pelo ano 31, ou 32, portanto, um ano, ou dois, depois da condenação de Jesus, o Sinédrio ditou a Estevão a sua condenação à pena capital. Foi acusado de uma leitura subversiva da história judaica e condenado por blasfémia; morreu por apedrejamento. Foi, pois, um judeo-cristão helenizado o primeiro mártir do cristianismo. Nenhum autor duvida que este martírio terá mesmo acontecido. O próprio Paulo assim o atesta como testemunha presencial.

Registe-se, a propósito, que a cultura persecutória aos cristãos não nasceu em Roma.

A execução de Estevão foi presenciada por um jovem fariseu, na altura um entusiasta perseguidor de judeo-cristãos, mais tarde um incansável fundador e dinamizador de novas comunidades religiosas unidas na nova fé. Chamava-se Saulo¹⁵¹, judeu circuncidado, descendente da tribo de Benjamim, cidadão romano nascido na cidade de Tarso da Cilícia,

¹⁵¹ Saulo é um nome de origem judaica, presumivelmente, em honra a Saul, o primeiro rei de Israel.

que terá nascido na primeira década da nossa era, talvez entre os anos 5 e 10 d.C. Pela década de vinte, teria vindo estudar para a escola de Gamaliel¹⁵², em Jerusalém, tornou-se um fariseu e aprendeu ofício manual. Homem culto e bem preparado nas letras conforme se constata pela boa redação grega das suas cartas apostólicas e pelas eruditas citações que fazia do Antigo Testamento.

Em Tarso teria crescido num ambiente instruído. As escolas filosóficas ligadas aos estoicos e aos cínicos ali estavam presentes. Atenodoro, um mestre e amigo do imperador Augusto, também nascera em Tarso. Paulo respirou uma atmosfera de helenismo que lhe permitiu compreender o modo grego de viver e ver o mundo.

Seria um jovem adulto quando presenciou o martírio de Estevão cujos mantos foram depositados aos seus pés¹⁵³. Personalidade generosa e de convicções fortes o zeloso fariseu, mantinha-se numa perseguição ativa aos judeo-cristãos. Um dia, porém, a caminho de Damasco, teve um encontro inesperado e decisivo. Sob “uma luz intensa” Jesus perguntou-lhe: «- *Saulo, Saulo, porque me persegues?*» (Act. 9,4). Sob a intensidade da luz, Paulo cegou. Dali renasceria um homem novo. À conversão de Paulo, que tudo indica terá ocorrido na primeira metade da terceira década, talvez no ano 33, seguiu-se o mais notável dos percursos como fundador, dinamizador e conselheiro de novas comunidades de crentes, entre judeus e pagãos, por toda a orla mediterrânica, desde a Palestina, Ásia Menor, Grécia, ilhas mediterrânicas, Roma e, há quem suspeite, a própria Hispânia.

Já com Paulo em plena ação apostólica, pelos finais da década de trinta e até meados da década de quarenta a nova fé conheceria novos seguidores fora da Judeia na, então, província romana da Ásia, mais ou menos, o que hoje corresponde à Turquia e também à Síria. Com Paulo, a fé no ressuscitado inaugurava novas comunidades junto de judeus cujos pais e avós já habitavam em grandes cidades dessa região, tais como Éfeso, Antioquia e Damasco. Nas décadas seguintes ele chegaria às maiores metrópoles urbanas da grande realidade civilizacional da época: Na Itália e na Grécia, concretamente, Roma e Atenas. Aí, com coragem e inteligência, confrontou o cristianismo com as religiões greco-romanas e ousou construir pontes¹⁵⁴. Nesses grandes centros, os judeus já estavam

¹⁵² Neto do mestre rabínico Hilel, Gamaliel foi um fariseu, mestre e doutor da Lei, respeitado membro do Sinédrio. A esse propósito vemos a sua intervenção no Sinédrio, relatada em Act. 5, 34-39

¹⁵³ Act. 7,58

¹⁵⁴ “De pé no meio do Areópago, Paulo disse então: Atenienses, vejo que sois em tudo os mais religiosos dos homens. Percorrendo a vossa cidade e examinando os vossos monumentos sagrados, até encontrei

presentes e aí constituíram o esteio da grande difusão da nova religião por uma vaga cada vez maior de novos aderentes, e onde os novos cristãos de raiz judaica, em breve, seriam uma estrita minoria. Curiosamente, tanto quanto podemos retirar dos textos que escreveu – as cartas paulinas – nunca apareceu referida qualquer intenção apostólica apontada ao norte de África onde a importante cidade de Alexandria, repleta de judeus da diáspora, poderia estar, como esteve, francamente recetiva à nova fé.

Paulo foi, sem qualquer dúvida, o principal agente da evolução da nova comunidade de crentes por toda a orla norte do Mediterrâneo. Quando levou a nova fé a penetrar nos grandes meios urbanos, inicialmente estranhos ao judeo-cristianismo palestino, com isso advieram importantes consequências: Por um lado, tal circunstância, potenciou fortemente a capacidade de reunir prosélitos em novas e numerosas comunidades religiosas e, assim, ter contribuído para que o cristianismo ganhasse uma expressão alargada ao todo imperial; por outro lado, ao ganhar novos prosélitos cada vez mais oriundos no espaço geográfico e cultural do mundo helenizado, em detrimento do mundo das tradições judaicas, a nova religião, na sua base sociológica, foi sendo cada vez menos judaica e mais grega. É curioso observar que tendo sido Paulo um judeo-cristão foi ele o grande impulsionador do “cristianismo da receção grega”, e por essa mesma via, o maior responsável pela rápida dissipação do fenómeno judeo-cristão.

7.2.2 Incidente em Antioquia e Concílio de Jerusalém

O denominado “incidente de Antioquia”, que pelo final da década de quarenta terá oposto Pedro e Paulo, é exemplo paradigmático de um desafio à liderança dos novos dirigentes religiosos, no que tocava à capacidade de gerir o choque de tradições no seio das jovens comunidades. A fonte escrita que nos traz o assunto é a carta de Paulo aos gálatas¹⁵⁵.

“Mas quando Cefas veio para Antioquia, opus-me frontalmente a ele, porque estava a comportar-se de modo condenável. Com efeito, antes de terem chegado umas pessoas da

um altar com esta inscrição: Ao Deus desconhecido. Pois bem! O que venerais sem conhecer, é que eu vos anuncio.” (Act. 17,22-23)

¹⁵⁵ Os gálatas eram um povo de origem gaulesa que se havia estabelecido na zona norte da Ásia Menor.

parte de Tiago, ele comia juntamente com os gentios. Mas quando elas chegaram, Pedro retirava-se e separava-se, com medo dos partidários da circuncisão. E com ele, também os outros judeus agiram hipócritamente, de tal modo que até Barnabé, foi arrastado pela hipocrisia deles”. (Gal. 2,11-13)

Que lamentável exemplo. Como seria possível que isto agradasse ao Senhor? Que tradições estas, que valor representariam, para que os próprios apóstolos protagonizassem situações tão mesquinhas, caricatas, certamente, distantes, para não dizer opostas, à vontade do Senhor? Paulo, no mesmo texto, explica a razão do seu desapontamento, a sua tristeza e discordância face ao que se passou:” *Mas, quando vi que não procediam corretamente, de acordo com a verdade do Evangelho, disse a Cefas diante de todos: «Se tu sendo judeu, vives segundo os costumes gentios, como te atreves a forçar os gentios a viver como judeus?»* (Gal. 2,14)

Acontecia que para Pedro, como para Tiago, a ideia de romper com o judaísmo era estranha. A recordação de Jesus e os acontecimentos que protagonizou não tinham alterado as suas rotinas judaicas, nem as dos primeiros judeo-cristãos. Nessas décadas de trinta e quarenta, os antigos discípulos continuavam a frequentar o Templo, recitavam os salmos de David, cumpriam os jejuns estipulados na Lei, celebravam a Páscoa judaica, rezavam em hebraico ou aramaico, viam na circuncisão o ato religioso distintivo e normal de quem nascia judeu. A única novidade ritual que se associava aos novos hábitos destes crentes tinha a ver, como já se referiu, com dois novos costumes: a prática de um novo batismo e o recorrente ritual comemorativo da última refeição de Jesus, com os doze. Tudo o mais parecia igual. A velha tradição judaica, o cumprimento estrito da letra da Lei, a pressão social a que estariam sujeitos, tudo isso não mudara de um dia para o outro. Paulo, porém, um judeu helenizado, já tinha outra amplitude de comportamentos e uma nova atitude intelectual face ao diferente.

Os apóstolos estavam confrontados com a necessidade inadiável da obtenção de consenso em matéria de obrigatoriedade da manutenção dos ritos judaicos. Foi esta necessidade que os levou à realização de uma reunião que a todos trouxe até Jerusalém, por volta do ano 50.

É o próprio Paulo que estabelece a cronologia das suas viagens após a sua conversão em Damasco. Daqui partiu para a Arábia¹⁵⁶ e regressou direto a Damasco, sem passar por

¹⁵⁶ Gal.1,17

Jerusalém. Só três anos depois, portanto pelo ano 35, ou 36, Paulo regressou a Jerusalém. Ele próprio o diz: *“Depois, passados três anos, fui a Jerusalém para visitar Pedro e fiquei com ele quinze dias. Não vi mais nenhum dos Apóstolos a não ser Tiago, irmão do Senhor”*. (Gal. 1, 18-1). Catorze anos depois, portanto, pelo ano 49, ou 50, Paulo afirma que retornou “outra vez” a Jerusalém. Mas não vinha só. Paulo foi bastante claro quanto ao tempo e ao assunto que os motivou a ir até à cidade Santa: *“Catorze anos depois, subi outra vez a Jerusalém, com Barnabé, levando comigo Tito”* (Gal.2,1). Logo adiante, Paulo vai direto ao assunto: *“Antes pelo contrário, tendo visto que a evangelização dos incircuncisos me tinha sido confiada, como a Pedro, a dos circuncisos - pois aquele que operou em Pedro, para o apostolado da circuncisão, operou também em mim, em favor dos gentios...e tendo reconhecido a graça que me tinha sido dada, Tiago, Cefas e João, que eram considerados as colunas, deram-nos a mão direita, a mim e a Barnabé, em sinal de comunhão, para irmos nós aos gentios e eles aos circuncisos”*. (Gal. 2,7-9)

Portanto, parece claro que, quando Paulo volta a Jerusalém, por volta do ano 50, para estar presente na reunião conciliar, já traz consigo as experiências apostólicas da sua segunda viagem missionária.

Em Jerusalém aconteceu uma importante reunião dos apóstolos, aquela que seria considerada o primeiro concílio da História do Cristianismo. Ali estiveram os apóstolos dos circuncisos e os dos incircuncisos, ou seja, dos novos cristãos recrutados entre os judeus, e dos recrutados entre os gentios. Entre outros, contavam-se Cefas (Pedro), Tiago, João, Paulo, Barnabé e Tito.

O concílio de Jerusalém vem circunstanciadamente descrito no livro dos *Atos dos Apóstolos* (Act.15). No fundo, a questão central que trouxe os primeiros apóstolos ao concílio era mais ampla do que, apenas, a obrigatoriedade de manter o rito da circuncisão. Duas correntes dos novos crentes em Cristo, duas diferentes linhas de tradição, confrontavam pontos de vista, sobre a questão essencial:

- Seria necessário submeter os novos cristãos, convertidos entre pagãos, a todas as obrigações impostas pela lei judaica? Circuncidados e não circuncidados poderiam coabitar na mesma comunidade em total igualdade de estatuto?

Estava lançado o primeiro grande debate interno da História da Igreja.

Para os judeo-cristãos de Jerusalém, fiéis ao Templo e à Torá, era difícil conceber a realidade de um Messias, senão no cumprimento das antigas promessas de Deus aos profetas. Para os apóstolos mais identificados com a cultura helenizada e da diáspora, como Paulo e Barnabé, o futuro não poderia estar contido sob uma atmosfera fechada e asfixiante. Para estes, nos novos tempos, era a fé em Jesus, já não a Lei de Moisés, a verdadeira tábua da salvação.

“Levantaram-se alguns do partido dos fariseus que tinham abraçado a fé para dizer que era preciso circuncidar os pagãos e impor-lhes a observância da Lei de Moisés. Os Apóstolos e os Anciãos reuniram-se para examinar a questão.” (Act.15,5-6). Pedia-se a Pedro e a Tiago que decidissem entre os dois campos. Ambos eram homens revestidos da autoridade. Esta lhes vinha do estreito convívio pessoal com o Senhor Jesus. Todos os queriam ouvir. Foi neste contexto que Pedro, tomando a palavra, assumiu a verdadeira novidade da universalidade cristã:

“Depois de longa discussão, Pedro ergueu-se e disse-lhes: «Irmãos, sabeis que Deus me escolheu desde os primeiros dias para que os pagãos ouvissem da minha boca a palavra da Evangelho e abraçassem a fé. E Deus que conhece os corações, testemunhou a favor deles, concedendo-lhes o Espírito Santo como a nós. Não fez qualquer distinção entre eles e nós, visto ter purificado os seus corações pela fé. Porque tentais agora a Deus, querendo impor aos discípulos um jugo que nem os nossos pais nem nós tivemos força para levar? Além disso é pela graça do Senhor Jesus que acreditamos que seremos salvos, exatamente como eles»”. (Act.15,7-11)

À voz autorizada de Pedro, conforme a narrativa dos Atos, sucedeu-se um silêncio interrompido pelas palavras de Barnabé e de Paulo. Estes descreveram a sua atividade apostólica entre os pagãos. Depois deles falou Tiago, meio irmão do Senhor, ele mesmo um dos mais prováveis defensores da observância da Lei Mosaica. E ao concluir a sua intervenção usou estas palavras: *«Por isso sou de opinião que não se devem importunar os pagãos convertidos a Deus. Que se lhes diga, apenas, para se absterem de tudo quanto foi conspurcado pelos ídolos, da imoralidade, das carnes sufocadas e do sangue»*. (Act. 15,19-20).

Ficou definido o rumo, aliás, logo comunicado por carta às comunidades pagano-cristãs. Este primeiro concílio consagrou a rutura. Doravante o cristianismo desligar-se-ia progressivamente do judaísmo. Deste guardar-se-iam os ressentimentos que perduraram: a conspurcação pelos ídolos, a imoralidade, as carnes sufocadas e o sangue.

Esclarecidas as primeiras questões doutrinárias, Paulo e outros apóstolos alargariam o raio da sua ação apostólica. Ao cristianismo seriam convertidos novos pagãos, alargando a nova rede de comunidades num processo notável de crescimento e consolidação. Era o tempo das viagens missionárias que levou os apóstolos até aos “confins do mundo”.

7.3 Destruição da cidade - Consequências

A segunda metade do século I começara, pois, sob o signo de um cristianismo emancipado do judaísmo. No terreno, uma intensa ação apostólica voltava-se ao Ocidente e, agora, sobretudo aos pagãos.

Pelos meados da década de cinquenta, em Roma, no ano 54, Claudio morria assassinado e era sucedido por Nero. Por esta altura, Paulo, andaria na sua terceira viagem missionária, talvez pela Anatólia, ou pela Grécia. Pedro, a acreditar em Eusébio já estaria em Roma. Tal, no entanto, não parece provável. Acreditamos que estivesse em Antioquia ou na Ásia Menor. Nem Pedro, nem Paulo se teriam mantido por Jerusalém. Aqui, continuava Tiago a liderar a comunidade judeo-cristã. Foi um líder incontestado dessa primeira comunidade. Era conhecido por Tiago, o justo. A sua respeitabilidade vinha da sua bondade e dedicação, não apenas do facto de ser meio irmão de Jesus. Talvez, por este conjunto de razões, terá sido ele, e não Pedro, o primeiro líder da comunidade cristã de Jerusalém, o seu primeiro bispo. No ano 62 o Sinédrio condenou Tiago à pena capital.

Em Jerusalém e por todos os territórios da província romana da Judeia a vida do povo simples acusava uma saturação de décadas, marcada pela carestia de vida, opressão política e cultural, já sofridas desde o reinado do cruel Herodes, grande amigo de Roma.

As dificuldades materiais da maioria da população ajudam a compreender a forma entusiástica como Jesus era saudado em muitas das terras onde passava. Ele mostrava-se atento às dificuldades económicas e a ressonância pública das “multiplicações de pães” que lhe eram atribuídas reforçava nas pessoas comuns a ideia do seu carácter messiânico. O próprio Paulo sabia desta penosa realidade vivida em Jerusalém. Isso levou-o a promover uma, ou mesmo mais, coletas em favor dos cristãos de Jerusalém, visando

atenuar a sua penúria. É o que podemos ver, por exemplo nos pedidos de solidariedade fraterna que sugere aos cristãos de Roma e de Corinto para com os irmãos pobres de Jerusalém: “*É que a Macedónia e a Acaia decidiram realizar um gesto de comunhão para com os pobres que há entre os santos de Jerusalém*” (Rom.15,26) ; ou : “*No primeiro dia da semana, cada um de vós ponha de parte, em sua casa, o que tiver conseguido poupar, para que à minha chegada, não se tenha ainda de fazer a coleta. Quando chegar, enviarei, munidos de cartas, aqueles que tiverdes escolhido, para levar a vossa oferta a Jerusalém.*” (1 Cor.16,2-3)

Flávio Josefo dá-nos conta, com impressionante pormenor, do constante clima de descontentamento e insurreição que nunca deixou a Palestina durante toda a primeira metade do século I. Com a entrada na segunda metade, o estado de coisas viria a agravar-se. O clima de insurreição atingiria inauditos de extrema violência contra políticos, cidadãos e interesses romanos.

No plano político, já havia muito tempo, que a submissão a Roma e a existência de reis impostos pelo Império era uma situação absolutamente contrária às aspirações dos judeus. Em consequência disso, no plano jurídico, a aplicação da *lex romana* vedava à Lei judaica (a Torá) a sua aplicabilidade na vida civil, algo que ia, genuinamente, contra as tradições dos judeus. No plano religioso, não obstante a tolerância romana em permitir o culto e as festas ao Deus de Israel, o facto é que a autoridade religiosa - o sumo sacerdote, era alguém que passara a ter nomeação pelas autoridades de Roma, sempre um homem de cultura grega, em clara oposição às antigas tradições sacerdotais. No plano fiscal, nada havia mais antipático do que o eficaz mecanismo de recenseamentos da população e cobrança dos impostos, necessários à cobertura das despesas com a administração civil e militar.

A partir dos anos sessenta do século I, com o avivar da instabilidade social, aumentavam as necessidades romanas para manter e reforçar um adequado contingente militar, vigiando os meios urbanos e também os rurais, pois era daqui que, muitas vezes, emergiam os movimentos revoltosos. O aumento da despesa era compensado pela cobrança fiscal. Tornou-se esta, então, mais agressiva, facto que, em paralelo, fazia aumentar o descontentamento popular e o clima insurrecional. Uma espiral imparável fazia avolumar a tensão entre os judeus e Roma. A situação tornava-se insustentável e ameaçava explodir numa revolta aberta. Foi o que aconteceu e deu origem à denominada “guerra judaico-romana”, ou simplesmente, “a guerra dos judeus”.

No ano 66, com a tensão ao rubro, acontece que Roma tem as atenções desviadas aos problemas da sucessão interna. Nero estava no poder havia oito anos e a sua imagem acusava o desgaste e o desprestígio a que se dera. Nos bastidores, os jogos de poder centravam-se no Capitólio. Os pequenos incidentes na província mais a leste não eram prioridade.

No entanto, durante uma curta saída do rei Agripa, temporariamente ausente da Judeia, desenvolvem-se, a partir do nada, graves ocorrências um pouco por toda a parte. Aconteceram na Cesareia, na Samaria, na Galileia e em Jerusalém. Em breve, assumiriam proporções descontroladas e o procurador Floro agiu com extrema dureza. É Josefo¹⁵⁷ quem o relata:

Floro gritou aos soldados para saquearem a ágora conhecida por “mercado alto” e matarem quem lá encontrassem. As tropas, com a sua ânsia de pilhagem assim apoiada pela ordem do seu general, não só saquearam o bairro que tinham ordens para atacar, como também irromperam por todas as casas e massacraram os moradores. Seguiram-se uma debandada geral pelas vielas, o massacre de todos quantos foram apanhados e pilhagens indiscriminadas. Muitos dos cidadãos pacíficos foram levados perante Floro que os mandou chicotear e crucificar. O número total de vítimas desse dia, incluindo mulheres e crianças - pois nem a infância mereceu quartel - ascendeu a cerca de três mil e seiscentas.

Terá sido ao início de Junho do ano 66 d.C. Pelas ruas das vilas e cidades soltou-se uma raiva incontida e violenta, naquilo que se designou a “revolta judaica”, detonador da “guerra dos judeus”.

Vista pelo lado romano, a antiga e permanente insatisfação dos judeus constituía a denominada “questão judaica”. Roma sempre sentiu incomodidade com um problema, que à sua escala era pequeno, mas para o qual não vislumbrava a solução. Tinha estado muitos anos, é certo, perante um permanente estado de descontentamento e rebelião. Agora era uma declarada revolta popular. Vista a questão pelo lado de Israel, sobravam as razões para a revolta.

Uma onda de violência alastrou por toda a região palestina. Em Cesareia há graves conflitos que resultam na expulsão dos judeus da cidade. Num furioso desvaire, as populações judaicas e anónimas organizam-se para saquear aldeias sírias e as vizinhas

¹⁵⁷ Flávio Josefo, *Guerra dos Judeus* (II,14)

cidades (gregas) da Decápole. Nessa incontida explosão lançaram saques e destruição em cidades como Filadelfia, Pela, Citópolis, Ascalon, Gaza e outras¹⁵⁸. Agora, eram os Sírios a perseguir e matar judeus; toda uma região em polvorosa. E continua Josefo¹⁵⁹ “*Toda a Síria era cenário de uma horrível desordem. Cada cidade estava dividida em dois campos, e a segurança de um dependia de se antecipar ao outro (...) As cidades estavam peçadas de cadáveres por enterrar, corpos de velhos e crianças expostos lado a lado, de mulheres pobres destituídas da última cobertura de modéstia, toda a província cheia de indescritíveis horrores*”. O rei Agripa II, nomeado por Roma, é obrigado a deixar Jerusalém e refugiou-se na Galileia. A situação estava descontrolada. Nesse mesmo ano de 66, Nero nomeou Vespasiano¹⁶⁰ para liderar a campanha militar que reporia a ordem nas províncias orientais.

Vespasiano avançou imediatamente para leste levando com ele duas legiões. A estas duas juntaram-se outras duas que eram comandadas pelo seu filho Tito¹⁶¹, um jovem militar que tinha servido na Germânia e na Britânia. A expedição militar durante os anos 67 e 68 varreu toda a região, a começar pela Galileia. Em meados de 69 Vespasiano é nomeado imperador. Deixou a Palestina e seguiu para Roma, deixando a Tito a incumbência de completar o trabalho já iniciado. É, pois, sob o comando de Tito que as operações se desenrolam durante o ano 70, altura em que Jerusalém é cercada, isolada e condenada a morrer à fome. A cidade foi facilmente tomada. Milhares de judeus são mortos e o Templo sucumbiria sob o saque, o incêndio, a destruição total. Muitos milhares de judeus morreram por exaustão ou condenação. Outros tantos foram deportados. Josefo desenvolve pormenorizadamente todo este assunto com a particular curiosidade do próprio autor ser, ele mesmo, um protagonista da história narrada na sua qualidade de líder local da resistência judaica.

No plano religioso, as consequências da ação militar de Tito, neste ano de 70, foram muito significativas. Um primeiro facto é a total desorganização, até desestruturação, de uma

¹⁵⁸ Idem ; (II,18)

¹⁵⁹ Idem ; (II,18)

¹⁶⁰ *Caesar Vespasianus Augustus* (9d.C.-69), primeiro imperador (69-79) da dinastia flaviana, na sequência da crise sucessória despoletada com o suicídio de Nero. Senhor de um notável *cursus honorum* que, em jovem, o levou a participar na invasão romana da Britânia, foi tribuno militar na Trácia, questor, edil e pretor; mais tarde cônsul e governador da província da África. Comandante militar bem-sucedido das forças envolvidas na primeira guerra romano-judeia. Os seus próprios militares, em Alexandria, proclamaram-no Imperador. O tempo do seu governo foi marcado por uma eficaz administração económica e militar.

¹⁶¹ *Titus Flavius Caesar Vespasianus Augustus* (39-81), sucedeu ao pai no trono imperial (79-81).

sociedade altamente marcada pela religião. Se houve grupo social que foi imediatamente abafado, esse foi o dos sacerdotes. A vida religiosa em torno do Templo tinha terminado.

As comunidades religiosas, maioritariamente judaicas tradicionais, conheceram um significativo abalo com os factos ocorridos. Como já acima se referiu¹⁶², o paradigma do judaísmo tradicional estava em rápida e forçada mudança, assim descrita por Lourenço¹⁶³:

Com a destruição de Jerusalém e do Templo, na viragem do AT para o NT, o judaísmo foi passando da “tradição escrita” (a Torah) para a tradição oral - a Halakah.(...) Não havendo templo nem sacerdotes, os rabinos apresentam-se como os verdadeiros intérpretes e instrutores da Torah, da “tradição”, garantindo a sua continuidade. Extinto o sacerdócio e desaparecidas as instituições que apenas faziam sentido num espaço e num ambiente que também desapareceu ficou aberto o caminho para o exclusivismo da Lei (Torah) como paradigma de vida e para a primazia do rabinismo que a interpreta.

Para a recente comunidade judeo-cristã de Jerusalém também houve consequências importantes. A sua continuidade ficou comprometida. Os seus primeiros e naturais dirigentes já tinham desaparecido. Grande número dos seus crentes conheceram a expulsão, a deportação, até a morte. Extinguiu-se, irreversivelmente, alguma incipiente liderança que esta comunidade pudesse ter representado na primeira fornada das novas comunidades cristãs. De um ponto de vista histórico, o judeo-cristianismo constituiu uma expressão de inovação no seio do judaísmo do primeiro século, todo ele em processo de mudança acelerada. Este processo de mudança rapidamente teve eco nas comunidades da diáspora. Cada vez mais, pois, o futuro do cristianismo seria informado pelo pensamento grego, e cada vez menos sujeito à carga das tradições judaicas. Estas, cada vez menos seriam vistas como simpáticas, muito menos indispensáveis. Daí, em diante o judeo-cristianismo afirmava-se cada vez mais um fenómeno do mundo grego e da diáspora convertida, cada vez menos da Palestina e do mundo judaico tradicional.

¹⁶² V. 5.3.2.;p.110

¹⁶³ João Lourenço, *O tempo de Jesus*, p.136

Fosse do exílio forçado, ou fosse da migração voluntária, surgiram momentos de diálogo cultural, o conhecimento de outras experiências de vida, um contato com outras crenças, uma adoção de outros valores sociais, morais, até estéticos. E oportunidade de trabalhar e criar riqueza. Esta vivência secular do povo que se habituou a viver sem território deixou nos genes uma marca que ainda hoje perdura, traduzível numa maneira única de saber estar no mundo. Nesta perspectiva, a diáspora deverá ser vista como oportunidade histórica que os judeus aproveitaram. Os exílios forçados dos séculos VIII e VII a.C., vieram, no fundo, reforçar e consolidar os movimentos migratórios, iniciados em séculos anteriores, com destino às mais distantes localidades da plataforma euro-asiática, do Indústão à Península Ibérica.

Em meados do século I, a maioria dos judeus já não vivia na Palestina. Quando Ciro consentiu no seu regresso às terras de Canaã só uma pequena parte o fez. Grande foi o número dos que, então, ficaram na Babilónia e, com o tempo, dariam azo a que tantos e tantos filhos de Israel fossem constituindo pequenas comunidades judaicas dispersas pelo vasto território oriental do império Aqueménida, depois no território romano. Há autores¹⁶⁴ que estimam a população de judeus a viver no Império em sete por cento da população total sob controlo de Roma. Aqui, neste largo espaço helenizado, os desenraizados israelitas dirigiram-se às cidades litorais e ocuparam-se, principalmente, nas atividades comerciais e outras com elas relacionadas, fosse o transporte marítimo ou a produção de pequenas manufaturas.

Entre as maiores cidades da bacia mediterrânica avultavam, nessa altura, a cidade capital – Roma, Atenas e Alexandria. Nesta última, pelo século I, o espaço de residência da comunidade judaica - o “bairro judeu”, representava uma parte muito significativa da área urbana da cidade, refletindo a importância da população judaica no todo social.



Figura 9. Planta de Alexandria com bairro judeu (sec. I). Fonte: W.Keller, *História do Povo Judeu*, 1966.

¹⁶⁴ Anthony Saldarini, «Jews and christians in the first two centuries: The changing paradigm», p.22.

No entanto, um vasto arco circundante incluía outros importantes centros urbanos como Corinto, Tessalónica, Pérgamo, Éfeso, Tarso, Antioquia, Cirene e Cartago, todas elas importantes urbes onde floresceram comunidades judaicas da diáspora. Os judeus helenizados que recorrentemente visitavam Jerusalém, vinham, pois, das antigas paragens orientais e também deste novo mundo helenizado que se estendia até ao extremo ocidental da Europa.

No século VI a.C., o livro bíblico de Abdias¹⁶⁵, cujo desconhecido autor redige no contexto da deportação babilónica ao tempo de Nabucodonosor II, faz uma interessante referência aos judeus que, nessa altura, já estariam deportados na *Sefarad*, nome que a tradição judaica posterior tem vindo a associar com o nome da Hispânia.

Após a campanha de Pompeu na Palestina (século I a.C.), como atrás se referiu, quantidades massivas de judeus foram deportadas para Roma e é bem provável que, nessa sequência, se tivesse engrossado a diáspora judaica na Gália e na Hispânia. O território desta, sobretudo a faixa litoral entre a Catalunha (província da *Hispânia Citerior*) e a Andaluzia (província da *Hispânia Ulterior*), já estava sob o controlo romano desde o ano 218 a.C., quando os cartagineses de Aníbal foram derrotados no contexto da segunda guerra púnica. A partir daí a Hispânia, não obstante as vantagens económicas que proporcionava a Roma, passou a funcionar como destino de refugiados e deportados romanos. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Herodes Antipas e sua mulher Heródiade que o próprio Josefo refere, ao tempo de Gaio Calígula, possam ter sido exilados na Hispânia¹⁶⁶, ou o que aconteceu, ao tempo de Paulo, com alguns exilados que o imperador Nero mandou prender e deportar, também, para o extremo Ocidente.

Vem de tempos recuados a presença dos judeus no Norte de África e, especialmente, nas terras do Egito. Chegaram aqui, não apenas na fuga à deportação, ao tempo de Nabucodonosor, mas também como mercenários contratados pelo faraó Psamético I (século VII a.C.) quando este contratou mercenários estrangeiros para integrar a linha militar de defesa contra a Núbia, na sua fronteira sul. Desta época data o estabelecimento de uma significativa comunidade judaica na cidade de Elefantina, no Alto Egito, perto da primeira catarata do Nilo, cidade onde o relacionamento dos seus habitantes com os

¹⁶⁵ “Os deportados de Jerusalém que estão em Sefarad.” (Abd 1,20)

¹⁶⁶ Cf. Nuno Rodrigues em «Os judeus na Hispânia na Antiguidade», p.18, não é certo se essa deportação foi para a Hispânia, ou para Gália. Não restam dúvidas, porém, que a Hispânia recebeu vários exilados.

judeus da Palestina é hoje conhecido com base nos papiros¹⁶⁷ ali descobertos. Os judeus de Elefantina tiveram o seu templo dedicado a Javé e aí sacrificaram cordeiros, tal como o faziam os seus irmãos de Jerusalém. O próprio livro de Isaías¹⁶⁸ fala de ”*um altar erguido ao Senhor, e um monumento dedicado ao Senhor, junto à fronteira.*”(Is.19,19)

Este culto judaico em terras do Nilo chegou a contar com a forte oposição dos crentes do deus egípcio *Knub*, uma divindade local que era representada por um cordeiro. Por isso, os sacerdotes egípcios desse deus, no ano 411, destruíram o templo de Elefantina, que não mais voltou a ser reconstruído. Não obstante os judeus ali permaneceram e continuaram a praticar os seus cultos sacrificiais, embora sem templo.

Entre todas as cidades mediterrânicas, não apenas as egípcias, onde a diáspora teve maior expressão no seu todo social terá sido na cidade de Alexandria. Aqui o judaísmo chegou a adquirir características tão próprias que se poderá ter tornado como uma alternativa ao próprio judaísmo palestino. A confirmar a importância da comunidade judaica nesta grande cidade do Nilo tenhamos em conta que a tradução do Antigo Testamento bíblico do hebraico para o grego *koiné*, a denominada *Septuaginta*, foi feita justamente em Alexandria, entre os séculos III e I a.C.. Acabou por ser a base da futura Bíblia cristã, renunciando o extraordinário efeito sincrético da helenização e do judaísmo na futura síntese judeo-cristã.

Em todo o mundo helenizado os judeus da diáspora foram mais abertos e receptivos à cultura grega por comparação ao que acontecera nas primitivas comunidades judeo-cristãs da Palestina e da Síria. Muitos deles partilharam com os seus vizinhos gregos os mesmos valores éticos, uma mesma reverência ante a realidade divina, uma mesma atitude de abertura à sabedoria dos filósofos. Segundo Saldarini¹⁶⁹, até a prática de alguns rituais de exorcismos, curas, ou magias seriam, por vezes, admitidos e praticados por todos eles, gregos e judeus. Quando da adesão à nova crença, esta maior abertura ao helenismo facilitou o desligamento das ancestrais tradições judaicas e, por isso, ajudou a

¹⁶⁷ Papiros de Elefantina, são um conjunto muito vasto de documentos com diferentes naturezas, tais como cartas, contratos, assuntos família, redigidos pelos judeus dessa cidade, pelo século V a.C.. Escritos em língua aramaica, e descobertos a partir de escavações iniciadas em 1904. O documento mais antigo data de 495, o mais recente tem menos cem anos, é do ano 399 a.C.

¹⁶⁸ Isaías um dos grandes profetas do A.T. foi um judeu letrado e culto que viveu no século VIII, bastante antes, portanto, da fixação de judeus em Elefantina. Sabemos que parte do seu livro foi escrito na época Aqueménida. É crível, pois, que a citação diga respeito ao altar de Javé naquela cidade do Alto Egito.

¹⁶⁹ Saldarini, *op.cit.*, p.23

tornar efémera e curta a experiência judeo-cristã nestas comunidades do mundo helenizado.

Tal, porém, não aconteceu nas zonas onde o helenismo não chegou ou, se chegou não proporcionou a mesma experiência de abertura recíproca entre as comunidades da diáspora e as anfitriãs. Por isso, aí o judeo-cristianismo perdurou até mais tarde, conforme aconteceu nas franjas territoriais junto à fronteira imperial romana ou, sobretudo, a leste dela.

A deportação do século VIII foi, para muitos, uma viagem sem retorno. Os exilados que, num primeiro momento, se viram desterrados nas cidades de Assur e Nínive não mais voltaram a Canaã e, sabemos hoje, muitos deles procuraram vida em paragens mais orientais. Dez, das doze, tribos de Israel ficariam definitivamente dispersas no grande mapa do mundo oriental. Após a conquista e deportação do reino do Norte o reino da Samaria foi repovoado por colonos de diversas proveniências, mas não por judeus. Facto, aliás, que resultou numa mistura étnica e cultural geradora de novos sincretismos traduzidos na nova realidade dos Samaritanos.

Ao tempo de Cristo, já havia muitos séculos que a “rota da seda” ligava, por terra, o Mediterrâneo às paragens mais orientais da Eurásia. Também por mar, navegando ao longo do Golfo Pérsico, já eram milenares as ligações entre a Mesopotâmia e a Índia. Por isso, quando chegou o século I, os caminhos da Pérsia e do Afeganistão já eram sobejamente conhecidos pelos comerciantes e viajantes de todo o mundo. Não será, pois, difícil admitir a antiga fixação de judeus por essas paragens. E os sinais dessa ancestral presença existem. As longínquas montanhas do Cuche, a norte do vale do Indo, são um exemplo eloquente desta realidade.

Hassnain¹⁷⁰ encontra, ainda hoje, sinais dessa dispersão escondida no planalto e nas montanhas, de territórios da Pérsia, do Afeganistão e, até, em Cachemira. Chega mesmo a afirmar: *“Pela minha parte inclino-me a pensar que não obstante Canaã ser a terra santa dos semitas, o vale de Cachemira pode ser também uma Terra Prometida”*. Seja, ou não, sustentável a tese de Hassnain o facto interessante a registar é a antiga pegada judaica que ali é detetada, certamente, um testemunho curioso da diáspora mais oriental.

¹⁷⁰ Fida Hassnain, *op.cit.*, pp.18-23

No Afeganistão (nome que deriva da palavra arménia *aghvan*, que significa montanha), segundo o mesmo autor, ainda hoje existem tribos que remontam a sua ascendência aos profetas judeus transportando as suas origens à tribo de Cuxe (ou Cus), um filho de Cam, neto de Noé. E é curioso que ostentam esta ascendência na sua própria patronímica: *Davud-zye*, *Abraham-zye*, *Semu-zye*, *Yusuf-zye*, *Ishaq-gel*, *Sulaiman-jel*, e outros tantos nomes, onde os sufixos *zye* e *jel* significam, respetivamente, “clã” e “tribo”.

Entre o território Afegão e o vale do Indo situava-se a cidade de Taxila, no atual Paquistão. Aqui, desde os anos vinte do século passado, em escavações dirigidas por John Marshall¹⁷¹, foram encontradas estátuas do século I, cujas imagens mostram traços fisionómicos judeus e trajes em uso na Síria, facto que sugere a presença de viajantes sírios, provavelmente judeo-cristãos, do século I.

A remota presença judaica em Cachemira é bem sustentada pelo mesmo autor. Sustenta ele que a população *Khash* que estará na origem do nome daquela região é a mesma dos cassitas, procedentes da Mesopotâmia, facto que teria facilitado a ancestral ligação entre duas regiões com populações irmãs.

Essa raiz comum leva-o a duvidar da localização geográfica onde o relato bíblico situou a morte de Moisés. Defende que os nomes das localidades indicadas se referem a outras paragens, todas elas situadas na zona de Cachemira¹⁷², onde Moisés estará sepultado: O “monte Nebo” é o monte *Nabu*, “Pisga” é *Pish* (ou *Pishga*), o “vale de Moab” é *Mowu* e “Beth-Peor” será a cidade atualmente chamada *Bandipor*. Vai mais longe o autor quando afirma que antigas crónicas de Cachemira, por ele observadas, registam que Moisés ali passou, pregou e morreu. A sua tumba estará numa capela muito reverenciada e conhecida por “capela do Profeta do Livro”, situada no tal monte *Nabu*. Sublinha, igualmente, curiosos paralelismos rituais nos primitivos cultos e costumes hebraicos quando comparados aos que eram praticados pelos antigos habitantes de Cachemira. Cita, por exemplo, que as sepulturas dos antigos *kashmiri* eram preparadas à maneira judaica e chamavam-lhes *mosai*, igualmente orientadas de este a oeste; que fixavam o período do

¹⁷¹ John Hubert Marshall (1876-1958), arqueólogo inglês, Diretor Geral do Serviço Arqueológico da Índia, supervisor das escavações em Harappa e Mohenjo-Daro no vale do Indo.

¹⁷² Dt. 34,1-6: “Subiu Moisés das planícies de Moab para o monte Nebo, ao cimo da Pisga, que cesta diante de Jericó. O Senhor mostrou-lhe toda a terra (...) O Senhor disse-lhe: «Esta é a terra que jurei dar a Abraão, a Isac e a Jacob, dizendo «Dá-la-ei à vossa posteridade. Viste com os teus olhos mas não entraste nela». E Moisés, o servo de Deus, morreu ali, na terra de Moab, como o Senhor decidira. Foi sepultado no vale da terra de Moab, defronte de Beth-Peor; mas ninguém até hoje soube o lugar da sua sepultura.”

luto, em ambos os casos, nos mesmos quatro dias. Os hábitos de consumo de peixe fumado, a utilização do azeite como óleo alimentar e o consumo de carne de animais sacrificados após um sangramento total, provocado pelo corte da jugular, são aspetos culturais muito coincidentes entre os povos da Palestina e os de Cachemira. Os próprios traços étnicos e fisionómicos dos antigos habitantes de Cachemira, em tudo parecidos com os dos judeus, assinalavam um marcado contraste com aqueles dos povos seus vizinhos. Estas e outras particularidades convergentes reforçam a opinião de Hassnain segundo a qual os *Kashmiri* atuais são descendentes dos judeus da Antiguidade.

A sul do Cuche, a diáspora oriental chegou à Índia. Muitos autores como Shalva Weil¹⁷³ defendem que os primeiros judeus a chegar aqui terão sido mercadores contemporâneos do rei Salomão. A sua primeira fixação terá sido na cidade litoral de Cochim, voltada a Oeste, na região de Querala, onde se terão dedicado à atividade comercial¹⁷⁴ e ao transporte marítimo. Esta cidade foi a primeira capital da Índia Portuguesa (até 1510, antes de Goa), e a principal atividade económica assentava na produção de pimenta. É muito interessante repararmos que foi justamente aqui que os descobridores portugueses vieram encontrar os “cristãos de São Tomé”, certamente, os descendentes dos antigos judeus, mais tarde convertidos ao cristianismo. Ainda hoje, a cidade de Cochim tem uma população cristã muito significativa e nela o hinduísmo não é majoritário¹⁷⁵.

Os “judeus de Cochim” são o mais antigo dos grupos judeus por aqui chegados. Após as deportações do reino do Norte muitos outros se terão juntado. Outras localidades indianas receberam antigas comunidades da diáspora, em menor quantidade e, sobretudo, em períodos mais tardios. Na costa oriental, nomeadamente na região da cidade de Meliapore, pensa-se que a existência de uma comunidade judaica será das mais tardias, talvez pelo século XVI. Esta constatação será de ter em conta quanto à reduzida probabilidade de ter havido aqui, costa leste, quaisquer comunidades de judeo-cristãos do século I. Meliapore, efetivamente, é a localidade onde, segundo a tradição malabar se encontra o túmulo do Apóstolo Tomé. Talvez só a tradição. O judeo-cristianismo indiano, parece-nos, terá ficado pela costa ocidental do Indústão.

¹⁷³ Shalva Weill é uma cientista inglesa, contemporânea, investigadora sénior da Universidade Hebraica de Jerusalém, e professora na Jawaharlal Nehru University, em Nova Deli. Os seus trabalhos académicos estão muito voltados para a temática do antigo judaísmo da diáspora, nomeadamente na África e na Índia.

¹⁷⁴ Madeiras como a teca e o sândalo, marfim, especiarias.

¹⁷⁵ Pelo Censo 2001, a população de Cochim reparte-se por três grandes religiões: Hindus-47%, Cristãos-35%, Islâmicos-17%; o judaísmo não tem qualquer expressão.

Durante o século I, do Oriente ao Ocidente temos, pois, uma vasta rede de comunidades judaicas espalhadas pelo mapa de dois impérios: O romano e o parta. Ali uma emigração mais recente, falante do grego, nalguns casos do latim, quais novos forasteiros nos territórios da grande potência militar e económica do seu tempo. Mais a leste, tinham mais conhecimento e afinidades. Havia muito tempo que já conheciam o território, os caminhos, as tradições e as gentes.

No Ocidente onde as tradições religiosas tinham menos força, ao contrário das filosóficas, a aceitação da divindade do Messias, um deus judaico que fora um homem, foi mais fácil. O mesmo não aconteceu nas paragens mais orientais. Aqui, muitas das comunidades judaicas aderiram ao judeo-cristianismo aceitando Jesus como Messias, mas não, necessariamente, como deus. Nessas comunidades, menos helenizadas, culturalmente mais fechadas sobre si próprias, foi onde as tradições judaicas perduraram até mais tarde. Nos primeiros historiadores da Igreja¹⁷⁶, assistimos a uma clara tendência para classificar todas essas comunidades como heréticas.

No mundo greco-romano o pilar judaico da cultura judeo-cristã ameaçava ruir. Da tradição judaica perdurariam, sem dúvida, muitos elementos culturais e religiosos no mundo ocidental, mas a onda avassaladora que espalhou a crença em Jesus era proveniente do grande mar grego.

Ao virar do primeiro para o segundo século da nossa era, o cristianismo greco-romano dava sinais claros de querer liderar, nos planos de organização e da doutrina, sobre a estrutura reticulada e internacional das novas comunidades religiosas que acreditavam em Jesus Cristo. Um gérmen do centralismo, na disciplina eclesiástica e na uniformização da doutrina, já se vislumbrava na carta que Clemente Romano¹⁷⁷ escreveu aos cristãos de Corinto, pelo final do século I. A partir do século II vão escasseando, progressivamente, as comunidades verdadeiramente judeo-cristãs, onde os seus membros ainda fossem

¹⁷⁶ Estamos a referir aqui um conjunto de autores já identificados em pp.21-22 acima a que poderíamos acrescentar os nomes de Jerónimo e Eusébio.

¹⁷⁷ Clemente (35?-100), natural de Roma, foi o quarto bispo desta cidade, entre os anos 91-100. Segundo a tradição, terá, pois, sido o terceiro sucessor de Pedro. Num contexto de graves dissensões surgidas no seio da cristandade grega de Corinto, ao tempo das perseguições movidas por Domiciano, terá sido Clemente, no ano 96, o autor de uma epístola, em que, curiosamente, o autor já se sentia no direito e com a suficiente autoridade para a escrever. O conteúdo da mesma é denso e aborda vários aspetos desde os doutrinários, aos da organização da comunidade e à sua disciplina interna. A carta não está assinada, mas, tanto Ireneu, como Orígenes, ou Eusébio, atribuíram-lhe a sua autoria.

frequentadores da sinagoga, ou praticassem ritos judaicos como a circuncisão. Esses casos, todavia, ainda persistiram residualmente. Ao próprio João Crisóstomo, um “Padre da Igreja” do século IV, ainda se conheceram sermões antijudaicos. Foram proferidos em Antioquia e censuravam as práticas judaicas no seio das comunidades cristãs.

8.2 Expansão e principais protagonistas

Debrucemo-nos sobre este ponto seguindo um critério do afastamento geográfico face ao berço original na cidade de Jerusalém. Ao abordar este alargamento aos “confins do mundo” faremos, naturalmente, a adequada referência aos seus principais protagonistas.

Assim, consideremos quatro áreas geográficas:

- um arco mediterrânico oriental, do litoral siro-palestino até à Ásia Menor.
- um eixo norte-mediterrânico, *grosso modo*, da Grécia até Roma, com possível prolongamento à Hispânia.
- um eixo norte africano, abrangendo o Egito e as províncias senatoriais da *Cirenaica* (na atual Líbia) e da *Africa proconsularis* (na atual Tunísia).
- um eixo oriental. Começa na Síria, passa pela Mesopotâmia, termina na Índia.

Será esta a ordem sequencial de apresentação nas próximas páginas.

8.2.1 Na Palestina e Ásia Menor

A acreditar no livro dos *Atos dos Apóstolos*, logo depois da conversão de Paulo encontramos-lo a anunciar o Jesus Ressuscitado na cidade de Damasco ao ponto de deixar perplexos os ouvintes: «*Não era ele, que em Jerusalém, perseguia aqueles que invocam o nome de Jesus?*» (Act.9,21). Pouco depois está em Jerusalém e procurou reunir-se com

os discípulos “*mas todos tinham medo dele não querendo acreditar que fosse um discípulo*” (Act.9,26). Foi um destes - Barnabé, quem o tomou em mão e o levou aos apóstolos contando-lhes a recente conversão de Paulo. «*A partir desse dia ficou com eles, indo e vindo por Jerusalém e confessando corajosamente o nome do Senhor. Dirigia-se também aos helenistas e discutia com eles mas estes planeavam a sua morte. Os irmãos, porém, ao saberem disto, levaram-no para Cesareia e fizeram-no seguir para Tarso.*” (Act.9,28-30)

Quando desta estada em Jerusalém, Paulo terá ido um pouco mais a sul até à Arabia Nabateia, concretamente na cidade de Petra. É ele próprio quem o diz: “*Mas quando aprovou a Deus - que me chamou desde o seio da minha mãe e me chamou pela sua graça – revelar a seu Filho em mim, para que o anuncie como Evangelho entre os gentios, não fui logo consultar criatura humana alguma nem subi a Jerusalém para ir ter com os que se tornaram Apóstolos antes de mim. Parti, sim, para a Arábia e voltei outra vez a Damasco*”. (Gal.1,15-17)

Antes ainda destes acontecimentos terem ocorrido com Paulo, já os primeiros anunciadores de Jesus Ressuscitado tinham chegado à cidade de Antioquia, nas margens do Orontes. Eram esses irmãos alguns daqueles que fugiram de Jerusalém logo após o martírio de Estevão. Começaram a pregar, a gregos e não gregos, tendo sido bem-sucedidos com a conversão de vários aderentes à nova fé. Quando à comunidade de Jerusalém chegou a notícia da grande adesão de novos crentes, eis que pediram a Barnabé que fosse até Antioquia para se envolver e ajudar no trabalho apostólico. No caminho para Norte, Barnabé lembrou-se de Paulo e subiu à cidade de Tarso. Segundo o livro dos Atos: “*Encontrou-o e levou-o para Antioquia. Durante um ano inteiro, mantiveram-se juntos na Igreja e ensinaram muita gente. Foi em Antioquia que, pela primeira vez, os discípulos começaram a ser tratados pelo nome de «cristãos»*”. (Act.11,26)

Entretanto, segundo o mesmo livro do N.T., Pedro andaria a pregar por cidades da Judeia, tais como Lida, Jope e Cesareia. Aí foi pregando e batizando até ao dia em que o rei da Judeia - Herodes Agripa (um neto de Herodes, o grande), o mandou prender. Pedro conseguiu fugir ao cárcere. Agripa faleceu no ano 44. Portanto, será muito provável que todos estes acontecimentos tenham acontecido antes do “incidente de Antioquia”, ou seja, situáveis entre o final da década de trinta e os primeiros anos da década de quarenta.

Pela segunda metade dos anos quarenta, Paulo e Barnabé, a partir de Antioquia dirigiram-se, em pregação, a vários destinos, num percurso que é designado por primeira viagem missionária.

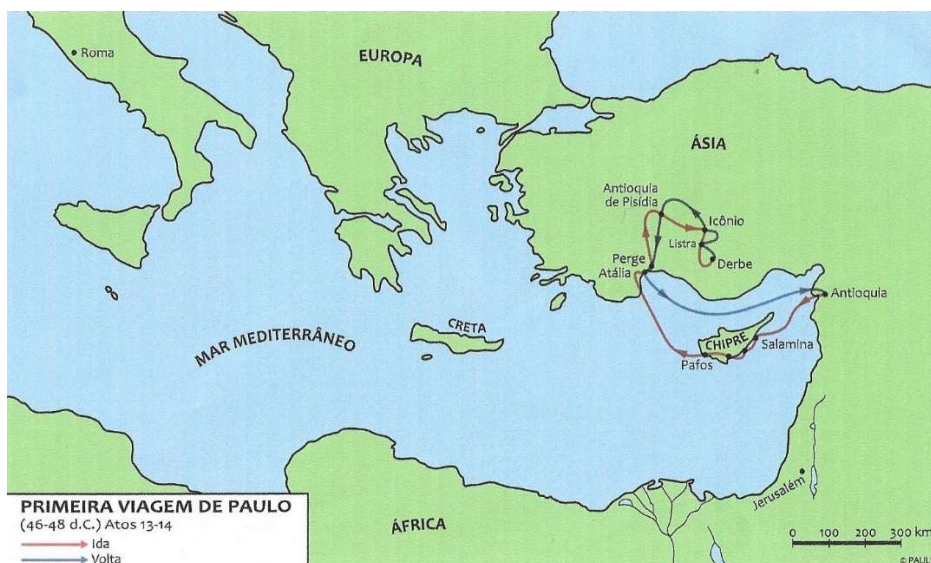


Figura 10. Primeira viagem missionária de Paulo.

Fonte: Luis Rossi, *Paulo agente de pastoral e semeador de comunidades*, 2019

Rumaram à ilha de Chipre. Daqui saídos pelo porto de Pafos dirigiram-se ao litoral sul da Ásia Menor. Na pequena cidade de Listra, na região da Licaónia, a norte da Cilícia, aconteceu um episódio curioso relatado pelos Atos. Cena que revela, simultaneamente, a forte marca grega daquele auditório aliada ao reconhecimento da messianidade dos apóstolos. Depois da cura de um coxo a multidão rendia-se maravilhada ante os poderes que Paulo ostentava e diziam: *«Os deuses tomaram forma humana e desceram até nós!»*. *E chamavam Zeus a Barnabé e Hermes¹⁷⁸ a Paulo, pois este é que lhes dirigia a palavra.*” (Act.14, 11-12). Depois da primeira incursão apostólica pela Ásia Menor, tendo atravessado as regiões da Pisídia e da Panfília, Paulo e Barnabé regressaram a Antioquia. Paulo iniciou, então, uma atividade apostólica com carácter proselistista, facto que só por si, já representava uma rutura com o judaísmo tradicional. Quem o observa é Rodrigues¹⁷⁹: *“Doravante, o principal objetivo do apóstolo será converter, o que não deixa de traduzir uma rutura dentro do próprio judaísmo, visto que se envereda por um*

¹⁷⁸ Hermes, segundo a mitologia grega, era considerado o porta-voz dos deuses do Olimpo.

¹⁷⁹ Nuno Rodrigues, *Paulo de Tarso na Hispânia / Paulo de Tarso: grego e romano, judeu e cristão*, Pombalina, Coimbra University Press, 2012, p.69

espírito essencial e militantemente proselitista, característica que não definia a essência daquela religião, ainda que não estivesse excluída dela.”

Tudo leva a crer que Simão Pedro, e até talvez Tiago, tivessem acompanhado os novos irmãos de Antioquia durante a ausência missionária de Paulo e Barnabé. Relativamente a Pedro há autores que admitem a possibilidade de ele ter sido o primeiro dirigente, digamos o primeiro bispo, da nova comunidade crente da cidade do Orontes. O “incidente de Antioquia”, que terá ocorrido pelo final da década de quarenta, mostra-nos um Pedro familiarizado com aqueles irmãos. É plausível a possibilidade de ter sido daqui que Pedro terá partido para Roma. Se tal aconteceu, terá sido após o ano 50. Não sabemos.

Quanto a Tiago, o meio irmão de Jesus, um dos apóstolos e figura de grande relevo nos primeiros anos da judeo-cristandade, dele sabemos que esteve sempre mais presente em Jerusalém, instruindo os irmãos, dirigindo a comunidade, sendo o exemplo de uma vida coerente e justa. Até à data da sua condenação à morte, foi Tiago o primeiro bispo cristão na cidade santa dos judeus.

Se a designação “cristão” surgiu em Antioquia também a denominação “católica”, palavra com origem grega (Καθολικός, ou *katholikós*) cujo significado é “universal”, terá encontrado aqui a sua primeira utilização. Segundo Eusébio de Cesareia, terá sido Inácio de Antioquia, terceiro bispo desta igreja, ainda no século I, um discípulo de João que conviveu com Paulo, o introdutor desta denominação sublinhando, assim, a inovadora abertura desta comunidade a todos os irmãos, judeus ou gentios.

A década de sessenta traria acontecimentos muito relevantes. Pedro e Paulo já não visitam Jerusalém. Tiago, o seu primeiro bispo e carismático dirigente penou o martírio no ano 62. Chegado o ano 70, no contexto da guerra com Roma, o Templo foi destruído e uma grande debandada prejudicaria definitivamente o crescimento e a consolidação da nascente comunidade judeo-cristã. Vários irmãos, contudo, sobreviventes aos desaires terão mantido vivas as tradições judaicas até ao ano 135, quando o imperador Adriano mandou arrasar a cidade e exterminar a ocupação judaica. Sobre as ruínas erguer-se-ia uma nova cidade helenizada - *Élia Capitolina*, onde um novo templo seria erguido a *Júpiter Capitolino*, não a *Javé*.

Entre os anos 62 e 135 não temos certezas sobre quem tenha sucedido a Tiago na liderança da comunidade de Jerusalém. Uma tradição antiga, devida a Hegésipo¹⁸⁰, aponta para Simão, filho de Clopas, como o sucessor do seu tio Tiago. Era, também ele, um judeu circuncidado a quem teriam sucedido mais catorze outros bispos judeus, todos eles circuncidados, pertencentes à mesma linha familiar de Jesus.

Os grupos judeo-cristãos da Judeia e da Galileia, mantiveram-se até ao seu fim numa linha relativamente conservadora e, em breve, ficariam definitivamente afastados de exercer alguma influência na evolução do cristianismo asiático, norte-africano e europeu.

Surpreendente foi a preservação do judeo-cristianismo na comunidade de Antioquia. Segundo François Vouga¹⁸¹:

D'autre part Antioche joue désormais un rôle nouveau et paradoxal: la ville qui fut l'un des premiers centres des «hellenistes» et constituait le pôle opposé aux «judéo-chrétiens» de Jerusalem devient après la Guerre juive un centre «conservateur» abritant des écoles judéo-chrétiennes de langue grecque affirmant l'importance de la Loi pour la orthopraxie du christianisme (dans l'Épître de Jacques) où la validité des prescriptions culturelles et rituelles juives n'est abolie.

Na década cinquenta Paulo voltaria à Ásia Menor, por mais duas vezes, no contexto das denominadas segunda e terceira viagens missionárias, onde já experimentara a entrada no território grego. Tinha como objetivo o acompanhamento das comunidades que ajudara a criar. Aproveitou para fundar outras novas igrejas asiáticas, nomeadamente a da cidade de Éfeso, onde se acredita que, pelo final do século, terá sido escrito o último dos quatro evangelhos canónicos.

No norte da Síria e na Ásia Menor tem de ser referida a figura de João, filho de Zebedeu e irmão de Tiago (denominado Maior), o misterioso discípulo “*que Jesus amava*”

¹⁸⁰ Hegésipo foi um cronista judeo-cristão que viveu na Palestina entre 110 e 180d.C. Terá preservado a tradição oral dos seus antepassados e escreveu-a em cinco volumes – *Hypomnemata* (Memórias), documentos que não chegaram aos nossos dias mas que terão servido como uma primeira fonte histórica sobre a qual Eusébio de Cesareia se terá debruçado. Atribui-se a Hegesipo um longo relato da morte de Tiago, irmão de Jesus. Sabemos que Hegésipo se distinguiu no combate às primeiras heresias (do século II), nomeadamente, o gnosticismo e o marcionismo.

¹⁸¹ François Vouga, *op. cit.*, p.181

(Jo.13,23). No século II, foi-lhe atribuída¹⁸² a autoria do quarto evangelho canónico e a visão escatológica apresentada no livro do *Apocalipse*.

Sabemos, por Paulo¹⁸³, que João terá estado no Concílio de Jerusalém, e que, pelos anos quarenta, ao lado de Simão Pedro terá percorrido a Judeia e, particularmente, a Samaria onde ambos fundaram comunidades judeo-cristãs. Depois disso terá difundido o cristianismo na Síria, e mais tarde na cidade de Éfeso, na Ásia Menor. Neste percurso ter-se-á cruzado com Tomé, nessa altura calcorreando a Síria, centrado que estava na cidade de Edessa. Numa perspetiva histórico-teológica, há autores¹⁸⁴ que associam os *logia* sapienciais do *Evangelho de Tomé* à inspiração redaccional do texto evangélico joanino, ambos eles portadores do gérmen de uma tendência gnóstica.

Terá sido na cidade de Éfeso que foi redigido o seu texto evangélico e as três cartas cuja autoria lhe é atribuída. Este evangelho¹⁸⁵ foi escrito em grego *koiné* e os exegetas consideram-no um texto distante dos outros evangelhos canónicos, situando-o próximo da teologia dominante no século II. Segundo alguns autores, ali se encontra uma linguagem e algumas conceptualizações mais próximas das que foram encontradas nos textos gnósticos. Matéria teológica que ultrapassa o âmbito deste documento mas que reforça a ideia de um espaço e um tempo comum partilhado por estes dois discípulos de Jesus, no começo da segunda metade do século I.

Ao tempo de Domiciano¹⁸⁶, já no final da sua vida, os cristãos conheceram perseguição. João terá sido deportado à ilha de Patmos onde, segundo a tradição, privado da liberdade, terá escrito o livro do *Apocalipse*, último dos livros canónicos do N.T.. A morte tê-lo-á encontrado na cidade de Éfeso. Era o ano 103.

¹⁸² Terão sido Ireneu (130-202) e Clemente de Alexandria (150-215) os primeiros a defender que a autoria desses textos pertenceria ao mais jovem dos doze discípulos de Jesus. Posição mais tarde também tomada por Eusébio de Cesareia (265-339) na sua *História Eclesiástica*.

¹⁸³ Gal.2,9

¹⁸⁴ Piñero, Torrents, Bazán, *Evangelhos gnósticos* (2005), pp.62-68

¹⁸⁵ John Barton, 2019, p.242: "Não é certo que o quarto evangelho seja o produto de um único autor. A maioria dos especialistas do Novo Testamento pensa que seja o produto final de um longo processo de compilação e revisão, em que intervieram várias pessoas."

¹⁸⁶ Titus Flavius Domitianus, imperador de Roma no período 81-96.

8.2.2 Da Grécia aos confins do Ocidente

Segundo o livro dos *Atos dos Apóstolos*, acompanhado por Timóteo e por Silas, Paulo entrou na Europa pela porta grega. Atravessou o Egeu entre a homérica Tróade e a cidade de Filipos, na Macedónia. De Filipos seguiu para Tessalónica onde a comunidade judaica se reunia habitualmente na sinagoga. Depois desceu a sul. Em Atenas discursou no Areópago e seguiu a Corinto onde fundou mais uma comunidade. Aqui voltou ao mar. Embarcou para a Síria com destino a Antioquia, não sem que, de passagem pela Anatólia, tivesse voltado a Éfeso onde visitou os irmãos da comunidade local. Este périplo, aqui muito resumido, constitui a designada segunda viagem missionária de Paulo, e terá ocorrido entre os anos 48 e 52. Pelo meio, uma vinda a Jerusalém, onde se esteve presente no concílio. Daqui ainda voltaria a visitar a Macedónia e a Grécia.

A existência de sinagogas nas cidades gregas visitadas por Paulo são testemunho eloquente da diáspora. Estão explicitamente referidas nos casos de Tessalónica (Act.17,1) e Corinto (Act.18,4). Tal constatação suporta a possibilidade, pelo menos durante alguns anos, de uma fase judeo-cristã nessas comunidades; tal, porém, não aconteceu na Palestina, onde o judeo-cristianismo teve uma vida com duração muito efémera.

Nessas cidades gregas, como também na própria Roma, as comunidades judaicas às quais foi anunciada a Ressurreição de Cristo, muito em breve, estavam constituídas principalmente por pagãos, não por judeus. Uma vez ultrapassadas as dúvidas esclarecidas no concílio de Jerusalém, estes novos crentes logo ficaram desligados das obrigações em matéria das tradições e da observância da Lei judaica. Foram, por isso, comunidades pagano-cristãs, onde o judeo-cristianismo quase não teve lugar. Ter-se-á esgotado logo na primeira geração.

O cristianismo chegou a Roma antes de Paulo. Em Suetónio¹⁸⁷ encontramos a confirmação desta realidade ao tempo de Cláudio, imperador entre os anos 41 e 54. Facto, aliás, também referido no livro dos Atos dos Apóstolos¹⁸⁸. Paulo vem a Roma mais tarde

¹⁸⁷ *Gaius Suetonius Tranquilus* (69-141), ou simplesmente Suetónio, secretário de Adriano e autor de uma vasta obra "A vida dos doze cézares" relativa aos primeiros doze imperadores romanos. No seu livro relativo ao imperador Claudio encontramos: "*Expulsou de Roma os judeus, sublevados constantemente por incitamento de Cresto*".

¹⁸⁸ "Encontrou ali um judeu chamado Áquila, natural do Ponto, recentemente chegado da Itália, com Priscila, sua mulher, porque um édito de Claudio ordenara que todos os judeus se afastassem de Roma." (Act.18,2)

do que teria gostado e tal aconteceu no âmbito de um processo acusatório¹⁸⁹ começado na Judeia e que, o próprio Paulo, na sua qualidade de cidadão romano, pôde pedir, perante o Sinédrio, que fosse remetido ao tribunal superior sediado em Roma¹⁹⁰. Viajou por mar, sob detenção das autoridades, numa viagem, conforme conta o *Livro dos Atos*, carregada de perigos, qual nova literatura das narrativas clássicas de viagens de heróis. Estaríamos pelo ano 60. Ele próprio, na sua epístola aos romanos, confirma a existência de irmãos crentes em Cristo, naquela cidade. No conteúdo e nas próprias saudações que endereça na carta¹⁹¹, ele dá-nos conta dos apóstolos (nomes gregos) que, ali em Roma, o terão antecedido: “*Saudai Andrónico e Juno, meus concidadãos e companheiros de prisão, que tão notáveis são entre os apóstolos e que, inclusivamente, se tornaram cristãos antes de mim.*” (Rom.16,7).

Chegado a Roma, terá tido autorização para se instalar em alojamento próprio¹⁹², apesar da sua condição de detido. Terá sido isso o que aconteceu e assim permaneceu algum tempo, o suficiente, para escrever um conjunto de cartas¹⁹³ cuja redação, pensa-se, aconteceu na cidade de Roma, pelo ano 60. Paulo, um ou dois anos depois, foi devolvido à liberdade, não se conhecendo exatamente se por motivo de alguma amnistia geral ou em consequência de uma decisão imperial que lhe tenha sido favorável. Tenhamos presente que, nessa data, a situação de revolta na Judeia ainda estava relativamente contida. Pelo menos ainda não explodira a rebelião declarada do ano 66.

Poucos dias depois de ter chegado, ainda como detido, tratou de reunir com os principais judeus da comunidade a quem terá explicado a razão da sua presença ali, sob condição de prisioneiro. Segundo Rodrigues¹⁹⁴, dava a impressão que da parte romana não considerariam Paulo um perigo para a sociedade ou, tão pouco, que ele constituísse uma

¹⁸⁹ A acusação partia dos próprios judeus e nas palavras do advogado de acusação: “*Nós verificámos que este homem é uma peste; fomenta discórdia entre todos os judeus do mundo inteiro e é cabecilha da seita dos Nazarenos*” (Act. 24, 5)

¹⁹⁰ Segundo Rodrigues, op. cit., Paulo recorreu à denominada *provocatio ad imperium*, confirmada pela *lex Iulia de vi publica*, que autorizava qualquer cidadão romano a apelar ao imperador contra uma condenação infligida por um governador provincial, neste caso Pórcio Festo.

¹⁹¹ Carta que se acredita ter sido escrita pelo próprio Paulo, no final da década de cinquenta, estando ele na Grécia, provavelmente em Corinto, pouco antes de iniciar um regresso a Jerusalém. Trata-se de uma carta extensa e com denso conteúdo teológico a uma comunidade cristã, portanto, já existente.

¹⁹² “*Quando entrámos em Roma, Paulo foi autorizado a ficar em alojamento próprio com o soldado que o guardava.*” (Act.28,16)

¹⁹³ Será o caso das cartas dirigidas aos Filipenses, Efésios e aos Colossenses, habitantes estes da cidade de Colossa, perto de Efésio na Ásia Menor, onde, aliás, o apóstolo nunca terá estado.

¹⁹⁴ Nuno Rodrigues, op. cit., p.71

ameaça de sedição; este procedimento estava previsto no Direito Romano sob a designação de *custodia militaris*.

Nessa ocasião é possível que o apóstolo lhes tenha falado de um projeto que já antes comunicara por carta: ir à Península Ibérica. Efetivamente, Paulo já tinha manifestado essa vontade à comunidade judeo-cristã de Roma quando, uns anos antes, lhes escreveu: *”Por este motivo muitas vezes fui impedido de ir até junto de vós. Mas agora, já não tenho com que me ocupar nestas regiões e, desejando há muitos anos ir ter convosco quando seguisse para Espanha, espero ver-vos de passagem, e ser encaminhado por vós naquela direção, depois de ter gozado um pouco a vossa companhia.”* (Rom.15,22-24)

O que se torna importante compreender é qual o conjunto de motivações que levaria Paulo a querer visitar a Hispânia.

O conteúdo da carta aos romanos permite suspeitar que Paulo estaria informado da existência de alguma comunidade da diáspora em territórios da Hispânia e que essa comunidade teria, inclusivamente, uma tal dimensão, ou importância, a ponto de ser o objetivo principal da sua viagem aos confins do Ocidente. Por isso, Roma seria, apenas, uma escala nesse percurso. Acontecia que muito antes de ser romana, a Espanha atraiu os mercadores e marinheiros fenícios. Da antiga experiência fenícia no território Hispânico, e hoje português, veio a atração que o mesmo exerceu sobre os cartagineses¹⁹⁵, originários que eram da mesma praia mediterrânica oriental.

Haveria, pois, suporte histórico para admitir que ao tempo de Paulo houvesse uma significativa comunidade judaica no território (litoral) da Península Ibérica. A partir da sua libertação, pelo ano 62, e antes da sua condenação à morte, no ano 67, o apóstolo poderia ter ido a Espanha. Se o fizesse seria provável que a viagem fosse por mar, zarpando de Óstia, rumo a Barcelona, ou Cádiz. Uma semana e chegaria lá.

Se a probabilidade é significativa, não temos, porém, qualquer evidência que o tenha feito. Se Paulo aqui esteve não perdurou qualquer tradição, nem qualquer carta dirigida a uma comunidade judaica residente na Hispânia. Não esqueçamos que Paulo de Tarso falava e escrevia em grego. O eventual fracasso de uma missão ibérica pode estar relacionado com o desconhecimento da língua grega nestas paragens longínquas e ocidentais onde o grego

¹⁹⁵ Os cartagineses tinham a sua base na cidade norte africana de Cartago. Eram um povo de origem fenícia cujo nome latino era *punicus*, razão porque as guerras que opuseram as duas potências navais do mediterrâneo ocidental se denominaram “guerras púnicas”.

nunca foi língua franca, nem usada oralmente, nem por escrito. Por cima dos dialetos locais, os judeus e outros audientes hispânicos só poderiam entender o latim.

- E Simão Pedro? Estaria ele em Roma? Terá sido um dirigente da comunidade romana e seu primeiro bispo? Desde quando?

Se relativamente a Paulo poderemos estar certos que esteve em Roma, aí viveu alguns anos e aí morreu, quanto a Pedro não temos as mesmas certezas.

Não há dúvidas sobre a tradição. Segundo ela, Pedro esteve em Roma, foi o seu primeiro bispo e aí terá morrido, crucificado, por volta do ano 67. Terá sido assim? Esta tradição vem refletida nos escritos dos padres da Igreja, como Ireneu de Lion, Orígenes e o próprio Eusébio de Cesareia na sua *História Eclesiástica*¹⁹⁶. Eusébio situa a chegada de Pedro à capital romana durante o reinado do Imperador Claudio. Este imperador esteve no poder entre os anos 41 e 54. Pelo ano 50, temos Pedro em Jerusalém por ocasião do concílio. Portanto, a ter ido para Roma, de acordo com a indicação de Eusébio, terá viajado nos primeiros três ou quatro anos da década de cinquenta. Não temos qualquer informação dessa viagem.

Intrigante será o facto de Paulo redigir a sua carta aos romanos, pela segunda metade da década de cinquenta, em data anterior à sua viagem a Roma, e nessa carta fazer menção de vários nomes de discípulos que estão na cidade com omissão do nome de Pedro. Seria este, certamente, um dos mais notáveis irmãos a merecer essa distinção. Estaria Pedro em Roma sem que Paulo o soubesse?

As próprias epístolas de Pedro não ajudam a demonstrar que ele, à data da sua redação, estivesse em Roma. A primeira das duas é redigida por um tal Silvano, um irmão, seria um discípulo que estava na Babilónia. Seria, mesmo, a Babilónia da Mesopotâmia ou quererá utilizar uma metáfora para identificar a capital do Império ocidental? A carta, essa sim, mostra-se um documento de natureza verdadeiramente pastoral, embora a autoria de Pedro não seja garantida. Está dirigida a um conjunto de comunidades da Ásia Menor. Isto sugere que Pedro, nesse momento, não estaria na Anatólia (poderia estar na Síria, por exemplo em Antioquia) mas que já lá teria estado. Se assim foi, em que período

¹⁹⁶ Eusébio de Cesareia, *História Eclesiástica*, III, 14,5: "Imediatamente depois, ainda no começo do império de Claudio, a Providencia Universal, boníssima e cheia de amor aos homens, conduziu mão a Roma, qual adversário deste destruidor da vida, o valoroso e grande apóstolo Pedro, o primeiro dentre todos pela virtude." Em H.E. III,2: "Depois do martírio de Pedro e Paulo, o primeiro a obter o episcopado da Igreja de Roma foi Lino." Estes escritos de Eusébio datam do primeiro quartel do século IV.

o teria feito? Quanto tempo teria demorado entre viagens e estadias? Pedro, nessa altura, seria um homem com uma idade já bastante avançada e a sua mobilidade não seria comparável à de Paulo.

A segunda carta de Pedro, segundo a maioria dos investigadores, também não deverá ser da sua autoria. Baseiam-se os exegetas no desfasamento temporal entre o conteúdo do texto (aparenta ser posterior à destruição da cidade de Jerusalém no ano 70) e a provável morte de Pedro que terá ocorrido em meados da década de sessenta, antes de tão funestos acontecimentos. Não é de estranhar que as cartas de Pedro, como outros documentos da História Antiga, tenham tido a atribuição de autoria a figuras importantes cujo nome emprestaria mais autoridade e seriedade ao seu conteúdo. Tal poderá ser o que aqui aconteceu.

Pedro em Roma: tradição ou realidade? Não sabemos. Todavia, a tradição subsiste. E segundo esta, Pedro morreu mártir, ao tempo de Nero, imperador entre os anos de 54 e 68, e estará sepultado em Roma, na Necrópole Vaticana, sob a grande basílica que exalta o seu nome.

8.2.3 Na África

É interessante, do ponto de vista do judeo-cristianismo egípcio a secular presença judaica na linha de fronteira meridional com a Núbia. Sabemos que o judeo-cristianismo atravessou esta linha geográfica. Na Etiópia (correspondente à região da Núbia), houve comunidades judeo-cristãs que perduraram até tempos relativamente tardios e conviveram com as comunidades cristãs monofisistas¹⁹⁷. Das antigas tradições judeo-cristãs, ainda hoje, perduram alguns sinais na igreja ortodoxa etíope. Hans Kung conta-nos o que viu¹⁹⁸: *“Na Etiópia, o cristianismo monofisita oficial aparenta assentar num paradigma judeo-cristão anterior, conforme pude observar numa festa da Epifania,*

¹⁹⁷ Monofisismo foi um ponto de vista cristológico nascido em Alexandria, defendido por Eutiques. Foi combatido no Concílio Ecuménico de Calcedónia, realizado em 451, cidade da Ásia Menor, próxima de Constantinopla. O monofisismo defende que em Jesus Cristo haveria uma única natureza, a divina. A tese conciliar que triunfou reafirmou que em Jesus Cristo coexistiam uma dupla realidade, humana e divina, sendo ele a segunda pessoa da Santíssima Trindade. Por não ter sido unanimemente aceite esta posição, desde logo se cavou a clivagem com as denominadas igrejas ortodoxas orientais, onde se incluíram as Igreja Ortodoxas Copta (ou Egípcia), a Igreja Ortodoxa Síria e a Igreja Ortodoxa da Etiópia.

¹⁹⁸ Hans Kung, *op. cit.*, p.113

durante uma visita a Adis Abeba: veneração da arca da aliança de Moisés; língua litúrgica de origem semítica, padres que cantam salmos e dançam ao som do tambor e das trombetas; paralelamente ao batismo, há a circuncisão; celebração do domingo e do sabat.”

A cidade de Alexandria desenvolveu-se no período helenista. A sua importância na História do Cristianismo é incontornável. A partir do século III a.C., a instabilidade social e político-militar na Palestina, tão próxima de uma nova *polis* em grande desenvolvimento favoreceu a significativa migração de judeus para a nova cidade, levando nela muitos elementos da antiga classe sacerdotal, agora descontente com o rumo dos acontecimentos na Judeia. A própria “Tradução dos Setenta” (ou *Septuaginta*), ou seja, a tradução dos livros do A.T. para o grego, foi aqui realizada e, naturalmente, por haver aqui destinatários naturais¹⁹⁹. A densidade da ocupação judaica na cidade de Alexandria levou a que alguns autores, com algum exagero, referissem as condições para, quase, existir um estado judeu dentro da cidade egípcia. Após a ocupação romana da Palestina por Pompeu, poucas décadas antes de Cristo, o clamor da revolta judaica face ao domínio hostil de Roma uniu o mundo judeu; de Jerusalém até Alexandria.

Se Alexandria era a mais importante das comunidades judaicas da diáspora africana e Elefantina a sede da mais antiga, conforme já atrás se referiu, não se desvalorize a presença de judeus em Cirene (região que corresponde à atual Líbia) referida no livro dos Atos dos Apóstolos²⁰⁰ como pertencentes a uma sinagoga “*chamada dos libertos*”, nome que resultaria de terem sido judeus deportados para Roma como escravos, após a operação militar de Pompeu, depois vendidos, ou libertados, nos territórios imperiais norte africanos.

Ainda mais a ocidente temos notícia do judeo-cristianismo na cidade de Cartago.

Segundo a tradição o cristianismo entrou na África pela zona de Cirene antes de chegar à cidade de Alexandria. Terá sido trazido de Roma pelo discípulo Marcos, o evangelista, logo aos primeiros anos da década de quarenta. João Marcos fora um dos setenta discípulos de Jesus e, supostamente, um parente de Barnabé, aquele que acompanhou

¹⁹⁹ A este propósito é oportuna a referência a um documento egípcio do século II a.C. – a *carta de Aristeas* (ou *carta a Filócrates*) – onde é descrita a necessidade da tradução da Torá judaica para o grego. Tal aconteceria, acreditando no documento, mediante o trabalho de setenta e dois sábios judeus, enviados de Jerusalém ao Egito. Seriam setenta e dois, pois seriam seis deles em representação de cada uma das antigas doze tribos.

²⁰⁰ Act.6,9

Paulo quando da sua primeira viagem a Antioquia. Mais tarde, a tradição situa Marcos em Roma, também juntamente com Pedro, antes daquele partir para a África.

Terá trazido com ele os escritos que redigiu em Roma – o *Evangelho de Marcos*, como instrumento de apoio ao seu apostolado. É considerado o fundador da Igreja de Alexandria, cidade onde terá morrido, vítima de perseguição e morte violenta. O seu cadáver teria sido, muito mais tarde (pelo século IX), transportado até Veneza onde, até hoje, na Basílica com o seu nome, ficaram guardados os seus restos mortais.

Nas primeiras comunidades judeo-cristãs egípcias, Fílon de Alexandria registou o surgimento de comunidades monásticas e contemplativas que denominou *terapeutas*. Encontravam-se estes perto de Alexandria, junto ao lago Mareótis. Praticavam o ascetismo, viviam em celas, dedicavam-se à oração, leitura e meditação. O seu modo de vida constituiu um verdadeiro embrião, já cristão, da futura vida monástica e cenobítica. Ao contrário dos essénios, os terapeutas admitiram mulheres, virgens consagradas, no seu seio. Fílon, terá morrido em meados da década de quarenta. A sua abordagem desta realidade atesta, no fundo, o carácter precoce do judeo-cristianismo no Egito.

O cristianismo no Egito, e de um modo geral no Norte de Africa, beneficiou pelo facto de se constituir num grito de protesto face a Roma. Esta impunha a divindade pessoal dos imperadores tão à revelia de uma religião antiga onde já havia sido admitida a ressurreição. Por esta mesma razão o império romano, face ao cristianismo recente que alastrava nas províncias, foi sendo menos tolerante do que antes fora com o judaísmo da Palestina. O Egito era o “celeiro do Império”. Era obrigatório manter a ordem romana.

Um cristianismo de forte marca judeo-cristã estava bem consolidado na cidade de Alexandria quando se fechou o século I. Já no século II o grande escritor e filósofo Clemente de Alexandria, nascido em Atenas filho de pais pagãos, converteu-se ao cristianismo e dirigiu-se a Alexandria onde viveu. Constituiu uma ponte entre filosofia e cristianismo, facto que lhe mereceu, posteriormente, as elogiosas referências de Eusébio e de Jerónimo. É curioso que os evangelhos mais citados por Clemente foram o *Evangelho dos Hebreus*, claramente associado ao judeo-cristianismo e o *Evangelho dos Egípcios*; ambos apócrifos.

Desde cedo, as antigas ligações culturais entre gregos e egípcios conduziram o judeo-cristianismo egípcio numa estreita linha de pensamento, potencialmente gnóstica e herética. E tal viria a acontecer.

Em Cartago o judeo-cristianismo deu lugar a uma comunidade cristã bem fortalecida na fé. Pelo final do século II, ali nasceria o primeiro bispo de Roma com origem africana - Vitor I, aquele que é considerado o décimo quarto papa da História da Igreja.

O livro dos *Atos dos Apóstolos* olhou pouco para a África. No seu capítulo oito descreve um encontro de Filipe com um eunuco etíope que ele chegou a batizar. Trata-se de uma descrição pouco consistente para que, só por ela, possamos acreditar que Filipe foi o introdutor do cristianismo junto dos etíopes. Outras fontes da tradição, porém, referem os nomes de Mateus, a par de Bartolomeu, como sendo os apóstolos da Núbia. Há poucas certezas sobre pessoas e datas mas é seguro que, pelos meados do século I, já existiriam comunidades judeo-cristãs em todas estas paragens africanas.

8.2.4 Na rota do Oriente

Os marinheiros portugueses chegados à Índia no início do século XVI informaram o rei Manuel I, sobre a existência de nativos indianos que conheciam a cruz de Cristo. Tal facto suscitou, desde logo, um enorme interesse da coroa portuguesa, bem documentado nas crónicas de João de Barros.

Segundo Cristina Osswald²⁰¹ estes surpreendentes crentes já haviam sido referidos no final do século XIV, por um missionário franciscano italiano, que os identificou como “cristãos do Apóstolo São Tomé”. Para a coroa portuguesa esta circunstância de uma antiga comunidade evangelizada pelo apóstolo Tomé dentro do território de uma nova possessão conferia àquela presença ultramarina uma nova dimensão no campo religioso. No plano internacional isso poderia trazer um prestígio comparável ao que acontecia em Espanha, com o renomado santuário de Compostela. Os reis portugueses, por isso, deram ordens expressas para que fosse descoberto o, eventual, túmulo do santo. Segundo Osswald, um tal José, sacerdote indiano da comunidade dos “cristãos de São Tomé”, terá sido trazido a Lisboa, no ano 1501, e terá contado ao rei português todos os ritos e costumes daquela comunidade. Bem assim, terá falado de um túmulo do santo apóstolo

²⁰¹ Cristina Osswald, portuguesa, investigadora e professora de História Moderna na Universidade do Porto, com vasto trabalho relacionado com a presença dos portugueses na Índia.

na cidade indiana de Meliapor, no sudeste indiano, atual Chennai, capital do estado indiano do Tamil Nadu.

Independentemente de uma certeza sobre se Tomé esteve, ou não, na Índia, os historiadores contemporâneos não negam a Tomé o protagonismo que ele teve como anunciador da nova crença junto das comunidades da diáspora oriental. Dos doze companheiros de Jesus, deverá, mesmo, ter sido o único que empreendeu viagem pelos caminhos do Leste. Se chegou à Índia, tal terá acontecido pelo final da quarta década da nossa era. Se por lá fez apostolado e morreu, isso serão acontecimentos da década seguinte.

- Quem era este Tomé e o que podemos saber sobre as comunidades judeo-cristãs por ele fundadas?

É muito provável que estejamos a falar de Tomé, o apóstolo que acreditou porque viu. Não há, todavia, uma certeza absoluta sobre a identidade deste Tomé Judas Dídimo, cujo primeiro e último nome, respetivamente em aramaico e em grego, têm o mesmo significado de “gémeo”. Gémeo de quem? Segundo alguns autores²⁰² seria gémeo de um tal Judas (não o Iscariotes), por sua vez irmão de Tiago, então, meio irmão de Jesus. Mas seria, mesmo, Tomé um meio irmão de Jesus?

Com o seu nome existem dois documentos apócrifos essencialmente diferentes: O *Evangelho de Tomé*, texto muito antigo, talvez anterior à *fonte Q*, apresentado sob a forma de cento e catorze *logia*, ou ditos sapienciais, a que já nos referimos em capítulo anterior, e existe o livro dos *Atos de Tomé*, um evangelho gnóstico de *Nag Hamadi*, redigido no século III, com grande uso no século IV, livro onde encontramos vasta informação sobre o apostolado de Tomé no Oriente.

Os *Atos de Tomé*, foram redigidos em siríaco, na região de Edessa, Alta Mesopotâmia, só depois traduzidos em grego. Tomé aparece ali como o recetáculo de revelações especiais de Jesus, com carácter esotérico, bem à maneira da tradição gnóstica. Não se pode aceitar este texto como uma fonte histórica. O livro *Atos de Tomé* reveste o carácter de um romance helenístico-oriental com conteúdo claramente fantasioso. No entanto, como veremos, mostra um fundo histórico que poderá ser verdadeiro.

²⁰² Cf. com François Vouga, *op cit*, p.75, ou Antonio Piñero, *Evangelhos Gnosticos*, p.61.

Em resumo, a “lenda” dos *Atos de Tomé*, conta que em dado momento Jesus queria repartir pelos doze as diferentes regiões do mundo a evangelizar. A Tomé, cabendo a Índia, logo alegou a sua qualidade de hebreu, um desconhecedor da língua, pelo que não se sentiria capaz de pregar em tal paragem. Chegada a hora dos Apóstolos partirem, Jesus vem ter com Tomé e persuadiu-o a aceitar a missão. Acontecia, entretanto, que chegara a Jerusalém um enviado de um tal rei indiano Gundafaro, procurando um carpinteiro que construísse um palácio para o seu rei. Jesus terá encontrado aquele mensageiro e ter-lhe-ia vendido os serviços de Tomé. Tomé partiu, então, para o reino indiano mas em vez de construir o palácio dedicou-se à pregação e à dádiva de esmolas. Assim teria gasto o dinheiro destinado à obra que o próprio Gundafaro lhe havia confiado. Quando este percebeu o que acontecera pediu explicações a Tomé e este ter-lhe-á respondido que o rei teria agora um palácio nos céus. A resposta valeu-lhe o cárcere.

Continua a lenda que um tal Gad, irmão de Gundafaro, teve uma visão em que lhe surgiu o tal edifício celeste que Tomé falara ao rei. Pediu-lhe, por isso, que soltasse Tomé. Uma vez liberto, solicitou a Tomé lhe administrasse o batismo. Tomé batizou Gad e a sua fama espalhou-se pela região. Até que chegou o dia em que um tal Mazdai chamou o apóstolo para que a sua mulher e a sua filha fossem libertas de um demónio que as afligia. Tomé concordou e assim procedeu. Recomendou-lhes, porém, uma abstinência sexual, bizarraria que voltou a detonar a ira real. Foi miraculosamente liberto da prisão. No entanto, reunindo a antipatia generalizada dos nativos, foi perseguido pelos soldados do rei que o trespassaram à lança. Morria, assim, um mártir. À data da sua morte, estaria organizada a primeira comunidade cristã da Índia, com muitos discípulos e os seus ministros.

Em 1833 o explorador e numismata Charles Masson²⁰³, ao dirigir escavações em terras do Afeganistão, descobriu moedas com o cunho de Gundafaro. Veio a demonstrar que se tratou, efetivamente, de um rei local, cuja comunidade fora empurrada na sua deslocação da Ásia Central até à Pártia, no século I a.C.. Daí terá partido rumo ao Indústão já no decorrer do século I d.C. Achados de outras moedas mostraram que Gundafaro reinou no período 19-45 d.C., coincidente, pois, com o tempo em que Tomé terá exercido o seu apostolado oriental. As investigações de Masson mostraram também que Gad seria,

²⁰³ Charles Masson (1800-1853) era o pseudónimo do explorador e repórter britânico James Lewis que trabalhou para a Companhia Britânica das Índias Orientais. Foi pioneiro da arqueologia e numismática, a ele se deve a descoberta da antiga cidade de Harappa, no vale do Indo.

efetivamente, um irmão de Gundafaro. Quanto a Mazdai, nome de sonoridade persa, poderia ter sido um sátrapa de algum reino iraniano.

Por muito romanceada que seja a narrativa dos *Atos de Tomé* não faria sentido colocar a sua ação na Índia se aqui nunca tivessem existido cristãos. Mas o facto é que em algumas zonas da Índia, principalmente na costa do Malabar, sabemos hoje que há uma presença ininterrupta de cristãos desde o primeiro século. E estas comunidades, atualmente ainda persistentes, reclamam unanimemente a paternidade espiritual de Tomé e conservam numerosas tradições sobre o seu apostolado e milagres. Os próprios malabares, ainda hoje, se autodenominam “cristãos de São Tomé”.

Os escritos dos autores cristãos mais antigos referem a presença de Tomé na Pártia, região do Irão, mas não a referem na Índia. É o que acontece com Orígenes de Alexandria (185-254) e com Eusébio de Cesareia (265-339). No entanto, segundo Maliakkal²⁰⁴, outros padres da Igreja, já posteriores a estes, como Ambrósio de Milão (340-397), João Crisóstomo (344?-407) arcebispo de Constantinopla, Jerónimo (347-420), Gregório de Tours (538-594) e Isidoro de Sevilha (560-636), mencionam expressamente a Índia entre as regiões visitadas pelo apóstolo. De onde virá esta tradição?

A crença na presença de Tomé na Índia vem apresentada, pela primeira vez, nos escritos cristãos de Efrém de Nisibis (306-373), um teólogo sírio que lecionou muitos anos na cidade de Edessa. Efrém, todavia, escreveu sobre Tomé sob um contexto poético, pouco concreto, deixando, por isso, pouca convicção aos historiadores. Segundo ele Tomé teria morrido na Índia, sob martírio, e as suas relíquias fúnebres teriam sido trazidas, por um mercador, até Edessa. Poderá ter sido esta a pista seguida por Ambrósio e pelos autores cristãos posteriores a Efrém? Não temos certezas. A tradição indiana que coloca o apóstolo na Índia, aliás confirmada pelos autores cristãos mais tardios, vai mais longe que Efrém e chega a pôr nome às sete igrejas que Tomé ali teria fundado. Todas elas nas costas do Malabar, atual estado de Querala.

É muito mais fácil acreditar na presença apostólica de Tomé na Babilónia, ou mesmo na Pérsia, do que na Índia. A pregação de Tomé na Pérsia suscita menos dificuldades de aceitação. Tomé falava aramaico, língua familiar aos persas. A própria proximidade geográfica relativamente à região de Edessa onde, aí sim, esteve radicado, deixava antever

²⁰⁴ Ben Maliakkal, «The Origin and Spread of Christianity in Malabar», pp.33-35.

uma viagem tranquila rumo aos irmãos judeus que ali estivessem mais perto e entendessem a sua língua.

A morte de Tomé e o seu local de sepultura também nos suscita algumas questões. Durante todo o primeiro milénio, até mesmo ao século XIV (pouco antes dos descobrimentos marítimos portugueses), o mundo ocidental, suportado na tradição greco-latina dos padres da Igreja, acreditou que Tomé estaria sepultado em Edessa. Ao contrário desta, a tradição indiana conhecida tardiamente na Europa, venerava a sepultura de Tomé em Meliapor, cidade do litoral sudeste do sub-continente indiano, localização que causa alguma perplexidade, explicável, apenas, pela sua morte lendária²⁰⁵, conforme a tradição indiana.

No final do século II, há um registo historicamente credível de um missionário cristão na Índia. Trata-se de Pantenus de Alexandria, filósofo estoico e pregador cristão que terá passado pela Índia, por volta do ano 180. Aí, ele testemunhou a existência de uma igreja cristã onde era lido, e meditado em assembleia, um texto evangélico de Mateus. Não sabemos se seria o canónico de Mateus ou algum dos outros textos, de origem judeo-cristã, atribuídos ao mesmo evangelista. Relativamente a este apóstolo sabe-se que Jerónimo se referiu a ele como um enviado à Índia pelo bispo Demétrio de Alexandria. Terá sido incumbido por este a pregar o cristianismo por entre os Brahmas.

Fosse, ou não, Tomé o primeiro apóstolo cristão a chegar à Índia o facto é que a significativa população de judeus que lá vivia, nomeadamente os tais “judeus do Malabar”, foram, certamente, visitados por algum apóstolo que lhes levou o cristianismo. E isso, com grande probabilidade, terá acontecido ainda no primeiro século da nossa era.

Neste sentido, pois, podemos falar da existência de um judeo-cristianismo indiano.

²⁰⁵ O nome da cidade Meliapor, em tâmule *Mayilapur*, corresponde em sânscrito a *Mayûrapura*, que significa “cidade do pavão”. Este nome, segundo a tradição hindu, provém da divindade vixnuita – *Mayûrvalli*, a protetora desse lugar, que era representada pela imagem de um pavão. Ora a lenda local, conta que Tomé foi morto por caçadores que vendo um pavão atiraram a matar. Seria o próprio Tomé que naquele momento tinha sido atingido numa clara alusão ficcional que representa a contrapartida cristã da antiga divindade local de origem hindu. No fundo, a apropriação cristã de uma lenda hinduísta.

9. Síntese final

Deve-se a Jaspers²⁰⁶ o conceito de *Era Axial* que, em síntese, corresponde à designação do período mais intenso da História da Antiguidade no que toca ao desenvolvimento espiritual da humanidade. Com limites temporais, aproximadamente, entre os anos 800 e 200 a.C, é observável, em zonas tão distantes e diferentes como a Grécia e a China, o surgimento de grandes pensadores que estruturaram o pensamento filosófico e religioso do mundo Antigo, deixando marcas perenes que ainda hoje são sentidas. Jaspers, note-se, não sublinhou, apenas, a simultaneidade, mas também a sua interdependência.

Tratou-se, efetivamente, do eclodir de uma nova era em rompimento cultural com o passado. No dizer de Armstrong²⁰⁷: *“A Era Axial foi um dos mais seminais períodos de mudança intelectual, psicológica, filosófica e religiosa da história escrita; não há nada que se lhe compare até à Grande Transformação Ocidental, que criou a nossa própria modernidade científica e tecnológica.”*

Com efeito, nesse período surgiram na China as correntes sapienciais e filosóficas de Confúcio e Lao-Tsé. Na Índia viveu o Buda cuja verdadeira sabedoria consistia na libertação interior mediante o uso de uma espiritualidade introspectiva e uma vida despojada, receita que conduziria à iluminação. No Irão vimos surgir com Zoroastro uma teoria dualista entre bem e mal. Na Grécia o esplendor do pensamento filosófico abafava o religioso. Aqui, entre outros, surgiram Homero, Sócrates, Platão, Aristóteles. Sem prejuízo de uma mitologia criativa e riquíssima, a racionalidade grega devotava-se á busca da verdade sobre o Homem e o Cosmos, mais pela via racional e científica do que pela via religiosa.

As religiões abraâmicas foram, todas elas, um fruto, da Era Axial original. Servem, pois, estes parágrafos para aqui situarmos o judeo-cristianismo. Neste enquadramento podemos compreender melhor a emergência dos inúmeros sincretismos que convergiram para a realidade judaica que constituiu o berço do judeo-cristianismo.

²⁰⁶ Karl Jaspers (1883-1969), nascido na Alemanha, médico, filósofo, teólogo, professor na Universidade de Heidelberg.

²⁰⁷ Karen Armstrong, *Grandes Tradições Religiosas*, p.10

Na viagem que percorremos nas páginas antecedentes vimos quem foram os judeo-cristãos. Aqueles crentes, simultaneamente judeus e cristãos, que protagonizaram um papel único na História: fazer a ponte que ligou as duas primeiras religiões abraâmicas. Ambos são herdeiros comuns de uma tradição com raízes muito antigas, mergulhadas num vasto mundo oriental palmilhado pelas tribos semitas e indo-europeias. Todos eles, em comum, acreditaram na existência de um Deus único, simultaneamente Criador - Comunicador - Consumador, Alfa e Ómega²⁰⁸.

Do Oriente, o judaísmo herdou quase tudo. As gentes, as paisagens, a vivência histórica e cultural, as concepções religiosas, alguns ritos e sacrifícios, a linguagem. Do Ocidente, numa fase já adiantada, recebeu, inicialmente a custo, o impulso do helenismo, ele mesmo, porta-voz de uma cultura que, desde há muito, tinha bebido a água dos rios orientais. Oriente e Ocidente, desde então, mais unidos que antes.

Em Jesus, um Messias enviado por Deus, independentemente do que isso possa representar num plano da Fé, vamos encontrar o perfil típico de um judeu daquele tempo. Um herdeiro de múltiplas tradições orientais aliadas, agora, aos novos ventos que sopravam do mar Egeu.

Quando alguns judeus acreditaram na ressurreição de Jesus viveu-se, então, o período efémero do judeo-cristianismo. Essa crença, porém, não representou o mesmo para todos. Consoante o contexto geográfico, social e cultural, assim os primeiros cristãos fizeram diferentes leituras sobre a realidade do Enviado. E todos eles eram, igualmente, cristãos. O estudo da História mostra como a diversidade e a pluralidade são marcas que acompanham o pensamento humano; e o cristianismo, desde a primeira hora, não escapou a essa sorte.

Afirmamos, pois, sem medo de errar, que o judeo-cristianismo é a resultante histórica de múltiplas ações políticas, sociais, culturais e religiosas ocorridas num vasto palco geográfico entre o Mediterrâneo Oriental e o Indo. O seu sabor é claramente do Oriente embora denote um perceptível tempero grego.

Às primeiras décadas, porém, no mundo da diáspora onde o helenismo constituía a parte mais importante da matriz cultural, o judeo-cristianismo seria completamente conquistado pelo pensamento grego a ponto do *Logos* vir a ser compreendido como razão

²⁰⁸ “Eu sou o Alfa e o Omega, o Princípio e o Fim.” Ap.21,6

divina. Para alguns pensadores cristãos do mundo grego, o *Logos* fez-se homem, tomando em Jesus Cristo uma forma humana. Perspetiva religiosa que acabaria por triunfar e tornar-se oficial.

Daí em diante o cristianismo do mundo ocidental, na sua dimensão social, cultural e, até, política, cresceria em importância, cada vez mais suportado na intelectualidade de filósofos e teólogos, cada vez menos como escola sábia, de uma vida simples e desapegada, no rasto das pegadas de Jesus. Ao tratar este período embrionário, na sua obra *Cristianismo - Essência e História*, Kung²⁰⁹ sintetizou: “*A cristologia do Logos fará passar cada vez mais para segundo plano o Jesus da história em benefício de uma doutrina da fé, e finalmente de um dogma a respeito do «Deus feito homem», um dogma proclamado pela Igreja*”.

Mesmo com o atribulado percurso que tomou ao longo de vinte séculos, o cristianismo atual, apesar de, por largos momentos, ter enjeitado a sua origem judaica nunca dela se libertou. Essa informação vem-lhe nos genes. É uma componente constitutiva e essencial.

Afinal de contas, se o cristianismo não tivesse sido judeo-cristão, não seria o que é.

²⁰⁹ Hans Kung, *op. cit.*, p.142

FONTES:

Bíblia Sagrada. Edição Difusora Bíblica, 6ª edição, Lisboa, 2015.

Clemente Romano. *Carta aos Coríntios*, em Isidro Lamelas, *As origens do Cristianismo; Padres Apostólicos*, Paulus Editora, Lisboa, 2016.

Evangelhos Apócrifos gregos e latinos. Tradução de Frederico Lourenço. Quetzal Editores, Lisboa, 2022.

Flávio Josefo. *Antiguedades Judías*. Livros I a XX, Ed. J.Vara Donado, AKAL, Madrid 2021.

Flávio Josefo. *A Guerra dos Judeus*, Tradução Miguel Mata, Ed. Sílabo, Lisboa, 2013.

Piñero, António, Torrents, José, e Bazan, Francisco. *Evangelhos Gnósticos*, Biblioteca de Nag Hamadi II, Edições Ésquilo, Lisboa, 2005.

Plínio o jovem. *Cartas trocadas com Trajano*, Tradução de Thiago Stadler; Prometeus, Universidade Federal Sergipe; Ano 11, Número 28; edição Especial, 2018.

Suetónio. *As vidas dos doze Césares*, Edições do Senado Federal, Brasília, 2012.

Tacito. *Anais*, Livros XI-XVI. Tradução castelhana J.Moralejo, Ed.Gredos, Madrid,1980.

Vermes, Geza. *Manuscritos do Mar Morto*, tradução de Rosário Morais da Silva, Ed. Ésquilo, Lisboa, 2006.

BIBLIOGRAFIA:

- Allegue, Jaime Vázquez, *et al. Para compreender os manuscritos do Mar Morto*, tradução de Margarida Osório Gonçalves, Ed. Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005.
- Araújo, Luis. *Os Grandes Faraós do Antigo Egipto*, Edição A Esfera dos Livros, Lisboa, 2011.
- Armstrong, Karen. *Grandes Tradições Religiosas* (original: *The Great Transformation - The Beginning of Our Religious Traditions*), Temas e Debates, Lisboa, 2009.
- Badel, Christophe. *Atlas do Império Romano*, Guerra e Paz, Lisboa, 2021.
- Barton, John. *Uma História da Bíblia*. Círculo de Leitores, Lisboa, 2019.
- Bloch, Marc. *Introdução à História* (original: *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien*), Publicações Europa-América, Mem-Martins, 2010
- Bottéro, Jean. *Religion in ancient Mesopotamia*, University of Chicago Press, Chicago, 2001.
- Carvalho, José Ornelas, «Origem e evolução do Messianismo em Israel», Didaskalia XXX, pp.29-51, UC editora, Lisboa, 2000.
- Dalley, Stephanie. *Myths from Mesopotamia*. Oxford University Press, Oxford, 2000.
- Eliade, Mircea. *Tratado de História das Religiões*, Prefácio G.Dumezil, Cosmos, Lisboa, 1970.
- Eliade, Mircea. *Histoire des croyances et des idées religieuses / II, De Gautama Bouddha au triomphe du christianisme*, Ed. Payot, Paris, 1978.
- Fernandes, Edrisi, «Zoroastro,o Grego: Zaratustra na percepção grega e helenística», Pombalina, Imprensa Universidade de Coimbra, pp.109-126, 2016.
- Flusser, David. *El Cristianismo una religión judia*, Riopiedras, Barcelona, 1995.
- Flusser, David. *Les sources juives du Christianisme*, Editions de l'Éclat, Paris, 2005.
- Frankopan, Peter. *Uma Nova História do Mundo*, Relógio d'Água, Ed., Lisboa 2018.
- Greenberg, Gary. *O Mito da Bíblia - As origens africanas do povo judeu*, Bertrand, Lisboa,2000
- Holslag, Jonathan. *Uma História Política do Mundo*, D.Quixote, Lisboa, 2019.
- Joseph, Clara. *The Apocryphal Acts of Thomas and Empire*, The Oxford handbook of Postcolonial Biblical Criticism, 2020.
- Kramer, Samuel. *A História começa na Suméria*, Public.Europa América, Sintra, 1997.
- Küng, Hans. *O Cristianismo Essência e História*. Círculo de Leitores, Lisboa, 2012.
- Lamelas, Isidro. *Os Padres da Igreja, dos Apóstolos a Constantino*, U.Católica, Lisboa, 2020.
- Levi-Strauss, Claude. *Mito e Significado*, Edições 70; Lisboa, 1978.

- Lemaire, André. *Naissance du Monotheisme, Point de vue d'un historien*, Ed. Bayard, Paris, 2003.
- Lemonon, Jean-Pierre. «*Los judeo-cristianos, testigos olvidados*», Cuaderno Bíblico 135, Ed. Verbo Divino, 2007.
- Ling, Trevor. *A History of Religion; East and West*, Macmillan Press, London 1992.
- Lopes, Maria Helena Trindade. *Estudos de Egiptologia*, Ed. A.P. Egiptologia, Lisboa, 2003.
- Lourenço, João Duarte. *História e Profecia*. Universidade Católica Editora, Lisboa, 2007.
- Lourenço, João Duarte. *O Tempo de Jesus*. Universidade Católica Editora, Lisboa, 2020.
- Louis, Florian. *Atlas Histórico do Médio Oriente*. Guerra e Paz, Lisboa, 2021.
- Maliakkal, Ben James. *The Origin and Spread of Christianity in Malabar*, Dissertação final de Mestrado em Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2021.
- Modrzejewski, Joseph. *The Jews of Egypt*, Ed. Princeton University Press; Nova Iorque, 1997.
- Montefiori, Simon. *Jerusalém, a biografia*, Edição Crítica / Planeta dos Livros, Lisboa, 2021.
- Nedungatt, George. «*The apocryphal "Acts of Thomas" and Christian Origins in Índia*», pp. 533-557, Gregorianum, Vol.2, nº 3, 2011.
- Neusner, Jacob. *The Blackwell Companion to Judaism*, Blackwell Publishing, 2003.
- Neves, Joaquim C. *Jesus Cristo História e Mistério*, Editorial Franciscana, Braga, 2000.
- Osswald, Cristina, «*A Missão e a morte de São Tomé Apóstolo no sul da Índia e Historiografia Portuguesa dos séculos XVI e XVII*», pp 73-91, CITCEM- Univ. do Porto, Vol.24, 2017.
- Piñero, António, Torrents, José, e Bazan, Francisco. *O Livro secreto de João*, Biblioteca de Nag Hamadi I, Edições Êsquilo, Lisboa, 2005.
- Puig, Armand. *Los Evangelios Apócrifos*, Editorial Ariel; Barcelona, 2008.
- Puig, Armand. *Jésus une biographie historique*, Ed. Desclée de Brouwer, Paris, 2016.
- Ramos, José A. Martins. «*A Bíblia e o seu mundo*», Revista da Faculdade de Letras, nº 21-22, pp.155-196- 5ª série, Texto apresentado no âmbito das provas de Agregação, 1996/1997.
- Ramos, José A. Martins. «*A rota das utopias no Judaísmo*», Perplexidades recorrentes e sentidos persistentes, pp 71-96, Revista Portuguesa de História, XL, 2009.
- Ramos, José A. Martins. «*Baal, o que é um deus?*», Revista Cadmo nº10, Instituto Oriental da Universidade de Lisboa, 2001.
- Ramos, José A. Martins. «*Judaísmo e Mediterrâneo: Espaço, identidade e fronteiras*», pp 65-83, Edições Colibri, Lisboa, 2002.
- Ramos, José A. Martins. «*Paulo de Tarso: A conversão como acto hermenêutico*». Em *Paulo de Tarso: grego e romano, judeu e cristão*, 55-68, C. Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2012.

- Ramos, José A. Martins. «Rei e Messias: Imagens contrapostas, imagens sobrepostas». Encontro de História, Camara Municipal de Torres Vedras, pp 11-19, 2005.
- Ramos, José A. Martins. «Sobre o fim do mundo pré-clássico», p.11,57, Biblos II, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.
- Ramos, José A. Martins. «Ugarit: Mitologia para uma cidade», pp.25-37, separata da revista Anais, vol.III-IV, Universidade Autónoma de Lisboa, 1997.
- Rodrigues, Nuno Simões. «A Índia na Mitologia Grega». Em Identidades Globais e Locais, pp 167-171, C. Estudos Clássicos e Humanísticos, Universidade Coimbra, 1997.
- Rodrigues, Nuno Simões. *Iudaei in Urbe - Os judeus em Roma de Pompeio aos Flávios*, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2007.
- Rodrigues, Nuno Simões. «Os judeus na Hispânia na Antiguidade», Cadernos de Estudos Sefaraditas, no 6, pp. 9-34, Lisboa, 2006.
- Rodrigues, Nuno Simões. «Paulo de Tarso na Hispânia». Em *Paulo de Tarso: grego e romano, judeu e cristão*, 69-78, C. Est. Clássicos e Hum., Universidade Coimbra, 2012.
- Rossi, Luiz Solano, e Perondi, Ildo. «Paulo, Agente de pastoral e semeador de comunidades», Ed.Paulus, São Paulo, 2019.
- Russ, Jaqueline. *A aventura do Pensamento Europeu*, Ed. Terramar, Lisboa, 1995.
- Saldarini, Anthony. *Jews and Christians in the first two Centuries: The Changing Paradigm*, Purdue University Press, 1992
- Sanders, E.P.. *A verdadeira História de Jesus* (original: *The historical figure of Jesus*), Editorial Notícias, Lisboa, 2004.
- Shorter, Alan, *The Egyptian Gods*; Routledge & Kegan Paul, London, 1983.
- Sousa, Rogério. *Em busca da Imortalidade no Antigo Egipto, Viagem às origens da civilização*, Edições Ésquilo, Lisboa, 2012.
- Sousa, Rogério. *Iniciação e Mistério no Antigo Egipto*, Edições Ésquilo, Lisboa, 2009.
- Spawforth, Tony. *Uma Nova História do Mundo Clássico*, Ed. Alma dos Livros, Lisboa, 2021.
- Thomaz, Luis Filipe. *A lenda de São Tomé Apóstolo e a expansão Portuguesa*, pp.349-418, Lusitânia Sacra, UCP, 2ª serie, 1991.
- Torrents, José Monserrat. *Jesus o Galileu Armado*, Esfera do Caos Editores, Lisboa, 2008.
- Tokarev, Serguei. *História das Religiões*, Ed.Progresso, Moscovo, 1990.
- Vouga, François. *Les Premiers pas du Christianisme*, Ed. Labor et Fides, Genève, 1997.